

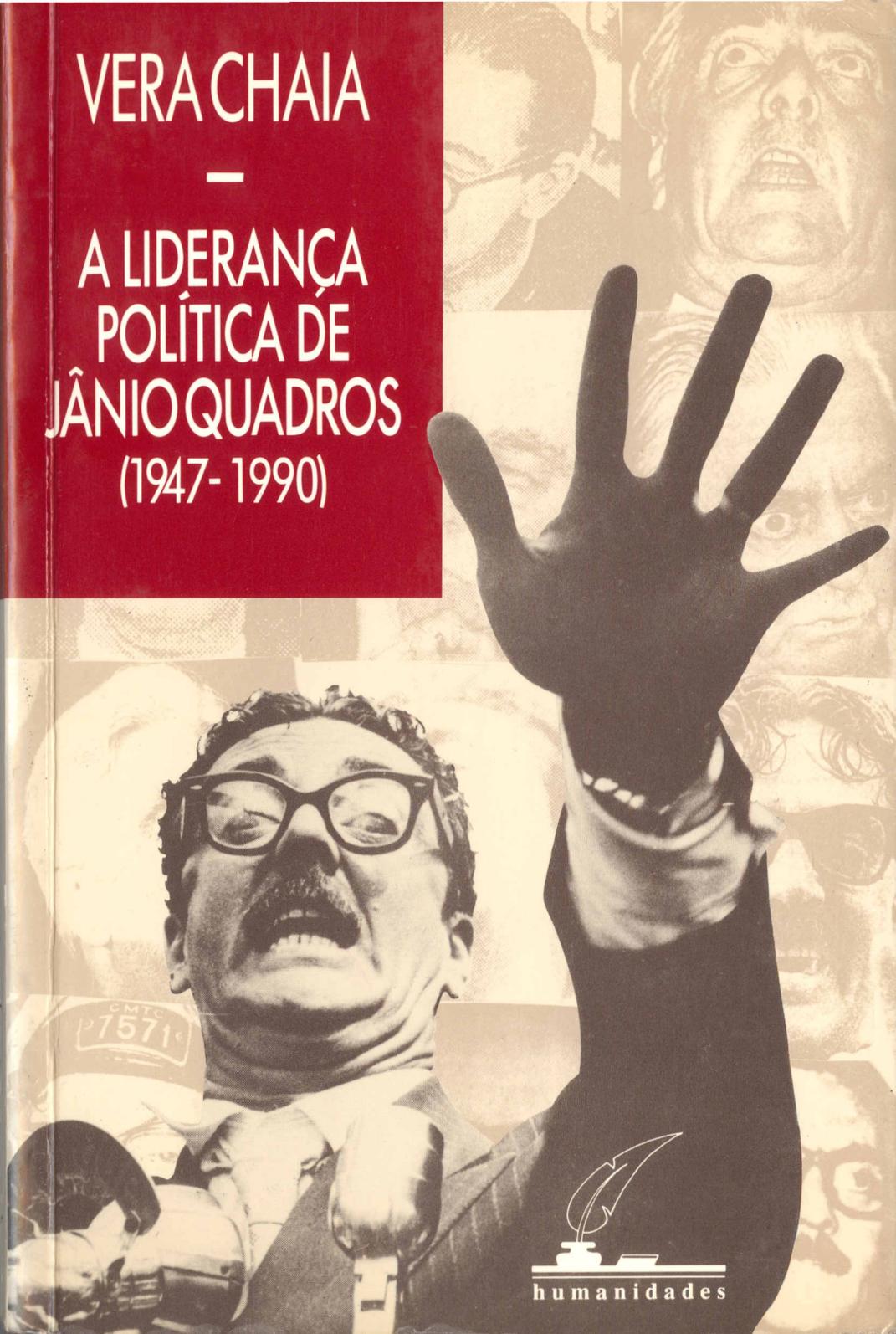
VERA CHAIA

—

A LIDERANÇA
POLÍTICA DE
JÂNIO QUADROS
(1947-1990)

VERA CHAIA

A LIDERANÇA POLÍTICA DE JÂNIO QUADROS




humanidades

"Jânio Quadros surge como liderança política em circunstâncias históricas propícias para o fenômeno que tem se denominado por populismo: ascensão das massas urbanas no Brasil, fragilidade dos partidos políticos existentes, incipiência das classes sociais. No entanto, o significado de Jânio também deve ser atribuído às suas características pessoais e à sua capacidade de manipulação política, ao seu carisma.

Em todos os períodos de sua carreira política, embora sua autoridade fosse legalmente instituída por força do sufrágio, pautou-se por uma forma autoritária de governo. Sob Jânio, viveu-se a tensão entre a possibilidade do pleno exercício das regras racionais e a possibilidade do funcionamento das instituições conforme regras idiossincráticas do governante."

**A LIDERANÇA POLÍTICA DE
JÂNIO QUADROS**

Vera Lúcia Michalany Chaia

A LIDERANÇA POLÍTICA DE
JÂNIO QUADROS
(1947 - 1990)



A LIDERANÇA POLÍTICA DE JÂNIO QUADROS (1947-1990)

Vera Lúcia Michalany Chaia

Capa: Moema Cavalcanti

Foto da Capa: Agência Folhas

Coordenação Editorial: Martha Christina P. Martins e Paulo Ghiraldelli Jr.

Supervisão Editorial: Celso Nilo Martins

Preparação dos originais e revisão: Carmem Tereza da Costa

Composição e Diagramação: MG Informática: Sebastião Carlos Verdério e José Albino Patussi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Chaia, Vera Lúcia Michalany.

A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990) / Vera Lúcia Michalany Chaia. — Ibitinga, SP: Humanidades, 1991.

1. Brasil - Política e governo - 1947-1990 2. Eleições - Brasil
3. Quadros, Jânio, 1917-1992 - Carreira política - 1947-1990 I. Título
ISBN: 85-85459-02-6

92-0584

CDU-320.98106

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Política e governo, 1947-1990 320.98106
2. Quadros, Jânio: Liderança política: Brasil 320.98106

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

©1992 by Autor

Direitos para esta edição

EDITORA HUMANIDADES

Av. Dr. Victor Maida, 515-A

14940 - Ibitinga - SP

Impresso no Brasil

Conselho Editorial

Celestino Alves da Silva Júnior, Cristiano Di Giorgi, Dermeval Saviani, Evaldo Montiani Ferreira, Gilberto Luis Alves, João Bosco Araújo, José Carlos Libâneo, José Claudinei Lombardi, Luís Augusto Milanesi, Miguel Wady Chaia, Pedro Ângelo Pagni.

SUMÁRIO

Apresentação	9
Introdução	11
Capítulo 1	
Câmara Municipal de São Paulo (1947-1951)	17
1.1 Das Arcadas à Vereança	17
1.2 A Atuação do Vereador Jânio Quadros	22
1.3 Temas Presentes na Gestão de Jânio Quadros como Vereador	28
Capítulo 2	
A Assembléia Legislativa de São Paulo (1951-1952)	37
2.1 Dos Bairros Periféricos da Capital ao Interior do Estado	37
2.2 Atuação do Deputado Estadual Jânio Quadros	39
2.3 Temas Presentes na Gestão de Jânio Quadros como Deputado Estadual	51
Capítulo 3	
Prefeitura da Cidade de São Paulo (1953-1954)	61
3.1 Da Tribuna da Assembléia à Prefeitura da Cidade de São Paulo	61
3.1.1 Campanha Eleitoral	68
3.1.2 Resultado das Eleições e sua Repercussão	72
3.2 Gestão Municipal	79
a) Na Administração Pública	83
b) Relacionamento com a Câmara Municipal	91
c) Relacionamento com a Sociedade Civil	96
Capítulo 4	
Governo do Estado de São Paulo (1955-1959)	101
4.1 Da Prefeitura da Cidade de São Paulo ao Governo do Estado de São Paulo	101
4.1.1 Campanha Eleitoral	108

4.1.2 Resultado das Eleições e sua Repercussão	112
4.2 Gestão Estadual	115
a) Na Administração Pública	117
b) Relacionamento com a Assembléia Legislativa	143
c) Relacionamento com a Sociedade Civil	148
Capítulo 5	
Presidência da República do Brasil (fevereiro a agosto /1961)	153
5.1 Do Governo do Estado de São Paulo para a Presidência da República do Brasil	153
5.1.1 Campanha Eleitoral	170
5.1.2 Resultado das Eleições e sua Repercussão	181
5.2 Gestão na Presidência	186
5.2.1 Atuação de Jânio Quadros como Presidente	194
a) Na Administração Pública	194
b) Relacionamento com o Congresso Nacional	221
c) Relacionamento com a Sociedade Civil	227
5.3 Avaliação da Gestão de Jânio Quadros como Presidente da República e a Renúncia	230
Capítulo 6	
Insistência pelo Poder: Novas Candidaturas	243
6.1 As Investidas Frustradas	243
6.1.1 Candidatura ao Governo do Estado de São Paulo – 1962	243
6.1.2 A Cassação em 1964	250
6.1.3 Candidatura ao Governo do Estado de São Paulo – 1982	252
6.2 O Último Retorno ao Poder: 1985	257
6.2.1 Campanha Eleitoral	258
6.2.2 Resultado das Eleições e sua Repercussão	264
6.2.3 Gestão Municipal	267
a) Na Administração Pública	271
b) Relacionamento com a Câmara Municipal	291
c) Relacionamento com a Sociedade Civil	296
Conclusão	305
Bibliografia	315

Apresentação

Este livro é resultado da transformação de um trabalho acadêmico apresentado como tese de doutorado ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo em abril de 1991, e sua elaboração contou com a contribuição de algumas pessoas, a quem devo meu reconhecimento.

A Cecy Guimarães Michalany, Maria D'Alva Gil Kinzo, Icléia Alves Cury, aos professores do Departamento de Política da PUC-SP, pelo apoio em diferentes etapas da pesquisa, e, especialmente, a Miguel Chaia pela leitura cuidadosa do texto original.

A Francisco C. Weffort e José Álvaro Moisés pelas discussões e sugestões feitas durante o primeiro momento de elaboração da pesquisa.

Aos componentes da banca examinadora, professores Octávio Ianni, Gabriel Cohn, Paulo E. Resende e Antonio Flávio Pierucci, pela argüição precisa e pelas sugestões apresentadas.

A Maria Tereza Sadek – orientadora do trabalho – agradeço o estímulo intelectual, as críticas construtivas e a contribuição para a realização deste trabalho.

A J. B. Vianna de Moraes, Jair de Carvalho Monteiro, Odon Pereira, Wilson Pereira, Alex Freua Neto, Ricardo Veronezi, João Mellão Neto e Ulysses Guimarães pelas entrevistas.

Ao CNPq, CAPES e Comissão de Ensino e Pesquisa da PUC-SP pelas bolsas concedidas durante o período da pesquisa.

Introdução

Jânio Quadros se fez presente na vida política brasileira, por mais de quarenta anos, suscitando paixões, levantando polêmicas e, até recentemente, com capacidade de interferir nos rumos do país. O objetivo do presente estudo deverá recair sobre o estilo de liderança desenvolvido por Jânio durante este longo período. Dessa forma, nos propomos a analisar o fenômeno político nascido do discurso e da atuação dessa personagem, buscando levantar os componentes que caracterizam, mantêm e possibilitam a continuidade do janismo.

Jânio Quadros iniciou sua carreira política no Estado de São Paulo, elegendo-se vereador em 1947; em 1950 foi eleito deputado estadual; em 1953, prefeito da cidade de São Paulo; em 1954, governador de São Paulo; em 1958, deputado federal; em 1960, presidente da República; em 1962 candidatou-se ao governo de São Paulo, sendo derrotado por Adhemar de Barros. Em 1964 teve seus direitos políticos cassados, retornando à vida política em 1982 para concorrer ao Governo do Estado de São Paulo, sendo derrotado por André Franco Montoro. Finalmente, em 1985 elegeu-se prefeito da cidade de São Paulo, exercendo o seu mandato até final de 1988.

Quando Jânio apareceu na cena política brasileira, desempenhava um papel de oposição, construindo uma imagem baseada na integridade. Cativou o eleitorado paulista com um marcante discurso de apelo moralizador, apresentando-se como alternativa àquele que dominava as relações políticas do Estado de São Paulo desde o período do Estado Novo, Adhemar de Barros.

A base eleitoral de Jânio alterou-se de 1947 até os dias de hoje, conforme indicam pesquisas realizadas durante o período². No entanto, certos valores, bem como as motivações de apoio ao candidato, permaneceram os mesmos. A base janista, no começo de sua carreira, era formada por setores da classe trabalhadora que estavam se engajando no processo produtivo do sistema capitalista e que possuíam motivações voltadas à moralização do sistema político e à concepção de um Estado imparcial voltado à aplicação da lei e da justiça. Já nas eleições de 1985, para a Prefeitura de São Paulo, Jânio Quadros contou com o apoio da classe média de tendência conservadora.

Mas o que é comum à base janista, em todos os períodos, é a sua reverência e lealdade à figura de Jânio Quadros. A força de seu carisma permaneceu, bem como a crença de que este líder poderia resolver os problemas nacionais.

Outro fator de continuidade do janismo diz respeito ao quadro administrativo que o acompanha desde o começo de sua carreira política. Jânio Quadros e seu grupo sempre arrogaram uma postura de autonomia face aos partidos políticos; sua candidatura podia ser abrigada por qualquer facção que necessitasse de uma plataforma já montada. Seu *staff* administrativo supre, de certa forma, a não-vinculação partidária de Jânio Quadros, estabelecendo a intermediação entre ele e a sociedade. O grupo de apoio janista — que atualiza o seu discurso e facilita a propagação de suas idéias — é composto fundamentalmente por Augusto Marzagão, José Aparecido, Fauze Carlos, Odon Pereira, Wilson Pereira, J. B. Vianna de Moraes e Jair de Carvalho Monteiro.

Esta análise da trajetória e do estilo político de Jânio leva em consideração também outros três aspectos. O primeiro refere-se ao alcance da atuação de Jânio no bojo de uma cultura política nacional

2. PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira. "Janistas e malufistas em São Paulo (1985-1986): a direita mora no outro lado da cidade". Águas de São Pedro, XII Encontro Anual da ANPOCS, out./1988, xerografado; LAMOUNIER, Bolívar (org.). 1985: o voto em São Paulo. São Paulo, IDESP, 1986; PIERUCCI, Antonio Flávio. A Nova Direita. em *Novos Estudos*. São Paulo, CEBRAP, dez/1987; WEFORT, Francisco C. "Raízes sociais do populismo em São Paulo". *Revista da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.º 2; FERREIRA, Oliveiros. "Comportamento eleitoral em São Paulo". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UMG, n.º 8, 1960; FERREIRA, Oliveiros. "A crise de poder do sistema e as eleições paulistas de 1962". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UMG, n.º 16, 1964.

centrada no personalismo, tradição que remonta ao Império e consagrou-se nas figuras de Getúlio Vargas e Adhemar de Barros. O segundo item diz respeito à coexistência dessa tradição personalista com o retorno dos mecanismos democráticos após 1945; examinando como a incipiência democrática nas condições deixadas pelo Estado Novo gerou paradoxos nas concepções e práticas³. O terceiro refere-se à deliberada construção de uma imagem política baseada no modo excêntrico de agir, expressando um comportamento atípico.

Dessa forma, como qualquer fenômeno político, a carreira de Jânio Quadros deve ser apreendida na sua complexidade: cada período se define tanto pelos acontecimentos políticos nacionais quanto pela ação individual de um agente político.

Embora longe de esgotar o tema, este trabalho pretende contribuir para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno Jânio Quadros.

3. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

Capítulo 1

Câmara Municipal de São Paulo (1947-1951)

1.1 Das Arcadas à Vereança

O ano de 1947 pode ser considerado o marco inicial do fenômeno Jânio Quadros, com o lançamento de sua candidatura pelo Partido Democrata Cristão ao cargo de vereador para a Câmara Municipal de São Paulo.

No entanto, essa não foi a primeira eleição que Jânio disputou, pois em 17 de novembro de 1938, ainda aluno da Faculdade de Direito São Francisco, concorreu às eleições para o Centro Acadêmico IX de Agosto ao cargo de 1º secretário, pelo Partido Acadêmico Conservador. Na mesma ocasião, elegeu-se 1º secretário da Associação Acadêmica Álvares de Azevedo, entidade voltada às publicações acadêmicas.

Segundo depoimento de um ex-colega, Jânio já se destacava na faculdade por ser uma pessoa diferente: “Ele chamava a atenção por ser diferente, ele já não integrava aquela linha média, que é composta pelos homens de postura de rigorosa normalidade”¹.

Após concluir o curso de Direito, em janeiro de 1940, abriu um escritório de advocacia numa pequena sala na rua Benjamin Constante, simultaneamente, ministrava aulas de Geografia e Português nos Colégios Dante Alighieri e Vera Cruz.

1. Entrevista realizada com J. B. Vianna de Moraes, em 07/12/1989.

Depois de algum tempo, fechou seu escritório e se incorporou, como advogado criminalista, à equipe de seu ex-colega de ginásio e faculdade, J. B. Vianna de Moraes.

Nos anos de 1943-1944, o país vivia a derrocada do Estado Novo, e a resistência democrática ampliava suas raízes na sociedade brasileira. Formou-se, então, a União Democrática Nacional, que congregava vários segmentos, dentre estes os liberais e socialistas. Por essa ocasião, J. B. Vianna de Moraes e outros companheiros, entre os quais Jânio Quadros, organizaram o diretório distrital da UDN no bairro de Vila Mariana. Como membro do Diretório, Jânio participava ativamente da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN para a Presidência da República em 1945.

Em 1943, Jânio vivenciou um fato que, segundo algumas interpretações, iria influenciá-lo bastante: saindo do escritório do advogado Vicente Rao, ele conheceu, na sala de espera, o quiromante Onig Chanakarian Sana Khan. O vidente pediu para ler sua mão e previu sua eleição sucessiva para os cargos de vereador, deputado, prefeito, governador e presidente. Afirmou ainda que Jânio seria derrubado, mas que começaria tudo de novo, voltando a ser presidente; porém, no segundo mandato seria assassinado². Alguns observadores consideram que tais previsões influenciaram a trajetória política de Jânio Quadros, tanto que, quando as perspectivas do regime democrático se efetivaram, Jânio, incentivado por seus alunos do Dante Alighieri, resolveu se candidatar ao cargo de vereador para a Câmara Municipal de São Paulo.

Embora freqüentasse e fosse membro do Diretório da UDN, não se lançou candidato por essa legenda. Junto com outros companheiros, desvinculou-se da UDN por considerar que sua plataforma política não correspondia à desse partido. Na avaliação de J. B. Vianna de Moraes, compartilhada por Jânio Quadros, a UDN não teria possibilidade de dirigir-se aos interesses populares, uma vez que era composta por integrantes de classes mais abastadas, e por ser um partido mais “intimista e sofisticado”.

Ainda segundo J. B. Vianna de Moraes, Jânio Quadros teria qualidades essenciais para entrar na esfera política — intuição e instinto político. Jânio percebeu “que estava se desenhando no Brasil uma política populista e haveria de chegar o momento em que o povo seria

2. Folha de S. Paulo, de 11/07/1989.

uma grande expressão, ele olhava também para o que acontecera com o Getúlio. Ele viu que a energia e força de Getúlio foram fruto das medidas populares, que até mesmo as tendências ditatoriais do Getúlio foram superadas pelas medidas populares”³.

Jânio Quadros, então desconhecido politicamente, encontrava dificuldades em conseguir uma legenda para se candidatar. A oportunidade foi dada pelo PDC (Partido Democrático Cristão), que lhe forneceu a sigla para disputar as eleições. Identificava-se com esse partido porque estava convencido “de que o programa do PDC, influenciado por Maritain e Luigi Sturzo, é a solução para os nossos problemas, permitindo ao partido interpretar as reivindicações do século, disputando democraticamente as massas aos comunistas”⁴.

Começou, então, sua campanha política percorrendo bairros periféricos da cidade de São Paulo, visitando feiras livres, o Mercado Municipal da Quarta Parada e os botequins dessas regiões, com o objetivo de conquistar o seu eleitorado.

O que mais chamava a atenção dos eleitores era a sua aparência desleixada para os padrões da época, pois usava cabelos compridos e desalinhados, além de ser muito magro e esguio, e, segundo depoimentos, marcado por uma expressão cadavérica.

Conforme J. B. Vianna de Moraes, quando Jânio Quadros candidatou-se a vereador “tinha tão somente relações, não apoio político, ele tinha os amigos como eu, como tantos, e até de certa forma olhavam com simpatia, mas com pouca esperança. Os que mais militaram na campanha do Jânio foram seus alunos do Dante, era até um movimento comovente. Se espalhavam pela Cidade de São Paulo, com mesinhas e cédulas do Jânio, e os amigos, o grupo dele, viam aquilo com muito ceticismo, e, de fato, ele não venceu as eleições”⁵.

Jânio obteve 1.704 votos, insuficientes para ocupar uma cadeira na Câmara Municipal. O candidato Valério Giuli conseguiu a primeira colocação no PDC, com 2.326 votos, seguido por Jânio. Nessas eleições, o candidato mais votado foi José Adriano Marrey Júnior, do Partido Social Progressista, que recebeu 7.254 votos.

Pela composição da Câmara Municipal de São Paulo, na legislatura de 1948-1952, o PSP (Partido Social Progressista) detinha 37,8%

3. Entrevista realizada com J. B. Vianna de Moraes, em 07/12/1989.

4. O Estado de S. Paulo, de 01/02/1961.

5. Entrevista realizada com J. B. Vianna de Moraes, em 07/12/1989.

das cadeiras; a UDN, 15,5%; o PSD (Partido Social Democrático), 11,1%; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PDC, cada qual com 8,9%; o PR (Partido Republicano), o PTN (Partido Trabalhista Nacional) e o PRD (Partido Republicano Democrático) detinham cada qual 6,7%; e o PSB (Partido Social Brasileiro) possuía 4,4% da representação⁶.

Contudo, a suspensão do registro do Partido Comunista do Brasil em 1947 e a conseqüente cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos por este partido permitiram a Jânio Quadros ocupar a cadeira de vereador, uma vez que o PDC obteve quatro vagas na Câmara⁷.

Alguns parlamentares eleitos repudiaram o ato do presidente Eurico Gaspar Dutra — como o líder do Partido Socialista Brasileiro, o vereador Cid Franco, que, na sessão de 12 de janeiro de 1948, discordou veementemente da cassação de seus colegas, desaprovando a sua substituição por suplentes de outros partidos. Jânio Quadros, sentindo-se atingido pelo pronunciamento, defendeu-se declarando que, apesar de ser anticomunista, condenava tal ato, mas argumentava: “A cassação dos mandatos favoreceu ao meu partido nas mesmas condições de número em que favoreceu o partido de V. Excia... Qualquer decisão favorece alguém”⁸.

O ano de 1947 também foi marcado por eleições para os governos estaduais em todo o país. Em São Paulo, Adhemar de Barros foi eleito pelo PSP com 35,3% dos votos, seguido de Hugo Borghi do Partido Trabalhista Nacional (30,5%), Mário Tavares do Partido Social Democrata (25,9%) e por Almeida Prado da UDN (8,3%).

Os municípios das capitais e das cidades consideradas áreas de Segurança Nacional não conseguiram obter a mesma autonomia dos estados. Seus prefeitos continuaram sendo nomeados pelos governadores de seus respectivos estados, procedimento que perdurou até o ano de 1953, quando foi reconquistada a autonomia municipal.

Entre o período de 1945 a 1953, a cidade de São Paulo foi administrada por oito prefeitos, respectivamente: Abrahão Ribeiro; Christiano Stockler das Neves, Paulo Lauro, Milton Improta, Asdrúbal Euritysse da Cunha, Lineu Prestes, Armando de Arruda Pereira, e Dario de Castro Povenio. Os prefeitos nomeados por Adhemar de Barros

6. Dados do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

7. O presidente Eurico Gaspar Dutra suspendeu o registro do PCB em 1947, período em que se iniciava o embate ideológico entre os Estados Unidos e a União Soviética.

8. Anais da Câmara Municipal, sessão de 12/01/1948.

administraram o município no período de 14/03/1947 a 30/01/1951, e os nomeados por Lucas Nogueira Garcez, de 1951 a 1953, governadores eleitos pelo PSP.

O prefeito Paulo Lauro, também do PSP, que administrou São Paulo de agosto de 1947 a agosto de 1948, era secretário dos Negócios Internos e Jurídicos do governo Adhemar de Barros, e foi nomeado após a demissão do arquiteto Christiano Stockler das Neves, que ocupou a Prefeitura de 15 de março a 28 de agosto de 1947.

Sua administração foi curta, porém considerada desastrosa, pois cometeu uma série de irregularidades, denunciadas pelos vereadores da UDN, do PSB e principalmente por Jânio Quadros. Dentre essas irregularidades, sobressaem-se as seguintes: contratação de estudos para o metrô paulistano por um preço exorbitante; abuso de verbas para publicidade; desconto irregular de promissórias, favorecendo *book-makers*; e falsidade contábil no balanço municipal.

Oswaldo Chateaubriand⁹, em seu livro *Terra arrasada*, retrata a corrupção, a impunidade e os descasos imperantes na cidade de São Paulo durante a gestão de Paulo Lauro. Relata que as contas do exercício de 1947 tiveram sua aprovação retardada pela Câmara Municipal, devido às denúncias de falcatruas feitas pelos vereadores Cid Franco e Jânio Quadros. Este último atacava a administração de Paulo Lauro, lembrando a todo momento a sua situação de prefeito nomeado, e não poupando críticas à sua administração: “O essencial que o Sr. Prefeito deverá temer e não teme é a opinião pública cidadina, que o condena unanimemente, considerando-o um dos piores prefeitos que a cidade já possuiu. Um Prefeito inoperante, faccioso e partidário. Atenta contra tudo aquilo que tem consagrado administrações anteriores, como Vs. Excias. o vêem, em caso concreto, atentatório à cultura e à educação municipal.

O que S. Excia. é, é um grande demagogo, que se faz acompanhar invariavelmente de bandas de música e cortejos, quando inaugura qualquer empreendimento, ou qualquer realização, que, meses depois, deverá ser fechado por falta de aparelhagem necessária, ou por não possuir, nem mesmo material humano, imprescindível no caso. Eis aí o que faz S. Excia”¹⁰.

Paulo Lauro, devido às pressões da Câmara Municipal e de membros de seu próprio partido, acabou sendo substituído na Prefeitura

9. CHATEAUBRIAND, Oswaldo. *Terra arrasada*. Rio de Janeiro, Cruzeiro, 1951.

10. Anais da Câmara Municipal, sessão de 21/05/1948.

por Milton Improta, guarda-livros da Fábrica de Chocolates Lacta, de propriedade do governador Adhemar de Barros, e ex-secretário de Finanças do ex-prefeito. Dessa forma, ficava garantida a continuidade do adhemarismo no poder.

No entanto, sua administração mostrou exagerada ineficiência, tanto que, em janeiro de 1949, foi demitido, após ter criado um cargo na Fazenda Municipal para si próprio, recebendo um alto salário.

Asdrúbal Euritysse da Cunha, nomeado posteriormente, ficou no cargo até 27 de fevereiro de 1950. Sua administração foi também muito criticada, tanto pela oposição na Câmara Municipal como por seus próprios correligionários, que o consideravam inexperiente para ocupar a Prefeitura.

A Câmara Municipal ressentia-se e denunciava os descasos dessas administrações. Nesse período, tornou-se fundamental o papel do Poder Legislativo Municipal, que, em determinados momentos, assumia funções peculiares ao Poder Executivo, além de exercer de maneira precisa e pontual sua função de fiscalizá-lo. Os prefeitos nomeados, por não possuírem representatividade perante uma parcela da opinião pública, não se envolviam com a administração municipal, ao ponto de desconhecer os problemas da vida cotidiana dos paulistanos e de seus bairros. Foi nesse clima de desmandos e ineficácia das prefeituras nomeadas que o vereador Jânio Quadros começou a se destacar, não só através de denúncias como também de proposições de uma série de projetos para a administração da cidade de São Paulo.

1.2 A Atuação do Vereador Jânio Quadros

Enquanto vereador, Jânio Quadros se destacou como um dos parlamentares mais atuantes e combativos na Câmara Municipal. Seu desempenho não se limitava às sessões regulares da Câmara, pois visitava os bairros da capital visando conhecer seus problemas para, em seguida, denunciá-los na tribuna, com discursos inflamados, cobrando uma maior atuação e eficácia do Poder Público.

Jânio Quadros apresentou, durante esse período, aproximadamente 2.000 projetos, dos quais 15% foram convertidos em lei. De forma geral, visavam aumentar a arrecadação de impostos para a Prefeitura, melhorar as condições de vida da cidade de São Paulo, defender o consumidor paulistano e garantir melhorias nas condições de vida e de trabalho da classe operária.

Os projetos mais relevantes em benefício da cidade de São Paulo, do ponto de vista administrativo e da melhoria das condições

de vida de seus moradores, são os seguintes: criação do Jardim Zoológico; limpeza dos terrenos urbanos; proibição de afixação de cartazes em logradouros públicos; coleta de lixo estendida a vários bairros; aumento do IPTU e de outros impostos; cobrança de uma taxa das entradas e das poules vendidas pelo Jockey Club Paulista e Sociedade Paulista de Trote; criação de uma seção de Iconografia no Departamento de Cultura, visando preservar a memória da cidade; regulamentação dos locais de bombas de gasolina; transferência do Serviço de Trânsito para a municipalidade; regulamentação das casas de espetáculos; construção de casas populares; instalação de sanitários separados para homens e mulheres em estabelecimentos comerciais; regulamentação da propaganda eleitoral, estipulando lugares preestabelecidos para afixação de cartazes; proibição de abertura do comércio no horário noturno; proibição de vendas de ingressos em número superior à lotação das casas de diversão; autorização de fornecimento gratuito de leite em pó aos filhos dos operários humildes do município.

A bandeira em defesa do cidadão paulistano, apreendido como consumidor, tinha como objetivo protegê-lo contra os abusos praticados por comerciantes. Caberia ao Poder Público, segundo o vereador, regulamentar e fiscalizar: os preços dos aluguéis; o comércio do leite e seus derivados; os preços dos hotéis; o funcionamento, até às 22 horas, das casas noturnas, visando preservar o repouso do paulistano; o controle do peso e da medida dos produtos e a aplicação de multa aos comerciantes que fraudarem os consumidores; o tabelamento dos preços de tinturaria, frutas estrangeiras; denúncia contra o mercado negro e a falta de açúcar.

Dentre as medidas em defesa do consumidor, vale destacar duas. A primeira, refere-se ao comércio de bebidas em geral, particularmente a aguardente. Jânio propunha que a concessão de licença para esse tipo de comercialização fosse controlada pelo Poder Público, único canal capaz de promover a moralização no consumo de bebidas. Justificava essa necessidade argumentando que a bebida provocava moléstias de origem nervosa, mentais, distúrbios psíquicos e propiciava males à própria organização da família e do Estado, como unidade política. Sua proposta visava também restringir o consumo de bebidas aos domingos, pois, segundo estatísticas publicadas pela Seção de Medicina e Criminologia da Penitenciária de São Paulo, a criminalidade aumentava nesse dia.

A segunda tratava de certos produtos considerados inadequados ao consumo. Assim, o Instituto Adolfo Lutz foi solicitado para analisar amostras de produtos qualificados como nocivos à saúde, como o "Melhoral", o "Cyster", o "Mendaco" e o "Formode". Jânio Quadros também

fez aliança com o padre Arnaldo, do PSP, na batalha contra o refrigerante Coca-Cola, por ele denominado “purgante”, exigindo a sua retirada do mercado por ser impróprio ao consumo.

Em uma das sessões da Câmara, Jânio defendeu as feiras livres como a maneira mais adequada de superar a crise de abastecimento por que passava a população paulistana, obrigada a pagar os altos preços impostos pelo mercado negro, já que o Mercado Municipal não supria todas as necessidades. Para resolver tal problema, Jânio propôs a ampliação das feiras livres, deixando a cargo dos pequenos produtores a venda da produção. As feiras venderiam produtos mais baratos que os mercados distritais. Para justificar sua proposta, argumentava: “Não ignoramos todos, que nestas feiras livres, os feirantes, em regra, são pequenos produtores. Não ignoramos ainda que trabalham pela manhã, podendo assim empregar as tardes no amanho da terra, labor desta pequena agricultura, tão útil, tão necessária, vital mesmo para a subsistência dos municípios. Não ignoramos mais que os feirantes não só produzem e vendem seus gêneros, como também os transportam, de sorte que temos aí três fatores para os preços relativamente baixos a que aludimos há pouco: produção própria, transporte próprio e venda direta.

Esta pequena agricultura que alimenta o livre jogo das mercadorias, através da concorrência livre, viria desaparecer, em benefício de poucos privilegiados¹¹. Propunha, portanto, que a Prefeitura assumisse a fiscalização das feiras livres e não suprimi-las simplesmente, o que significaria contrariar os interesses da comunidade enquanto um todo.

Jânio Quadros também se destacou como o maior opositor a um projeto de lei apresentado pelo vereador do PSP, Altimar Ribeiro de Lima, que objetivava conceder uma subvenção aos clubes de futebol da cidade de São Paulo para que construíssem um grande estádio de futebol, das dimensões do Maracanã, numa área do futuro Parque do Ibirapuera.

O conflito, amplamente divulgado pela imprensa, estabeleceu-se tendo, de um lado, o autor do projeto, sua bancada, os presidentes dos clubes e os comentaristas esportivos, e, de outro, Jânio Quadros, Cid Franco e mais doze vereadores contrários ao projeto.

O grupo liderado por Jânio defendia o adiamento das votações, com o intuito de propor a realização de um plebiscito popular para a apreciação e o julgamento do projeto que, caso fosse aprovado, não só oneraria o Tesouro Público como privaria a coletividade de um espaço

11. *Idem*, sessão de 02/02/1948.

de lazer. Enquanto Jânio discursava, defendendo essas idéias, o vereador João Carlos Fairbanks, do PSD, interrompeu-o para retrucar seus argumentos. Em resposta, Jânio chamou-o de fascista, e, a partir desse momento, o vereador Altimar exaltou-se e agrediu-o com socos e pontapés. Jânio ameaçou pegar numa arma, porém foi prontamente impedido pelo presidente da Câmara, o sr. Valdemar Teixeira Pinto, do PSP.

Jânio permaneceu discursando na tribuna, com sangue no nariz e no pescoço devido às agressões sofridas. Das galerias se ouviam aplausos e gritos: “Viva o vereador Jânio Quadros”¹².

Jânio Quadros ia construindo desse modo a imagem de um político diferente. Sua plataforma tinha um apelo sedutor para uma parcela do eleitorado paulistano caracterizada, nesse momento, por setores da classe trabalhadora.

Tendo como objetivo reforçar essa imagem, Jânio Quadros realizava visitas aos bairros periféricos acompanhado por jornalistas que documentavam as locações com reportagens e fotos, posteriormente utilizadas pelo vereador quando pronunciava discursos denunciando os problemas na tribuna da Câmara.

Dentre os bairros visitados pelo vereador, destacam-se: Perus, Tremembé, Cantareira, Tucuruvi, Mooca, Casa Verde, Vila Maria, Vila Esperança, Vergueiro, Itaim-Bibi e Vila Vitória Mazzei.

Os requerimentos, indicações e projetos encaminhados à Câmara Municipal cobravam uma presença mais atuante e efetiva do poder público no sentido de resolver os problemas mais prementes desses bairros, tais como: transportes; saúde; saneamento básico; construção de bocas-de-lobo para impedir as inundações; ampliação dos trajetos dos coletivos da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC); aumento do policiamento; ampliação da iluminação pela Light; calçamento; construção de cemitérios; construção de escolas etc.

Nas suas andanças pelas ruas de São Paulo, constatou a falta de manutenção do calçamento na cidade. Imediatamente pegou um paralelepípedo mal colocado para exibi-lo em uma das sessões da Câmara, com o objetivo de denunciar o descuido da administração, criticando tanto o governo municipal como o estadual e até o federal.

Após uma visita ao Tucuruvi, Jânio retratou a situação em que se encontravam os bairros naquela época: “Os esgotos correm para as ruas; o lixo se amontoa nos passeios, a lama, o pântano, as águas estagnadas,

12. *Jornal de Notícias*, de 04/10/1949.

pétridas, são constantes e, em ambos os lados o casario, porque as artérias acham-se completamente edificadas (...)

Constituem a grande massa dos párias da sociedade a quem se convencionou denominar de trabalhadores e para os quais se apela, quando se pretende alguma vantagem, quando se pretende algum lucro, quando se pretende alguma honraria e, sobretudo, quando se pretende algum mandato: então surgem os 'bandeirantes', 'os messias', os 'doutores promessas', que a multidão, que possui memória, há de guardar convenientemente no âmago do coração para castigo que não virá longe, mas que se consubstanciará em votos, em cédulas, em pedacinhos de papel que hão de derruir muita ambição, hão de derruir muito embuste, hão de frustrar muita injustiça"¹³.

Esse pronunciamento retrata as condições precárias do bairro do Tucuruvi e revela o que Jânio considerava o político de ocasião, que somente visitava os bairros no período eleitoral em busca de votos, fazendo promessas e nada realizando. Apela, no seu depoimento, para que o povo memorize os maus políticos e distinga os messias dos verdadeiros benfeitores do povo — entre os quais ele evidentemente se incluía. Jânio indica diferenciações entre tipos de políticos, fazendo críticas aos "doutores promessas", aos políticos que estariam, segundo ele, em extinção.

Em uma de suas incursões, um bairro se destacou, transformando-se no maior reduto eleitoral janista — o bairro de Vila Maria, cuja população, naquele período, era predominantemente operária: "Costumo, ocasionalmente, ser prosáico, Sr. Presidente, e, não há dúvida alguma, este é um assunto prosáico: cuidar da situação dos nossos bairros, em geral, e da situação de Vila Maria, em especial"¹⁴.

Conta-se que, numa das sessões, após relatar a situação de um desses bairros, ele desafiou o prefeito, convidando-o para conhecer melhor a cidade que administrava.

Outra bandeira de luta assumida por Jânio Quadros na Câmara Municipal foi denunciar as condições precárias de vida e de trabalho de determinados setores da classe trabalhadora.

Além de constantes visitas a empresas, percorria vários locais, como as oficinas e garagens da CMTC, o Banco do Estado, as oficinas de carros da Prefeitura, contatava os operários que trabalhavam na

13. Anais da Câmara Municipal, sessão de 07/03/1949.

14. *Idem*, de 03/08/1949.

Câmara Frigorífica do Tendal Municipal e nas obras do rio Tietê, com o objetivo de verificar as condições de trabalho e ouvir as reivindicações de seus trabalhadores.

O relato que Jânio fez de uma dessas visitas foi bem contundente: "Todos eles, nobres Vereadores, sem exceção, usam roupas doadas por terceiros, roupas velhas, rejeitadas pelos antigos donos, descartadas de lares mais felizes. Todos eles têm, pelo menos, um filho descalço, com os pés no chão. Todos eles nunca souberam o que foi leite à mesa, ou manteiga, ou mesmo carne"¹⁵.

Um de seus discursos inflamados, exigindo aumento salarial para os trabalhadores mais humildes da Prefeitura, foi pronunciado em tom apocalíptico: "O proletário está condenado a nascer e morrer proletário, e na sua pobreza só consegue empobrecer mais. Cabe ao Poder Municipal reparar, como exemplo saneador, as injustiças que o afligem. E não tem muito tempo para isso. Se não o fizer já, talvez não possa fazê-lo nunca"¹⁶.

Através dessas denúncias, Jânio conseguiu angariar muitos adeptos dentro da classe trabalhadora, especialmente nas oficinas da CMTC, tanto que o bonê de motorista e cobrador tornou-se um dos símbolos do janismo¹⁷.

Seus pronunciamentos questionavam os poderosos em defesa dos humildes, dos trabalhadores. Numa ocasião, assim se expressou em relação às denúncias de reivindicação dos bancários e à resposta que os banqueiros deram à categoria: "A qualquer reivindicação de melhoria de salários, por exemplo, — como fez o Banco de Londres —, os bancários são sumariamente demitidos e entregues ao Departamento de Ordem Política e Social. No Banco Português verificaram-se casos semelhantes. Por toda parte há o desejo de suprimir-lhes os direitos. E isso que preocupa V. Excia., isto é, a questão de horário, é apenas uma das facetas das lutas dos banqueiros, no sentido de arrancar à classe dos bancários todas as suas conquistas no terreno da legislação trabalhista"¹⁸.

15. *Idem*, de 03/09/1948.

16. *Idem*, de 12/03/1949.

17. MOISÉS, José Álvaro. "Experiência de mobilização popular em São Paulo: notas sobre as Sociedades de Amigos de Bairro". *Revista Contraponto*. Rio de Janeiro, nº 3, 1978, p. 74.

18. Anais da Câmara Municipal, sessão de 30/08/1950.

A conduta política assumida em defesa dos trabalhadores começou a sensibilizar principalmente o Partido Socialista Brasileiro e seu líder Cid Franco, então o principal aliado político de Jânio Quadros na Câmara Municipal, angariando também simpatias de alguns setores da esquerda engajados na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro.

1.3 Temas Presentes na Gestão de Jânio Quadros como Vereador

Jânio Quadros adotou como lema de sua gestão as palavras “honestidade e trabalho”, *slogan* que o acompanhou em todas as campanhas políticas de que participou e enfocou certos temas que possibilitam compreender o seu significado político e apreender suas concepções sobre política, Estado, liberdade e sociedade, fundamentais para se compor os traços de seu estilo de liderança política.

Nesse período, Jânio declarava-se um “liberal na concepção boa do vocábulo”¹⁹, defendia algumas liberdades democráticas e considerava que o Estado deveria ser o guardião da sociedade, aquele poder que, independente de partidos políticos, de classes sociais, defenda os interesses de todos os cidadãos.

É fundamental apontar uma ambigüidade nessa declaração de Jânio, pois, ao mesmo tempo em que afirma ser um liberal, atribui ao Estado uma grande tarefa, a de se transformar em principal agente político da sociedade. Na verdade, essa mesma ambigüidade permeia seus pensamentos e práticas, revelada pela análise de sua concepção de moralização administrativa, moralização dos costumes e defesa condicional das liberdades democráticas.

Com relação à moralização administrativa foram apontadas várias irregularidades. Serão destacadas as mais significativas, ou seja, aquelas que caracterizam uma linha de conduta específica no período em que ocupou esse cargo.

No final da década de 40, a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC) era uma sociedade mista. Nessa ocasião, a Light and Power negociou com a Prefeitura a venda de velhos bondes e equipamentos obsoletos, devido aos baixos lucros que davam à empresa. Dessa forma, a Prefeitura tornou-se a maior acionista da CMTC, ao lado de outros acionistas particulares.

19. *Idem*, de 03/09/1948.

Logo após os primeiros entendimentos, ano de 1948, o vereador Cid Franco fez um requerimento solicitando a constituição de uma comissão formada por vereadores para acompanhar o desenrolar das negociações e a assinatura do contrato.

Porém, esse requerimento foi engavetado, devido a interesses do PSP, que controlava o governo do Estado, a Prefeitura e a Câmara Municipal, com o apoio de coligações feitas com outros partidos.

O objetivo de Cid Franco era anular o contrato e proceder à municipalização dos transportes coletivos em São Paulo. Com base no relato desse vereador, Jânio Quadros fez um pronunciamento contra a CMTC, denunciando as suas irregularidades administrativas, o que levou Cid Franco a ressaltar: “Não me lembro se adotando o mesmo princípio, o vereador Jânio Quadros pronunciou um discurso que levou os dirigentes da CMTC à ameaça de processá-lo”²⁰.

Na sessão do dia 17 de novembro de 1948, Cid Franco pronunciou um discurso reafirmando suas posições: “Se a empresa se considera ofendida pelos termos do vereador Jânio Quadros e se chega a dizer que pretende processá-lo, peço licença para ir um pouco mais longe e dizer, com um pouco mais de rudeza, que não considero pessoas dignas, não considero pessoas honestas os atuais dirigentes da empresa concessionária de transportes coletivos em São Paulo, porque não é honesto, não é digno fazer o que fazem: enriquecer com a exploração do povo de São Paulo”²¹.

Após o discurso de Cid Franco, que comprovava com documentos suas acusações, os dirigentes da CMTC mudaram de alvo, voltando-se contra ele e desistindo de processar Jânio Quadros.

Porém, Jânio continuou a pressionar a CMTC mediante questionamento da conduta do próprio prefeito, acusando a companhia de não cobrir adequadamente os percursos necessários para atender uma parcela significativa da população paulistana, moradora nos bairros periféricos. Também solicitou esclarecimentos sobre a compra de ônibus, acusando a gestão de não abrir concorrência pública, um requisito fundamental para promover a moralização administrativa.

Reforçando essa linha de atuação, Jânio passou a questionar o excesso de comissionamento de funcionários públicos, as contratações irregulares e desnecessárias, as vendas de túmulos nos cemitérios, os

20. FRANCO, Cid. *Anotações de um cassado*. São Paulo, Livraria Martins Ed., 1965, p. 63.

21. *Idem*, *ibidem*, p. 64.

abusos no uso dos carros oficiais, a inexistência dos concursos públicos e a falta de concorrência pública para qualquer serviço executado pela Prefeitura.

Alguns requerimentos desse período prenunciavam a forma de cobrança dos famosos bilhetinhos enviados por Jânio ao ocupar cargos executivos, exigindo explicações e uma maior atuação do Poder Público:

Requerimento nº 95-48:

“Sr. Presidente:

1. Deu o Presidente à locação as dependências em que está instalado o ‘bar’ do Teatro Municipal?
2. Em caso afirmativo, quais são essas dependências?
3. Qual o locatário?
4. Qual o ‘quantum’ da locação?
5. Houve concorrência pública para essa locação?”²².

Outro exemplo desses requerimentos nos é dado pela cobrança do uso dos carros oficiais:

Requerimento nº 102-48:

“Requeremos, ouvido o Plenário, sejam solicitadas à Prefeitura as seguintes informações:

1. Qual o número de carros oficiais de passeio de que dispõe a Prefeitura?
2. Quais os funcionários municipais com direito ao uso e emprego de carros oficiais?
3. Qual a latitude desse uso e emprego, isto é, quais os direitos desses funcionários na utilização dos respectivos carros?”²³.

Em ambos os requerimentos, é nítida a cobrança feita à atuação da Prefeitura por ter desrespeitado as exigências legais, ou seja, não realizou concorrência pública para a locação do bar no Teatro Municipal e utilizou a propriedade do povo fora do horário do expediente normal de trabalho.

O principal objetivo de Jânio Quadros, ao defender a moralização administrativa, era acabar com os privilégios e as regalias de determinados

22. Anais da Câmara Municipal, sessão de 23/02/1948.

23. *Idem*.

grupos detentores da máquina administrativa. Suas denúncias atingiam diretamente as gestões do PSP de Adhemar de Barros, que se tornou seu principal inimigo político.

A idéia que permeia essa visão janista é a de que, cumprindo a lei e a Constituição, se fará justiça para todos. A tarefa do Poder Público é a de atender a todos os interesses indiscriminadamente, prevalecendo a justiça imparcial. A administração dos assuntos públicos, seguindo esse raciocínio, se restringe a uma técnica de ação, isenta de interesses particulares e partidários.

A ação política de Jânio Quadros também se apoiou na denúncia da desagregação dos usos e costumes na sociedade paulistana, o que o levou a adotar a defesa de certos valores que, segundo acreditava, preservariam a moral. A batalha particular por ele travada, a favor da sua visão de moralização dos usos e costumes, implicou, em determinado momento, a defesa da censura prévia.

Em uma sessão da Câmara Municipal, Jânio solicitou que fossem adotadas medidas contra a exibição de filmes cinematográficos considerados pornográficos. Ampliava suas críticas ao comércio de livros, revistas, desenhos e fotografias, livres da fiscalização do Poder Público. Vale citar alguns de seus argumentos para exigir um maior controle sobre as obras de arte: “Indicamos ao Sr. Prefeito sugerir ao Sr. Delegado de Costumes, através da Secretaria de Segurança, providências rigorosas contra a exibição, sem esclarecimentos prévios ao público, de produções cinematográficas do gênero livre, que sob o pretexto de trabalhos de arte, encerram grosseiras imoralidades vexatórias da audiência desavisada. Justificação: Há meses foi exibida em cinema desta cidade a película ‘Extase’ e ora se exhibe na mesma tela ‘Follies Bergér’. Ambas, segundo a crítica unânime, são produções obscenas, que constroem, énvergonham e revoltam a assistência desprevenida do conteúdo dessas películas – que deveria ser objeto de aviso obrigatório e explicativo, por parte da direção do cinema, aos frequentadores.

(...) tantos danos e tantos males causam, sobretudo à nossa juventude desprevenida.

(...) se a liberdade de pensamento se encontra assegurada na Constituição Federal, não é menos certo, que a Constituição admite a responsabilidade pelo Poder Público daquele que confundir liberdade de pensamento com licenciosidade de pensamento”²⁴.

24. *Idem*, de 09/04/1948.

Em outra sessão, além de atacar as revistas pornográficas que “infestam” as bancas de jornais, criticava “a chamada literatura infantil, a literatura dos ‘brucutus’ e dos ‘popeys’, destes indivíduos ou personagens, que representando a força bruta, que representando a violência, inculcam, nas crianças, idéias, princípios, razões, crenças e orientação que dificilmente o lar e a sociedade, depois, pelos seus elementos moderados e decentes, conseguem alijar”²⁵.

Adotando a linha de guardião dos costumes e da moral da sociedade, denunciava também os espetáculos circenses que, mediante gestos e palavras, com “imoralidades gritantes”, traziam sérios danos à formação moral das crianças. Exigia que a Secretaria de Segurança e o Juizado de Menores fiscalizassem e policiassem esses espetáculos.

Comentava ainda que “as casas de cômodos cuja atividade consiste na locação de quartos a casais para o fim do comércio sexual, eis que a proliferação das mesmas e sua localização em zonas residenciais vêm causando grave dano à moral e aos bons costumes”²⁶.

Nesse mesmo ano de 1949, o vereador apresentou um projeto propondo a proibição do lança-perfume, sob o argumento de que trazia riscos, podendo provocar lesões sérias ao globo ocular²⁷, além de viciar seus usuários, por conter éter no seu preparado.

Também foram condenados os jogos de azar, como o jogo do bicho e o bingo, considerados verdadeiras ameaças à sociedade. No caso do bingo, argumentava que esse jogo: “ameaça infeccionar o pouco que permanecia bom na sociedade(...) É o víspora. Mas, vicia. Deita raízes. Torna-se uma volúpia”²⁸.

Algumas casas de loteria foram denunciadas por manterem anexo uma sala destinada ao jogo do bicho, considerado jogo de azar e contravenção. Exigia que tais casas fossem proibidas de funcionar e tivessem suas licenças cassadas: “...considerando que o poder público, maximé o federal, vem promovendo patriótica e moralizadora campanha contra jogos de azar”²⁹.

Jânio Quadros condenava, mediante suas denúncias, a permissividade existente na sociedade paulistana. Atacava e ao mesmo tempo reafirmava medidas do Poder Público, da Secretaria de Segurança,

25. *Idem*, de 30/08/1948.

26. *Idem*, de 10/06/1949.

27. Jânio Quadros ficou cego de um olho devido a um acidente com lança-perfume.

28. Anais da Câmara Municipal, sessão de 29/09/1949.

29. *Idem*, de 15/03/1948.

visando salvaguardar a moral e os bons costumes, extirpando o mal que proliferava na cidade de São Paulo. Considerava a sua luta como uma cruzada a favor da moralização dos costumes, combatendo, com suas denúncias, a desagregação do indivíduo, da criança e da família.

O vereador Jânio Quadros imprimia um tom peculiar à defesa condicional das liberdades democráticas, marcado pela parcialidade da sua definição. As liberdades democráticas que defendia relacionavam-se a questões conjunturais delimitadas a situações específicas, vivenciadas pela Câmara Municipal e por ele particularmente. Não se colocava como um defensor dessas liberdades no sentido liberal, já que era a favor de uma maior fiscalização, defendendo, em certos casos, a censura prévia a obras que atentassem à sua visão de moral e de bons costumes.

Como exemplo dessa posição pragmática na defesa da liberdade de expressão, vale citar um evento em que Jânio Quadros foi o principal protagonista. Em começo de setembro de 1949, ele solicitou autorização para pronunciar uma palestra em prol da Paz e da Liberdade no centro Esotérico da Comunhão de Pensamento. No entanto, a Câmara recusou o pedido e o DOPS intimou-o a prestar esclarecimentos. Em resposta a essa recusa, pronunciou um discurso na Câmara marcado por um tom de revolta: “Proíbe a Polícia manifestações a favor da Paz e da Liberdade. Cerceia minhas atividades e procura silenciar minha voz”³⁰.

Na mesma ocasião, a Câmara Municipal, após realizar uma série de considerações a favor e contra, resolveu conceder permissão para que Plínio Salgado, ex-integralista e líder do Partido de Representação Popular, pronunciasse uma palestra no Teatro Municipal.

O primeiro evento foi proibido por ter no comitê organizador membros do extinto PCB; já o segundo, além de autorizado, até recebeu um aval do DOPS. Jânio denunciou o tratamento diferenciado, reafirmando a defesa da livre expressão de pensamento: “Não sou daqueles que defendem esquerdistas para condenar direitistas, sou daqueles que acreditam que a liberdade é una e indivisível e concede então a todos, indistintamente, o direito de expor suas idéias e de procurar seus ideais”³¹.

Outro fato elucidativo refere-se à entronização de Cristo na Câmara Municipal, que demandou longos debates sobre a religião católica e outras seitas religiosas no Brasil. Com relação a essa questão,

30. *Idem*, de 13/05/1949.

31. *Idem*, de 20/05/1949.

Jânio Quadros após declarar o seu voto, contrário à entronização, justificou-o com o seguinte argumento: "... sou católico-apostólico-romano. Mas me parece, Sr. Presidente e meus colegas, que eu devo ter Cristo na minha casa ou no meu corpo, e a um tempo, em minha casa e no meu corpo. Não devo, não posso, como legislador, pô-lo na parede de uma Câmara porque, de alguma forma, eu estaria contribuindo para contrariar os sentimentos da minoria"³².

Suas ponderações visavam defender as minorias religiosas e a separação entre a política e a religião: a primeira entendida enquanto uma questão pública, e a segunda como uma postura particular de conduta de vida.

Em uma ocasião denunciou em plenário a prisão de operários que realizavam uma manifestação, protestando contra a maneira como estava sendo tratada a questão social:

"Protesto

Tendo chegado ao nosso conhecimento a prisão de operários de uma fábrica de tecidos, no Cambuci, bem como a detenção sábado, cerca das 13 horas, de mulheres que afixavam cartazes do Movimento Pró-Paz, enviamos à mesa nosso veemente protesto contra ambas as arbitrariedades da Polícia perpetradas contra gente ordeira e humilde, reivindicando melhoria de salários, no primeiro dos casos, e entregue a uma nobre campanha de fraternidade e solidariedade humanas, no segundo"³³.

A defesa a favor das duas reivindicações, presentes nessas manifestações — melhoria salarial e movimentos pela Paz —, acabou repercutindo em determinados setores da esquerda. Devido ao seu engajamento nessas causas, recebeu uma carta de presos políticos solicitando a sua intervenção para denunciar em plenário as condições precárias em que viviam na prisão. Por meio de um requerimento, encaminhou a carta, solicitando que fossem tomadas providências em face das irregularidades apresentadas nesse documento"³⁴.

É importante ressaltar que suas defesas relacionavam-se a uma situação muito particular: a das perseguições desencadeadas durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, que, após o rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética e a política da Guerra Fria,

32. *Idem*, de 19/01/1949.

33. *Idem*, de 21/03/1949.

34. *Idem*, de 18/11/1949.

recomeçou a repressão aos comunistas e às manifestações públicas a favor da solidariedade e fraternidade entre os homens.

O procedimento adotado por Jânio Quadros de questionar constantemente o Poder Público, exigindo o cumprimento de normas legais, tornou-se uma das diretrizes políticas mais presentes na sua carreira política.

Nas suas andanças pela cidade de São Paulo, chamava a atenção principalmente para a extrema desigualdade social, a não-aplicação das leis, a desordem e a ineficácia dos poderes constituídos. Tal situação, denunciada em diversos momentos na Câmara Municipal, era considerada decorrente não só de uma administração pública doente, ineficiente, incapaz e débil, mas também da existência de elites políticas corrompidas, cujos líderes não tinham consciência de suas responsabilidades perante a nação, pois, ao ascenderem ao poder, defendiam somente seus interesses particulares.

A política é compreendida como um instrumento a ser utilizado para restabelecer a ordem na sociedade, cabendo tal tarefa ao Estado. Segundo essa concepção, contrariando sua posição de "liberal", o Estado, enquanto agente político, deve assegurar o bem-estar físico e a integridade moral dos cidadãos, considerados incapazes de se proteger desses abusos. Caberia ao Estado organizar a sociedade, estabelecendo normas, regras, limites para a manutenção da ordem e da harmonia na sociedade. A todo momento, o Poder Público é chamado a intervir: seja regulamentando, fiscalizando, ou restabelecendo o cumprimento da lei; seja organizando a sociedade, educando os cidadãos e reeducando as elites políticas.

Esse primeiro momento na carreira política de Jânio Quadros permite afirmar que as bases de suas concepções e seu modo de atuar estão lançados. Certos traços o acompanharão durante toda a sua trajetória política: defesa da moralização administrativa, moralização dos usos e costumes, e principalmente a importância primordial que atribui ao Estado como o agente político controlador, fiscalizador e educador da sociedade.

Capítulo 2

A Assembléia Legislativa de São Paulo (1951-1952)

2.1 Dos Bairros Periféricos da Capital ao Interior do Estado

Na passagem da Câmara Municipal para a Assembléia Estadual, Jânio Quadros foi compondo uma imagem política associada à modernização e à eficiência da administração pública, apresentando-se como um novo político, cuja prática baseava-se em critérios impessoais e na defesa da racionalização do Estado.

Nascia, assim, um novo estilo, muito pessoal, de liderança política, baseado em um “marketing político” que envolvia um sistema de comunicação estruturado a partir da autovalorização, das denúncias constantes de irregularidades administrativas e do uso sistemático da imprensa. Essa estratégia tinha grandes possibilidades de sucesso, pois apoiava-se em um discurso sedutor para expressivas camadas da sociedade. Além do mais, era posta em prática por um homem que se utilizava das suas especificidades físicas e intelectuais e da sensibilidade em levantar temas e fatos de imediato interesse da sociedade.

Nesse período, Jânio voltava-se principalmente aos setores populares, respaldando seus interesses. Sua preocupação com os trabalhadores fez com que certos setores da esquerda ficassem atentos e simpatizassem com a sua atuação política. Pode-se inclusive pensar em um Jânio pragmático, uma vez que várias de suas propostas voltavam-se no sentido de sanear os problemas sociais que atingiam, sobretudo, a população carente. Associava, assim, de uma forma muito particular, o

discurso à prática, retomando os temas da reabilitação social, moralização dos costumes e Estado fiscalizador e educador.

Conforme J. B. Vianna de Moraes, essa eleição demonstrou que: “Jânio passou a ser encarado inquestionavelmente como uma revelação política. Ele saiu de todos os padrões convencionais. Tem-se a impressão que ele tinha necessidade de uma tribuna para revelar-se, não uma tribuna jurídica, mas uma tribuna política”¹.

A atuação de Jânio como vereador foi considerada positiva por uma parcela razoável do eleitorado de São Paulo, tanto que a repercussão de seu desempenho lhe garantiu uma vaga no Legislativo, pelo PDC. Nessa eleição, obteve 17.840 votos, sendo o candidato mais votado para a Assembléia Legislativa daquele período, seguido por José Porphírio da Paz, do PTB, com 16.122 votos, e Juvenal Lino de Matos, do PSP, com 14.763 votos. Também foram eleitos, pelo PDC, Yukishigue Tamura, Manoel Vitor de Azevedo, Miguel Petrilli e Antonio Fláquer, obtendo, respectivamente, 6.220, 5.372, 4.455 e 3.798 votos.

O PSP detinha 22,4% da composição da Assembléia Legislativa de São Paulo, no período de 1951-1955; seguido pelo PTB com 15,8% o PTN e a UDN com 13,1% cada qual; o PSD com 11,8%; o PDC com 6,6% o PR com 4,0%; o PSB, o PRT, o PRP e dois deputados sem partido com 2,6% cada um; e o PST e o PL com 1,4% de representação cada ².

Para se eleger com essa expressiva votação, Jânio obteve apoio de alguns bairros periféricos e de algumas categorias profissionais, que mereceram sua atenção especial. Sua campanha estendeu-se não apenas aos bairros, mas também ao interior do Estado de São Paulo. Além das cédulas elaboradas para distribuição entre os eleitores, também foram confeccionados cartazes com os dizeres: “Jânio pede o seu voto”.

Em 14 de março de 1951, tomou posse na Assembléia Legislativa. Chegou a ocupar a liderança da bancada do PDC e exerceu seu mandato por dezoito meses, período em que sedimentou a sua liderança.

Nessa época, o quadro político em São Paulo estava assim constituído: o prefeito Asdrúbal Euritysse da Cunha deixa o cargo, assumindo, em seu lugar, Lineu Prestes, que governou o município de 28/02/1950 a 31/01/1951. Prestes havia sido reitor da Universidade de São Paulo e senador pelo PSP e ficou conhecido como o “Prefeito dos

Bairros” devido às suas obras de pavimentação de ruas, galerias públicas e pontilhões na periferia.

Em 1950, Lucas Nogueira Garcez, eleito pelo PSP com cerca de 47% do total dos votos, assumiu o governo de São Paulo. O novo prefeito, por ele nomeado, foi Armando de Arruda Pereira — engenheiro e presidente do Centro das Indústrias e do Rotary Internacional —, que administrou a cidade de 01/02/1951 a 07/04/1953.

O PSP, além de deter os mais altos cargos públicos na política paulista, participava, na pessoa de Café Filho, da Vice-Presidência do governo de Getúlio Vargas. Esse cargo fazia parte de um acordo estabelecido entre Getúlio e Adhemar, para que esse desistisse de concorrer à Presidência no pleito de 1950 e apoiasse a candidatura Vargas.

Assim, foi numa conjuntura de predomínio do PSP e de correligionários de Adhemar de Barros que Jânio Quadros atuou na Assembléia Legislativa.

2.2 Atuação do Deputado Estadual Jânio Quadros

A preocupação de Jânio Quadros, como deputado estadual, foi a de estender sua ação política por todo o Estado de São Paulo, ampliando suas bases eleitorais. Agora, suas visitas não se limitavam apenas aos bairros periféricos, percorria também os municípios do Estado. A principal bandeira de luta continuou sendo a moralização da máquina administrativa do Estado e do serviço público de modo geral.

Jânio Quadros incorporou, em seus pronunciamentos, novas questões além daquelas peculiares à cidade de São Paulo. Nesse período, começou a realizar relatos minuciosos sobre a situação dos demais municípios do Estado, sendo que os problemas referentes ao sistema penitenciário e à segurança pública mereceram atenção especial.

Durante o seu mandato na Assembléia Legislativa, Jânio conseguiu que quarenta dos seus projetos fossem transformados em lei. Dentre estes, encontram-se a abertura de cursos noturnos para atender aos trabalhadores; ponto livre para motoristas de táxi, com a eliminação do monopólio de interesses particulares; construção de casas populares; direitos e vantagens para operadores do serviço de Raios X; estabelecimento da União Paulista dos Estudantes Secundários da capital; fluorização da água como meio de defesa bucal; criação da Casa do Ator, na capital, para abrigar velhos artistas e incapacitados para exercer a profissão; campanha educativa de trânsito; reestruturação do quadro de funcionários da Assembléia Legislativa; concessão de auxílio ao III Congresso Estadual de Estudantes Universitários; concessão de

1. Entrevista com J. B. Vianna de Moraes, em 07/12/1989.

2. Dados coletados no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

transporte gratuito nas estradas de ferro aos comissários de menores; declaração de utilidade pública da “Associação Antialcoólica”; regulamentação de realização de provas de concurso para ingresso no magistério secundário normal.

Jânio recuperou o tema da defesa dos direitos do consumidor e passou a cobrar enfaticamente deveres do Poder Público. Pode-se supor que essa retomada visava despertar a consciência dos direitos do cidadão paulista e cobrar a atuação das autoridades públicas na fiscalização do mercado e dos produtos, e, com isso, defender os interesses do consumidor.

Assim, desencadeou uma série de denúncias: os preços de determinados produtos, considerados abusivos, tais como entradas de cinemas, os brinquedos vendidos durante o período natalino e a casimira, tecido utilizado para a confecção de ternos masculinos. A preocupação de Jânio não se limitava a essas questões, uma vez que atacava principalmente as denúncias relacionadas ao desabastecimento de certos produtos de primeira necessidade do consumidor paulista. Denunciava tanto o mercado negro de produtos básicos como o sal e o açúcar, quanto os preços exorbitantes da carne e do leite. No caso do cimento, apontava a existência de um mercado paralelo, sugerindo que o governo interviesse diretamente na Companhia de Cimentos Portland Perus, de J. J. Abdalla, responsável direta pelo desabastecimento desse produto.

Em um requerimento dirigido ao Poder Executivo, solicitava informações a respeito da carne:

- “1. Quais as providências urgentes adotadas pelo Poder Executivo junto das autoridades federais no sentido de ser sus-tada a vigência da portaria da Comissão Central de Preços, que majora em Cr\$ 2,00 o quilo de carne? É ou não exato que essa majoração reflete-se diretamente no mercado consumidor da Capital e do Estado, sobretudo com o desvio de alimento para o Rio de Janeiro, e com as reivindicações dos marchantes e açougueiros paulistas, que pretendem a paridade dos preços?
2. Procedem as notícias pelas quais o Prefeito de São Paulo se comprometeu a fornecer ao Distrito Federal oitocentas toneladas de carne por semana? Na afirmativa, não implicará o

fornecimento em danos para a normalidade do abastecimento deste Estado? Na afirmativa, ainda, qual o preço fixado para o quilo dessa carne? Corresponde aos preços satisfeitos pelo consumidor paulista?”³.

Nesse requerimento, além de questionar a lisura da transação comercial estabelecida entre o prefeito Armando Arruda Pereira e o governo do Distrito Federal, acusava diretamente o Poder Público de não controlar os preços do produto e de provocar o desabastecimento da carne no mercado paulista. Atribuía todos esses problemas à incompetência e irresponsabilidade das autoridades municipais, estaduais e federais.

Com relação ao leite, exigia que o Poder Executivo punisse alguns produtores, chamados de gananciosos, por terem majorado o preço deste produto, e restabelecesse os preços anteriores.

Para comprovar a má conservação dos alimentos consumidos pela população, Jânio Quadros levou ao plenário da Assembléia Legislativa um litro de leite podre, para que seus colegas confirmassem *in loco* como o alimento estava deteriorado: “No leite, Sr. Presidente, encontraram-se culturas de larvas de moscas, além de corpos estranhos de toda a espécie e natureza.

Aqui está para um exame a olho nu (exibe um litro de leite) aquilo que a Cia. Vigor distribui à população de São Paulo sob o rótulo de alimento. A olho nu é possível ver no litro, impurezas que autorizam duvidar da existência de qualquer serviço que acautele a saúde da população”⁴.

As bebidas “água tônica” e “guaraná” foram consideradas inadequadas ao consumo, pelo Instituto Adolfo Lutz, por conterem uma substância nociva à saúde do consumidor — o álcool fosfórico e a trimetilxantina, incorporada às fórmulas com medidas inexatas. Apesar do parecer contrário do Instituto, tais bebidas foram liberadas. Diante desse fato, Jânio advertiu: “Cuidarei do assunto exaustivamente, no momento próprio. Pedirei, aí, a responsabilização daqueles que não cumprem, à risca, e com o rigor indispensável, os diplomas legais, beneficiando, assim, os interesses que não são os do povo”⁵.

3. Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo, sessão de 19/04/1951.

4. *Idem*, de 07/08/1951.

5. Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo, nov. 1952 — requerimento nº 1.031.

Devido a interesses econômicos das indústrias, produtos nocivos à saúde pública continuavam sendo liberados para o consumo. Jânio Quadros acusava sistematicamente o Poder Público de não exercer a fiscalização, julgando-o corrupto, e estendia suas críticas à Secretaria da Saúde e a todos os funcionários envolvidos com este setor, pois eram coniventes com tais irregularidades.

Com relação ao sistema penitenciário e à segurança pública, apontava uma série de irregularidades nesses serviços, destacando a situação do presídio na ilha Anchieta. A partir de dados fornecidos pelos próprios detentos, Jânio fazia relatos na Assembléia Legislativa: "Recebi, de um detento da Ilha Anchieta, uma carta que mereceu um requerimento já enviado à Mesa. Que diz o detento? Que, naquela Ilha, não há nenhum médico, não há nenhum enfermeiro; que as condições alimentares são dolorosas e existem, reclusos nela, cidadãos cuja pena já se encontra vencida"⁶.

As condições precárias vividas por detentos de outros presídios também foram denunciadas ao juiz corregedor dos presídios e ao Poder Público, através da Secretaria de Segurança. As críticas com relação ao sistema penitenciário giravam em torno de: casos de fugas, arbitrariedades, remoções irregulares de presos, violências praticadas no presídio do Hipódromo.

Nos seus relatos Jânio revelou casos de presos que já teriam cumprido suas penas e que ainda permaneciam detidos em decorrência da morosidade da Justiça. Com o objetivo de agilizar o sistema judicial, propôs, enquanto projeto de lei, a ampliação das varas criminais.

O importante, conforme deixava entrever Jânio, era recuperar a imagem desses serviços públicos, desmoralizados principalmente pelas irregularidades cometidas por diretores de cadeias públicas e policiais envolvidos em casos de corrupção.

Assim, por exemplo, não era incomum a utilização dos serviços de presos para consertos ou reforma de casas, como ocorreu com o diretor da cadeia pública de Santos. Esse diretor também implantou a prática do boxe, da luta livre e de outras modalidades de luta entre os detentos. Na avaliação de Jânio, a adoção desse esporte incentivaria ainda mais a prática da violência entre os presos, considerados "marginais" e "delinquentes".

6. Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo, sessão de 17/04/1951.

A Secretaria de Segurança não escapava às críticas, por dispensar tratamentos diferenciados na resolução dos problemas. Em certa ocasião, houve um caso de rapto envolvendo, de um lado, um grande industrial e, de outro, a filha de um operário. O primeiro caso foi rapidamente resolvido, enquanto que o segundo recebeu pouca atenção por parte das autoridades policiais.

Há também o registro do homicídio de um policial, executado por um delinqüente comum. A ação dos colegas policiais foi imediata: caçaram o assassino, e por pouco não o lincharam. Diante de tal agilidade, Jânio comentou: "Registre-se o sucedido para registrar-se também que o povo gostaria de observar por parte dos investigadores, o mesmo ímpeto e o mesmo zelo nos trabalhos referentes aos diversos casos que lhe são presentes, todos os dias e alguns tão graves, tão revoltantes e tão dolorosos quanto o atual. Gostaria de receber, na elucidação desses casos, a mesma indignação e a mesma eficiência nos agentes da ordem pública. Gostaria de identificar, nesses agentes, o mesmo interesse de bem servir, sobre pairando interesses políticos, econômicos, de classe ou domésticos"⁷.

Igualmente, Jânio cobrou do Poder Executivo explicações sobre a fuga de menores ocorrida no Serviço Social de Menores entre os anos de 1951 e 1952. Pedia informações detalhadas — se os menores foram recapturados, sexo dos fugitivos, causas e falhas do setor. Uma vez que o episódio envolvia cerca de 400 crianças, o assunto exigia urgência: "O fato, sem qualquer dúvida, indica a presença de deficiências, lacunas, erros e necessidades que precisam ser encaradas e resolvidas, com rapidez e firmeza. (...)Algo terrível sucede nesse setor vital do governo, impossibilitando-o de ajustar o menor sob custódia, à vida disciplinada, da essência da sua recuperação e do seu aproveitamento pelo meio social"⁸.

Com relação à questão da Segurança, solicitava maior policiamento não só na capital como também no interior. Acreditava que a falta de segurança e de policiamento era a responsável pelo aumento dos roubos e da criminalidade: "São Paulo é uma cidade despolicada! Não há segurança em bairro algum"⁹.

O deputado estadual entendia que tais problemas só seriam resolvidos após a implantação da moralização administrativa. Considerava

7. *Idem*, de 02/06/1952.

8. *Idem*, de 12/11/1952.

9. *Idem*, de 28/06/1951.

indispensável que o povo tomasse conhecimento dos resultados da sindicância realizada, naquela ocasião, na polícia para apurar casos de corrupção existentes no setor. Acreditava que “a divulgação dos nomes (dos implicados em casos de corrupção) precisa ter a máxima amplitude, e são quatro as razões que a impedem: indicar o governo a sua determinação impiedosa; expor como cumpre, os desonestos e os arbitrários à execração comum; dar, aos elementos idôneos a satisfação que lhes cabe, envolvidos, como se acham, pela generalização das notícias, e finalmente, advertir no mesmo passo, os que vacilam na honra e nas obrigações do dever”¹⁰.

A recuperação da imagem desse serviço público só seria conseguida com o expurgo desses “maus elementos” envolvidos com a corrupção. “Deseja-a a moralidade administrativa, que vê no precedente, lição de salutar consequência”¹¹, diz Jânio.

Para ele, a Justiça e a atuação dos serviços públicos ligados à Secretaria de Segurança deviam atuar independentemente de diferenciações de rendas e de categorias profissionais, e estar a serviço de todos os cidadãos indiscriminadamente. A realização de uma reforma administrativa moralizadora era indispensável, pois, somente assim, a imagem da Justiça e do Estado como imparcial poderia ser recuperada.

Os problemas apresentados por Jânio Quadros na Assembléia Legislativa, com relação às regiões e cidades do Estado de São Paulo, envolviam questões ligadas às mais variadas situações: falta de hospitais, médicos, desativação de postos de saúde em cidades como Eldorado Paulista, Itapiúna, Santa Branca e toda a zona da Ribeira; enfermidades em animais na região de Itapeva; falta de segurança na capital e no interior; interrupção de obras na cadeia e no fórum de Olímpia; estradas destruídas na região de Tatuí e Sorocaba; falta de escolas ou desativação em Itapeverica e Mogi das Cruzes; infração das leis protetoras da pesca no Estado de São Paulo, provocando a extinção de milhares de espécies; denúncia do comércio e da pesca ilegal, que afetavam o abastecimento; falta de água em Vila Ipojuca.

Agora como deputado, Jânio continuava criticando a CMTC, voltando-se também para as atividades da Light, empresa estrangeira fornecedora de energia elétrica para o Estado de São Paulo. Denunciava

10. *Idem*, de 16/10/1952.

11. *Idem*.

seus lucros abusivos e o não atendimento às necessidades de iluminação em bairros periféricos da capital.

Numa sessão da Assembléia, indagou se o Poder Público teria condições de responder às necessidades da população com relação à energia elétrica e à construção das usinas hidrelétricas: “A Light guarda esse mistério, e através dele, manipula os altos dividendos que carrega de nossa Pátria para os bolsos dos plutocratas de dois continentes”¹².

A Light, segundo Jânio Quadros, não investiu em algumas regiões do Estado de São Paulo, citando como exemplo o vale do Paraíba que, devido à falta de energia elétrica, tornou-se uma região estagnada. Tomando como referência a inoperância e a falta de interesse dessa empresa, Jânio defendia a presença do Estado na implementação de usinas hidrelétricas, com a finalidade de acentuar o processo de industrialização e desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Nesse período, a situação habitacional em São Paulo se agravava, em decorrência da vinda de migrantes de outros estados à procura de trabalho. A cidade de São Paulo crescia desordenadamente e, devido à falta de moradias, proliferavam favelas em terrenos baldios.

Por essa ocasião, o prefeito Armando Arruda Pereira moveu um processo de despejo contra moradores da favela do Glicério. Jânio pronunciou-se contra o despejo, solicitando a sua suspensão: “O apelo é no sentido de ser sustado o despejo em massa que a municipalidade promove na miserável favela do Glicério. (...) O Sr. Armando Arruda Pereira na execução da iníqua medida, que lança à rua, deixa sem agasalho, sem teto, dezenas de famílias paupérrimas, desgraçadas, inúmeras das quais com crianças de colo, recém-nascidos, ou com velhos alquebrados, ou com enfermos já sem esperanças de cura”¹³.

Ainda como vereador, Jânio Quadros, em uma das sessões da Câmara Municipal¹⁴, manifestara-se mediante uma declaração de voto contrário ao projeto de lei que criaria uma Comissão Comemorativa dos Festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo, por considerar um desperdício do dinheiro público. Agora como deputado, o assunto voltava à tona e novamente posicionava-se contra a festa, que iria ser realizada no Parque do Ibirapuera. O seu argumento era o seguinte: “Estado e Município deram-se as mãos, e dinheiro do povo, tomados em

12. *Idem*, de 14/08/1951.

13. *Idem*, de 12/07/1951.

14. *Idem*, de 06/08/1948.

empréstimo, quedam-se a serviço do programa. Sai, pois São Paulo, às terras do mundo, como dama desnuda e descalça, ataviada com adereços de brilhantes. Desnuda e descalça nos transportes, na água e nos esgotos, na pavimentação, nas comunicações telefônicas e postais, na luz e na energia, na polícia, na assistência aos acidentados, aos miseráveis e aos combalidos”¹⁵.

Considerava São Paulo sem condições de arcar com tais despesas, supérfluas em face das dificuldades vivenciadas por seus moradores. Com relação à utilização do Ibirapuera como espaço para a realização das comemorações do IV Centenário, contra-argumentava: “Nego a quem quer que seja – Governo do Estado, Prefeitura, Comissão – poderes para deturpar o Ibirapuera, fraudar o Ibirapuera, deformar o Ibirapuera, decompor o Ibirapuera. Ele não pertence a ninguém; ele pertence a todos. Há que entregá-lo, e com urgência, ao homem comum... É o único espaço aberto da metrópole em expansão, e a nenhum Poder é lícito trancá-lo”¹⁶.

Nesse período, a Assembléia Legislativa tornou-se palco de longos debates relacionados à questão da autonomia municipal da cidade de São Paulo e Santos, pois estavam proibidas as eleições para a prefeitura nas capitais, nas estâncias hidrominerais e em áreas de segurança nacional. Jânio Quadros posicionava-se a favor da causa “autonomista”, pregando a união de todos para a realização de um comício público, cujo objetivo era pressionar a Assembléia para votar pela autonomia dessas cidades, única forma de assegurar a soberania e a aspiração cívica de seus moradores.

Jânio afirmava que o “Partido Democrata Cristão tem, publicamente, nesta Assembléia, revelado o seu sentido municipalista. Não prega uma coisa, para fazer outra. Prega o que faz, na medida de suas forças, com honestidade e coragem; o que lhe tem valido a crescente compreensão e apoio do eleitorado de São Paulo”¹⁷.

Ao assumir a defesa da causa autonomista, denunciava a interferência de inspetores da polícia do DOPS, por impedirem a circulação nos bairros populares de listas de adesão, preparadas pela Liga Autonomista de São Paulo.

As constantes visitas que Jânio Quadros fazia aos trabalhadores embasavam seus pronunciamentos, em que relatava e denunciava a

15. *Idem*, de 01/07/1952.

16. *Idem*.

17. *Idem*, de 15/09/1952.

situação de certas categorias profissionais; as greves e suas implicações; a falta de fiscalização do trabalho por parte do Poder Público; e o descumprimento das leis trabalhistas por parte dos empregadores.

Ao descrever a situação de algumas categorias de trabalhadores, enfocava, basicamente, questões relacionadas aos salários e às condições precárias de trabalho. Assim, em uma ocasião, ao relatar a situação dos enfermeiros no Estado de São Paulo, apresentou um levantamento realizado em alguns hospitais, como o Sul-Americano, Anchieta, Aclimação e Sanatório Charcot. Acusava os hospitais particulares de pagarem mal seus funcionários e de explorarem os enfermos cobrando preços exorbitantes.

No caso dos baixos salários dos professores do Estado, relacionava-os à má qualidade das escolas e à falta de material didático. Propunha um aumento específico para a categoria e defendia a abertura de concursos públicos para o preenchimento de vagas remanescentes.

Com relação aos trabalhadores rurais, defendia a cessão de terras devolutas para resolver o problema da migração campo – cidade: “O problema da fixação do homem no interior ao solo que ele amanhã o valoriza, é dos mais graves que nos afligem. O êxodo rural resulta, sobretudo, da torpe exploração dos colonos, arrendatários, meeiros e pequenos agricultores, sufocados pelos detentores de vastas glebas em ajustes ou contratos extorsivos, que impossibilitam trabalho profícuo”¹⁸.

Defendia, também, a adoção de medidas que protegessem o homem do campo, tão suscetível a manipulações e sujeito a movimentos estranhos ao seu meio: “Aqui, ali e acolá, despertam-se consciências caboclas, que pregadoras, em boa fé alguns, com malícia, outros, induzem a movimentos que podem degenerar em desordem, em violência e em caos. Só convém o agravamento desse quadro sombrio aos estúpidos e aos irresponsáveis”¹⁹.

Jânio Quadros previa um quadro de violência, caso não fossem resolvidos os problemas do homem do campo. Com o intuito de restabelecer a ordem, apelava para que plutocratas e latifundiários, denominados fariseus, compreendessem a situação existente e dessem condições dignas de sobrevivência para esses trabalhadores. Considerava também indispensável a interferência do Poder Público, mediante a cessão de terras devolutas aos trabalhadores rurais e da

18. *Idem*, de 24/08/1951.

19. *Idem*, de 28/08/1951.

adoção de outras medidas que possibilitassem o restabelecimento da concórdia, da paz e da harmonia no campo.

Outra categoria que mereceu sua atenção, ainda enquanto deputado estadual, foi a dos vendedores ambulantes, discriminados e perseguidos pelas autoridades municipais, que não reconheciam seu direito de trabalho. Jânio defendia esses trabalhadores, denunciando a prisão de alguns vendedores e condenando a ilegalidade dos atos da delegacia da região da Florêncio de Abreu: “Numa destas madrugadas, depois de procurado pelas famílias de alguns destes compatriotas e depois de errar pela cidade à procura de solução para o caso dos homens recolhidos aos xadrezes, precisei ir à residência do Dr. Elpídio Reale e tirá-lo da cama. Tirei, para que os ambulantes voltassem à liberdade(...) Os ambulantes são detidos, são levados à rua Florêncio de Abreu, permanecem em cárceres comuns, no cimento — eu os vi — e em muitos casos sofrem ulterior remoção para o Hipódromo, onde se vêem identificados como vagabundos”²⁰.

Conforme Jânio, a defesa dos vendedores ambulantes estava respaldada em base legal, já que a Prefeitura e o Estado licenciavam esses trabalhadores após o pagamento de uma taxa para exercer o seu trabalho. Apesar de terem a situação regularizada pela municipalidade, eram ameaçados e presos e, algumas vezes, tinham suas mercadorias apreendidas e recolhidas no depósito municipal. Além de cobrar coerência na atuação do Poder Público, denunciava corrupções dentro da máquina administrativa, pois, em alguns casos, as mercadorias não eram devolvidas aos seus proprietários.

As greves ocorridas no setor bancário receberam tratamento especial durante a gestão de Jânio Quadros. Nessa ocasião, o Sindicato dos Bancários de São Paulo convidou o deputado para participar de uma reunião, na qual seriam apresentadas algumas das reivindicações da categoria. A partir desse encontro, Jânio passou a denunciar os bancos Comercial de São Paulo, Central de Crédito e Auxiliar de São Paulo, que obtinham lucros abusivos, enquanto seus funcionários recebiam baixos salários. Assim, voltava à tribuna para interpelar a favor dos bancários: “Mas, desta tribuna, eu formulo um apêlo ao Sindicato dos Banqueiros. Faça-o porque não é possível que eles não compreendam que as necessidades primárias dos trabalhadores devem ser agasalhadas nos tempos

20. *Idem*, de 07/06/1951.

que correm sob pena de se transformarem aquelas necessidades em elementos de agitação... em elementos comprometedores da própria estabilidade democrática”²¹.

Jânio baseava-se no pressuposto de que “é melhor mudar para conservar”. Sugeriu que fossem atendidas as reivindicações dos bancários, antes que “elementos de agitação” os conduzissem a caminhos “perigosos”, que poderiam comprometer a preservação de um tipo de democracia. Dirigia seu apelo ao bom senso e à sensatez dos banqueiros. Aqui, já se pode perceber uma mudança no seu enfoque do significado de greve. Enquanto vereador, apoiava incondicionalmente a greve, mas agora — como deputado —, embora reconheça o direito de greve, tenta alertar para os perigos do movimento paredista, que podem levar as autoridades empresariais e públicas a perder o seu controle.

O setor de transportes também foi atingido por uma onda de greves, envolvendo os empregados das linhas de ônibus particulares, aeroviários, aeronautas e ferroviários da Sorocabana.

Com relação à greve dos aeroviários e aeronautas, Jânio Quadros e o deputado Mendonça Falcão, sem partido, apresentaram um documento exigindo medidas urgentes para resolver os problemas que atingiam esses setores. As companhias de transportes eram acusadas de responsáveis pela decretação da greve, devido à intransigência no trato com os trabalhadores. O deputado Jânio considerava que “é sagrado o direito dos que a declararam dada a recusa, pelas companhias, da tabela de aumento da remuneração, que seria possível com a majoração das tarifas, decretada recentemente sob a autorização governamental”²².

Na greve dos ferroviários da Sorocabana, Jânio acusava o governo pela falta de sensibilidade para atender às reivindicações: “Os ferroviários da Sorocabana encontram-se desesperados. São homens que a fome acúa sob o escárnio infindo das promessas. (...) São farrapos humanos, que a miséria desintegra rapidamente, enquanto os olhos grandes contemplam, estupefatos, como em pesadelo, a prodigalidade do Poder Público, que reajusta, reestrutura e favorece os servidores de altos coturnos, a começar de cima, na razão inversa dos reclamos. E se o desespero faz-se fúria? E se a necessidade, que é o estado de necessidade da lei penal, leva-os à cólera, à greve, à violência... Mexa-se o Governo que há muito tempo estuda, estudamente, estudos!”²³.

21. *Idem*, de 27/06/1951.

22. *Idem*, de 10/12/1951.

23. *Idem*, de 19/03/1952.

Jânio Quadros defendia a greve como um direito do trabalhador, que recorria a esse movimento quando se sentia desprezado e negligenciado por maus patrões. Alertava, no entanto, nos seus pronunciamentos, que a greve incentivada por “forças agitadoras” poderia desencadear ações que escapariam ao controle das autoridades públicas. Exigia que o governo assumisse efetivamente suas funções, agindo com todas as prerrogativas, e deixasse de “estudar”, pois o momento era de ação do Poder Público.

Entendia que a fiscalização do trabalho e do não-cumprimento das leis trabalhistas eram funções específicas do Ministério do Trabalho, as quais não estavam sendo exercidas de maneira adequada por aquele órgão. Para ilustrar sua afirmação citava, como exemplo, o caso de menores de 14 anos que estariam trabalhando em estabelecimentos comerciais e fabris, mediante uma autorização dada pelo próprio Ministério. Diante dessa atitude, o Departamento Estadual do Trabalho se viu desautorizado, não podendo proteger de maneira adequada os menores. A exceção prevista na Constituição Federal transformava-se em regra, acarretando conseqüências danosas aos menores: “As conseqüências V. Excias. conhecem: em 1º lugar, há o aviltamento da mão-de-obra; em segundo lugar, há o desemprego do adulto, para não falar dos aspectos psicológicos e morais, para não falar dos danos que o menor sofre na sua formação, no mais das vezes irreparáveis, produzindo malversações que irão transformá-lo em fardo para a sociedade”²⁴.

A falta de creches nos locais de trabalho e a defesa de oito horas de jornada de trabalho para as mulheres também foram assuntos tratados por Jânio Quadros.

Trabalhadores da Companhia de Melhoramentos, localizada em Caieiras, procuraram o deputado para apresentar queixas de infrações à legislação trabalhista e maus-tratos cometidos por essa empresa. O contato com esses funcionários da Companhia de Melhoramentos — que contava com cerca de 3 mil trabalhadores — levou Jânio a fazer uma declaração onde se considerava “o veículo do proletariado, a voz dele, neste momento”²⁵.

Algumas indústrias, como a J. J. Abdalla, Firestone e Goodyear reduziram em trinta minutos a hora do almoço de seus operários, sob a alegação de que mantinham refeitórios dentro das próprias fábricas. O

24. *Idem*, de 27/03/1951.

25. *Idem*, de 05/07/1951.

Ministério do Trabalho, ao receber a denúncia dos trabalhadores, elaborou um parecer contrário à redução, porém nem todas as empresas acataram imediatamente sua resolução. Então, Jânio acusou a Secretaria do Trabalho do Estado de não fiscalizar adequadamente o cumprimento das leis trabalhistas. Na sua opinião, existia uma distância muito grande entre a lei e a prática: “... a Constituição é logro, é tapeação, é engôdo...”²⁶.

Jânio Quadros sustentava que as leis trabalhistas só seriam efetivamente cumpridas se o Poder Público assegurasse sua aplicação, fiscalizando constantemente as empresas: “Quero crer que é perfeitamente possível a aplicação da Legislação Trabalhista neste regime e em qualquer regime. O que importa é estar o poder público disposto a aplicá-la”²⁷. Porém, via com ceticismo essa possibilidade, pois, na sua concepção, os homens que ocupam cargos públicos são — conforme termos que utiliza em seus pronunciamentos — considerados incapazes, irresponsáveis, parciais, privilegiando somente determinados interesses sociais ou econômicos. Está na base de sua concepção política a idéia de uma autoridade política que seja forte e protetora de todos os cidadãos, sem estabelecer diferenciações, e, para que isso ocorra, basta aplicar a lei e fiscalizar o seu cumprimento.

2.3 Temas Presentes na Gestão de Jânio Quadros como Deputado Estadual

Como deputado estadual, Jânio Quadros notabilizou-se por reforçar a necessidade de se promover uma moralização no setor público, bem como de se defender condicionalmente as liberdades democráticas. Contudo, nessa gestão, Jânio acrescenta um elemento novo — a defesa incondicional da independência e da autonomia do Poder Legislativo em face dos outros poderes.

Olavo Fontoura, proprietário do Laboratório Fontoura-Wright e da Rádio Cultura, futuro financiador da campanha de Jânio para a Prefeitura de São Paulo em 1953, reforçou a sua imagem e a sua presença na Assembléia. O jornal *A Hora* publicava diariamente os requerimentos apresentados pelo deputado, sublinhando os aspectos moralizadores

26. *Idem*.

27. *Idem*, de 27/03/1951.

neles contidos. Jânio Quadros soube fazer-se presente na imprensa, criando fatos.

Jânio começou esse processo de moralização denunciando uma série de irregularidades ocorridas nas Secretarias da Segurança, Educação, Trabalho, Fazenda, Transportes e na Assembléia Legislativa.

Também na área da Segurança várias irregularidades apareceram, além daquelas apontadas anteriormente, com relação tanto ao sistema penitenciário quanto à segurança pública.

Em uma sessão da Assembléia relatou o caso que envolveu o delegado de polícia de Tabatinga, Gilberto Cassinelli Porto, que, ao tentar combater o jogo no município, contrariou os interesses do presidente do Diretório do PSP local, Armando Angelino Del Duca.

Por ocasião de uma batida policial, um jogador, amigo do presidente do PSP local, foi preso em flagrante, porém colocado em liberdade em seguida, por interferência direta desse. O delegado, após esse confronto com o PSP local, foi transferido para outro município. Jânio, ao tomar conhecimento desse fato, pediu informações ao Poder Executivo: "Quais as providências urgentes adotadas pelo Governo para esclarecer com rigor os fatos ora denunciados, a bem da moralidade e do prestígio da Polícia e da moralidade da Administração?"²⁸.

Outro caso de afastamento militar das funções, comentado por Jânio, foi o envolvimento do capitão Rolim de Moura, pertencente ao Corpo de Bombeiros, em uma denúncia da situação precária vivida pelo setor. O capitão acabou sendo punido pela corporação, perdendo suas promoções, além de ter sido processado, condenado e preso. Como punição, foi transferido para o interior. Jânio Quadros, ao saber do fato, manifestou seu apoio, exigindo um ressarcimento de sua situação.

A convivência da polícia com bandidos foi igualmente denunciada, quando o deputado relatou a presença de criminosos trabalhando na Delegacia de Roubos, autorizados por inspetores, com permissão para usar distintivos e armas de fogo.

Em uma de suas visitas, Jânio conheceu as péssimas condições do Posto de Assistência Policial na capital. Imediatamente, enviou um requerimento, dirigido à Secretaria de Segurança, expondo a situação do referido posto. Aproveitou esse mesmo documento para justificar suas visitas a certos setores da administração pública: "... Quando vereador à Câmara Municipal de São Paulo, adotei a prática das visitas de surpresa

28. *Idem*.

aos diversos setores da administração da comuna para conhecer das regularidades e irregularidades no andamento dos negócios respectivos. Colhi os melhores resultados com essa prática e me dispus a estendê-los às novas obrigações contraídas com a minha eleição a esta augusta Assembléia"²⁹.

Nessa passagem do requerimento, Jânio esclarecia que a sua atuação como vereador foi altamente eficaz, exatamente porque introduzira uma nova prática parlamentar: a de realizar visitas inesperadas em setores da administração pública. Considerava tal procedimento positivo, pois, desta forma, podia fiscalizar diretamente órgãos ligados ao Poder Público, controlando melhor a atuação do Executivo.

A defesa da realização dos concursos públicos para admissão de funcionários da máquina administrativa do Estado foi uma das batalhas travadas por Jânio com o intuito de promover uma moralização no serviço público em geral. Tal proposta decorria das constantes contratações irregulares ocorridas em vários setores da administração pública.

Outro caso de corrupção denunciado por Jânio envolvia o diretor da Escola Normal "Caetano de Campos". O Centro Acadêmico foi fechado após denúncia feita pelos alunos do funcionamento irregular da Cooperativa Escolar daquele estabelecimento, que, segundo eles, era explorada comercialmente por um dos professores, com a permissão do diretor e do superintendente da escola.

Além das batalhas do concurso público, do combate à impunidade e à corrupção, Jânio também defendia a austeridade da autoridade pública. Um exemplo dessa batalha é fornecido pela crítica que fez à comemoração promovida pelo Poder Legislativo, por ocasião da passagem da Constituição estadual. A festa foi realizada no Palácio "Nove de Julho", com a contratação de um *buffet* que serviu champanha aos convidados, no recinto da Assembléia Legislativa. Além de criticar o local de comemoração, apontava o desrespeito à sociedade paulista, em que imperava a pobreza, a miséria e o desamparo.

A esse respeito, assim se manifestou o deputado: "O Palácio '9 de Julho' deve ser o exemplo da austeridade não apenas nos seus atos, na sua vida interior, mas, e também, na sua aparência, na sua vida exterior, na ostentação dessa vida. Este 'Palácio' é o refúgio do povo; o búzio que

29. *Idem*, de 11/04/1951.

recebe todas as queixas, e as transforma, pelo milagre da representação popular, que lhe dá soberania e autoridade, na voz livre e poderosa, que sugere, adverte e condena”³⁰.

Seguindo essa linha de conduta, Jânio também propôs alterações na Assembléia Legislativa, visando moralizar e valorizar o Poder Legislativo. Em requerimentos encaminhados nas sessões da Assembléia, exigia informações sobre: funções exercidas por funcionários desse setor; comissionamento de inspetores e policiais; utilização irregular de veículos oficiais.

O caso que mereceu maior destaque e repercussão dentro e fora da Assembléia envolveu a compra de um carro “Cadillac” feita pela Presidência da Assembléia Legislativa, em plena vigência do recesso parlamentar e sem concorrência pública.

A sessão do dia 28 de maio de 1951 foi ocupada integralmente por discussões em torno do caso “Cadillac”. Em um pronunciamento exaltado, Jânio declarou: “Que autoridade temos nós, desta Casa do Parlamento para verberar, como vimos fazendo, excessos, desmandos no Executivo, quando a própria Assembléia, por causa de um ‘Cadillac’, manda a lei as urtigas?”³¹.

Para redimir a imagem da Assembléia, sugeriu a punição do funcionário envolvido e o cancelamento do contrato de compra.

Alguns parlamentares, indignados pela delonga dos debates, entraram em conflito direto com Jânio Quadros, ao ponto de o presidente da Assembléia, Diógenes Ribeiro de Lima, em entrevistas aos jornais *O Tempo* e *O Diário de São Paulo*, criticar as atitudes e os requerimentos de Jânio por considerá-los criadores de um ambiente de desprestígio para a Assembléia.

Ao comentar tais entrevistas, Jânio Quadros dizia não se intimidar com as ameaças do deputado, argumentando não pertencer à classe política passiva: “Noventa e nove por cento da atividade política são logro, são engodo, e eu me orgulho de não possuir um vasto passado político. Meu passado político é de apenas três anos. Mas ele está aí, à análise, ao exame atento de cada passo que dei...”³².

30. *Idem*, de 19/09/1952.

31. *Idem*, de 28/05/1951.

32. *Idem*.

O deputado Manoel Victor, do PDC, também endossava as críticas feitas a Jânio, afirmando que “O PDC existe para trabalhar nas altas esferas(...) para o bem social. Não interessavam ao partido as futricas internas”³³.

Sentindo-se agredido, Jânio contra-argumentou: “V. Excia. está redondamente enganado. O PDC não pode distinguir entre a grande e a pequena irregularidade”³⁴.

Também caracteriza esse período a constante afirmação de Jânio Quadros acerca de sua independência enquanto parlamentar. Considerava-se um político diferente dos demais, pois não fazia conchavos e não pertencia a grupos políticos, o que o mantinha livre de pressões e livre para exercer o seu mandato parlamentar. Chegou, inclusive, a entrar em conflitos com parlamentares do seu próprio partido, quando solicitou o desligamento de quatro deputados estaduais do PDC, por considerá-los comprometidos politicamente com o governador Lucas Nogueira Garcez. O PDC acabou contando apenas com o próprio Jânio na sua bancada³⁵, que se considerava “um homem que presta contas a si mesmo”³⁶.

Um outro fato foi utilizado por Jânio Quadros para reafirmar sua concepção negativa da política e dos políticos tradicionais. O deputado Almeida Pinto, do PSD, em uma das sessões da Assembléia Legislativa, procurando justificar os erros cometidos pela administração pública, citou o provérbio “Errar é humano”. Jânio Quadros, comentando a citação do colega, ironizou: “Perfeitamente. É humano. Daí eu entender que os homens do governo são humanos, porque erram sempre: erram constante e ininterruptamente. Humanos como ninguém! Quase personificam a humanidade”³⁷.

Jânio questionava os seus colegas políticos a respeito do princípio que deveria nortear a atuação das autoridades públicas. É possível afirmar que, para ele, o desrespeito às normas constituídas e a arbitrariedade das autoridades na condução dos negócios públicos eram uma das causas principais da descrença da classe política por parte dos

33. *Idem*.

34. *Idem*.

35. Os deputados desligados do PDC foram: Antônio Fláquer, Manoel Victor de Azevedo, Miguel Petrilli e Yukishigue Tamura.

36. Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo, sessão de 28/05/1951.

37. *Idem*, de 05/07/1951.

cidadãos. Defendia claramente tanto a independência do Legislativo quanto as relações orientadas pela imparcialidade e pelo respeito às leis vigentes, conforme demonstra esta sua afirmação: “O povo exige fiscalização minuciosa, completa, detalhada, concludente de cada ato, de cada um dos três poderes. E este, então, o nosso, que tem por dever fiscalizar os dois outros, é aquele que deve exercer autofiscalização terrível, impiedosa, sob pena de comprometer-se e perder, no compromisso, a independência moral de que carece”³⁸. Nesse momento de sua carreira, enquanto deputado estadual, Jânio Quadros posicionava-se explicitamente a favor da autonomia e independência do Legislativo, o que foi se alterando radicalmente em outros períodos de sua vida política.

O combate à prostituição continuou sendo um dos focos da atuação do deputado Jânio Quadros, que não se cansava de expedir requerimentos à Secretaria de Segurança, denunciando a existência de prostíbulo e cabarés em áreas residenciais. Para reforçar seus pronunciamentos, citava petições e abaixo-assinados de moradores das regiões de São João Clímaco e Bom Retiro, solicitando a interferência da polícia para fechar essas casas. Num de seus pronunciamentos indagou se “tem a Secretaria ciência dos vexames e dos riscos a que se encontravam sujeitas as famílias do bairro e, ainda, dos graves danos morais sofridos pelas moças que nele residem, expostas aos riscos de ambiente corrupto?”³⁹.

Para Jânio Quadros, cabia à Secretaria de Segurança a ação moralizadora dos costumes, porém considerava insuficientes para resolver o problema: o fechamento dos prostíbulo e a repressão de pessoas envolvidas. Certa ocasião, esclareceu sua posição, ao comentar uma reportagem do *Diário da Noite*: “Comoveu-me também o relato feito pelo *Diário da Noite* da diligência silenciosa, do delegado de Costumes, no sentido de recuperar jovens transviadas, oferecendo-lhes meios de reintegração na sociedade. Aí está a polícia de nossos sonhos: humana, justa, altruística, generosa, que não se limita a definir responsabilidades, a castigar, a reprimir, mas ampara, assiste, conforta e estimula, defende e preserva. Nesse particular, então, no erro da mulher e no juízo que mereça, reside possivelmente a chave e a solução de dois dos mais graves problemas contemporâneos: o da prostituição e o da dissolução da família”⁴⁰.

38. *Idem*, de 28/05/1951.

39. *Idem*, de 12/04/1951.

40. *Idem*, de 16/05/1952.

Jânio não discutia as causas que levavam uma mulher a se prostituir, mas afirmava que seus erros e sua conduta perniciosos propiciavam a prostituição e a dissolução da família. Para ele, a única possibilidade de sua reintegração na sociedade era pela ação policial por via do Poder Público, especificamente da polícia ligada à Delegacia de Costumes, que, além de reprimir, também poderia amparar e assistir as “jovens transviadas”.

Também retomou na Assembléia a sua campanha contra o jogo e o “vício” de certos produtos consumidos pelo cidadão paulista. Passou a denunciar fabricantes de balas e figurinhas, que estariam explorando o povo, através da criança. Para ele, “as chamadas coleções de figurinhas exigiam completar álbuns ou livros para obtenção de prêmios, campeiam por toda parte e têm sentido altamente nocivo para a formação do caráter e da mentalidade infantil, quando não vicioso”⁴¹. Considerava que a compra constante e compulsiva dessas figurinhas, além de viciar a criança, tornava-a alvo de exploração financeira. Sua proposta era que o Poder Público proibisse esses produtos, por considerar seu consumo nocivo e vicioso.

Porém, na sua cruzada a favor da moralização dos costumes, a crítica mais contundente foi aos chamados “prélios esportivos”. Tal crítica teve origem após um jogo de futebol a que assistiu no Pacaembu. Descrevendo o evento que presenciou, relatou em seu discurso na Assembléia que “a pretexto de perseguir a bola, que ocasionalmente ficou esquecida, vi um punhado de indivíduos vigorosos perseguindo os pés, as canelas, os joelhos, as coxas e a própria cabeça dos adversários... E claro que houve revide, e o revide decorreu, a meu ver, da incrível tolerância das autoridades que não prenderam em flagrante, como era da obrigação, alguns dos perigosos desordeiros que campeavam no gramado e dentre eles, o que agrediu, com selvageria, um fotógrafo, depois de procurar cuspir em vários outros”⁴².

Assinalava que até em uma partida de futebol era necessária a presença de uma autoridade forte e resoluta, pois a causa da brutalidade e da violência denunciada em campo decorria da “tolerância das autoridades”. Sugeria, dessa forma, que a Secretaria de Segurança cobrisse os excessos de violência, prendendo em flagrante os infratores das regras estabelecidas no futebol.

41. *Idem*, de 16/10/1952.

42. *Idem*, de 25/07/1952.

Convém destacar que a solução encontrada por Jânio para restabelecer o jogo esportivo pode ser vista como uma metáfora da sua posição em face da sociedade. Para o então deputado, somente uma autoridade constituída, capaz e responsável conseguiria preservar a paz, a harmonia e a ordem não só no campo, entre 22 jogadores de futebol, mas também na sociedade.

A posição de Jânio Quadros com relação à defesa condicional das liberdades democráticas era restrita, uma vez que essas liberdades esbarravam em certos limites dados pelo próprio sistema que, caso fossem rompidos, poderiam provocar a discórdia, o caos e a desordem. Essa posição ficará mais explícita à medida que se vão revelando as considerações de Jânio, analisadas a seguir, a respeito de determinadas greves.

Em um requerimento, elaborado com outros parlamentares, Jânio posicionou-se a favor da posse de algumas diretorias de sindicatos de trabalhadores, dentre elas as dos empregados em estabelecimentos bancários de São Paulo; empregados da Administração do Serviço Portuário em Santos; enfermeiros e empregados em hospitais e casas de saúde. Tratava-se de uma atitude de oposição à legislação trabalhista de âmbito federal, que permitia apenas a posse de diretorias de sindicatos reconhecidos legalmente. Por meio do referido documento, Jânio endossava a posse desses sindicatos, tomando como princípio a liberdade de organização sindical e, portanto, a livre atuação do sindicato.

Em outra oportunidade, Jânio encaminhou, mediante projeto de lei, uma solicitação de anistia a trabalhadores acusados de participarem de movimentos grevistas. Citava o caso de 400 trabalhadores afastados há 27 meses da Estrada de Ferro Santos — Jundiaí, que estavam sofrendo um processo criminal, sem receber seus salários desde então. Uma situação desse tipo, segundo sua avaliação, comprometia as liberdades garantidas pela Constituição.

A imprensa também mereceu a atenção do deputado. Assim, condenou a suspensão, por seis meses, pelo Ministério da Justiça, do jornal *Hoje*, órgão do Partido Comunista, por conter, segundo o governo, matérias consideradas contrárias aos interesses nacionais. Comentou a esse respeito: "Ouve-se a voz de um deputado democrata-cristão na defesa de um órgão comunista. Não lhe resta alternativa, porém, protesta ou pactua, e jurou, em nome da sua fé democrática, jamais pactuar com a violência"⁴³.

43. *Idem*, de 09/09/1952.

O caso de maior repercussão na época, que ilustra bem o posicionamento do então deputado estadual no que se refere à defesa condicional das liberdades democráticas, foi o da prisioneira política Elisa Branco Baptista. Por ter participado de uma manifestação contra o envio de tropas à Coréia, foi condenada a quatro anos de reclusão. Jânio Quadros, defendendo a liberdade de expressão, discordou da prisão e denunciou que Elisa estaria alojada na Casa de Detenção de São Paulo, com delinqüentes comuns como "prostitutas, ciganas e ladras", conforme a seguinte declaração: "Se não tivermos nós, os verdadeiros democratas, a coragem de pedir e de exigir tratamento equânime para presos políticos, para presos que respondem por delitos de opinião, por delitos de idéias, que autoridade teremos nós, os democratas verdadeiros, para falar em nome da democracia?"⁴⁴.

Mas não parou aí. Voltou à carga, reafirmando a necessidade de resolver prontamente o caso de Elisa, que teve agravada suas condições de saúde. Solicitou que a prisioneira fosse atendida por médicos que não prestassem serviços à Casa de Detenção, pois, segundo uma carta dessa doente, os médicos do local não a atenderam quando sofreu uma forte hemorragia. O caso foi resolvido pela mediação da Assembléia, que enviou o médico e parlamentar da casa Francisco Scalamandrê Sobrinho à Casa de Detenção para examinar a prisioneira.

Por ocasião da passagem do aniversário do presidente Getúlio Vargas, Jânio reafirmou seu posicionamento a favor da autonomia e independência do Legislativo em relação aos outros Poderes. Os deputados, em nome da Assembléia Legislativa de São Paulo, queriam enviar votos de congratulações ao presidente por seu aniversário, mas o deputado opôs-se à moção, argumentando que tal atitude comprometeria a independência do Legislativo: "Não sei porque deva um Parlamento, cuja principal missão é vigilância, defronte do Poder Executivo, congratular-se com o Presidente da República, pelo simples transcurso de seu aniversário natalício(...) Receio muito que esta moção possa ser havida como a medida do desfibramento do Poder Legislativo, como medida de sua subserviência(...) A Assembléia representa o Poder Legislativo, e o Poder Legislativo precisa demonstrar, sobretudo defronte o povo, a mais absoluta independência em relação ao Poder Executivo"⁴⁵.

44. *Idem*, de 29/03/1951.

45. *Idem*, de 19/04/1951.

Pode-se inferir, por esse procedimento, que Jânio queria manter-se independente do Poder Executivo, exercendo, enquanto parlamentar, a fiscalização dos atos desse outro poder. O deputado estadual Cid Franco, do PSB, também posicionou-se contrário à moção, porém com um argumento pautado no passado de ditador do presidente Getúlio Vargas.

Depois que Armando Arruda Pereira deixou a Prefeitura — 7 de abril de 1953 — seu cargo foi ocupado por Dario de Castro Povenio, porém, por pouco tempo, pois São Paulo e Santos reconquistaram a autonomia municipal. O ano de 1953 é marcado pela volta das eleições diretas para a Prefeitura da cidade de São Paulo.

No final de 1952, Jânio renunciou ao cargo de deputado estadual para concorrer às eleições seguintes para a Prefeitura de São Paulo, em 22 de março de 1953.

Capítulo 3

Prefeitura da Cidade de São Paulo (1953-1954)

3.1 Da Tribuna da Assembléia à Prefeitura da Cidade de São Paulo

A reconquista da autonomia municipal de São Paulo desencadeou um clima propício ao confronto das facções políticas que, até então, ou estavam unidas provisoriamente ou ainda emergiam de maneira não previsível e controlável pelas elites dominantes. É nessa situação que Jânio Quadros surge como uma nova força política que se contrapõe ao adhemarismo, facção dominante na política paulista.

O candidato oficial, apoiado pelo governador do Estado Lucas Nogueira Garcez e, conseqüentemente, pela máquina administrativa, foi o prof. Francisco Cardoso, pertencente a uma coligação composta por sete partidos: PSP, PSD, UDN, PTB, PRP, PR e PRT. No âmbito federal, essa candidatura contou com a simpatia da cúpula do PTB, representada por João Goulart, e com o apoio do próprio presidente da República Getúlio Vargas.

Entretanto, dentro do próprio PSP, a candidatura de Francisco Cardoso encontrava resistências devidas a desentendimentos entre Adhemar de Barros e o governador Lucas Nogueira Garcez. O rompimento entre os dois políticos ocorreu logo após Garcez ter assumido o governo do Estado, quando se recusou a atender às solicitações de Adhemar no sentido de formar uma equipe de governo somente com membros e correligionários do PSP. As constantes interferências de

Adhemar de Barros, guiadas por uma política clientelística, culminaram na sublevação e no rompimento de Garcez com o partido¹.

Dessa forma, Garcez compôs seu secretariado, convidando políticos de outros partidos, que foram contemplados com autarquias e secretarias. O gerenciamento das secretarias do Governo e do Trabalho, bem como de outras autarquias, ficou a cargo do PTB. O secretário da Agricultura foi indicado pelo PSD e a Secretaria da Justiça ficou com o PRP. Entretanto, o PSP continuava a controlar a maior parcela da administração pública, porém, como definia Garcez, por intermédio de membros escolhidos por sua capacidade técnica e não por apadrinhamentos políticos. Mesmo assim, as secretarias da Fazenda e da Educação ficaram com políticos ligados diretamente a Adhemar de Barros, no caso, Mário Beni e Lino de Matos respectivamente.

Na fase de escolha de nomes para concorrer ao governo de São Paulo, Adhemar de Barros optou por Lucas Nogueira Garcez, acreditando que continuaria a controlar a máquina partidária e a administração do Estado, apesar de este não pertencer aos quadros do PSP. Contrariando suas previsões, Garcez firmou-se como um político hábil, já que conseguia manter um bom relacionamento com a Assembléia Legislativa e se destacar como um bom administrador. Tal *performance* atrapalhou os planos de Adhemar para as eleições ao governo de São Paulo, que se realizariam em 1954.

As eleições para a Prefeitura de São Paulo transformaram-se em um verdadeiro teste de força entre Adhemar e Garcez. A primeira etapa foi ganha por Garcez, ao conseguir indicar, para candidato a prefeito, seu secretário da Saúde, Francisco Cardoso, e para vice, Fernando Nobre Filho, proposto pela cúpula do PTB.

O PTB paulista² encontrava-se completamente esfacelado. Seu Diretório Regional estava sob intervenção desde abril de 1951, e coube ao político Eusébio Rocha a tarefa de presidir a comissão de reestruturação do partido. A cúpula do PTB, representada pelos interventores, apoiava a candidatura Cardoso.

Outras candidaturas surgiram, além da oficial, porém com pouco respaldo, como foi o caso da candidatura de Ortiz Monteiro, dissidente

1. SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, 1982.

2. BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo — Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1989; PELLEGRINI, Virgínia Maria Cristina. *O PTB em São Paulo 1945-1964*. São Paulo, PUC/SP, 1989. Tese de Mestrado.

trabalhista, lançada pelo Partido Trabalhista Nacional, então liderado pelo político Emílio Carlos. Nessa chapa, o candidato a vice era Gouveia Franco.

A grande novidade nesse cenário político foi o lançamento, pelo PDC e PSB, da candidatura de Jânio Quadros, tendo como vice Porfírio da Paz, dissidente do PTB. Dentre os dissidentes afastados do PTB por apoiarem Jânio Quadros, destacavam-se Scalamandrê Sobrinho, Marrey Júnior, Castro Neves, Léo Ribeiro de Moraes, Wladimir de Toledo Piza e Ataliba Leonel.

Em uma entrevista dada à revista *O Cruzeiro*, em 11/04/1953, Jânio relembrou o lançamento de sua candidatura, afirmando que seu nome foi proposto sem o seu prévio conhecimento. Na ocasião, Jânio defendia o lançamento de uma candidatura de maior relevo, sugerindo os nomes de Prestes Maia, ex-prefeito da cidade de São Paulo, e de Marrey Júnior por considerar que qualquer uma das duas candidaturas faria oposição ao adhemarismo. Ainda nessa entrevista, relatava que chegou a procurar o presidente Getúlio Vargas a fim de solicitar-lhe apoio ao seu posicionamento ou à indicação de um terceiro nome. O presidente encaminhou-o a João Goulart, líder do PTB, que lhe esclareceu que o partido já havia se comprometido com a candidatura apresentada pelo governador Lucas Nogueira Garcez.

Após esse encontro, Jânio Quadros, acompanhado pelo vereador Marcos Mélega, procurou Almeida Júnior, presidente da UDN paulista, para fazer o mesmo apelo: "... precisávamos lançar em São Paulo um nome antiadhemarista e que fosse oposicionista militante"³. Entretanto, o presidente da UDN disse-lhe que também já estava comprometido com Francisco Cardoso. Diante desse impasse, Jânio Quadros declarou: "... Não tendo mais a quem apelar, porque todos os demais partidos já estavam na canoa governista, aceitei a luta em torno do meu nome, contando com o apoio do PDC, do PSB e com a cooperação valiosíssima da ala dissidente do PTB, um grupo de homens honrados, honestos, decentes, que tinha autoridade para falar ao povo e pedir os seus votos. Foi uma cruzada de redenção de São Paulo, da sua recondução aos bons costumes políticos e administrativos"⁴.

Outra versão a respeito da candidatura de Jânio Quadros, fornecida pela imprensa da época, dizia que o seu lançamento ocorreu mais

3. *O Cruzeiro*, de 11/04/1953.

4. *Idem*.

como uma forma de protesto contra o processo de escolha dos outros candidatos. Portanto, constituía-se uma candidatura simbólica, tanto que no seu início não foi levada a sério, como mostra o comentário de Castilho Cabral, então deputado federal pelo PSP e autor do livro *Tempos de Jânio e outros tempos*, em um encontro casual com Jânio e Porphírio em um restaurante de São Paulo: “Ao sairmos encontrei Jânio Quadros ao lado do seu então inseparável Porphírio da Paz, que eu conhecera em 1930 tenente ajudante de ordens do General Isidoro Lopes, chefe da Revolução de 1924. Ambos deputados estaduais, eram candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito de São Paulo, o que a todo meio político parecia ainda uma pilhéria... Não se tomava conhecimento dos candidatos do pequenino PDC, Jânio e Porphírio, simples piada política.

(...)pilheriei com Jânio Quadros: ‘Você, com esses cabelos desgrenhados, essa cara de escanifrado, e ainda por cima com essa camisa amarela, está pensando mesmo em governar esta imensa metrópole, ‘seu’ mato-grossense?’ ao que ele me respondeu, a sério: ‘Vou sim, Castilho; o Porphírio e eu já ganhamos a eleição’... Ri-me da basófia e da pretensão, despedindo-me deles, com abraço de político que está por cima”⁵.

O apoio do grupo dissidente do PTB à candidatura de Jânio Quadros é explicado por Ataliba Leonel como um movimento que extrapolava os limites dos partidos políticos, e seus companheiros tiveram a sensibilidade de perceber a força desta candidatura. Na realidade, esses dissidentes se aliaram a Jânio por acreditarem na sua vitória eleitoral, pois o candidato da coligação liderada pelo PSP tinha dificuldades de vencer em face das suas ligações com os governos estadual e federal. Porém, a adesão não se deu somente por questões pragmáticas, mas também pela defesa que Jânio Quadros fazia dos interesses das classes populares, mediante sua atuação como vereador e deputado estadual.

Os socialistas, por sua vez, apoiaram a candidatura de Jânio Quadros⁶ porque ele combatia a corrupção na administração pública, questionava e denunciava as desigualdades sociais, as injustiças da política do Estado e defendia os interesses econômicos dos trabalhadores. Com o objetivo de minar a influência do populismo personificado por Adhemar

5. CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

6. MOISÉS, José Álvaro. “Classes populares e protesto urbano”. São Paulo, USP, 1978. Tese de Doutorado.

de Barros, os socialistas resolveram apoiar Jânio por considerá-lo também um político que respondia aos interesses das classes populares. Perceberam que, por meio desse apoio e com a vitória nas eleições, poderiam influenciar as políticas que seriam adotadas no sentido de privilegiar aquelas voltadas para os interesses das classes populares.

Segundo depoimentos de Fúlvio Abramo e Antonio da Costa Corrêa⁷, os socialistas perceberam o prestígio de Jânio Quadros nos bairros periféricos e nas Sociedades de Amigos de Bairros (SABs). Durante a campanha política, esse grupo atuou livremente na periferia, expondo as idéias do PSB, porém, não conseguiu nem penetrar nos movimentos populares, nem ampliar suas bases eleitorais.

O PSB originou-se de um grupo dissidente de um setor da chamada “Esquerda Democrática” pertencente à UDN, que pretendia atingir as classes populares com suas propostas liberais e democratas. Nas eleições de 1953, esse grupo do PSB “ficou conhecido como o ‘Bloco Janista’ dentro do partido, como Jair Monteiro de Carvalho, João Caetano Álvares Jr, Germinal Feijó, Wilson Rahal e outros”⁸.

Em seu depoimento, Jair de Carvalho Monteiro diz que “Jânio, na verdade, foi a primeira vitória efetiva daquele grupo que lutava contra o nazi-fascismo (...)o Jânio não era o processo político, ele era um instrumento de um processo político muito mais largo do que a pessoa dele — apesar de ser um líder indiscutível com qualidades inatas, com uma forma de comunicação. Ele foi um líder que teve a capacidade de se comunicar com as massas e criar aquele clima de eficiência. Os slogans eram a luta contra a corrupção, tudo isso tinha um significado profundo que era uma reformulação da política e da mentalidade brasileira (...)Jânio representava exatamente a modernidade, naquela ocasião posicionava-se contra a ideologia sectária que era o stalinismo e o trotskismo (...)Jânio era um comunicador formidável, um administrador excepcional e se usava justamente se contrapondo aparentemente àquilo que se chamava de esquerda, dando até a impressão de ser um instrumento daquilo que se chamava direita, mas na verdade ele estava introduzindo, formulando um novo tipo de penetração”⁹.

O grupo da “Esquerda Democrática”, personificado por Jair de Carvalho Monteiro, defendia uma nova maneira de exercer a política, voltada agora para a modernização das instituições do Estado brasileiro,

7. *Idem, ibidem*, p. 269.

8. *Idem, ibidem*, p. 270.

9. Entrevista com Jair de Carvalho Monteiro, em 13/10/1989.

de forma a promover uma racionalização na máquina administrativa. Considerava necessário combater tanto as tendências “esquerdistas” como as de direita expressas pelo nazi-fascismo.

Nessa campanha eleitoral, Jânio Quadros contou com o apoio do empresário Olavo Fontoura, que colocou a Rádio Cultura e o jornal *A Hora* à sua disposição para expor suas idéias e sua plataforma política.

As Sociedades de Amigos de Bairros também apoiaram a candidatura de Jânio Quadros. Tal demonstração foi decorrente de sua atuação enquanto vereador, quando visitava os bairros periféricos da cidade e ouvia as reivindicações de seus moradores, identificando, com esta prática, os “líderes populares locais”, por intermédio das SABs que começaram a se desenvolver naquele período.

Em discursos pronunciados na Câmara Municipal, Jânio Quadros afirmava que essas sociedades realizavam tarefas próprias do Poder Público, e, dessa forma, deveriam ser entendidas como representantes da população local e como legítimas defensoras de seus interesses. Nesse sentido, “Jânio Quadros procurava valorizar, especialmente, o trabalho realizado pelas Sociedades de Amigos de Bairros e, mesmo, contrapô-las ao Estado, apresentando-as como uma espécie de poder público ‘alternativo’ (...) Jânio abria, assim, uma possibilidade de que setores das classes populares se sentissem, eles próprios, os agentes das soluções que os interessavam”¹⁰.

A partir de 1950, as SABs se multiplicaram em decorrência do crescimento do processo de industrialização e urbanização de São Paulo. Alguns jornais como *Última Hora*, *A Hora* e *Notícias de Hoje* reservavam espaços para que os bairros expusessem seus problemas e apresentassem reivindicações, contribuindo, com essa abertura, para a divulgação das necessidades dos bairros e para a expansão das SABs.

A esquerda, descontente com as candidaturas apresentadas, aglutinou-se em torno do PCB e organizou o Movimento Pró-Candidatura Popular, lançando um manifesto “Ao Povo Paulista”, em fevereiro de 1953, com o objetivo de “estimular em São Paulo o aparecimento de candidaturas realmente populares aos cargos de prefeito e vice-prefeito, candidaturas saídas do seio do próprio povo, e não escolhidas em cambalachos nos bastidores dos partidos”¹¹. O programa defendido por esse grupo

10. MOISÉS, José Álvaro. *Op. cit.*, pp. 259-260.

11. PELLEGRINI, Virgínia Maria Cristina. *Op. cit.*, p. 59.

abrangia desde a defesa das liberdades civis e a diminuição da jornada de trabalho, até a revisão do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

Os candidatos desse programa partidário foram André Nunes Júnior, ex-vereador do PTB, e Nelson Rustici, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo. André Nunes não pertencia aos quadros do PCB, mas havia encabeçado a manifestação da Panela Vazia — movimento contra a carestia dos alimentos —, e Nelson Rustici destacou-se como liderança operária em ascensão dentro do movimento sindical. O lançamento das candidaturas foi referendado oficialmente pelo Partido Social Trabalhista e por setores da esquerda do PTB. O movimento que apoiava tal candidatura era composto por líderes sindicais, intelectuais, profissionais liberais, comerciantes e artistas.

O PTB esteve envolvido com as quatro candidaturas. A cúpula do partido apoiou Francisco Cardoso, a ala esquerda ficou com André Nunes, um setor inexpressivo se posicionou a favor de Ortiz Monteiro e outra ala, liderada por Ataliba Leonel e Porphírio da Paz, aderiu à candidatura de Jânio Quadros. Alguns setores do PTB, incluindo o próprio Getúlio Vargas, apoiaram discretamente a candidatura de Jânio Quadros por temerem que a vitória de Francisco Cardoso fortalecesse o avanço da UDN paulista e a liderança de Adhemar de Barros no cenário político nacional.

Outro fato significativo nessa fase do lançamento de candidaturas foi o rompimento definitivo de Adhemar de Barros com Lucas Nogueira Garcez, o que ocasionou o desligamento do governador e de seus companheiros do PSP. Atritos na área federal se acentuaram, acarretando demissões de pessepistas que ocupavam cargos no governo federal. Adhemar de Barros, diante desse quadro partidário e eleitoral, optou por “cristianizar” o candidato oficial, passando a apoiar, inclusive financeiramente, a candidatura de Jânio Quadros.

Portanto, a candidatura de Jânio Quadros recebeu reforços de setores que se posicionaram não propriamente a seu favor, mas que utilizaram o voto como um instrumento no sentido de manifestar o repúdio às outras candidaturas.

Quatro dias antes das eleições, o IBOPE paulista divulgou os resultados de sua pesquisa eleitoral, registrando larga margem de vantagem para Jânio Quadros, que detinha 52% da preferência do eleitorado paulistano, contra 23% do candidato oficial¹².

12. *Manchete*. de 04/04/1953.

3.1.1 Campanha Eleitoral

A candidatura oficial de Francisco Cardoso contou com o apoio financeiro do governador de São Paulo, como também da coligação de sete partidos que, além de viabilizá-la, objetivava conciliar as forças paulistas, esforço este empreendido particularmente pelo governador Lucas Nogueira Garcez.

Na campanha do candidato Cardoso foram gastos, segundo dados divulgados pela imprensa da época, cerca de 200 milhões de cruzeiros. Formaram-se 1.400 comitês eleitorais, sendo que 300 prefeitos do interior — representantes dos partidos da coligação — deslocaram-se para a capital com o intuito de influenciar e aliciar o voto de seus conterrâneos a favor de Cardoso. Considerando-se confortável na posição de candidato oficial, Francisco Cardoso pouco se empenhou na campanha eleitoral, participando de alguns comícios e manifestações.

O PSB e o PDC, responsáveis pela candidatura de Jânio Quadros, não possuíam grandes recursos para acelerar a sua campanha política. Porém, esse grupo, sob a coordenação de Jânio, passou a incentivar o desenvolvimento do movimento das SABs durante o período pré-eleitoral. Por intermédio da campanha para a Prefeitura, os laços entre Jânio e as SABs estreitaram-se com a formação de comitês eleitorais a partir das lideranças dessas sociedades. Segundo José Álvaro Moisés, essas sociedades foram utilizadas em termos políticos, porém “não constituíram obstáculo à articulação, em grau elementar, das classes populares de São Paulo”¹³.

Durante a campanha eleitoral, Jânio Quadros contou com o apoio dessas Sociedades de Amigos e, principalmente, da SADO (Sociedade de Amigos de Osasco), que lutava por sua autonomia municipal. Na sua campanha, Jânio manifestou seu apoio ao movimento autonomista de Osasco.

Na avaliação de José Álvaro Moisés, “a campanha eleitoral de 1953 tratava de aprofundar o seu estilo de fazer política. Ele inaugurava, como sugere um observador, ‘o bairro como unidade política’; se diferenciava dos ‘políticos tradicionais’ pela relação direta estabelecida entre líder e massa”¹⁴. Segundo o depoimento do coordenador da campanha

13. MOISÉS, José Álvaro. “Experiência de mobilização popular em São Paulo: notas sobre as Sociedades de Amigos de Bairro”. *Revista Contraponto*. Rio de Janeiro, nº3, p. 75.

14. MOISÉS, José Álvaro. “Classes populares...”. *Op. cit.*, p. 265.

de Jânio, “os comícios eram feitos nas ruas porque a campanha era pobre e não tinha dinheiro para alugar salões, como faziam os outros; além disso, fazer comício de rua era mais popular, nos aproximava mais com a massa”¹⁵.

Em um desses comícios, a luz da rua apagou e, nesse momento, Jânio Quadros dirigiu-se à multidão perguntando se queria que ele continuasse a discursar com a vela acesa. A resposta foi afirmativa e, a partir daquele dia, uma frase de Confúcio, o filósofo chinês, orientou a sua campanha: “Mais vale acender uma vela do que maldizer a escuridão”. Esse símbolo significava que havia uma luz no final de um túnel escuro e que essa luz era representada por Jânio. Posteriormente, em outros comícios, o povo começou a levar velas acesas para expressar sua confiança em Jânio Quadros.

O slogan utilizado — “O tostão contra o milhão” — estabeleceu um divisor de águas entre os candidatos: de um lado ficaram os poderosos, os ricos e os defensores da candidatura de Cardoso e, de outro, os fracos, os pobres, os oprimidos, representados por eleitores de Jânio Quadros. Esse slogan correspondeu a uma “simbologia de Davi contra Golias e emprestou ao janismo um forte apelo popular”¹⁶.

Um outro símbolo criado durante a campanha de Jânio Quadros foi o davassoura, que caracterizava a limpeza que faria na administração municipal, acabando com a corrupção, com as nomeações ilegais, com as “roubalheiras”, enfim, realizando uma “varredura geral”. A partir daí, o povo começou a comparecer ao seus comícios munido de vassouras, que logo se multiplicaram em pequenos broches que eram utilizados pelos eleitores janistas.

Jânio Quadros, em entrevista, disse que a crise existente na política paulista era de caráter e sua candidatura “só tinha um sentido: o da recuperação moral da administração de São Paulo”¹⁷.

Para exemplificar a determinação política de Jânio Quadros, Castilho Cabral relata: “No ‘1060’¹⁸, mais de meia-noite, Jânio e Porphírio vinham comer alguma coisa, fazendo hora, para às 4 da manhã começarem os comícios nas portas das fábricas”¹⁹.

15. *Idem*, *ibidem*.

16. SADEK, Maria Tereza. “A trajetória de Jânio Quadros”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). 1985: *o voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP, 1986, p. 67.

17. *Folha da Noite*, de 26/03/1953.

18. Cantina localizada na av. Rangel Pestana, no bairro do Brás.

19. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 52.

Os comitês eleitorais pró-Jânio formaram-se, principalmente, nos bairros periféricos, onde o povo fazia doações espontâneas “em garrafões espalhados pela cidade inteira; as doações vinham de todos, sem nenhum compromisso ideológico; vinham inclusive de capitalistas, homens que tinham dinheiro e se dispunham a ajudar uma campanha que propunha a remodelação do sistema administrativo dentro das normas legais do regime vigente”²⁰.

Alex Freua Neto relata um exemplo de como eram formados esses comitês eleitorais: “Na campanha para a Prefeitura, nós fizemos um comitê na rua S. Fláquer, esquina com a Lins de Vasconcelos. Era um clube de futebol. Eu era jogador de futebol e diretor do clube. Nós transformamos aquela pequena sede no comitê pró-Jânio Quadros. Tínhamos material de campanha: régua e uma carteira que portava o título e documentos para distribuir aos eleitores”²¹.

Segundo Ataliba Leonel, “a campanha de Jânio Quadros foi feita sem partidos, sem diretórios, na base de comitês populares, que era a única maneira de congregar o povo desiludido com os partidos. Vencemos assim com um programa e com um movimento suprapartidário, e esse era o modo exclusivo de mobilizar o povo. A nossa força foi termos percebido o fenômeno”²². Em seus discursos, Jânio Quadros transmitia a idéia de que os políticos e os partidos políticos eram ineficazes, desnecessários e que a “boa política” seria exercida por homens não comprometidos com as ideologias. A imagem que passava para os eleitores era a de um jovem com uma mentalidade política descomprometida, porém não descompromissada. Procurava aparentar um homem simples, humilde e acessível, porém obstinado, intransigente e capaz de dizer “não”.

Sua figura magra e esguia, bem como suas opiniões polêmicas e firmes demonstravam, na avaliação de Odon Pereira, que Jânio havia desnudado a realidade imaginada pelas elites políticas por meio de sua própria imagem: “... as palavras na interpretação do povo não têm grande importância... elas nunca foram importantes... Eu estou persuadido que em política existem certos valores que não se expressam por palavras. Jânio é um exemplo eloqüente disso, pois se fôssemos julgá-lo pelas

20. MOISÉS, José Álvaro. “Classes populares...”. *Op. cit.*, pp. 265-266.

21. Entrevista com Alex Freua Neto, 12/09/1989.

22. *Correio Carioca*, de 31/03/1953.

palavras o seu sucesso seria incompreensível. Ele não usa o Português mais popular, a linguagem mais acessível à população”²³.

Ao comentar a empatia que o povo sentia com relação a Jânio Quadros, durante sua campanha política, J. B. Vianna de Moraes observa que “Jânio já atraía muito, com a maneira dele falar, uns achando graça, outros interessante. Sempre falou bem, corretamente, não preocupado com a forma, e guardando dentro de si um inquestionável carisma por causa da sua personalidade forte”²⁴.

Além da imagem de político novo, com discursos prolixos, em que utilizava palavras de difícil compreensão para uma parcela de seus eleitores — tais como “infausto”, “equânime”, “derruir”, “embuste”, “alijado” —, Jânio explorava, também, sua aparência desleixada, pois, além de magro, vestia-se sempre com um terno azul-marinho e mantinha os cabelos despen-teados, sobressaindo-se, dessa forma, dos velhos políticos.

Com o objetivo de atrapalhar a campanha de Jânio Quadros, os “cardosistas” tentaram explorar, como aspecto negativo, o fato de ele ter nascido em Mato Grosso. Entretanto, quando esse dado foi mencionado em um de seus discursos, um dos oradores respondeu à provocação: “Mais vale ser mato-grossense honesto do que paulista ladrão”²⁵. Tal afirmação referia-se a Adhemar de Barros, que possuía a fama de burlar os cofres públicos, mantendo uma “caixinha” para cada obra pública que realizasse. Os próprios adhemaristas cultivavam o falatório do povo, à medida que, para revidar a acusação, afirmavam que Adhemar “rouba, mas faz”.

Apesar de toda essa situação que envolvia as candidaturas, os grandes aliados políticos de Jânio Quadros foram a crise econômica e o descrédito que os políticos gozavam junto ao eleitorado paulistano. Com poucos recursos financeiros e muita determinação, Jânio chegou a realizar de dez a doze comícios por dia, criticando os pontos nevrálgicos da administração Garcez, da administração municipal e da política adotada pelos pessepistas. Em seus discursos, denunciava o aumento do custo de vida, citando os preços do feijão e do arroz, além de apontar a crise nos transportes, na habitação, na saúde e na educação. Condenava também os apadrinhamentos, a corrupção e a atuação desses “maus políticos” no governo de São Paulo e na política paulista de modo geral.

23. NETO, João Mellão. *Jânio Quadros — 3 estórias para uma história*. São Paulo, Renovação, 1982, p. 50.

24. Entrevista com J. B. Vianna de Moraes, em 07/12/1989.

25. *O Cruzeiro*, de abril de 1953.

Jânio Quadros não possuía, propriamente, um programa de governo, suas propostas giravam em torno de algumas questões como o combate à corrupção, a moralização administrativa e dos usos e costumes, e a defesa dos interesses das classes populares e dos bairros periféricos.

Finalmente, no dia 22 de março, o povo paulistano pôde escolher, pelo voto direto, o seu prefeito, após 27 anos sem sufragar nomes democraticamente.

3.1.2 Resultado das Eleições e sua Repercussão

Jânio Quadros venceu a eleição de forma esmagadora, obtendo 65,8% do total de votos, o que superou a previsão do IBOPE. A cada urna aberta eram computados 100 votos a seu favor. Os resultados finais encontram-se na Tabela 1.

TABELA 1
Resultado das Eleições para a Prefeitura de São Paulo, Segundo os Candidatos 22/03/1953

Candidatos	Votos	Total (%)
Jânio Quadros	284.922	65,8
Francisco Cardoso	115.055	26,6
André Nunes	18.663	4,3
O. J. Ortiz Monteiro	3.756	0,9
Votos em branco	4.374	1,0
Votos nulos	6.350	1,4
Total	433.120	100,0

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

A votação em Jânio Quadros foi expressiva nos bairros periféricos, crescendo à medida que se passava dos distritos eleitorais mais ricos para os mais pobres. Segundo uma reportagem da revista O Cruzeiro, “até mesmo nos bairros chamados grã-finos, como Jardim América, Jardim Paulista, Jardim Paulistano, Sumaré, o candidato governista foi derrotado. Nos bairros operários – Mooca, Ipiranga, Brás – a proporção média era a seguinte: 150 votos para Jânio e 4 ou 5 para Cardoso”²⁶.

26. *Idem.*

Os bairros onde Jânio conseguiu os maiores índices de votação foram Vila Califórnia, Vila Prudente, Osasco, Pirituba, Casa Verde, Alto da Mooca, Pari, Vila Maria, Belém, Penha e São Miguel, quase todos localizados em áreas periféricas, nas zonas norte e leste, com grandes contingentes operários. Mesmo nos bairros considerados ricos ou de classe média, como Aclimação, Consolação, Perdizes, Santa Cecília, Vila Mariana, Jardim Paulista, Sé e Cerqueira César, alcançou um resultado significativo. O único distrito onde Jânio perdeu para o candidato da situação foi o Jardim América. Na Tabela 2 encontram-se os resultados da votação em Jânio Quadros, segundo as zonas geográficas.

TABELA 2
Votos Obtidos por Jânio Quadros, Segundo as Zonas Geográficas

Zonas Geográficas	Votos (%)
Norte	73,1
Leste	72,9
Centro	61,2
Oeste	61,7
Sul	64,4

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e SADEK, M. Tereza. “A trajetória de Jânio Quadros”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.) 1985: *o voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP, 1986, p. 76.

Através da análise das informações contidas na Tabela 2, verifica-se que, nos bairros periféricos, a votação em Jânio Quadros foi maior. Entretanto, o eleitorado de zonas mais servidas por melhoramentos urbanos também se manifestou nas urnas, apoiando o candidato.

A vitória de Jânio Quadros foi caracterizada, por alguns setores da imprensa, como uma “Revolução Branca”. Segundo essa interpretação, o povo havia se cansado dos políticos ligados aos partidos e, principalmente, ao adhemarismo, que significava, para essa parcela da população, o amoralismo. As manchetes dos jornais estampavam as seguintes afirmações: “A ‘Revolução Branca’ – advertência a Vargas e aos partidos”, “Arroz e Feijão derrotam Governo”, “A Revolução Branca em São Paulo”, “O Povo repudiou nas eleições de 22 de março os métodos divorciados da realidade política”, “Jânio Quadros – O homem-revolução”.

Seu desempenho positivo foi também resultado de uma manifestação de protesto contra a situação política de São Paulo. Na avaliação do jornalista Neiva Moreira, o eleitorado paulistano votou em massa em Jânio Quadros devido aos seguintes fatores: "... a) A crise de energia elétrica. Patrões e operários que estão com suas fábricas fechando às 15 e 16 horas, ameaçados de novos cortes de energia, de desemprego e colapso industrial, votaram não, embora soubessem que o Prefeito não resolve nada disso. Votaram contra, para protestar; b) Donas de casa e pais de família votaram não, porque não havia arroz e o feijão chegou ao absurdo de 18 cruzeiros o quilo. O governador nos declara: 'O problema transcende às nossas possibilidades, mas sei que é difícil alguém ganhar eleições com preços tão altos e com falta de gêneros'. Jânio resolve? Seguramente que não, mas o protesto fica e o Governo federal pode recebê-lo, como uma advertência, alegam os que assim pensam; c) Necessidade de alguém em quem o povo acredite, na hora da crise. Esse alguém foi Jânio; d) Protesto contra a influência do poder do dinheiro nas eleições... Jânio fez voto de pobreza; e) Com um cartaz de lutador e de combatente — corajoso, Jânio Quadros foi hábil na campanha"²⁷.

A crise de energia elétrica, o alto custo de vida, a esperança de um líder para enfrentar situações adversas, o protesto a uma forma de fazer política em São Paulo e a imagem de homem corajoso e impetuoso vendida por Jânio Quadros podem explicar a vitória expressiva desse político.

Uma outra interpretação a respeito da vitória de Jânio Quadros privilegia a ação do povo paulistano, no sentido de usar o voto como um instrumento de protesto para "combater, condenar, destruir a política de Adhemar, para punir o seu amoralismo, para vingar o povo paulista, vítima de suas prevaricações e da desonra que lhe infligiu, dando-o por cúmplice na corrupção e na venalidade, que espalhou pelo país, na sua criminosa campanha para comprar a Presidência da República"²⁸.

Odon Pereira utilizou essa mesma linha interpretativa ao comparar os discursos de Adhemar de Barros com os de Jânio Quadros; apesar de se assemelharem na época, o povo diferenciava o tom usado por Jânio, que transmitia a preocupação em atacar a corrupção e em denunciar a utilização do Estado como uma instituição a serviço de interesses particulares de Adhemar de Barros e do grupo ligado a eles.

27. MOREIRA, Neiva. *A Revolução Branca: advertência a Vargas e aos partidos*. Sem data.

28. Reportagem: Decifração dos Mitos, 27/03/1953, sem referência do jornal.

Outro derrotado nessas eleições foi o governador Lucas Nogueira Garcez, que logo reconheceu a vitória de Jânio Quadros: "... o resultado das eleições de São Paulo representa uma repulsa a mim e ao meu governo"²⁹. O governador chegou a pensar em renunciar quando soube o resultado das urnas, uma vez que a situação do governo não era nada confortável, pois São Paulo estava passando por uma de suas piores crises. Além da questão econômica e do alto custo de vida, o Estado presenciava uma greve que arregimentou cerca de 300 mil trabalhadores³⁰.

A vitória de Jânio Quadros, para Francisco Weffort, representou a autonomia popular por parte de setores da população que estavam descontentes com a atuação dos políticos e dos partidos, incapazes de responderem às expectativas da população. Jânio conseguiu angariar votos devido também às suas características pessoais, ao "seu estilo carismático e contra todo o sistema partidário"³¹. Foi nesse sentido que Jânio surgiu como liderança política, mediante a expressão do descontentamento das massas populares e de sua autonomia perante os partidos políticos, fazendo com que se estabelecesse uma relação direta entre o eleitor e o líder, manifestada pelo do voto.

Jânio Quadros, apesar de ser lançado candidato pelas legendas do PSB e PDC e tendo como vice um político do PTB, sempre procurou se manter independente dos partidos políticos existentes, não estabelecendo compromissos com a estrutura partidária. Com tal atitude, tentou reforçar a imagem de um político com características novas e em quem a população poderia confiar.

O senador Marcondes Filho foi o único político da oposição a declarar que a vitória de Jânio Quadros era um fato comum nos países onde predominava o sistema representativo, considerando-a um elemento próprio da democracia. Na sua avaliação, a história dos partidos envolve, necessariamente, vitórias e derrotas. Sua preocupação era a de entender o desempenho de Jânio e reavaliar o papel dos partidos políticos e o seu contato com as massas, pois, nessa eleição, ficou evidente o relativo distanciamento entre a cúpula do partido e o povo.

29. Manchete, de 04/04/1953.

30. MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo, 1953-54)*. São Paulo, Polis, 1978.

31. WEFFORT, Francisco. "Estado e massas no Brasil". *Revista da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.º 7, 1966, p. 147.

Houve também quem avaliasse a vitória de Jânio de outra forma, procurando mostrar que o derrotado foi o comunismo, uma vez que André Nunes, apoiado pelo PCB, obteve uma votação muito pequena. Segundo o jornalista Neiva Moreira, essa eleição “rasgou o cartaz do Partido Comunista, que acreditava ter em São Paulo, a sua maior cidadela, o baluarte vermelho de maior força do hemisfério ocidental”³².

O PDC, por meio de suas lideranças, reconheceu que a vitória de Jânio representou a vitória dos ideais da democracia cristã, entendidos como a moralização e a aplicação da justiça social e da honestidade na administração. O PTB, por sua vez, também considerou que esse resultado significava a derrota dos métodos políticos tradicionais, defendendo, dessa forma, a aplicação de uma política de governo de “meia esquerda”, no entender de Wladimir de Toledo Pizza.

Quanto a Jânio Quadros, sua reação, ao saber que fora o vitorioso nas eleições, foi a de se retirar para um local isolado e desconhecido, a fim de repousar, pois, segundo a imprensa que teve acesso ao novo prefeito, Jânio encontrava-se “exaurido” em suas forças devido ao ritmo intenso da campanha política nas últimas semanas. Foi nesse “retiro” que ele deu sua primeira entrevista ao jornalista Carlos Spera, pronunciando, logo de início, a frase “Derrotamos o comunismo”. Depois, de maneira mais pausada e refletida disse: “Recebemos a manifestação das urnas com humildade e consciente dos pesados encargos que põe sobre nossos ombros. Não desmereceremos dessa confiança”³³.

Em uma outra entrevista, Jânio Quadros reafirmou a sua descrença nos partidos políticos: “O povo está desencantado com os partidos e os homens que os representam. As causas são várias. Falta aos partidos essência, ou se confundem, em sua esmagadora maioria, no mesmo conteúdo de conservadorismo rançoso. Não passam, pois, de rótulos para a mesma garrafa, que as reivindicações e as conquistas do século esvaziaram. Não possuem, assim, a vitalidade orgânica do pensamento das multidões e apenas subsistem nos processos de ajustes e conchavos à base de interesses pessoais, sem qualquer substância democrática”³⁴.

Jânio Quadros considerava os partidos políticos descompassados e alheios ao movimento reivindicatório das “multidões”. Com essa concepção, assumiu uma postura antiorganização partidária, uma vez

32. MOREIRA, Neiva. *Op. cit.*

33. *Diário da Noite*, de 25/03/1953.

34. *Folha da Manhã*, de 21/06/1953.

que entendia como verdadeiro e pertinente o pensamento das massas, enquanto os partidos se distanciavam, isolando-se em “conchavos”, defendendo “interesses pessoais” e desconhecendo todo o dinamismo, o movimento e as reivindicações da população. Dessa forma, Jânio nos leva a considerar que a verdadeira liderança é aquela que “ouve os clamores das multidões” e que se coloca enquanto porta-voz dos interesses desses setores da sociedade. O líder, nessa concepção, vai ao encontro das massas e, a partir daí, é estabelecida a empatia entre o chefe e os liderados, que se vêem representados na sua figura. Somente indivíduos com capacidade e sensibilidade conseguem compreender os apelos populares, e Jânio se considerava um homem detentor dessas qualidades.

Apesar desse discurso antipartidário, Jânio reafirmava, em termos retóricos, que a aliança do PDC, PSB e dissidentes do PTB representava uma afinidade de ideais definidos a partir da defesa do bem comum e do não-estabelecimento de compromissos eleitoreiros. Ressaltava que esses partidos, em suas propostas e na prática, diferenciavam-se dos outros envolvidos nesse processo eleitoral. Em contrapartida, acusava a coligação interpartidária, formada pelos partidos que apoiaram a candidatura de Francisco Cardoso, de não ser boa, pois fora feita “com maus ingredientes”. Tal declaração, associada à crítica que fez aos partidos políticos, provocou uma resposta do político Loureiro Júnior, secretário da Justiça do governo Garcez: “Não posso, ainda, concordar com a crítica que S.S. fez aos partidos, considerando-os inorgânicos e sem nenhum pensamento político, o que lhes teria motivado o insucesso, nas eleições de março. Se S.S. meditar, com isenção de ânimo, sobre a sua vitoriosa campanha, terá de confessar que a mesma não se baseou em nenhum pensamento, em nenhuma orientação, em nenhuma linha política que pudesse justificar, do ponto de vista doutrinário, a união dos heterogêneos elementos que nela se integraram. O Sr. Jânio Quadros orientou toda a sua propaganda apenas em motivos de ordem meramente administrativa. Orador hábil e eloquente, S.S. conquistou seus votos verberando a falta de água, a deficiência de energia elétrica, a dificuldade dos transportes, a elevação do custo de vida, os direitos do funcionalismo público — que dizia mal pago e esquecido — e nisso, o resultado veio comprovar que andou certo”³⁵.

Nessa resposta, Lourenço Júnior defendeu a organicidade dos partidos políticos, demonstrando que Jânio não possuía uma doutrina que norteasse o seu pensamento e o seu programa político e, em

35. *Idem*, de 24/06/1953.

decorrência, suas propostas limitavam-se aos aspectos administrativos e a problemas ligados ao cotidiano da população paulistana. Na avaliação desse político, a crítica que Jânio Quadros fazia aos partidos políticos era impropriedade e incoerente, visto que o próprio candidato não possuía uma doutrina que norteasse a sua plataforma política.

A imagem criada por Jânio Quadros de um homem simples, humilde e acessível, porém obstinado, intransigente e capaz de dizer “não” é reafirmada por Carlos Lacerda, após passar um dia com Jânio no Rio de Janeiro. Numa reportagem, Lacerda relatou suas impressões sobre o prefeito recém-eleito: “Não é dos que tiram o paletó a todo propósito, para se fazerem de ‘povo’. A sua simplicidade é do gênero, digamos, doméstico(...) Ele tem uma capacidade singular, nova nesta fase da vida pública no Brasil, de dizer ‘não’ ao que não pode fazer ou ao que desaprova(...) Ele o é (demagogo) no sentido clássico, de amigo do povo, de condutor do povo. Estamos diante dele, no antípoda do Adhemar ou do Getúlio(...) O seu modelo é Abraão Lincoln, com o qual tem, aliás, certa semelhança(...) Eis um homem capaz de dar a vida como garantia do que promete”³⁶.

Essa reportagem é uma exaltação a um novo tipo de político que surgia personificado em Jânio Quadros e considerado ideal para o país naquele momento.

Entretanto, nem todos acreditavam em sua liderança política. Alguns comentaristas consideravam a vitória de Jânio Quadros acidental, visto que o voto fora utilizado como instrumento de protesto contra a situação vigente na política paulista. Acreditavam que tal liderança seria efêmera e passageira, sem bases sólidas de sustentação. Dentre eles, o jornalista da revista *Manchete*, Henrique Pongetti, acreditava que Jânio Quadros era um líder político momentâneo, que não teria condições de se perpetuar na carreira política. Em um artigo intitulado “Jânio é o tarado político de São Paulo: roubou o eleitorado de sete partidos e deixou os respectivos chefes nus num capinzal deserto” questiona sobre o futuro político de Jânio e diz que: “No Brasil o melhor modo de acabar com um ídolo do povo é colocá-lo no governo. Se o santo não se corrompe com a safadeza ambiente, mesológica, deixa a auréola nos espinhos do caminho e a articulação das pernas nas cascas de banana... Depois o Jânio pirará e cairá no esquecimento. De Jânio em Jânio os povos alcançam sua maturidade e seu lugar ao sol. De Jânio em Jânio as galinhas enchem o

36. *Tribuna Da Imprensa*, de 23/04/1953.

papo”³⁷. A própria carreira política de Jânio Quadros desmentiu, na prática, essas previsões.

Os eleitores janistas comemoraram a vitória realizando um enterro simbólico de Adhemar de Barros e dos valores que repudiavam na ação desse político. As velas utilizadas como símbolo da campanha eleitoral de Jânio foram acesas para velar o “corpo” de seu inimigo político. Também ocorreram manifestações nas ruas, com passeatas pelo centro da cidade, onde “bombas e rojões espoucaram durante toda a tarde e parte da noite, enquanto o povo exprimia a sua alegria pela vitória”³⁸.

3.2 Gestão Municipal

Antes de assumir a Prefeitura, Jânio Quadros já tinha elaborado um plano administrativo para a cidade de São Paulo, a partir de dados coletados sobre a situação sócio-econômica do município. Certas prioridades foram estabelecidas, com o objetivo de nortear sua gestão. Na área da Moralização Administrativa, fixou certas normas para o bom funcionamento da administração pública, em que se destacam a nomeação de funcionários apenas mediante concurso público, a moralização do funcionamento da máquina administrativa — não admitindo “negligência, incapacidade ou desonestidade” e exigindo que o funcionário cumprisse os horários estabelecidos e que fossem educados no tratamento com o povo —, a guerra ao “pistolão” e ao “cartucho” na administração e o controle do uso dos carros oficiais — que deveriam ser utilizados somente para atender às necessidades de serviço da Prefeitura. Este plano também continha propostas políticas no que diz respeito aos bairros periféricos, procurando incorporar a periferia na cidade, por meio de melhoramentos nas condições de vida desses bairros e, conseqüentemente, nas condições de vida dos trabalhadores.

Além disso, foram estabelecidas metas no sentido de melhorar a vida do cidadão paulistano nas áreas de transporte coletivo — priorizando a CMTC — e de abastecimento, mediante a venda de gêneros alimentícios diretamente aos consumidores, barateando, com essa medida, a alimentação.

Jânio propôs-se, inclusive, a executar os planos elaborados pelo ex-prefeito Prestes Maia, que governou São Paulo de 01/05/1938 a 10/11/1945. Dentre as propostas, o ex-prefeito apontava a necessidade

37. *Manchete*, de 28/03/1953.

38. *Diário Popular*, de 24/03/1953.

de retificar o rio Tietê e controlar o crescimento vertical da cidade, bem como os problemas que tais alterações trariam nas áreas de transportes, circulação, estética e salubridade. Por sua vez, o setor financeiro da administração municipal deveria ser priorizado, em face da situação precária das finanças municipais.

A escolha de sua equipe de trabalho foi orientada por critérios pessoais, sem atender aos apelos dos partidos que lançaram sua candidatura. O PSB acreditava que, mediante a vitória de Jânio Quadros, pudesse implementar uma política voltada aos interesses populares e, com isso, ampliar suas bases eleitorais por meio da atuação nos movimentos populares. Na verdade, os dois secretários do PSB, escolhidos para ocupar cargos em seu governo pertenciam à Esquerda Democrática, grupo dissidente da UDN que se integrou ao PSB. Já os setores mais à esquerda não participaram ativamente de sua gestão.

O PDC ficou com duas secretarias, enquanto o PTB, por intermédio de alguns parlamentares, acreditava que poderia influenciar a política a ser implantada pelo governo Jânio Quadros. Dessa forma, logo após a vitória, esses políticos reuniram-se em Ubatuba, cidade litorânea do Estado de São Paulo, e traçaram planos de governo. Os pontos levantados no chamado "Plano de Ubatuba" possuíam um caráter nacionalista e defendiam a aproximação do governo dos "sentimentos da coletividade".³⁹

Logo após sua vitória, Jânio Quadros anunciou os primeiros nomes que comporiam seu futuro Secretariado: "Até agora escolhi três secretários, que, convidados, aceitaram o convite que lhes fiz: o de Negócios Internos e Jurídicos, o impoluto Marrey Júnior; o de Finanças, o honesto e culto Carlos Alberto Carvalho Pinto; e a de Educação e Cultura, essa admirável educadora, que é dona Helena Iraci Junqueira. Os outros colaboradores do novo governo municipal serão escolhidos futuramente. Não tenho pressa."⁴⁰

Nessa entrevista, Jânio Quadros apresentou alguns de seus novos secretários com adjetivos como "impoluto", "honesto" e "culto", a fim de qualificá-los como membros capazes de exercer tais cargos públicos. Entretanto, quando disse "não tenho pressa" para escolher os outros secretários, na realidade os convites já haviam sido feitos e os cargos estavam ocupados, faltando apenas oficializá-los: era uma questão de estilo político.

39. *Correio Carioca*, de 31/10/1953.

40. *Folha da Noite*, de 26/03/1953.

Então, no dia 8 de abril, Jânio Quadros dirigiu-se à Assembléia Legislativa para entregar um ofício à Mesa renunciando à sua cadeira. Nessa ocasião, Cid Franco, representando o PSB, desejou-lhe sucesso e manifestou a esperança de que ele continuasse com o mesmo espírito de luta que demonstrou quando vereador e deputado, "mantendo uma atitude de independência ante as inevitáveis injunções de grupos"⁴¹.

Antes mesmo de assumir a Prefeitura, surgiram várias especulações em alguns setores da imprensa no sentido de que Jânio Quadros não cumpriria todo o mandato. Segundo essas fontes, ele renunciaria para concorrer às eleições de 1954 para o governo do Estado de São Paulo. Respondendo a tais boatos, Jânio Quadros contra-argumentou: "...só a malícia e a maldade podem assoalhar que eu, sem ter tomado posse do cargo de prefeito, alimento o desejo de me candidatar a Governador do Estado. Não penso nisso. Penso que é preciso restabelecer a confiança popular no regime democrático. Farei tudo que estiver ao meu alcance para realizar esse trabalho"⁴².

Entretanto, contrariando sua própria afirmação, Jânio Quadros renunciou ao cargo de prefeito da cidade de São Paulo, após dezoito meses, para disputar as eleições para o governo do Estado de São Paulo.

Jânio Quadros tomou posse no cargo de prefeito no dia 8 de abril de 1953, numa sessão solene na Câmara Municipal.

No discurso de posse⁴³, são afirmados os temas janistas, tais como a moralização administrativa, a independência em face dos partidos políticos, a identificação com as multidões, a defesa de uma administração transparente, o apelo a Deus e a valorização de sua candidatura e de sua eleição como a única capaz de resolver os problemas da cidade de São Paulo. Por sua vez, esses temas desdobraram-se em promessas como: atendimento de todos os cidadãos indistintamente, com o objetivo de assegurar o bem-estar, o progresso e a segurança da população; preservação de sua independência em face dos partidos políticos, grupos ou outros interesses, tanto que em nenhum momento citou as legendas partidárias que acolheram a sua candidatura; punição àqueles que deviam algo à administração municipal; empenho no combate à corrupção, à exploração, à fraude e à sonegação; reconhecimento da importância da multidão que o elegeu, considerando-se o "fiel intérprete da vontade da esmagadora maioria"; exigência de que os

41. *O Estado de S. Paulo*, de 09/04/1953.

42. *Folha da Noite*, de 26/03/1953.

43. Anais da Câmara Municipal, sessão de 08/04/1953.

funcionários públicos fossem cordiais e tivessem “urbanidade” no atendimento ao público, sendo que qualquer desvio seria devidamente apurado, com possíveis punições; realização de um levantamento das contas do município e posterior divulgação para que os vereadores e o povo, de modo geral, avaliassem, por si só, as reais possibilidades de realizar obras públicas. Jânio Quadros coloca-se, ainda, como um mártir, no sentido de que foi obrigado a aceitar a candidatura, uma vez que as outras legendas não apresentaram candidatos adequados ao cargo e, dessa forma, resolveu oferecer suas “derradeiras energias” para atender ao povo de São Paulo.

Após a posse, Jânio Quadros assinou decretos, nomeando os secretários municipais e seus auxiliares imediatos⁴⁴. Os nomes confirmados para seu Secretariado foram os seguintes:

Finanças: Carlos Alberto Carvalho Pinto, do PDC; Negócios Internos e Jurídicos: José Adriano Marrey Júnior, do PTB; Educação e Cultura: Helena Iraci Junqueira, do PDC; Obras: João Caetano Álvares Júnior, sem especificação de partido; Higiene e Saúde Pública: Alípio Corrêa Netto, do PSB.

O engenheiro João Caetano Álvares Júnior foi indicado pelo ex-prefeito Prestes Maia para ocupar a Secretaria de Obras. Entretanto, sua escolha deveu-se, também, ao apoio que deu a Jânio Quadros em todos os momentos de sua campanha eleitoral, trabalhando na criação das Sociedades de Amigos dos Bairros, que serviram de base de apoio para a candidatura de Jânio.

O secretário Carvalho Pinto, depois de tomar posse, afirmou considerar que “o novo governo representa uma bandeira de verdadeira renovação moral e política de São Paulo e que urge iniciar a obra de disciplina e reconstrução(...) Será imediatamente iniciada uma obra de recuperação e de reintegração dos valores morais de decência, do civismo e da justiça nos quadros da Prefeitura de São Paulo”⁴⁵.

44. A Assembléia Legislativa de São Paulo, depois dessas eleições, alterou o seu quadro de parlamentares, visto que Jânio renunciou à sua cadeira, assumindo em seu lugar Antonio Prestes Franco, 1º suplente do PDC; Porphírio da Paz perdeu o seu cargo, por não poder acumular duas funções; Marrey Júnior renunciou ao seu mandato; Alípio Corrêa Netto solicitou um ano de licença e, em seu lugar, assumiu Rogê Ferreira, 1º suplente do PSB.

A Câmara Municipal também sofreu uma baixa com a saída do vereador Scalamandré Júnior, que se licenciou para ocupar a subprefeitura de Santo Amaro.

45. *O Estado de S. Paulo*, de 10/04/1953.

Na primeira entrevista como prefeito empossado, Jânio Quadros declarou aos jornalistas que seus secretários iniciariam um levantamento da situação política e administrativa das respectivas secretarias e, particularmente, daquela referente aos funcionários. Adiantou, ainda, algumas medidas que pretendia adotar, reafirmando que necessitava conhecer a posição real do Tesouro, da Finanças Municipais, a fim de promover uma compressão das despesas que sofreriam “drásticas reduções”.

No dia da posse circulavam nos corredores da Prefeitura cerca de duzentas pessoas que procuravam Jânio Quadros para apresentar suas reivindicações. Esses populares eram atendidos pelos oficiais de Gabinete, que, além de anotarem suas solicitações, agendavam convites para que o prefeito fosse conhecer seus bairros.

Com o objetivo de manter essa imagem de político aberto, acessível e transparente, Jânio Quadros visitou a sala de imprensa da Prefeitura, manifestando o desejo de trabalhar com os jornalistas credenciados para cobrir os atos da Prefeitura e, para tanto, autorizou-os a colherem as informações em todos os setores da administração municipal, sem qualquer restrição e franqueando acesso livre ao seu Gabinete e do vice-prefeito. A preocupação era divulgar ao máximo todos os passos a serem dados pela nova gestão, afinal a propaganda era fundamental para aprimorar e propagar a sua imagem de um novo político.

a) Na Administração Pública

Jânio Quadros, ao assumir a Prefeitura, colocou um aviso fora de seu Gabinete com os seguintes dizeres: “O Prefeito não dá emprego a ninguém nem pede emprego para ninguém”. Com essa frase esperava expressar que, na sua gestão, pretendia recuperar a decência e a moralidade na administração pública. Em seus pronunciamentos veiculados pela imprensa, afirmava que a crise na democracia brasileira era uma “crise de caráter”, pois as nossas elites, ao assumirem o Estado e a administração pública, só visavam retirar ganhos de suas gestões, formando “fortunas ilícitas”, sem se preocuparem com o interesse coletivo. O mesmo se estende à ação dos partidos políticos que, segundo Jânio, “define-se a atividade partidária como a arte da transigência(...) sacrifica os programas das legendas, as aspirações populares e a decência individual e coletiva”⁴⁶.

46. *A Hora*, de 22/04/1953.

Analisando as declarações do prefeito Jânio Quadros, nestas circunstâncias, verifica-se que elas referem-se, basicamente, aos escândalos e à impunidade que invadiram vários setores da administração pública. Somente as multidões mais humildes conservaram-se intactas com relação à moralidade. Ele entendia que o povo reagiu a toda essa corrupção manifestando-se pelo voto para combater a desonestidade e a impunidade, buscando uma nova maneira de se exercer a política, compreendida como “a intenção de ter a norma legal aplicada à risca, com o rigor e a imparcialidade da tóga legítima”⁴⁷.

A democracia, na concepção de Jânio Quadros, é compreendida como a aplicação igualitária da prática jurídica, sem privilégios, sem concessões e sem exceções, sendo restabelecida apenas mediante uma nova maneira de os governantes exercerem a atividade política, — no entanto, Jânio Quadros na sua prática política, se distanciou desse discurso em defesa da democracia.

As primeiras medidas, visando moralizar a administração pública, foram anunciadas logo após a sua posse. Com o objetivo de restabelecer o equilíbrio das finanças do município, Jânio Quadros, por meio de um decreto, exigiu que os secretários, os diretores e os chefes de serviço e repartições obtivessem o máximo aproveitamento do pessoal, promovendo, para tanto, uma racionalização de métodos de trabalho para reduzir despesas. Para que tais medidas fossem executadas rigorosamente, atribuiu amplos poderes à Secretaria das Finanças, que ficaria encarregada, inclusive, de realizar uma auditoria na Fazenda, bem como uma revisão nas autorizações de despesas, registradas ou não, das verbas orçamentárias, créditos e contratos.

Dessa forma, a Secretaria das Finanças realizou um levantamento da situação financeira da administração, constatando que havia um déficit de 120 milhões de cruzeiros e um efetivo de cerca de 200 milhões. Para enfrentar tal situação, a administração Jânio aplicou uma série de medidas contentoras de despesas, dentre as quais destacam-se: a suspensão de compras de materiais; a suspensão de contratação de pessoas para ocuparem cargos públicos; a suspensão da concessão de licenças-prêmio; a demissão de funcionários não efetivos que estivessem interinamente no exercício de cargos e que, na forma da lei, deveriam ser providos por concurso; a demissão de funcionários admitidos nesse exercício, fora das possibilidades das verbas orçamentárias próprias; a suspensão dos empréstimos gratuitos dos teatros municipais; a

47. *Idem.*

cobrança de impostos e multas sem perdão; a venda de automóveis da Prefeitura em hasta pública, sendo que apenas o Gabinete ficaria com carro para uso do prefeito; o recolhimento de cerca de três mil carteiras credenciadas para ingresso nos divertimentos públicos, distribuídas pela Prefeitura; a comprovação de efetiva atuação dos participantes da Revolução Constitucionalista de 1932 e dos ex-combatentes da FEB (Força Expedicionária Brasileira), para continuarem recebendo benefícios da Prefeitura; a redução das despesas com a Comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo; a eliminação da isenção de impostos da Cruz Vermelha; o veto a um projeto de lei apresentado à Câmara Municipal para concessão de auxílio à Clínica Infantil do Ipiranga e ao Orfanato Cristovão Colombo, sob alegação de falta de recursos da Prefeitura.

A Câmara Municipal e a Assembléia Legislativa reagiram imediatamente a essas medidas. A mais polêmica das decisões, que demandou várias críticas, refere-se à demissão de cerca de 2 mil funcionários não efetivos. A Assembléia Legislativa chegou, por meio de um requerimento apresentado por um deputado, a interpelar o prefeito, exigindo explicações sobre as demissões dos funcionários. Na realidade, essa Casa Legislativa não tinha competência para julgar os atos do prefeito, cabendo essa tarefa à Câmara Municipal.

Diante de tantas reações e críticas, Jânio Quadros se viu impelido a explicar suas medidas de demissão: “Não se trata de demissão em massa, e sim de fazer observar um princípio de normas honestas na administração municipal. Todos os que foram efetivados depois da vigência da lei (nº 3.841), que é de 1950, voltarão à condição de extranumerários. O decreto por mim assinado não demite ninguém. Apenas dispõe que sejam as promoções revistas caso por caso. O grande número alegado não importa, pois um princípio moral tanto se aplica a um como a milhares. O número não pode ter influência, nem pode alterar um critério de rigorosa justiça”⁴⁸.

A proposta de Jânio Quadros no sentido de promover a moralização administrativa envolvia também o controle sobre o trabalho dos funcionários municipais. Com tal objetivo, Jânio baixou um decreto estabelecendo normas e regras de conduta para os funcionários municipais, que incluíam a observância do horário de trabalho nas repartições e a fiscalização do ponto do funcionalismo. Qualquer

48. O Estado de S. Paulo, de 16/04/1953.

ausência do local de trabalho deveria ser justificada e o ausente deveria ser substituído por algum colega de serviço. Com essas medidas, pretendia recuperar o respeito à hierarquia e moralizar o setor, disciplinando os funcionários e atribuindo responsabilidades aos chefes de seção, aos diretores e até aos secretários municipais.

Porém, a moralização realizada por Jânio Quadros nos serviços públicos foi questionada pelo vereador Alberto da Silva Azevedo, do PSP. Através de um requerimento encaminhado ao Poder Executivo, o vereador perguntava se o prefeito tinha conhecimento de que dois de seus auxiliares diretos — Oswaldo Aranha Bandeira e Mello e Cássio Egydio de Souza Aranha — haviam empregado, de forma irregular, seus filhos na administração municipal, exercendo funções de “entregadores de avisos” e recebendo altos salários. Em resposta ao requerimento, Jânio Quadros expôs: “Graças à diligência do vereador Azevedo, um possível escândalo das administrações passadas é denunciado. Lamento o que possa ter ocorrido naqueles governos e solicito urgentes e fidelíssimas informações para corrigir esses e outros abusos semelhantes, que são incompatíveis com o resultado das urnas de 22 de março”⁴⁹.

Em sua resposta, Jânio culpou as administrações passadas por estas contratações irregulares e agradeceu a vigilância do vereador da oposição, argumentando que tais fatos não ocorrerão em sua gestão.

Para reequilibrar o orçamento da Prefeitura, Jânio Quadros propôs medidas antipopulares, que geraram protestos por parte da população paulistana e também da Câmara Municipal. A principal referia-se ao aumento nos impostos e nas taxas, em particular o imposto predial e territorial, além da criação de novas taxas.

Um outro setor que a administração Jânio Quadros atendeu com prioridade foi o de transportes coletivos, onde a CMTC apresentava um enorme déficit mensal. Os estudos indicavam que, para viabilizar a empresa, seria necessário aumentar as passagens dos ônibus e dos bondes que circulavam pela cidade de São Paulo.

A solução encontrada pela Prefeitura foi a de explicar diretamente para a população a necessidade do aumento das tarifas. Para tanto, Jânio fez vários comícios pelos bairros de São Paulo, procurando sensibilizar os paulistanos a fim de que acatassem o aumento sem maiores divergências. Paralelamente, ampliou o raio de ação dos coletivos e consertou vários ônibus quebrados. Após esse trabalho realizado junto

49. *Diário Popular*, de 29/04/1953.

à população, informando e esclarecendo, as tarifas foram aumentadas, sem maiores resistências por parte dos paulistanos.

No entanto, nem tudo transcorreu tranqüilamente, pois na Câmara Municipal o clima era outro. O vereador Paulo Vieira do PSP fez um discurso criticando o aumento dos coletivos e a maneira como isso ocorreu: “O Sr. Prefeito aproveitou-se das férias na Câmara, iniciou uma grande campanha pelos jornais, pelo rádio e em comícios públicos, tendente a convencer o povo da necessidade de um aumento de 60% nas passagens de bondes e 50% nas passagens dos ônibus.

Entendo que o Prefeito seria o homem menos capacitado para propor esse aumento. S. Excia. foi eleito principalmente em virtude das alegações que fez contra o governo passado em não se importar com o aumento do custo de vida, é justamente quem vem pleitear o aumento das passagens de bondes e ônibus, concorrendo assim, assustadoramente para a alta do preço do custo de vida na Capital, atingindo as classes mais pobres, aquelas que só têm níqueis, não podendo pagar autolotação, servindo-se de bondes e ônibus.

Sou contrário, radicalmente, a essa medida e a estranho, principalmente por partir de quem partiu: de um homem que não tinha capacidade ou idoneidade para aumentar o preço das passagens, diante das promessas feitas na sua campanha eleitoral”⁵⁰.

O vereador apontava, em seu discurso, a incoerência na atuação política de Jânio Quadros, alegando que, enquanto era candidato, criticava a administração pública e o aumento do custo de vida, mas agora como prefeito adotava medidas semelhantes às do governo passado, com a agravante de ter se aproveitado do recesso parlamentar para implementar o aumento nos transportes coletivos, desrespeitando não só a população, mas também o Poder Legislativo que não fora consultado pelo prefeito.

Ainda quanto à questão de transportes, é necessário mencionar que, logo após a sua posse, Jânio recebeu a visita dos presidentes dos Sindicatos de Carros Urbanos, de Condutores de Veículos e dos Empregados em Escritórios, declarando: “Antes de tudo, desejo reafirmar-lhes, para que transmitam aos trabalhadores da CMTC, que não me esqueci, nem me esquecerei deles. Prometi-lhes, durante a campanha eleitoral, que iria melhorar a sua situação. E isto farei, assim que tenha

50. *Anais da Câmara Municipal*, sessão de 07/08/1953.

tomado pé, definitivamente da Prefeitura. E, isso, também lhes asseguro, que não vai demorar muito”⁵¹.

Os funcionários da CMTC haviam apoiado Jânio e, agora, queriam apresentar suas reivindicações e cobrar as promessas eleitorais. As relações entre essa categoria de trabalhadores e Jânio foram cordiais e sem conflitos. Porém, a CMTC não representava apenas a harmonia, tanto que a Câmara Municipal fez críticas à atuação da diretoria da Companhia e, indiretamente, à gestão de Jânio Quadros: “O Sr. Gabriel Quadros criticou mais uma vez o Sr. Mário Lopes Leão, superintendente da CMTC. Disse que o engenheiro Lopes Leão é um técnico malgrado e que há na CMTC um movimento subterrâneo de sabotagem ao atual Prefeito. Acrescentou que a empresa deve 200 milhões de cruzeiros nos Bancos e pediu a remoção do Sr. Lopes Leão da direção da empresa”⁵².

As críticas não se limitaram ao gerenciamento da empresa, foi denunciada também a existência de 412 ônibus parados, ao que Jânio Quadros contra-argumentou: “Absolutamente. Não é verdade. Quem desejar verificar se o que se assoalha é ou não falso, tem licença para visitar as garagens”⁵³.

Nessa mesma entrevista, admitiu que alguns ônibus americanos e ingleses estavam parados por falta de peças e comentou que a CMTC não dava lucro nem prejuízo. Entretanto, a proposição original de resolver o problema financeiro da Companhia não foi cumprida.

Durante sua gestão, Jânio Quadros também se voltou para a preservação do meio ambiente urbano e, conseqüentemente, para a limpeza pública: “Quando assumi o governo o lixo só era coletado em um terço do município. Com a admissão de mais de mil trabalhadores e das viaturas necessárias, espero que logo dois terços do lixo estejam sendo coletados.

É preciso mecanizar o serviço, porque as viaturas à tração animal saem mais caras do que as motorizadas. Parece absurdo, mas é verdade: a carrocinha de burro sai mais cara.

Alguém está comendo o milho dos burros”⁵⁴.

Além de realizar um balanço de sua gestão, mostrando o avanço no setor de limpeza pública e a conseqüente geração de empregos, acusou pessoas do setor de estarem envolvidas em casos de corrupção.

51. O Estado de S. Paulo, de 24/04/1953.

52. Idem, de 04/05/1954.

53. Idem, de 13/05/1954.

54. Manchete, de 21/01/1954.

Com o intuito de “limpar” a cidade, promoveu comandos da limpeza pública, procurando centrar esforços em alguns bairros para realizar raspagens, varrição e outros serviços de limpeza coletiva. Também enviou um projeto-lei à Câmara Municipal, propondo a limpeza e a pintura nas fachadas dos edifícios situados nas zonas central e urbana do município.

Também a campanha da moralização dos usos e dos costumes teve prolongamento na sua gestão. Com tal objetivo, solicitou ao Juizado de Menores e à Secretaria de Segurança Pública que indicassem ao Poder Executivo municipal publicações consideradas “atentatórias à moral”. Após a catalogação dessas obras, a Prefeitura, fazendo uso de suas prerrogativas, proibiu sua venda nas bancas de jornais, sob pena de cassação das licenças dos contraventores.

Ainda nesse sentido, a Secretaria de Segurança Pública encaminhou ao Poder Executivo municipal uma denúncia contra hotéis instalados nas ruas Guaianazes, Vitória, Aurora e adjacências, que estariam sendo utilizados para “encontro de casais”. Jânio Quadros determinou que se apurasse a denúncia e, caso confirmada, que se cassasse o alvará de funcionamento desses “hotéis suspeitos”.

A Secretaria de Higiene e Saúde destacou-se, basicamente, na “luta contra os exploradores da economia popular”. Para restabelecer a moralização na administração, Jânio Quadros promoveu um levantamento das irregularidades nas concessões de bancas no Mercado Municipal, bem como a fiscalização dos preços pela Prefeitura. Com relação à crise de abastecimento na cidade de São Paulo, Jânio enfatizou a necessidade de eliminar os intermediários, pois, segundo sua apreciação: “Quem na realidade carrega o ônus é o consumidor, sobretudo o operário para o qual a vida se torna impossível. Daí o surto de greves e o desespero das massas”⁵⁵.

Com o objetivo de efetuar estudos sobre a crise do abastecimento, foi criada, na sua gestão, a Comissão de Abastecimento do Município de São Paulo, subordinada à Secretaria de Higiene e Saúde. Tentando sanar o desabastecimento, a Secretaria inaugurou um sistema de venda direta dos produtores aos consumidores, instaurando, por exemplo, o entreposto de bananas.

A Secretaria da Educação e Cultura dirigiu seus esforços para a construção de vários parques infantis e bibliotecas públicas. A ampliação

55. O Estado de S. Paulo, de 28/04/1953.

do número de parques foi acompanhada pela extensão do horário de seu funcionamento. Porém, devido à contenção de despesas, a extensão de uma hora na jornada de trabalho não foi acompanhada pelo aumento na remuneração. Como resultado dessa medida adotada pela Prefeitura, ocorreram reações e descontentamentos por parte destes servidores municipais.

Vários melhoramentos foram executados na cidade de São Paulo, como a ampliação da iluminação pública em bairros periféricos e o aumento da instalação de telefones públicos nas ruas.

Entretanto, as divergências entre Jânio Quadros e seus secretários começaram a ocorrer após sua candidatura ao governo do Estado de São Paulo. Em uma dessas ocasiões, Jânio declarou que, no Pronto-Socorro Municipal, foram constatadas “irregularidades”, sem, no entanto, especificá-las. Alípio Corrêa Netto, secretário da Higiene e Saúde, respondeu ao comentário do prefeito afirmando que de fato haviam problemas, mas eram decorrentes da falta de verbas, ressaltando, inclusive, que o serviço hospitalar se aprimorou durante a sua gestão. Conforme o secretário, “há deficiências, que permanecerão ainda por algum tempo, mas não irregularidades. Se existissem, sem qualquer providência nossa, estaríamos com elas coniventes, o que ofende a verdade dos fatos”⁵⁶.

Em decorrência das constantes viagens empreendidas durante a campanha eleitoral para o governo do Estado, começaram a ocorrer uma série de desencontros na área das informações. Os dados que cada setor transmitia à imprensa eram desmentidos pelo prefeito, o que demonstrava a descoordenação da gestão de Jânio Quadros no final de sua administração.

Jânio Quadros apresentava um novo estilo de governar, diferenciando-se de seus antecessores, à medida que não se limitava às atividades de Gabinete, aos despachos e às reuniões feitas com seu Secretariado. Realizava inspeções imprevistas em várias secretarias e departamentos municipais, com o objetivo de supervisionar pessoalmente o trabalho de sua administração. Dessa forma, o exercício do governo e de liderança demonstrou claramente que o prefeito não delegava poderes a nenhum membro de sua equipe. Assinale-se que, com essa atitude, colocava em xeque a capacidade de trabalho de seu próprio *staff* administrativo. Suas visitas surpresas pretendiam transmitir a idéia

56. *Idem*, de 20/05/1954.

de autoridade do prefeito e de onipresença do governante, além de fazer parte de uma estratégia política, preocupada em reforçar a imagem do político novo para a população paulistana.

Pode-se afirmar que Jânio Quadros considerava-se o único capaz de governar, de gerenciar e de inspecionar a administração municipal. Na realidade, o que prevalecia eram regras pessoais, que norteavam os negócios públicos em detrimento das regras racionais. Estava presente a idéia de que um indivíduo, personificado na figura de Jânio, com boa vontade e capacidade, poderia pairar acima das instituições democráticas e realizar, sozinho, a recuperação da ordem e do bom funcionamento do sistema.

Na sua administração, não tolerou nenhum poder autônomo dentro do seu Secretariado, mostrando a todos os membros de sua equipe que quem detinha o poder e exercia-o com autoridade era ele próprio. Todas as decisões políticas eram centralizadas em suas mãos, registrando um estilo personalista de exercer a política. Não admitia líderes políticos independentes e fortes que pudessem neutralizar seu poder e seu prestígio pessoal.

b) Relacionamento com a Câmara Municipal

Logo após sua posse, Jânio Quadros visitou a Câmara Municipal e agradeceu as saudações que o presidente fez em Plenário, reforçando, em seu discurso, a maneira como pretendia governar São Paulo: “... acima de quaisquer competições de natureza político-partidária, acima de quaisquer interesses discutíveis ou subalternos. O Executivo estará aberto, com as portas franqueadas às legítimas, às justas, às próprias reivindicações de nossa gente, que os Srs. vereadores por certo saberão levar para o nosso conhecimento e para a nossa realização”⁵⁷.

Jânio propôs reforçar as relações com o Legislativo, no sentido de estar aberto às reivindicações, reafirmando sua vontade de governar “acima de quaisquer interesses”. Porém, tais relações foram conflituosas, uma vez que ele não possuía maioria para sustentar e aprovar seus projetos e orçamentos.

A Câmara Municipal de São Paulo, no período em que Jânio Quadros assumiu a Prefeitura, era constituída⁵⁸, na sua maioria, por vereadores do PSP, que faziam oposição férrea ao governo. O PSP

57. *Idem*, de 28/04/1953.

58. Composição da Câmara Municipal — 1952-1955.

detinha 28,9% da representação; o PTB, 13,3%, seguido da UDN e PDC com 11,1%; o PSD e o PR possuíam 6,8% respectivamente; enquanto que o PST, o PTN, o PRP, o PRT e o PSB possuíam 4,4% cada um. A bancada janista era formada por 10 parlamentares (5 do PDC, 3 do PTB e 2 do PSB) do total de 45 vereadores. Havia o Bloco Independente, formado por 11 vereadores (4 da UDN, 3 do PR, 1 do PTN e 3 do PTB), que, apesar de não fazer oposição sistemática, também não aderiu incondicionalmente ao governo.

Nos Anais da Câmara Municipal, encontram-se vários pronunciamentos de vereadores que demonstram a instável e tensa relação entre Jânio e a Câmara. Por exemplo, na sessão do dia 13 de abril de 1953, alguns parlamentares reclamaram da forma como o prefeito atuava. Segundo tal denúncia, Jânio convidou os líderes dos partidos políticos para participarem de reuniões em seu Gabinete sempre às terças-feiras às oito horas. Os denunciadores alegavam que apenas o presidente da Câmara poderia fazer esta convocação. Como resposta à denúncia, o líder da bancada — vereador Marcos Mélega, da UDN — argumentou que tais reuniões tinham como objetivo levar ao prefeito as principais reivindicações dos vereadores, antes de estas serem encaminhadas ao plenário. Como os convites às lideranças eram individuais, a Câmara Municipal não pôde acolher a denúncia deste grupo de vereadores.

Essa maneira de agir de Jânio Quadros favoreceu o estabelecimento de relações pessoais entre o prefeito e os líderes dos partidos, criando uma espécie de cumplicidade entre eles. Afinal, na concepção desses parlamentares, considerava-se privilégio ser convidado pessoal do chefe do Executivo municipal. Conhecendo antecipadamente as reivindicações, Jânio agilizava suas ações políticas e, de forma calculada, enviava, antecipando-se ao Legislativo, projetos para serem apreciados, por intermédio de parlamentares de sua confiança.

Dessa forma, Jânio desprezava e esvaziava as funções do Legislativo, ignorando a Presidência da Câmara e não levando em conta os resultados das sessões normais da Câmara Municipal. Jânio Quadros, deliberadamente, imprimiu uma impotência nas lideranças partidárias, que eram controladas por ele e, com isso, conseguia neutralizar os ataques da Câmara Municipal, esvaziando seu poder de barganha e de negociação com o Executivo.

O difícil relacionamento entre Jânio Quadros e o Poder Legislativo não se originava apenas de sua bancada minoritária, mas, na avaliação de Odon Pereira, também era decorrente “do seu temperamento e por uma certa vocação. O presidente se acostumou muito a ser executivo. Na verdade todos os cargos que ocupou no

Legislativo foram de passagem. Foi vereador e deputado estadual atuante, mas sempre com vista no Executivo. É evidente o gosto que o presidente tem por administrar, operar as coisas. Ao mesmo tempo o relacionamento com os políticos é difícil e complicado. Eu creio que como se acostumou a ver o Legislativo como ponto de passagem, ele não nutria uma afeição pelo Legislativo, e assim, um certo desprezo pelos parlamentares”⁵⁹. Por esse relato e pela prática política de Jânio, pode-se observar que, quando ocupou cargos executivos, mudou sua relação com o Legislativo. A autonomia deste Poder, agora, era uma falácia, seus atos desmentiam a independência entre os poderes.

Na avaliação de Jair de Carvalho Monteiro, Jânio Quadros sempre governou com minoria no Legislativo e, para suprir essa dificuldade e ver seus projetos e orçamentos aprovados, “ele saía para as ruas e fazia comícios para o aumento das passagens da CMTC, para outro aumento, ele mobilizava a população e esta pressionava a Câmara que ficava com medo e votava”⁶⁰.

A administração de Jânio Quadros, nesse período, foi marcada por um personalismo acentuado. Na busca da aprovação de suas propostas, ele não negociava, não apelava ao Legislativo e não alterava seus planos, mas sim dirigia-se pessoalmente ao povo, sem intermediações, explicando suas propostas, prestando contas de sua administração e questionando a Câmara Municipal.

Foram apresentados alguns processos judiciais contra Jânio Quadros, em que era acusado de utilização indevida de verbas e da realização de obras sem a autorização da Câmara Municipal, deixando, inclusive, de pagar os empreiteiros. Entre esses processos, encontra-se o do prefeito Lino de Matos, que assumiu o cargo após a renúncia de Jânio Quadros.

Esse processo originou-se a partir do momento em que a Câmara Municipal havia autorizado o gasto de 200 milhões de cruzeiros para um projeto da Secretaria de Obras, que envolvia a pavimentação de ruas, a construção de galerias para águas pluviais e o viaduto da avenida Campos Elísios. O orçamento previsto não cobriu os gastos da execução de todas as obras e, para concluir o trabalho e pagar as empreiteiras, a Prefeitura solicitou mais 300 milhões de cruzeiros. A Câmara, por sua vez, exigiu maiores explicações a respeito do projeto. Entretanto, Jânio e seu

59. Entrevista com Odon Pereira, em 24/10/1989.

60. Entrevista com Jair de Carvalho Monteiro, em 13/10/1989.

secretário de Obras recusaram-se a prestar esclarecimentos, alegando que tais procedimentos não haviam sido adotados em gestões passadas.

Em decorrência desse conflito, Jânio prometeu parar as obras e acusou a Câmara Municipal de estar emperrando os seus projetos: "Há vários outros projetos na nossa Edilidade. Estão lá há vários meses a despeito de vários ofícios nos quais peço urgência. Enviar mais o que e para quê? Pelo visto há pouco a fazer com um grupelho de vereadores que se entrega à eterna vigilância com antolhos. Pessoalmente já me canso de alisar pés de burro"⁶¹.

O Supremo Tribunal Federal⁶² negou o recurso impetrado pelo prefeito Lino de Matos contra Jânio Quadros, pois as tramitações legais não foram cumpridas. O jurista Vicente Rao, advogado de Jânio, argumentou que o recurso não havia sido emitido à Assembléia Legislativa de São Paulo e, portanto, foi constitucionalmente impugnado, pois havia preceitos legais que conferiam ao então governador um foro privilegiado enquanto estivesse no exercício da função executiva.

Na gestão do prefeito Adhemar de Barros, foi encaminhado um "moralizador veto", no sentido de que não fossem pagas as contas do ex-prefeito Jânio Quadros pela Câmara Municipal.

O processo de peculato contra Jânio Quadros foi arquivado em 16 de junho de 1962, pois o juiz Licínio Rocha Von Pfuhl considerou que não havia nos autos elementos suficientes para a ocorrência de peculato e, ademais, já havia prescrito os delitos pelo Código Penal⁶³.

As denúncias dos vereadores não se limitaram a esse processo, sendo que muitas outras ocorreram, como, por exemplo: a do vereador Cantídio Sampaio, do PSP, que acusou Jânio Quadros de ter suspenso a compra de material de consumo dos parques infantis; a de Wiliam Salem, do PSP, que declarou que o prefeito suprimiu o transporte que era fornecido às crianças cegas de São Paulo para que freqüentassem aulas de braile, sob a alegação de contenção de despesas; a de Toledo Piza e Bruno Filho, ambos do PRP, que comentaram sobre a proibição do comércio dos vendedores ambulantes, lembrando que Jânio, quando vereador, defendeu-os e agora, como prefeito, ponderava que só toleraria vendedores que fossem portadores de defeitos físicos.

Ao se comparar a atuação de Jânio como parlamentar e como administrador, percebe-se que existe uma ruptura entre esses dois

61. *O Tempo*, de 19/06/1954.

62. *O Estado de S. Paulo*, de 15/01/1957.

63. *Idem*, de 20/06/1962.

momentos em sua carreira política. Se como parlamentar coloca-se como um dos defensores mais ferrenhos da lei, considerada sagrada e soberana, como administrador rechaça as normas, as regras, desprezando a lei, não respondendo às solicitações da Câmara Municipal e não respeitando os limites dados pela lei.

No início de 1954, o PTN e o PSB lançaram a candidatura de Jânio Quadros para o governo de São Paulo. Nessa campanha eleitoral, Jânio Quadros realizou uma série de viagens pelo interior do Estado e, devido a essas "excursões políticas", deixava em seu lugar o vice-prefeito Porphírio da Paz. As constantes substituições foram duramente criticadas pelos vereadores, que, ironicamente, chamavam-nas de um regime de "prefeitos de plantão". Segundo esses vereadores, o município ficava acéfalo e, com a adoção de tal procedimento, a política municipal sofria de uma descontinuidade administrativa. Esses vereadores, liderados por Cantídio Sampaio, apresentaram um requerimento solicitando que fosse consignado em ata um voto de reprovação da Câmara ao sistema de revezamento no cargo de prefeito. A esse respeito, Cantídio Sampaio afirma: "Nem tudo que é lícito é honesto. A lei não veda o jogo do troca-troca. Mas a moral o repele. Se prefeito e vice-prefeito são candidatos, corram à sua sorte, sem abusar dos cargos nem da paciência da gente de nossa terra. Desocupem a cadeira"⁶⁴.

A campanha desencadeada pela Câmara Municipal, exigindo a saída de Jânio Quadros e de seu vice, repercutiu em outros setores da sociedade, no caso a imprensa paulista, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que publicou críticas constantes a Jânio Quadros: "Não recusamos ao Sr. Prefeito o direito de alimentar ambições tão grandes. Mas a facilidade com que ele vai se desvencilhando dos seus compromissos, a pouca importância que empresta ao seu posto, a ligeireza com que abandona os aflitivos problemas de São Paulo para ir cuidar dos seus interesses, não o recomendam, em absoluto, ao cargo cobiçado.

Afastando-se da Prefeitura para as excursões políticas, o Sr. Jânio Quadros não observa nem mesmo a elementar deferência de pôr a Câmara Municipal ao corrente do seu gesto...

Do ponto de vista da Cidade, não lhe convém ter à frente dos seus destinos um indivíduo disposto sempre a abandoná-la para atender aos seus planos privados"⁶⁵.

64. *Idem*, de 12/05/1954.

65. *Idem*.

A crítica do jornal *O Estado de S. Paulo* mostra um Jânio incapaz de administrar uma cidade como São Paulo, reforçando a idéia de que é um político que busca apenas a autopromoção, visando sua carreira pública e cujas ambições políticas e interesses pessoais são colocados acima dos interesses da população.

Aumentavam as críticas e as reações contra o prefeito que, agora, tinha como preocupação eleger-se governador de São Paulo.

c) Relacionamento com a Sociedade Civil

Todas as quartas-feiras, Jânio Quadros realizava comícios pelos bairros, com o objetivo de estabelecer um contato direto com a população paulistana, procurando ouvir suas reivindicações. Na avaliação de Jânio Quadros, esses comícios não desgastavam sua imagem: "... a assistência aos comícios tem aumentado, e sinto que a confiança do povo também aumenta"⁶⁶.

Durante a campanha para a Prefeitura, Jânio havia manifestado o seu apoio ao movimento autonomista de Osasco. Porém, como prefeito, procurou postergar sua autonomia, por considerar que, caso isso ocorresse, a Prefeitura de São Paulo deixaria de arrecadar uma parcela significativa de sua receita. Entretanto, os moradores de Osasco cobraram de Jânio sua promessa feita em campanha e, dessa forma, iniciaram uma oposição à nova administração. O jornal do movimento, *O Emancipador*, acusava Jânio de não dar atenção devida ao subdistrito de Osasco. Nesse sentido, conforme avaliação de José Álvaro Moisés, "Jânio ajudara a reconhecer a problemática urbana da periferia mas agora se comportava como alguém que não estivesse obrigado diante das populações suburbanas. O nascente movimento de Osasco iria começar cobrando a posição do prefeito que mais tarde, quando governador, mudaria a sua posição"⁶⁷.

O movimento autonomista de Osasco coletou 5 mil assinaturas e encaminhou-as à Assembléia Legislativa de São Paulo, conseguindo, assim, justificar a necessidade da realização de um plebiscito em dezembro de 1953. A campanha contra a autonomia de Osasco também se acentuou e o plebiscito, embora aprovado pela Assembléia, não foi realizado, sendo que a vitória do movimento só iria acontecer em 1962.

66. *Manchete*, de 02/01/1954.

67. MOISÉS, José Álvaro. "Classes populares...". *Op. cit.*, p. 307.

Os líderes do movimento de Osasco acusaram Jânio Quadros de arrecadar milhões de cruzeiros de imposto e não suprir as necessidades do subdistrito, privilegiando a Capital em detrimento dos bairros periféricos.

Em sua gestão, Jânio Quadros incentivou a expansão das Sociedades de Amigos de Bairros, pois o objetivo de sua administração era substituir os "políticos profissionais" ligados ao bairro por líderes populares que tivessem acesso direto ao seu Gabinete. Procedendo dessa maneira, Jânio manteve-se em contato direto com as Sociedades, procurando conhecer os problemas específicos da população e do bairro.

Com esse sistema, conseguiu cooptar várias lideranças locais, subordinando-as à sua liderança pessoal. Portanto, ao incentivar essas sociedades, propiciava sua organização e ao mesmo tempo controlava e negociava as demandas populares, esvaziando a função de intermediação da Câmara Municipal.

O bairro de Vila Maria recebeu atenção especial de Jânio Quadros, onde a empresa de ônibus concessionária da linha que servia o bairro passou a ser dirigida pela CMTTC, por administração, por força de despacho judicial e não pela encampação da linha. Segundo Wilson Pereira, "apesar de hoje Vila Maria ser um bairro central, ela era praticamente a divisa da cidade. Era um dos bairros com uma população relativamente grande e com um grande reclamo de estrutura distrital de bairro. Então o Jânio naquela oportunidade, com estes companheiros que aí estão, deu uma ênfase maior na reestruturação de Vila Maria. Então ali, poderia fazer da Vila Maria um espelho do que poderia ser os bairros que ficam na divisa da cidade de São Paulo. Vila Maria foi o reflexo de quem trabalha numa região, e ele também teve uma expressão maior nas urnas. Até hoje Vila Maria é considerada um reduto janista, por essas circunstâncias"⁶⁸.

Com a finalidade de estabelecer uma relação direta com a população, Jânio introduziu, nas repartições públicas, o "Livro de Reclamações", onde a população poderia registrar suas reclamações. Entretanto, estas só seriam aceitas se estivessem acompanhadas do nome e do endereço do reclamante.

Na época em que Jânio assumiu a Prefeitura, estava ocorrendo, em São Paulo, a greve dos 300 mil trabalhadores, sendo que sua primeira

68. Entrevista com Wilson Pereira, em 04/09/1989.

declaração foi no sentido de apoiá-la: “Quero dizer que a reputo justa, procedente e que realmente não é possível ao trabalhador suportar a carestia de vida com os salários que está recebendo. Sou inteiramente solidário com os paredistas e outra não poderia ser a minha atitude. Faço-lhes apenas um apelo: utilizem-se do direito que a Constituição lhes assegura com calma, pacifismo e prudência. Não se deixem ludibriar pelos oportunistas e elementos interessados na perturbação da ordem. Que conservem distância daqueles que desejam desvirtuar as legítimas finalidades do movimento”⁶⁹.

Nessa declaração reafirma sua crença na Justiça, no Direito e na Constituição. Os trabalhadores, na sua concepção, estão em greve lutando por sua sobrevivência. No entanto, deveriam agir com “calma, pacifismo e prudência”, dentro dos limites da lei. Alerta, também, para que os trabalhadores não sejam manipulados por elementos estranhos ao movimento.

Por ocasião das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, uma nova frente de tensões teve início entre o governo municipal e o estadual. Jânio, desde sua gestão como vereador, havia se posicionado contra a realização do evento, por considerar os gastos empregados na festa supérfluos em face das necessidades do cidadão paulistano. A Prefeitura, segundo Jânio, não possuía recursos para arcar com o ônus da reforma do Teatro Municipal e nem com a urbanização do Parque do Ibirapuera. Tais encargos caberiam à Comissão do IV Centenário, presidida por Francisco Matarazzo Sobrinho. Contestado por alguns setores da sociedade, Jânio argumentou: “Não se trata de dever, de obrigação, a Prefeitura não tem dinheiro, e isso é o bastante”⁷⁰.

A festa, realizada no dia 25 de janeiro de 1954, foi criticada por Jânio Quadros, que acusou o então governador Lucas Nogueira Garcez de ter cometido “indelicadezas” com ele e com o presidente da Câmara Municipal. Em contrapartida, Garcez revidou, afirmando que o prefeito atrasou a cerimônia em 40 minutos, provocando “indelicadezas” com presidentes de duas repúblicas americanas presentes ao evento e quase um incidente diplomático, que não teve maiores conseqüências porque o prefeito apresentou suas escusas aos chefes das nações.

69. O Cruzeiro, de 11/04/1953.

70. O Estado de S. Paulo, de 30/04/1953.

Quanto ao relacionamento de Jânio Quadros com a imprensa, este foi tranqüilo apenas no começo de sua carreira política e no início de sua gestão na Prefeitura. Entretanto, Jânio sempre atribuiu grande valor e importância instrumental à imprensa, por considerá-la necessária à construção de sua imagem de político.

Um dos incidentes que abalou esse bom relacionamento com a imprensa envolveu o jornalista Freitas Nobre, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, que entrevistou Marrey Júnior, secretário dos Negócios Internos e Jurídicos. Nessa reportagem, o jornalista relatou que o secretário havia comentado que o prefeito Jânio Quadros tinha vetado seu nome como candidato de conciliação ao governo do Estado, por ocasião do encontro entre o prefeito e o presidente Getúlio Vargas.

Jânio Quadros qualificou a reportagem de mentirosa, falseadora da realidade e, como represália, proibiu a entrada do jornalista Freitas Nobre em seu Gabinete. Estendeu, ainda, sua crítica à imprensa ligada ao noticiário político, acusando-a de insegura devido ao fato de sempre desmentirem as notícias.

A Associação dos Jornalistas Credenciados na Prefeitura, sentindo-se agredida pelo prefeito, encaminhou um ofício repudiando a atitude discriminatória de Jânio Quadros. O prefeito, por sua vez, ignorou o ofício e o devolveu à Associação.

Outro jornalista processado por Jânio foi Antonio Saiani Neto, redator do jornal *Fanfulla*⁷¹, que fez uma série de perguntas em duas reportagens, questionando a idoneidade moral do prefeito: quanto ganha; quem financia suas viagens; quem paga suas propagandas etc.

Em maio de 1954, processou o jornalista Gondim da Fonseca, que o criticou por haver mudado a feira do Arouche: “Será processado criminalmente. Vou empenhar-me para pô-lo na cadeia. Não se trata de transcrição de jornal, mas sim de afirmações de responsabilidade do articulista”⁷².

É possível afirmar, mediante tais atitudes, que Jânio Quadros não aceitava críticas à sua gestão e, como resposta às divergências e comentários considerados prejudiciais à sua imagem, movia processos de difamação e injúria contra os jornalistas envolvidos. Entretanto, a despeito dessa postura crítica em relação a certos setores da imprensa, continuou a utilizá-la; Jânio era e fazia a notícia.

71. *Fanfulla*, de 06 e 07/03/1954.

72. O Estado de S. Paulo, de 16/05/1954.

Em janeiro de 1955, Jânio Quadros renunciou ao cargo de prefeito da cidade de São Paulo, após ter sido eleito governador de São Paulo, deixando, em seu lugar, Lino de Mattos, do PSP, presidente da Câmara Municipal. A presença de Jânio no cenário político brasileiro será definitivamente marcado pela sua presença no governo de São Paulo, caixa de ressonância direta para alcançar a Presidência da República.

Capítulo 4

Governo do Estado de São Paulo (1955-1959)

4.1 Da Prefeitura da Cidade de São Paulo ao Governo do Estado de São Paulo

No começo de janeiro de 1954, o PDC lançou a candidatura de Jânio Quadros para o governo de São Paulo, que tinha como companheiro de chapa para a vice-governança o presidente regional do partido, Antonio Queiroz Filho. Embora ainda exercesse o mandato de prefeito, a precipitação no lançamento do nome de Jânio, segundo justificativa da direção do PDC, decorria de uma possível chapa que estaria sendo articulada pelo ex-prefeito Prestes Maia.

Ao tomar conhecimento da escolha de Jânio Quadros pelo PDC, a imprensa pressionou-o para que se pronunciasse a respeito da possível candidatura, ao que respondeu: “Tenho impressão de que aceito. Quem não ficaria lisonjeado, quando a indicação é unânime e parte de homens com a autoridade dos que subscrevem essa deliberação? Quero acreditar que a sorte está lançada. O resto, agora, não é comigo, nem com os companheiros pedecistas. Escapa ao nosso pobre alcance e às nossas limitadas forças. O resto é com o povo”¹.

Jânio Quadros comprometeu-se a permanecer no exercício de seu cargo na Prefeitura até o momento em que isso fosse possível, porém o

1. O Estado de S. Paulo, de 08/01/1954.

PDC começou a receber uma série de pressões por ter se precipitado no lançamento da chapa. Diante dessa situação delicada, Jânio Quadros voltou atrás em sua posição, afirmando não ser mais candidato: "Só uma imposição indeclinável me faria, neste momento, aceitar a minha candidatura a Governador do Estado. Recebi recentemente um mandato altamente honroso e altamente severo do povo paulistano: o de cumprir, na Prefeitura, um programa que eu havia submetido anteriormente à sua aprovação, na campanha eleitoral. O povo cumpriu a sua parte, elegendo-me; cabia-me pois cumprir a minha, tornando-me digno do seu voto. Ora, arriscar-me agora a ter que deixar essa missão quando justamente começo a desempenhá-la com rigor, parecia-me, a mim mesmo, como uma fuga ao dever"².

Suas declarações, no entanto, não deixavam claro se era ou não candidato. Para complicar mais esse quadro eleitoral, Jânio começou a procurar algumas lideranças políticas, não pertencentes ao PDC, em busca de apoio à sua candidatura, como, por exemplo, Lucas Nogueira Garcez, governador de São Paulo, e o presidente Getúlio Vargas. Os encontros se realizaram sem o prévio conhecimento do PDC, que, ao saber das reuniões, sentiu-se traído por Jânio. Esse procedimento, associado a outros fatos ocorridos anteriormente, corroboraram para que o PDC retirasse sua candidatura no final do mês de janeiro.

A crise entre Jânio Quadros e o PDC começou em dezembro de 1953, por ocasião das eleições para a Presidência da Câmara Municipal. Segundo avaliação do PDC, Jânio Quadros, enquanto prefeito eleito por esse partido, não se empenhou com o processo eleitoral, uma vez que não expressou apoio ao seu candidato, possibilitando, assim, a vitória do candidato preferido por Adhemar de Barros.

Na versão do PDC, quem forçou o lançamento da candidatura tão antecipadamente foi o próprio Jânio Quadros, que insistia para que o partido assim procedesse. Paralelamente a todo esse jogo político, conversava com representantes da UDN e do PTB, em busca de apoio para sua candidatura, considerada por ele como a única capaz de conter a corrente "adhemarista". Jânio informou ao PDC que o próprio presidente da República iria apoiá-lo para o governo do Estado. Esse acordo foi mediado por João Goulart, que se reuniu com o prefeito na casa de Olavo Fontoura. Getúlio Vargas impôs, nessa ocasião, algumas condições para apoiá-lo; principalmente o

2. *Idem*, de 10/01/1954.

compromisso de Jânio com a sua eventual candidatura nas eleições presidenciais, que iriam se realizar em 1960.

A tensão entre o PDC e Jânio Quadros aumentou, e no dia 28 de janeiro Jânio procurou o presidente do partido para anunciar a retirada de sua candidatura. A direção do PDC solicitou que a fizesse por escrito, o que acabou não acontecendo. Diante desse impasse, o PDC resolveu retirar "a indicação do nome do Sr. Jânio Quadros como seu candidato ao Governo do Estado"³. O vereador Franco Montoro foi o portador desse documento entregue aos meios de comunicação.

Ao ser perguntado pelos jornalistas credenciados na Prefeitura sobre o documento divulgado pelo PDC, Jânio Quadros respondeu que "não confirmo nem desminto nada"⁴.

Cinco dias após o desligamento da candidatura de Jânio Quadros pelo PDC, a imprensa e os meios de comunicação foram convocados pelo prefeito para uma reunião em sua residência particular, a fim de que Jânio desse a sua versão dos fatos. Durante todo o dia, o encontro que teria com os jornalistas foi divulgado pelos alto-falantes, nas ruas de seu bairro, com distribuição de folhetos e faixas.

A noite, o cenário estava montado. Muitos populares, atendendo à conclamação de Jânio Quadros, dirigiram-se ao local da entrevista. Durante uma hora, Jânio leu um documento que relatava os acontecimentos que antecederam a retirada de sua candidatura pelo PDC.

Nessa mensagem, lembrou a solidariedade que recebeu de alguns parlamentares do PDC, dentre os quais incluía o deputado federal Auro Soares de Moura Andrade, o deputado estadual Antonio Prestes Franco, e os vereadores Valério Giuli, César de Arruda Castanho, Benedito Quintino da Silva e Gabriel Quadros, seu pai. Agradeceu fundamentalmente a solidariedade que o povo lhe prestou, principalmente em alguns encontros que teve em São Miguel Paulista e no Parque Peruche.

Reconstituiu todos os encontros que manteve com Getúlio Vargas, João Goulart e Lucas Nogueira Garcez, e chamou o grupo liderado por Franco Montoro de o "grupelho democrata-cristão". Recordou os problemas que enfrentou na Prefeitura com a tentativa de ingerência do

3. *Idem*, de 31/01/1954.

4. *Idem*.

PDC nos negócios públicos e em assuntos da alçada pessoal do prefeito. Criticou a atuação do PDC por ocasião do seu estreitamento das relações com o governador Lucas Nogueira Garcez, citando como um dos exemplos o convite feito pelo então governador a Antonio Queiroz Filho para ocupar a pasta da Secretaria da Justiça. Descontente com esse arranjo político, Jânio Quadros denunciou o acordo e criticou a ação do PDC: “Acrescentei que não me conformava com a decisão, tais os danos que iria causar à nossa legenda, e que preferia deixá-la a vê-la conspurcada”⁵.

O PDC, segundo Jânio, somente desistiu de se associar ao governo Garcez após suas ponderações. Nesse documento analisou também a desintegração partidária propiciada pela atuação do governador nos quadros da UDN, do PSD, do PR, do PTB, do PSP e do PL. Os únicos que resistiram às pressões de Garcez foram o PDC e o PSB, graças à sua intuição. Ele havia compreendido que “o prof. Garcez não enganava ninguém... porque não enganava a mim. Não comento. Consigno. Ouçam, leiam e meditem”⁶.

Em seu depoimento, Jânio Quadros relatou também que, no dia 6 de janeiro, o PDC o confirmou como candidato oficial do partido para o governo do Estado sem o seu prévio conhecimento. Na sua avaliação, o vice-governador deveria pertencer a outro partido e não ser imposto pelo PDC, o que inviabilizaria outras alianças partidárias. O ex-vereador Franco Montoro, que havia renunciado à sua cadeira na Câmara Municipal, iria fazer parte de sua chapa, ao lado de Antonio Queiroz Filho, seu vice. Além desses nomes, o “grupelho” reivindicava três secretarias de Estado e outros cargos no primeiro escalão do governo de São Paulo. Diante das pressões, Jânio acabou assinando esse acordo com o PDC, porém logo em seguida se arrependeu, e, segundo ele, a partir desse momento, começou o seu “calvário”.

Recapitulou todo o caminho percorrido por sua candidatura, até o dia em que se retirou do PDC. Jânio Quadros argumentava que antes mesmo do episódio de retirada de sua candidatura havia pensado em desistir dela, pois estava com a saúde “combalida” e não almejava mais ser candidato.

Ao concluir seu pronunciamento, alertou que: “As poderosas forças que foram despertadas no último pleito jamais serão contidas.

5. *Correio Paulistano*, de 05/02/1954.

6. *Idem.*

Caminharão comigo ou sem mim, até a extirpação definitiva do conchavo, da transação, da mentira, da hipocrisia, do interesse subalterno da política entre nós, sujeita às escandalosas manipulações de uns poucos, que o povo cansa de repelir e de escapar, nas urnas livres, de uns poucos que não se atrevem a comparecer à frente do povo, tal a assuada irreprimível e incoercível que a sua presença provoca na condenação geral. O 22 de março não é um episódio isolado ou superado, a que juro fidelidade absoluta”⁷.

Com essas palavras finais, Jânio Quadros inverteu totalmente a situação, pois, de vilão e traidor do PDC, passou a desempenhar o papel de vítima. Considerava-se o representante máximo do movimento de 22 de março e desprezava os políticos representados pelo “grupelho pedecista”, que não compreenderam o significado do movimento de rebeldia das massas populares. Ele conclamou o povo a preservar aquela rebelião, repudiando os políticos profissionais ligados à “mentira”, aos “acordos de surdina”. Concluiu sua entrevista fazendo um apelo ao povo para conduzi-lo, pelas eleições, ao cargo de governador de São Paulo.

Após essa entrevista, os jornalistas credenciados no Palácio dos Campos Eliseos foram recebidos pelo governador Garcez, que comentou o pronunciamento do prefeito, acusando-o de sofrer de um “egocentrismo exagerado”, e de estabelecer um sistema político denominado “janiocentrismo”. Refutou as informações de Jânio Quadros, fornecendo a sua versão dos encontros que manteve com o prefeito. Garcez confirmou que várias vezes foi procurado por Jânio, que desejava propor “uma aliança pessoal, através de um esquema político próprio, dizendo que essa aliança (de dois homens e não dois partidos) seria invencível em São

7. *Idem.*

Paulo”⁸. Ao finalizar sua entrevista, o governador afirmou: “Concordo com o Prefeito, num ponto de sua entrevista: é preciso extirpar a mentira, a hipocrisia, o egocentrismo, os homens messiânicos que não cabem no regime. Concordo plenamente, inclusive que não é possível enganar a todos durante todo o tempo”⁹.

Embora a entrevista do governador Garcez tivesse tido grande repercussão, provocando um certo desconforto nas fileiras do PSB, a candidatura de Jânio Quadros foi homologada, a despeito da resistência de alguns setores do partido, principalmente de socialistas ligados a Cid Franco, deputado estadual e antigo companheiro de luta do candidato.

Em maio de 1954, o PTN (Partido Trabalhista Nacional), coligado com o PSB, homologou a candidatura de Jânio Quadros, tendo como vice o petebista Porphírio da Paz¹⁰.

O candidato de Lucas Nogueira Garcez para governador foi o ex-prefeito Prestes Maia, e para vice Cunha Bueno, apoiados pela coligação UDN, PSD, PR, PDC, PL e uma ala do PTB. Prestes Maia também recebeu o apoio do grupo de Ataliba Leonel e Hugo Borghi, que retornou ao PTB. Dessa forma, o nome do ex-prefeito provocou uma cisão no eleitorado de Jânio Quadros, agora com duas opções para derrotar o adhemarismo e o getulismo.

Devido ao fato de as candidaturas de Jânio e Prestes Maia dividirem o mesmo eleitorado e, em princípio, favorecerem a candidatura de Adhemar de Barros, foi articulada uma manobra política, cuja proposta era fazer com que Jânio Quadros retirasse sua candidatura em prol da de Prestes Maia. Vários telegramas foram enviados ao prefeito solicitando a sua renúncia, pressão que foi reforçada pelas propagandas veiculadas pelos meios de comunicação, com mensagens sugerindo ao eleitorado que assumisse a candidatura de Prestes Maia,

8. *Última Hora*, de 05/02/1954.

9. *Idem*.

10. O PTN se originou da dissidência de Hugo Borghi do PTB paulista. Em 1947, Hugo Borghi era candidato ao Executivo paulista, apesar da oposição de Getúlio Vargas, “patrono” do partido. Como Borghi havia sido o segundo deputado federal mais votado nas eleições para a Constituinte em 1945, logo depois de Vargas, o partido e principalmente Getúlio temiam que, caso ele fosse eleito governador, fatalmente assumiria o controle da máquina partidária do PTB em São Paulo. A manobra encontrada para eliminar Hugo Borghi do páreo foi entrar com um recurso da Comissão Executiva do partido, junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Com tal medida, o grupo liderado por Vargas conseguiu cancelar a inscrição do candidato e este, como uma saída para concorrer nessas eleições, criou o PTN. Agora, o PTN era liderado pelo político paulista Emílio Carlos, que trabalhava pela candidatura de Jânio Quadros.

para não favorecer ao adhemarismo. Em uma dessas propagandas, era transmitida a seguinte proposta:

“Janista Amigo!

Sem ódios e sem rancores falemos com lealdade:

Jânio terá uma boa votação na capital, mas perderá no interior.

Jânio não tem organização partidária no interior.

Jânio não tem cédulas no interior.

Jânio terá boa votação na capital, mas perderá no interior...

Quem em Jânio votar estará ajudando Adhemar!

Prestes Maia está vencendo Adhemar no interior!

Reforce essa vitória na capital para salvar São Paulo das garras de

Adhemar!

Janista, sua causa também é nossa!

Nossos amigos Jânio e Porphírio continuarão na Prefeitura unidos

a Prestes Maia nos Campos Elíseos!

Derrotemos Adhemar fazendo Prestes Maia ganhar.

Esta previsão eleitoral é exata:

Jânio - 310

Adhemar - 335

Prestes Maia - 355

Em nome de São Paulo, janista amigo, contamos com você ao lado de Prestes Maia

E juntos comemoraremos a vitória!”¹¹.

Adhemar de Barros, candidato do PSP, estava se distanciando cada vez mais do presidente Gétúlio Vargas, responsabilizado pelo aumento dos preços e pela desunião dos paulistas. Adhemar acusava o presidente de isolar São Paulo da política nacional, pois Getúlio afastara todos os pessepistas alocados em cargos no governo federal, rompendo, com essa atitude, o acordo estabelecido entre os dois políticos brasileiros em 1950, por ocasião das eleições presidenciais, em que Adhemar havia apoiado Getúlio Vargas. Propagandas foram divulgadas reforçando a candidatura de Adhemar de Barros:

“Alerta!

Se disserem que Adhemar desistiu

Se disserem que Adhemar indicou outro candidato

Se disserem que Adhemar fez as pazes com Garcez

11. NETO, João Mellão. *Jânio Quadros, 3 estórias para 1 história*. São Paulo, Renovação, 1982, p. 87.

Se disserem que Adhemar brigou com Salzano...
Ainda mesmo que digam que Adhemar morreu...
Não acredite!

Lembre-se:

Adhemar é o candidato do povo a Governador do Estado.

Esta é uma verdade que a calúnia não poderá destruir!

Só há dois caminhos:

Com Adhemar

ou

Contra São Paulo¹².

Nessas eleições, o PTB encontrava-se novamente dividido em três grupos: um que apoiava a candidatura de Prestes Maia, outro identificado com Jânio Quadros e uma facção que considerava viável lançar um candidato próprio. A disputa interna acabou se travando entre Hugo Borghi e Vladimir de Toledo Piza, este último lançado oficialmente pelo partido.

Após a morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, uma parte significativa do PTB, liderada por Ivete Vargas e identificada com o fisiologismo, passou a apoiar Jânio Quadros, considerada a candidatura mais viável. Devido a essa dissidência, a candidatura de Toledo Piza sofreu um processo de “cristianização” e conseqüente esvaziamento. Apesar dessas dificuldades, o grupo que o apoiava procurou sensibilizar o eleitorado com uma propaganda explorando a morte de Getúlio Vargas: “... cada voto num candidato do PTB é uma flor no túmulo de Getúlio... Cidadão! Quando estiveres sozinho na cabina indevassável, ouvirás a minha voz; se traíres o meu PTB, direi: ingrato! Se votares em Wladimir Piza, direi simplesmente: Obrigado! (Getúlio Vargas)”¹³.

No final, a polarização nessas eleições ocorreu entre as candidaturas de Adhemar de Barros, que contava com a máquina partidária do PSP, e de Jânio Quadros, que se posicionava contra a máquina administrativa estadual. Assim, o páreo eleitoral teria uma acirrada disputa, uma vez que concorriam os dois líderes que mais se destacaram na política paulista e que cultivaram uma forte rivalidade desde o período em que Jânio exerceu o cargo de vereador e Adhemar o de governador de São Paulo.

12. NETO, João Mellão. *Op. cit.*, p. 87.

13. BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo...* São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1989, p. 57.

4.1.1 Campanha Eleitoral

A campanha eleitoral foi tensa, pois em agosto de 1954 ocorreu o suicídio de Getúlio Vargas, desencadeando revoltas em alguns setores da população brasileira identificados com o getulismo. A morte e a repercussão da carta-testamento de Vargas marcaram de maneira trágica o processo eleitoral. Assim, casos de violência foram praticados contra os jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*, por terem realizado uma oposição ferrenha ao seu governo.

Jânio não havia se descompatibilizado das funções de prefeito e, para conciliar sua permanência no cargo com as constantes viagens exigidas pela campanha eleitoral, estabeleceu um sistema de rodízio com o seu vice-prefeito, Porphírio da Paz. Sua campanha teve como lema “Honestidade e Trabalho”, e a vassoura continuou sendo utilizada como símbolo de sua pregação contra a corrupção na administração pública.

Durante a campanha, Jânio percorreu vários municípios do interior do Estado, acompanhado de aliados políticos, dentre os quais destacava-se Emílio Carlos, dirigente do PTN, que comandou a campanha do candidato no interior de São Paulo.

Em uma dessas viagens, Castilho Cabral fez parte da comitiva e relatou em seu livro de memórias suas impressões sobre o comício: “Em Taubaté, coloquei-me ao fundo do palanque, como quem nada tinha a ver com aquilo. Alguns oradores ‘chama povo’ já haviam falado, mas a praça ainda não se enchera, quando Emílio Carlos, com aquele seu jeito de galã de cinema, com aquela sua oratória ‘metralhadora’ (não fôra ele ‘speaker’ da BBC de Londres, durante a guerra), iniciou o discurso. Minutos depois a praça estava repleta: Emílio vale por um ‘show’ no palanque! Auro, brilhante orador, esquentou mais a massa. O ‘Jânio, Jânio, Jânio!’, que ecoaria mais tarde por todo o país, pela primeira vez me toava às oíças, impressionando-me profundamente. Porphírio ausente, chegou a vez de Jânio. Foi um delírio! Quando Jânio disse as primeiras palavras, o silêncio se fêz absoluto”¹⁴.

Fatos pitorescos também marcaram a campanha de Jânio, reforçados pelas suas atitudes. Várias anedotas foram criadas a partir da imagem transmitida pelo candidato, dentre as quais destacam-se: “Ele é cego de um olho, tem olho de vidro, a noite tira-o e deposita o conteúdo num copo d’água.

14. CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962, pp. 55-56.

A sua caspa, aquela que a gente percebe no paletó, vem diretamente dos Estados Unidos da América do Norte, importada. Fabricação exclusiva para tempos de campanha.

Ele não corta o cabelo, porque senão, vai lhe faltar matéria-prima para confeccionar o seu distintivo — a vassoura.

Deixa crescer o bigode, para ninguém perceber que ele é banguelo.

O seu sapato, aquele par rôto, que ele usava na Câmara como Deputado, está sendo conservado para a posteridade, será enviado ao Museu do Ipiranga, como recordação de uma era rôta.

Com a sua beleza, disputará, se perder, as eleições, de Mister Universo.

O seu terninho azul, com listras, já está andando sozinho. Num dia destes, quando ele acordou não achou mais o terninho. Mais tarde, porém, foi encontrá-lo na tinturaria, limpo e passado"¹⁵.

A imagem de candidato pobre, abnegado, com saúde “combalida”, era bem trabalhada por Jânio Quadros, considerado um político diferente, sem suporte partidário e com autonomia e independência em face dos compromissos partidários. No entanto, essa imagem começou a ser questionada por seus opositores, que denunciavam o fato de sua campanha política ser sustentada e financiada por grandes grupos econômicos ligados à área da indústria farmacêutica e dos meios de comunicação, além de contar com o apoio dos grandes proprietários rurais, representados por Auro de Moura Andrade, seu companheiro de chapa e candidato ao Senado. Seus inimigos políticos procuraram desmascarar a “pobreza” de Jânio Quadros em todas as oportunidades. Diante de tantas acusações e em face das denúncias divulgadas pela imprensa de que era detentor de grandes fortunas, Jânio Quadros foi impelido a declarar publicamente seus bens¹⁶.

Também nesse período da campanha para o governo do Estado foi publicado na Seção Livre do jornal *Diário de S. Paulo*¹⁷ um documento intitulado “A vida de Jânio Quadros”, de autoria anônima, em que o candidato era acusado de participar de várias manifestações de apoio, denominadas pelo autor de “comunismo internacional e nacional”. O documento apontava 24 momentos da vida de Jânio, atestando, segundo o autor, sua ligação com o comunismo, dentre os quais destacavam-se: a assinatura de vários manifestos a favor da prisioneira comunista Elisa Branco; protestos contra o emprego, pelas Nações Unidas, de armas

15. GOMIERI, Onofre V. *Jânio Quadros — O insaciável de poder*. Rio de Janeiro, Distribuidora SP, 1960, pp. 80-81.

16. *Diário de São Paulo*, de 24/09/1954.

17. *Idem*.

bacteriológicas; participação na Convenção Paulista de Anistia aos presos políticos e processados; adesão ao Congresso Regional do Petróleo; favorável à adoção dos livros de Jorge Amado em ginásios do Estado; contrário ao “Acordo Militar Brasil-Estados Unidos”.

As informações contidas no dossiê sobre as atividades de Jânio Quadros não chegaram a comprometer sua campanha eleitoral, uma vez que parcela de seu eleitorado, que havia acompanhado sua carreira política, já conhecia esses dados. O documento, na verdade, auxiliou o candidato, caracterizado como um político sensível e permeável às idéias e propostas novas. No documento, Jânio Quadros é identificado como um homem independente em relação às idéias e às estruturas partidárias, o que, para uma parte dos eleitores, era avaliado positivamente. A defesa da liberdade de expressão e organização, o pacifismo e o nacionalismo foram algumas das propostas presentes na campanha política do candidato.

Os discursos de Jânio Quadros eram pautados por críticas à administração do governador Garcez, que culminavam na proposta de combate à corrupção na administração estadual e na defesa da moralização nos serviços públicos. Na realidade, Jânio não possuía um programa de governo definido, mas sim algumas idéias genéricas que orientavam seus discursos, marcados pela insistência do candidato em se mostrar como um político independente, agindo a partir de critérios pessoais: “O trabalhador das cidades e dos campos que me elegeu, humilde e sofredor, não me sujeita a qualquer partido, a qualquer grupo, a qualquer indivíduo. Sujeita-me tão só e exclusivamente ao bem comum”¹⁸.

A imprensa de São Paulo noticiou muito pouco a campanha eleitoral dos candidatos. Somente o jornal *O Estado de S. Paulo* se dedicou mais a essa tarefa, porém defendendo claramente a candidatura de Prestes Maia, considerado o candidato ideal para assumir o governo de São Paulo. Quanto a Adhemar de Barros, foi alvo de uma série de críticas e recriminações por estar envolvido em desvios de verbas e falcaturas. Já a candidatura de Toledo Piza era simplesmente ignorada. O espaço reservado a Jânio Quadros era pequeno, com pouco destaque, pois o jornal havia se desencantado desse político, principalmente quando relegou a Prefeitura a um segundo plano para se envolver na campanha para o governo de São Paulo. Em uma dessas reportagens, o jornal relatou o comício que o candidato Jânio realizou em Mogi-Mirim: “Pros-

18. CPDOC/Forense-Universitária. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. FGV/CPDOC-FINEP, 1984, p. 2848.

seguindo em sua campanha eleitoral no interior do Estado, o sr. Jânio Quadros esteve ontem em Mogi-Mirim, onde realizou seu terceiro comício. Como os de Bauru e o de Sorocaba, o comício de domingo foi concorrido, havendo curiosidade pela pessoa do prefeito da capital. É interessante notar que nesta, como das outras vezes em que falou ao povo das cidades do Interior, o prefeito da capital teve oportunidade de sentir que as multidões só se entregam a francas manifestações de entusiasmo quando é atacado o peculário que já governou este Estado e que pretende voltar a governá-lo”¹⁹.

Em uma das reportagens a propósito de seus comícios, Jânio Quadros foi acusado de haver encenado desmaios nos locais visitados e de ter tomado injeções nos palanques, à vista de todos. Perguntado por um jornalista sobre a veracidade da notícia, Jânio respondeu: “O que o autor dessa notícia (divulgada no Rio de Janeiro) precisa saber é que sou alérgico a injeções. Nunca tomei injeções em minha vida. Seria incapaz de utilizar-me de tais processos para conquistar votos”²⁰.

No final a vitória de Jânio Quadros foi favorecida pelo fato de as duas candidaturas transmitirem uma imagem negativa: Adhemar de Barros era considerado o “larápio realizador”, aquele que “rouba, mas faz”, enquanto que Prestes Maia era conhecido como o “honesto incompetente”, por estar sendo julgado pela administração de Garcez.

4.1.2 Resultado das Eleições e sua Repercussão

No dia 3 de outubro foram realizadas as eleições para o Governo de São Paulo e a candidatura de Jânio Quadros foi a vitoriosa. Ele se elegeu com uma diferença não muito significativa em relação ao segundo candidato, seu principal rival Adhemar de Barros (Tabela 1).

TABELA 1
Resultados Gerais das Eleições Executivas
Governo do Estado de São Paulo
1954

Candidatos	Partidos	Nº Absolutos	%
Jânio Quadros	PTN-PSB	660.264	34,2
Adhemar de Barros	PSP	641.960	33,3
Prestes Maia	PDC-PSD-UDN	492.518	25,5

19. O Estado de S. Paulo, de 04/05/1954.

20. Diário da Noite, de 23/10/1954.

	PR E PRP		
Toledo Piza	PTB	79.783	4,1
Branços	—	38.239	2,0
Nulos	—	16.185	0,8
Total		1.929.731	100,0

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Para o cargo de vice-governador foi eleito Porphírio da Paz, com 658.132 sobre o segundo colocado, E. Salzano, vice de Adhemar, com 625.455 votos. Para o Senado, o candidato vitorioso foi Lino de Matos, do PSP, com 590.810 votos contra 551.549 dados ao candidato Auro de Moura Andrade.

Pode-se considerar que Jânio Quadros venceu essas eleições por alguns fatores fortes, dentre os quais salienta-se o compromisso de realizar uma moralização administrativa e de fazer uso do dinheiro público criteriosamente, prometendo acabar com a corrupção.

Outro motivo foi o fato de sempre afirmar nos comícios que pertencia à classe média, tanto que certos setores, identificados com Jânio, consideravam sua candidatura mais viável que a de Prestes Maia. Também deve ser levado em conta o plano de emergência desenvolvido nos bairros periféricos, exatamente os mais pobres, que, beneficiados por melhorias nos serviços urbanos, votaram expressivamente em Jânio Quadros.

Nessas eleições, o eleitorado ativo da capital teve um acréscimo de 53,3%, decorrente do aumento da população em condições de alistar-se, da intensificação do alistamento, da redução da abstenção, do menor contingente de votos em branco e nulos e da presença adicional do eleitorado flutuante, que pôde votar em seções especiais. Apesar dessa expressiva votação de Jânio nos bairros mais pobres da capital, verificou-se uma queda na sua votação em relação a 1953.

Em março de 1953 obteve 284.922 votos dos 422.396 sufrágios positivos apurados, e, em 3 de outubro, recebeu 271.545 entre 647.765 votos, ocorrendo assim uma queda, em números absolutos, de 13.377 votos (Tabela 2), e em pontos percentuais caiu 25,6%.

TABELA 2
Comparação entre a Votação de Jânio Quadros
e os Outros Candidatos em Duas Eleições
1953 e 1954 (1)

Eleição	Jânio Quadros		Outros Candidatos	
	Votos	% Total	Votos	% Total
1953	284.922	67,5	139.474	32,5

1954 271.545 41,9 376.220 58,1

Fonte: Folha da Manhã, de 30/10/1954.

(1) Dados da capital.

As possíveis causas da “erosão do eleitorado paulistano” de Jânio Quadros podem ser explicadas pela retirada do apoio do PDC, de alguns líderes trabalhistas e também do ex-prefeito Prestes Maia, que dividiu seu eleitorado no confronto das urnas. Jânio também enfrentou Ademar de Barros, possuidor de maiores bases eleitorais, uma vez que controlava a bem estruturada máquina partidária do PSP.

Logo após a divulgação dos primeiros resultados das urnas, que garantiam a vitória de Jânio Quadros, o candidato desapareceu. As manchetes dos jornais estampavam os dizeres: “Refugiou-se! Num lugar qualquer de São Paulo!... E assim permaneceu pelo espaço de 10 dias — valorizando o seu pronunciamento! Um exército de jornalistas esteve em ação à procura do seu refúgio. Descoberto um, ele mudava-se incontinentemente, sem abrir a bôca. Quando a tensão chegou ao limite do exagêro, quando a irritação dos repórteres estava a ponto de prejudicá-lo, ele aparece e concede uma serena, ponderada, eloqüente entrevista! Comentadíssima”²¹.

Jânio Quadros começou a sua entrevista coletiva queixando-se de alguns setores da imprensa que “fantasiaram fatos”, atribuindo-lhe falas e atos que não pronunciou. Comunicou à imprensa que viajaria para o exterior, a convite das prefeituras de Paris e Roma, licenciando-se da Prefeitura de São Paulo por três meses. Aproveitaria a viagem para levar consigo estudos que possibilitassem conhecer melhor os problemas do Estado de São Paulo: “Refletirei sobre os problemas do Estado. Quero conhecê-los profundamente e levo comigo estudos de natureza administrativa, que examinarei durante a minha viagem, longe das paixões e das influências pessoais ou políticas. Dois pontos, porém, considero de capital importância: o Plano Rodoviário Estadual e o Plano das Usinas Hidrelétricas do Estado”²².

Ao receber o seu diploma como o novo governador de São Paulo, numa cerimônia realizada no Palácio da Justiça, em 25 de outubro, Jânio Quadros reafirmou sua disposição de governar para todos sem discriminar cidadãos, exercendo seu governo de modo “equânime” e “im-

21. Manchete, de 23/10/1954.

22. Diário da Noite, de 23/10/1953.

peçoal”. Ressaltou que pretendia restabelecer a autoridade, com dignidade, atendendo aos interesses de todo o povo paulista.

Logo após a cerimônia, partiu para a Europa, em companhia de seus familiares e dos familiares de seu amigo pessoal Olavo Fontoura. Sua viagem foi muito criticada, principalmente por seus opositores, que denunciaram o gasto excessivo, sem muitos frutos políticos.

Logo que retornou ao Brasil, Jânio Quadros renunciou ao cargo de prefeito, em final de janeiro de 1955, um pouco antes de assumir o cargo de governador de São Paulo.

4.2 Gestão Estadual

Antes de assumir o cargo, Jânio Quadros expôs algumas propostas que norteariam a ação de seu governo. O primeiro aspecto que defendeu foi o da recuperação financeira da política do Estado, considerando essencial trabalhar com “autoridade moral, honestidade e trabalho”, sem atribuir qualquer conotação de ordem política aos seus atos. Com relação à composição de seu Secretariado, deixou claro que formaria: “um Secretariado da mais alta idoneidade moral, que se caracterize por sua capacidade e conhecimento dos problemas do Estado e que ofereça ao povo um clima de tranqüilidade e segurança”²³.

Os primeiros nomes propostos para compor seu Secretariado foram os seguintes: secretário da Justiça — Marrey Júnior; secretário da Agricultura — Cruz Martins; secretário da Fazenda — Carvalho Pinto; secretário do Trabalho, Indústria e Comércio — Castilho Cabral; secretário do Governo — Cunha Bueno; secretário da Segurança — Gal. Onorato Pradel; secretário da Saúde — Francisco Scalamandrê Sobrinho; secretário da Viação e Obras Públicas — João Caetano Álvares Júnior; e secretária da Educação — Carolina Ribeiro.

Os futuros secretários para o governo do Estado — Marrey Júnior, Carvalho Pinto, Scalamandrê Sobrinho e João Caetano Álvares Júnior — já haviam sido seus secretários na Prefeitura de São Paulo. O gal. Onorato Pradel fora indicado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes para ocupar a Secretaria de Segurança. Castilho Cabral, dissidente do PSP, filiou-se ao PTN e integrou-se ao grupo janista. O próprio Cabral conta como recebeu o convite para ocupar a pasta da Secretaria do Trabalho. Ao retornar de um encontro com o então presidente Café Filho, en-

23. O Estado de S. Paulo, de 13/10/1954.

caminhou-se para a residência de Jânio Quadros, onde estava reunido seu grupo político. Após seu relato sobre a conversa com o presidente, Jânio Quadros levou-o a seu escritório e disse: “Castilho, quero que você tome posse amanhã da Secretaria de Trabalho.

‘Como, eu, para o Trabalho? Mas e a Câmara, e a possibilidade de disputar a presidência da Casa, se falhassem as articulações em torno do nome de Carlos Luz?’ Tentei esquivar-me, por todos os meios; pedi a ajuda de João Neves, mas este colocou-se ao lado de Jânio, ‘você não pode negar um serviço ao governo que ajudou a eleger’, e não tive meio de recusar a prebenda, na verdade aquilo que o povo chama de ‘abacaxi’; Jânio, na campanha, várias vezes havia criticado o desperdício dos dinheiros públicos com ‘pomposas Secretarias inúteis, como a do Governo e a do Trabalho’²⁴.

O secretário de Gabinete, Antonio Sílvio Cunha Bueno, havia sido o candidato a vice na chapa de Prestes Maia, e agora trabalharia com Jânio Quadros, em um cargo de confiança, visto que seria o encarregado de agendar todos os compromissos do governador.

A prioridade do novo governo centrou-se na recuperação financeira do Estado, para em seguida criar condições infra-estruturais — implementação de um plano rodoviário estadual e construção de usinas hidrelétricas — que possibilitassem promover o desenvolvimento econômico do Estado e acelerassem o processo de industrialização em São Paulo. Junto com essas propostas Jânio Quadros passou a empreender a moralização na administração pública, começando pelas áreas de Segurança Pública. Propunha reformas no sistema penitenciário do Estado e na Polícia: “Não tenham dúvidas que farei uma limpeza. Haverá uma profunda e ampla reforma na polícia. Vamos moralizá-la realmente e colocar a polícia a serviço do povo. Ai daquele que não entender esse apelo”²⁵.

Com relação à moralização dos costumes, considerava que tanto a prostituição como os jogos de azar deveriam ser combatidos, pois “existe legislação especial sobre o assunto. Não faço leis, cumpro-as. A lei proíbe o jogo. Cumprirei a lei. A lei proíbe o exercício da prostituição, e eu cumprirei a lei”²⁶.

Na sua proposta de governo, os municípios seriam valorizados e, para tanto, repassaria as verbas necessárias para promover o seu desen-

24. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, pp. 63-64.

25. *Diário da Noite*, de 23/10/1954.

26. *Idem*.

volvimento, pois considerava que a salvação do Estado de São Paulo estaria na recuperação econômica do interior.

Jânio Quadros, em uma entrevista à imprensa, deixou clara a forma que adotaria na sua atuação política como governador: “Meu governo representaria a autoridade moral, a honestidade e o trabalho, sem nenhuma preocupação de ordem política. Estabeleceria rígidas normas de economia para recobramos nossa saúde financeira. E procuraria proteger as classes produtoras”²⁷.

Sua administração seria voltada para a averiguação e posterior punição dos funcionários implicados em irregularidades administrativas. Para tanto, pretendia nomear uma comissão de inquérito administrativo, encarregada de realizar as investigações na administração pública.

No dia 31 de janeiro de 1955, Jânio Quadros foi empossado governador de São Paulo na Assembléia Legislativa do Estado. O ato de transmissão do cargo foi feito pelo governador Lucas Nogueira Garcez no Palácio dos Campos Elíseos. Após a posse, Jânio Quadros pronunciou um discurso em que reafirmava que pretendia governar com autoridade, sendo “inflexível”, “imparcial” e nos momentos necessários “áspero” e “impiedoso”. As idéias de Liberdade e Direito norteariam sua administração, porém recordou que não admitiria que abusassem dessas prerrogativas do cidadão em nome da defesa de interesses de pessoas ou de grupos: “...Volto-me e digo-lhe: mantenha a fé, eis que se inicia a tentativa, que é a experiência por muitos sonhada, do governo honrado e diligente, e inflexível, e imparcial, e áspero, e impiedoso.

Do Governo cujo ‘sim’ é ‘sim’, cujo ‘não’ é ‘não’. Do Governo dos grandes e também dos pequenos, dos ricos e também dos desfavorecidos, dos influentes e também dos humildes. Do Governo que não furta, nem permite furto, no níquel de centavos ou na fortuna dos milhões. Do Governo que acredita na Liberdade e no Direito, sem que confunda aquela com a licença, e este, com as conveniências das pessoas ou dos grupos”²⁸.

a) Na Administração Pública

Jânio Quadros fazia questão de mostrar que estava ciente de tudo o que acontecia em todos os setores da administração estadual, que

27. *Idem*.

28. *Folha da Manhã*, de 01/02/1955.

constantemente recebiam bilhetes versando sobre assuntos ligados desde a criação de novas delegacias de ensino até casos de abusos e usos indevidos dos carros oficiais. Em uma ocasião, enviou um bilhete ao comandante da Polícia Rodoviária alertando que, caso fossem encontrados carros oficiais trafegando pelas estradas aos sábados, domingos e feriados, sem ordem expressa, as cartas de seus motoristas deveriam ser apreendidas e o fato precisaria ser comunicado ao governo.

Com o objetivo de reiterar seu intento de combater a corrupção, Jânio Quadros colocou um cartaz na fachada do Palácio dos Campos Elíseos com a seguinte mensagem: "O Governador cancelou as audiências por trinta dias, a fim de sair à rua para combater o roubo e a corrupção"²⁹.

Uma das medidas adotadas pelo seu governo foi instaurar uma sindicância para apurar desvios de material que estariam ocorrendo no Hospital das Clínicas de São Paulo. Após o parecer da comissão, Jânio Quadros constatou irregularidades no procedimento adotado pelo Hospital, despachando uma ordem que gerou muita polêmica: "Em virtude do que consta do processo de sindicância, determino a suspensão, pelo prazo de 90 dias, dos seguintes funcionários do Hospital das Clínicas: Enéas de Carvalho Aguiar, diretor do hospital; Odair Pacheco Pedroso,"³⁰.

Posteriormente, foi instaurado um inquérito criminal para esse caso. O dr. Enéas de Carvalho Aguiar, pouco tempo depois, faleceu em consequência, segundo alguns setores da imprensa, de um choque emocional, provocado por essa sindicância. Segundo a reportagem³¹, o dr. Enéas sofreu uma série de infâmias e injúrias, o que precipitou sua morte.

Em uma de suas visitas surpresa, Jânio Quadros chegou sozinho às 23h30 na Central de Polícia, localizada no Pátio do Colégio. O governador conversou com os presos em suas celas, protestou contra a imundície da Central e reclamou do barulho e do falatório que faziam no corredor, ao que alertou a autoridade da Central: "O senhor não pode permitir isso. Não gosto de discursos em corredores. Comícios se fazem em praça pública, e assim mesmo quando a polícia permite"³².

Não poupava críticas à polícia. Diante de várias reclamações que denunciavam a existência de membros da Guarda Civil envolvidos em

29. *Idem*.

30. *O Cruzeiro*, de 17/11/1956.

31. *Diário Carioca*, de 10/09/1958.

32. Jornal sem especificação.

práticas de crimes, resolveu tomar providências, encaminhando um "bilhete" ao diretor da Corporação:

"Senhor Diretor

Tem V.S. 24 horas para informar ao meu Gabinete das providências adotadas para limpar essa Corporação dos maus elementos que aí a estão desprestigiando e envergonhando aos olhos do Povo.

Sempre que possível, devem os maus elementos ser excluídos ou expulsos sumariamente"³³.

Algumas sindicâncias foram instauradas pelo governo Jânio Quadros para averiguar casos de corrupção que envolviam policiais e funcionários públicos. Um desses casos ficou famoso por estar implicado um investigador de polícia, denunciado na Câmara Municipal, que tinha no seu prontuário várias acusações. Novamente, para resolver tal questão, Jânio Quadros enviou um bilhete para que a Casa Militar apurasse e instaurasse uma sindicância sobre o policial, cujo apelido era "Elefante": "Casa Militar — Sindicância em torno da acusação que envolve o 'Elefante'. Rigor com o bicho..."³⁴.

A fim de conter o que Jânio Quadros denominou de " vaidades pessoais", foram proibidas as homenagens que os funcionários públicos prestavam aos seus superiores. O governador as considerava "oferendas" de funcionários que desejavam conquistar melhores posições em suas repartições, e a permissão dos chefes para tais homenagens visava obter maior prestígio e notoriedade. Caso tais procedimentos continuassem, apesar de proibidos, o governo aplicaria "penas disciplinares cabíveis".

Como uma tentativa de promover o enxugamento na máquina administrativa estadual, Jânio Quadros demitiu cerca de 11 mil funcionários. Porém, ao lado dessa medida saneadora das finanças públicas, propôs o reajuste dos salários dos funcionários públicos, alertando, no entanto, que sua prioridade seria equilibrar as finanças do Estado: "Mantendo o cinto apertado e tendo confiança no mago que ocupa a Secretaria da Fazenda. O que é certo é que o funcionalismo precisa de melhorias em seus vencimentos e o governo, até onde seja possível e isso não fira de morte São Paulo, promoverá essa melhoria. O que é certo também é que essa melhoria só será possível no próximo exercício, isto é, em 1957"³⁵.

33. PEREIRA, J. *Os bilhetinhos de Jânio*. São Paulo, Ed. Distr. Musa Ltda., Elyahu Behar Ed., 1959, pp. 74-75.

34. *Idem, ibidem*, p. 34.

35. *O Estado de S. Paulo*, de 03/07/1956.

Com relação ao funcionalismo estadual, o governo de Jânio Quadros enfrentou resistências, principalmente na área da Educação. O caso mais notório ocorreu na Universidade de São Paulo, envolvendo o prof. Cruz Costa, que havia dado uma entrevista aos jornais criticando o governo. Jânio não gostou das críticas e puniu o professor, alegando que estava infringindo o Estatuto dos Funcionários Públicos, que regulamentava a disciplina à autoridade constituída.

Os professores da Universidade de São Paulo discordaram da punição do governador, argumentando que a liberdade de cátedra era respaldada por uma legislação especial, que regulava suas atividades, não estando, pois, subordinados ao Estatuto em questão. O caso chegou à Justiça, que concluiu ser o professor um funcionário público, pois recebia seus vencimentos com o dinheiro dos cofres públicos e, como consequência, devia obediência ao Estatuto dos Funcionários Públicos. No entanto, ressaltava que não era função do Poder Executivo punir o professor, sem antes passar pelo Conselho Universitário da Universidade de São Paulo.

Jânio Quadros, apesar de discordar da decisão da Justiça, resolveu acatá-la, porém não deixou de manifestar sua divergência, por meio de despacho afixado na Universidade de São Paulo:

“Magnífico Reitor:

A liberdade de cátedra, ao que sempre me pareceu, jamais autorizou a indisciplina e, menos ainda, justificou o desrespeito à autoridade constituída pela vontade soberana do povo.

Persuadido de que o professor universitário, como funcionário público que é, está sujeito às normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, sem prejuízo da legislação especial que também se lhe aplica, impus, ao Professor Cruz Costa, mais do que merecida pena de repreensão, pena essa confirmada por aresto unânime do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo.

Cumpro o acórdão, porém temo que o princípio por ele firmado introduza novos e perniciosos germens de anarquia e de intransigibilidade na debilitada estrutura desta grande Nação³⁶.

Porém, esta não foi a única crise enfrentada pelo governo estadual e os funcionários da Universidade de São Paulo. Várias outras manifestações ocorreram contra o governo, acusado de não repassar as verbas necessárias para o bom funcionamento das unidades. Também

36. PEREIRA, J., *Op. cit.*, pp. 59-60.

criticavam os baixos vencimentos do funcionalismo ligado à Educação. Para responder ao que considerou de “insubordinação geral”, Jânio Quadros convocou a imprensa e transmitiu o seguinte recado aos funcionários: “O Governador não o permitirá. Para impedi-lo, dispõe-se a ir às últimas conseqüências: exonera, suspende e processa. Mantém a ordem e o respeito, enquanto tiver sobre os ombros o ônus do Poder.

Esse governo prometido nos comícios das praças. Imparcial e inflexível. Equidistante dos partidos. Livre dos grupos. Sem deferência para gatunos, sem transações com o patrimônio comum, sem favoritismos para amigos. Governo com honra e justiça. Governo de trabalho e exação.

Equivocam-se os que imaginam que estabelecem a desordem ou semeiam a agitação, impunemente. O Governador utilizará, de maneira impiedosa, todos os meios a seu dispor. Prefere a renúncia, ao desprestígio e ao caos, que já rondaram S. Paulo³⁷.

Jânio Quadros, por meio desses despachos e desta entrevista, expressou de maneira clara e contundente a sua condição de autoridade máxima e, como tal, não admitia divergências e críticas ao seu governo. Agora, como autoridade constituída, repudiava e reprimia as greves e manifestações, consideradas geradoras de “anarquia” e desordem. Sua resposta a essas contestações era dada em forma de abertura de processos, punições disciplinares e exonerações de funcionários indisciplinados e envolvidos em casos de irregularidades administrativas.

Seu estilo de administrar, por meio de “bilhetinhos”, não foi aceito pelos funcionários de algumas repartições públicas. Com seu centralismo, Jânio extrapolava as funções de um governante. Ao se dar conta de que seus bilhetes não eram levados a sério, deixou claro o que aconteceria caso seus despachos não fossem aplicados:

“Senhor Secretário:

Verifico que as minhas papelêtas não têm despertado, em vários funcionários, o senso de responsabilidade que se deve esperar no serviço público, sobretudo da parte daqueles que têm os maiores deveres e os melhores vencimentos.

Essas papelêtas não são brincadeira! Os servidores as cumprem à risca, ou puno todos, sem qualquer exceção, um a um³⁸.

37. PEREIRA, J. *Op. cit.*, pp. 116-117; e *Folha Da Tarde*, de 13/10/1956.

38. PEREIRA, J. *Op. cit.*, p. 78.

A mensagem transmitida por Jânio Quadros ao funcionalismo público era claríssima: cumpra-se ou pune-se! Aos “desordeiros”, o governo responderia com processos e punições.

A campanha a favor da moralização administrativa prosseguiu, porém recebeu críticas de opositores que acusaram Jânio Quadros de admitir funcionários públicos sem concurso.

Agora como governador do Estado, Jânio Quadros dava continuidade à sua campanha a favor da moralização dos costumes, combatendo o “carteado”, as rifas, os bingos e condenando o uso de trajas como o *short*.

Para citar um exemplo da ação do governador nessa campanha pela moralização, vale reportar ao que aconteceu no baile de carnaval de 1955, na cidade de Santos. Presente ao evento, Jânio mandou prender um fotógrafo por ter tirado sua fotografia sem prévia autorização; exonerou um médico, funcionário estadual, por jogar confetes no governador; e tentou prender o comandante da 2ª Região Militar por brincar com lança-perfume. Depois desse baile, proibiu o uso de *short* nos salões de Santos, por considerá-lo um atentado contra o pudor.

Em outra ocasião, recebeu uma reclamação de que “senhoras e senhoritas” estariam sendo molestadas no centro da cidade de São Paulo. Ao tomar conhecimento da situação, exigiu que o secretário de Segurança mantivesse um “policiamento permanente” nessa região, tendo como objetivo não expor as famílias a “vexames”. Na sua avaliação, estes tipos que fazem “galanteios” pesados às mulheres sempre terão uma mentalidade “pornográfica”, portanto era muito justificável sua preocupação em manter um policiamento constante.

Para Jânio Quadros, o interior do Estado de São Paulo ainda preservava certos valores morais: “O interior salvará o Brasil; e se não salvar, nada o salvará. A grande esperança do país está no interior, onde se encontram as reservas morais da Nação, onde se observam, com nitidez, os contornos inequívocos da honradez”³⁹.

Quando exerceu o mandato de vereador, enviou um projeto à Câmara Municipal, proibindo o consumo de aguardente aos domingos⁴⁰, mas, agora, como governador, não escondia sua preferência por “aperitivos”. Nessa ocasião, recebeu de uma firma de registro de marcas e patentes o pedido de autorização de registro de uma aguardente

39. *Idem*, p. 115.

40. Ver Capítulo 1.

denominada “Jânio”. Como se tratava do nome da autoridade máxima do Estado, a firma achou conveniente consultá-lo, ao que Jânio Quadros ponderou: “Não farei oposição, exceto se a aguardente não for de boa qualidade”⁴¹.

Seu moralismo resumia-se na “montagem” de uma imagem que, na verdade, expressava uma ambigüidade, tanto que a atuação de Jânio Quadros na área moralizadora foi muito criticada, e, segundo as denúncias, ele pregava o moralismo para os outros, e não para si mesmo. A manchete de um jornal da época questionava o “falso moralismo” do governador: “Qual é o pente que penteia tua moral?”⁴². Esses dizeres parodiavam a música de carnaval — “Qual é o pente que te penteia?”. A reportagem baseava-se na denúncia de uma funcionária pública demitida por Jânio Quadros, Diva Pereira Lima. Desesperada, a funcionária procurou o governador para relatar sua situação, e, na ocasião, ele prometeu que iria estudar seu caso, chegando a afirmar, segundo depoimento da funcionária, que talvez pudesse readmitir também seu irmão, atingido pela dispensa. Transcorridos três meses, Diva e seu irmão retornaram e foram recebidos pelo governador, que solicitou a saída de seu irmão, ficando a sós com ela. Logo em seguida, Diva acusou-o de tentar violentá-la, procurando desrespeitá-la e conquistá-la em uma sala do Palácio⁴³.

O caso chegou à imprensa e Jânio Quadros, sentindo-se injuriado, abriu um processo contra a funcionária que, posteriormente, fez um acordo com ele, assinando uma declaração retratando-se e isentando-o de qualquer culpa.

Um outro caso que despertou a atenção da sociedade paulista originou de um relato da escritora Adelaide Carraro. Ela havia escrito um livro intitulado *Eu e o Governador*, em que conta sua vida e seu amor pelo governador. De acordo com o prefácio, o livro trata da história real da escritora, órfã, ex-tuberculosa, que se envolveu emocionalmente com o governador de São Paulo. Em nenhum momento, a autora identifica o “seu” governador com Jânio Quadros, mas a imprensa e a crítica da época sugeriram que o retratado era, na realidade, o próprio Jânio Quadros.

Na sua história de vida, Adelaide Carraro relata sua trajetória de ex-tuberculosa em busca de um emprego público, pois, segundo a autora, somente o Estado poderia dar-lhe emprego devido aos preconceitos que

41. PEREIRA, J., *Op. cit.*, p. 77.

42. *Mundo Ilustrado*, de 08/04/1957.

43. *Idem*, de 12/04/1957.

cercavam a doença. No seu “calvário”, deparou-se com políticos “inescrupulosos”, “depravados”, que se aproveitavam de sua “inocência” e a enganavam fazendo promessas de conseguir seu intento: ser funcionária pública. Após seu encontro com o governador, ela se apaixonou por ele, e conseguiu o emprego. Adelaide conta suas experiências como funcionária nos sanatórios da Santa Rita do Passa Quatro e do Mandaqui cuidando de tuberculosos. Também relata seus encontros amorosos com o governador e comenta sua luta particular para que ele criasse a Casa do Ex-Tuberculoso Pobre.

O livro da autora está impregnado de preconceitos em relação aos políticos e ao Legislativo, acusado de impedir que as propostas do governador fossem implementadas. Em um de seus encontros com o governador, Adelaide contou que seu pai havia sido assassinado após uma briga de galo, e que depois desta tragédia sua vida mudou: os irmãos se separaram e ela foi encaminhada para um orfanato. Diante de sua experiência de vida, a escritora comentou: “Faria tudo — inclusive, acabaria com as brigas de galo!”⁴⁴.

Coincidência ou não, as brigas ou rinhas de galo foram proibidas em todo o Estado de São Paulo, a partir de agosto de 1956. Na avaliação de Jânio Quadros, “as rinhas são fruto de velhos instintos sanguinários da família humana”⁴⁵.

Sua proibição foi motivo de risos, de desavenças e de desrespeito. Ao tomar conhecimento de que sua proibição não estava sendo respeitada na cidade de Campinas, enviou um “bilhete” ao Secretário de Segurança: “Ouço que em Campinas se está permitindo a rinha de galos. Telegrafe às autoridades. Responsabilizarei, civil e criminalmente, toda autoridade que desatender a proibição absoluta existente, que é legal”⁴⁶.

Sua campanha pela moralização dos costumes foi muito criticada por seus opositores. Acusavam-no de pregar uma série de idéias que não eram vivenciadas por ele. Caracterizavam Jânio Quadros como o “Dr. Jekyll” de o ‘Médico e o Monstro’⁴⁷, um homem de múltiplas facetas e com comportamentos diferenciados.

Um outro aspecto a ser considerado diz respeito ao relacionamento de Jânio Quadros com seu Secretariado. O relato de Castilho Cabral,

a seguir, fornece subsídios esclarecedores da forma como eram feitas as reuniões do governador com seu Secretariado: “Jânio Quadros engolfara-se todo na administração. Setor algum deixara de sentir a ação eficiente, a vigilância indormida do jovem governador.

A princípio, quando eu ainda ocupava a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, todas as segundas feiras Jânio reunia o Secretariado. Carvalho Pinto, procurador municipal, professor de Finanças na Faculdade Católica de Direito, que fôra Secretário das Finanças de Jânio na Prefeitura da Capital, exonerando-se do cargo em sério atrito com o Prefeito, era agora o ditador das finanças do Estado. Na primeira reunião do Secretariado, Jânio declarou: ‘Somos um governo de democratas, mas vamos eleger um ditador, aqui o Professor (Jânio sempre chamou assim o Carvalho Pinto). Nenhum tostão será gasto sem a sua autorização. A essa ditadura até o governador estará submetido’. O governo funcionava praticamente em ‘colegiado’, opinando-se em qualquer assunto, sem discriminação de pastas. Parecia mesmo que o jovem governador queria ‘aprender a governar’, pois o treino na Prefeitura fôra muito curto e os negócios do Estado eram muito mais complexos. Os assuntos eram discutidos, Jânio ouvia atentamente as opiniões, e finalmente decidia com precisão indiscutível”⁴⁸.

Desde o momento em que assumiu a Secretaria, Castilho Cabral contestou sua nomeação e solicitou a Jânio que o exonerasse do cargo, alegando que sua pasta iria ser extinta e que seria mais útil como parlamentar, na Câmara Federal, defendendo os interesses do governo de São Paulo. Ele chegou a entregar sua carta de demissão, que não foi aceita por Jânio Quadros: “E pela primeira vez tive de me render ao seu autoritarismo para com auxiliares e amigos”⁴⁹.

O próprio presidente Café Filho, por um pedido de Castilho Cabral, intercedeu junto ao governador para que este assinasse sua demissão. Diante das pressões, Jânio Quadros finalmente cedeu, acatando a vontade de Cabral.

O relacionamento de Jânio Quadros com o seu Secretariado não pode ser caracterizado como tranqüilo, como deu a entender Castilho Cabral. A Secretaria com maiores poderes era a das Finanças e as outras pastas ficavam subordinadas às suas decisões. Na realidade, seu governo

44. CARRARO, Adelaide. *Eu e o Governador*. São Paulo, Ed. Dastr. de Livros Ltda., 1977, p. 167.

45. *A Noite*, de 09/08/1956.

46. PEREIRA, J., *Op. cit.*, p. 94.

47. CARRARO, Adelaide. *Op. cit.*, p. 127.

48. CABRAL, Castilho, *Op. cit.* pp. 93-94.

49. *Idem, ibidem*, p. 75.

não funcionou como um “colegiado”, pois a última palavra cabia exclusivamente ao governador Jânio Quadros.

Para agilizar a administração pública, Jânio Quadros intensificou a prática de escrever “bilhetes”, enviados aos secretários de Estado, aos diretores, chefes de seção e funcionários de modo geral. Pretendia, com a adoção dessa prática, estabelecer uma relação direta com seus subordinados, cobrando-lhes tarefas e chegando a fixar, inclusive, prazos para serem cumpridas.

Na avaliação de J. Pereira, assessor de imprensa do governador, “os despachos, agora ‘bilhetinhos’, ganharam notoriedade, seja pelo seu tom enérgico, pelo seu sentido anedótico, pelo poder de quebrar os grilões burocráticos, além de marcar, com seu vigor, uma personalidade diferente na administração pública brasileira, e passaram a ter tamanha força que São Paulo... foi governado durante quatro anos pela ação dos ‘bilhetinhos’”⁵⁰.

Jânio Quadros era explícito em seus recados e em um desses bilhetes, redigido após uma visita surpresa que fez na estação da Estrada de Ferro Sorocabana, escreveu o seguinte “recado” ao diretor da estrada:

“Dr. Uzeda.

Visitei a estação, hoje.

1. A limpeza deixa muito a desejar.
2. Todos os avisos devem ser colocados em quadros. Nada de papéis ou pedaços de cartolina às paredes ou cercas, alguns, até, manuscritos! Causam péssima impressão.
3. Prazo: cinco dias”⁵¹.

Ao tomar conhecimento que um juiz de paz do município de Apiaí havia estabelecido uma norma interna limitando o funcionamento do Cartório de Paz para uma hora por semana, Jânio Quadros recomendou:

“Senhor secretário.

1. Demitir.
2. O homen não é do trabalho, mas de paz mesmo”⁵².

Em um outro bilhete, Jânio expressou a sua surpresa com a situação da Empresa Cinematográfica Vera Cruz, que havia ressarcido

50. PEREIRA, J., *Op. cit.*, p. 13.

51. *Idem, ibidem*, p. 66.

52. *Idem, ibidem*, p. 57.

o Banco do Estado uma soma grande, e dirigindo-se ao secretário Carvalho Pinto manifestou seu espanto:

“Professor:

!!!

\$\$\$

?!

(a) Jânio Quadros”⁵³.

Os bilhetes, além de envolverem cobranças e censuras, eram redigidos com muito humor e ironia, explicitando um outro lado de Jânio Quadros, o do observador atento, que se fazia presente em todas as esferas da administração pública.

Além das constantes pressões exercidas sobre seus subordinados, Jânio também manteve um relacionamento específico com seu Secretariado, alterando várias vezes sua composição entre 1955 e 1959, numa média de quatro mudanças por Secretaria. A composição do Secretariado do governo de São Paulo na gestão de Jânio Quadros, de 31 de janeiro de 1955 a 31 de janeiro de 1959, foi a seguinte⁵⁴:

Secretaria da Segurança: gal Onorato Pradel, Plínio Cavalcanti de Albuquerque, João Baptista de Arruda Sampaio, Carlos Eugênio Bittencourt da Fonseca, Antonio Queiroz Filho, José Ataliba Leonel, Benedito de Carvalho Veras;

Secretaria da Fazenda: Carlos Alberto de Carvalho Pinto, Sebastião Paes de Almeida, Sebastião Meirelles Teixeira (temporariamente substituiu Carvalho Pinto), Francisco de Paulo Vicente de Azevedo;

Secretaria do Trabalho: Carlos Castilho Cabral, Ângelo Zanini, José Adriano Marrey Júnior, José Adolfo Chaves de Amarante, Maurício dos Santos, Paulo Marzagão;

Secretaria da Saúde: Francisco Scalamandrê Sobrinho, Paulo César de Azevedo Antunes, Moacyr Cunha Fonseca, Joaquim Nunes Coutinho Cavalcanti, Antonio Carlos Gama Rodrigues, Fauze Carlos;

Secretaria da Agricultura: Raimundo Cruz Martins, Renato Costa Lima, Lincoln Feliciano da Silva, Paulo Castro Vianna, Jayme Almeida Pinto, Walter Ramos Jardim;

53. *Idem, ibidem*, p. 33.

54. Dados coletados no arquivo da Câmara Municipal de São Paulo.

Secretaria da Aviação e Obras Públicas: João Caetano Álvarez Júnior, Mário Lopes Leão, Wilde Ribeiro Santos, Alvaro Souza Lima, José Vicente de Faria Lima;

Secretaria de Justiça e Interior: (Essas duas juntaram-se em 1935 e parece que permaneceram unidas até o período do governo de Jânio Quadros entre 1955 e janeiro de 1959) – José Adriano Marrey Júnior, Edgar Baptista Pereira, Lincoln Feliciano da Silva, Antonio Queiroz Filho, Oscar Pedroso d’Horta;

Secretaria do Governo: Antonio Sílvio da Cunha Bueno, Deville Allegreti, Francisco Carlos Castro Neves, Francisco de Faria Barcellos;

Secretaria da Educação: Carolina Ribeiro, Vicente de Paula Lima, Aloísio Lopes Oliveira, Vicente de Paula Lima, Carlos A. de Carvalho Pinto, Vicente de Paula Lima, Alípio Correa Neto.

O que se observava na composição do secretariado era uma grande rotatividade de membros nas diversas Secretarias, sendo que, em certos momentos, alguns secretários chegaram a acumular cargos em outras pastas. Essas alterações eram decorrentes de uma série de fatores inter-relacionados. O primeiro deles diz respeito às características pessoais de Jânio Quadros, um político que sempre fez questão de mostrar-se independente e que tinha a intenção de governar São Paulo apartidariamente, atendendo aos interesses de todos os cidadãos indiscriminadamente. Afirmava, enfaticamente, que governaria São Paulo a partir de suas intuições pessoais, não aceitando pressões de grupos políticos.

Essa postura de governar autonomamente pode ter sido um dos entraves para a composição de uma equipe de trabalho identificada com um programa partidário. Jânio não contava com uma equipe que também não desejava, com uma estrutura partidária forte que elaborasse, *a priori*, um projeto político consistente, a ser desenvolvido durante o seu governo.

Embora sua equipe de trabalho tivesse sido montada a partir de critérios pessoais, Jânio deixou espaço para cumprir compromissos assumidos no período da campanha eleitoral.

As propostas de governo foram elaboradas, de maneira mais sistemática, após as eleições, sendo que algumas delas surgiram durante o seu período de governo, originadas da prática governamental de Jânio Quadros. Dessa forma, certas tarefas somente foram estabelecidas e executadas a partir das avaliações pessoais do governador, sem obedecer a qualquer planejamento anterior, o que, conseqüentemente, provocou alterações em seu Secretariado.

Essas demissões foram devidas a vários fatores: o grau de submissão maior ou menor do secretário; o grau de amizade com o governador; a competência e seriedade do secretário, julgadas com base

nos critérios pessoais do governante; o temperamento e personalidade do secretário e seu relacionamento com o chefe do Executivo, avaliados a partir da convicção de que membros com traços fortes de personalidade tendem a entrar em conflito com maior freqüência.

As mudanças também ocorreram devido ao rompimento dos compromissos eleitorais assumidos em períodos da campanha política e à descompatibilização dos secretários para disputarem outros cargos eleitorais.

É importante assinalar que, nas várias alterações feitas no seu Secretariado, o governador Jânio Quadros incorporou membros do PDC, como Antonio Queiroz Filho, que havia rompido com ele na época do lançamento de sua candidatura para o governo de São Paulo. O mesmo aconteceu com o PTB, pois muitos membros que haviam apoiado a candidatura de Prestes Maia, como Ataliba Leonel, foram incorporados ao novo governo. O advogado de Adhemar de Barros, Oscar Pedroso d’Horta, ocupou a Secretaria de Justiça e Interior.

Também não foi tranqüilo o relacionamento de Jânio Quadros com seu vice, Porphírio da Paz, tanto que nas eleições para o governo de São Paulo de 1958 Porphírio concorreu na chapa de Adhemar de Barros como candidato a vice-governador.

Além de razões pessoais que propiciaram o rompimento das relações entre Porphírio da Paz e Jânio Quadros, existem outros motivos de ordem política. Exemplificando, durante uma das viagens ao exterior, Jânio deixou seu vice, como substituto, o qual, contrariando suas orientações, ordenou a abertura do “carteado” em Santos, prometendo estendê-lo a todo o Estado de São Paulo. Ao tomar conhecimento dessa atitude de Porphírio, o secretário de Segurança Pública, a mando de Jânio Quadros, revogou a ordem do vice, desautorizando-o.

Em um outro período de substituição do governador, Porphírio da Paz participou de uma solenidade na Estrada de Ferro Mogiana, com o intuito de inaugurar algumas locomotivas. Quando Jânio soube do evento, enviou um bilhete ao diretor da Ferrovia, exigindo explicações:

“Dr. Chafik.

Que história ridícula é essa de ‘inauguração’ de locomotivas? Por acaso foram inauguradas, antes, as que receberam os nomes de ‘Juscelino Kubitschek’, ‘Jânio Quadros’ e ‘José Maria Alkmim’? Desde quando as locomotivas, que alguns políticos, sábado, pretenderam inaugurar, estão funcionando?”⁵⁵.

55. PEREIRA, J., *Op. cit.*, pp. 72-73.

O diretor da ferrovia esclareceu que as locomotivas com os nomes de "Getúlio Vargas", "Lucas Nogueira Garcez" e "Porphírio da Paz" já trafegavam a algum tempo. Como resposta, Jânio Quadros mandou retirar as locomotivas do tráfego normal e condenou a "inauguração" orquestrada por seu vice.

Porém, o estopim do rompimento se deu por ocasião da greve de 1957, ocorrida em São Paulo, quando o vice-governador "chegou a participar de piquetes e enfrentar a polícia de seu próprio governo"⁵⁶.

Como repúdio à ação de Porphírio, San Thiago Dantas, membro do Diretório Nacional do PTB, divulgou a seguinte nota: "a nota suprema da degenerescência de nossos costumes foi dada pelo vice-governador Porphírio da Paz, que levou o propósito de cortejar a popularidade ao delírio, pondo-se à frente de um piquete de greve (...) se os piquetes de que participou o vice-governador praticarem atos de sabotagem e de violência contra pessoas como os que se verificaram na Brassinter, é ao triste detentor do poder público que tais demasias devem ser, em sua parte principal, debitadas"⁵⁷.

Alguns jornalistas, logo após sua vitória nas eleições para o governo de São Paulo, perguntaram a Jânio Quadros se pretendia se candidatar à Presidência da República nas eleições que se realizariam em 1955, ao que imediatamente respondeu: "Absolutamente não. Governarei durante quatro anos"⁵⁸.

Novamente em abril de 1955, em uma entrevista coletiva, perguntaram se era candidato à Presidência, e, mais uma vez, esclareceu que não, apesar dos apelos que vinha recebendo de vários pontos do país: "Não devo porém fazê-lo e, por isso, não o farei. Cabe-me, ao governador que ainda ontem, candidato, prometia promover a recuperação administrativa, econômica, financeira e moral de nossa terra, manter-me fiel aos anseios dos paulistas e permanecer no posto que o povo me confiou"⁵⁹.

Essa postura de não disputar a Presidência foi tomada após uma série de encontros com os membros mais próximos de seu governo, dentre os quais destacam-se Castilho Cabral, Carvalho Pinto, Olavo Fontoura e Auro de Moura Andrade⁶⁰. Na realidade, a dúvida que

56. BENEVIDES, Maria Victória, *Op. cit.*, p. 124.

57. *Jornal do Comércio*, de 24/10/1957.

58. *Folha de S. Paulo*, de 13/10/1954.

59. *A Gazeta*, de 03/04/1955.

60. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, pp. 65-73.

pairava na sociedade brasileira sobre a possível candidatura de Jânio Quadros à Presidência tratava-se de uma estratégia política utilizada por seu grupo com o objetivo de ampliar os espaços da política paulista no nível do governo Café Filho. O acordo Jânio Quadros-Café Filho implicava que o primeiro renunciasse à sua candidatura, em troca do atendimento de algumas reivindicações do governo de São Paulo. Essa troca possibilitaria conseguir algumas vantagens na organização do Ministério de Café Filho, pela indicação de nomes para compor, por exemplo, os ministérios da Fazenda e da Viação, bem como a Presidência do Banco do Brasil. Além disso, foi exigida a concessão de um empréstimo de 4,5 bilhões de cruzeiros.

Como contrapartida a esse acordo, Jânio Quadros se comprometeria a apoiar a candidatura de Juarez Távora nas eleições de 1955, podendo indicar o vice-presidente. Como resultado, José Maria Whitaker foi indicado para ocupar o Ministério da Fazenda, Otávio Marcondes Ferraz ficou com o Ministério da Viação e Obras Públicas e Alcides Vidigal ocupou a Presidência do Banco do Brasil.

"A aproximação entre Jânio e Café criou condições mais propícias para o governo paulista realizar um trabalho de recuperação financeira do estado, pois o acordo firmado para a unificação e consolidação de suas dívidas garantiu o pagamento escalonado do débito de mais de 8 bilhões de cruzeiros, que representavam cerca de 40% da receita prevista no orçamento"⁶¹.

Devido a problemas cardíacos, Café Filho precisou se afastar, deixando em seu lugar o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, que assumiu no dia 8 de novembro de 1955. Porém, um pouco antes de ocupar a Presidência, ocorreu a morte de um general. No enterro do militar, o coronel Mamede pronunciou um discurso propondo um golpe militar para impedir a posse de Juscelino e seu vice João Goulart, eleitos em 3 de outubro daquele ano para a Presidência da República, pois uma parcela dos militares e alguns setores da UDN temiam que o fantasma de Getúlio Vargas ressuscitasse caso fossem empossados. A UDN alegava que, pelo fato de os candidatos não terem obtido a maioria absoluta dos votos, não poderiam tomar posse dos cargos. Na realidade, esse argumento não tinha sustentação jurídica, tratava-se apenas de uma manobra da UDN para impedir a posse dos eleitos.

61. CPDOC/Forense/Universitária. *Op. cit.*, p. 2849.

O então ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, discordou do pronunciamento de Mamede, porém não pôde puni-lo, pois, no momento, o coronel pertencia e estava a serviço da Escola Superior de Guerra, ligada diretamente à Presidência da República. Diante dessa impossibilidade, Lott exigiu que Carlos Luz, recém-empossado, o punisse por indisciplina; contudo, não foi atendido. O ministro pensou em renunciar, mas voltou atrás, reconsiderando sua decisão. Em seguida, resolveu destituir Carlos Luz da Presidência, argumentando que ele estava conspirando com outros políticos e com militares para impedir a posse do novo governo. Preocupado em garantir a posse de Juscelino e Goulart, e, portanto, em respeito à Constituição, Lott cercou o Palácio do Catete e destituiu o presidente, que se refugiou no cruzador *Tamandaré*, com alguns de seus ministros.

O cruzador rumou para o Estado de São Paulo, à procura do apoio do governador Jânio Quadros, todavia, este não se definiu claramente a respeito do “golpe preventivo” executado por Lott. Em um primeiro momento, Jânio desmentiu que estivesse apoiando os chefes militares responsáveis pelo movimento conhecido como “11 de novembro”. O governador enviou um telegrama a Nereu Ramos, presidente do Senado que assumiu a Presidência no lugar de Carlos Luz, pedindo esclarecimentos a respeito dos ministros paulistas a bordo do cruzador *Tamandaré*. Em um segundo momento (15/11), Jânio Quadros posicionou-se a favor da legalidade e da constitucionalidade, criticando os militares que queriam impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Porém, no dia 24 de novembro, condenou o estado de sítio e o ato do Congresso Nacional que impediu o presidente Café Filho, já restabelecido da doença, de retornar à Presidência. Em um documento dirigido ao povo paulista, Jânio Quadros esclareceu sua última posição: “O Governador entende oportuno prestar alguns esclarecimentos ao povo, depois da recente proclamação. Declara, assim, a sua discordância relativamente ao ato do Congresso que decretou o impedimento do Senhor João Café Filho. Julga o Governador que aquela decisão receberá terrível sentença na voz da história”⁶².

Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência em janeiro de 1956 e, desde então, passou a manter encontros periódicos com o governador Jânio Quadros. O governo de Juscelino foi caracterizado pela aplicação do Plano

62. PEREIRA, J., *Op. cit.*, p. 139.

de Metas, que visava, dentre outros pontos, promover o desenvolvimento econômico do país, acelerando o processo de industrialização e propondo a abertura do mercado brasileiro para a entrada de capitais estrangeiros. Essa política naturalmente favoreceu o Estado de São Paulo, uma vez que se constituía no principal pólo do processo de industrialização: “... São Paulo foi o estado mais beneficiado com a implantação de novas indústrias e a concentração de crédito...”⁶³. Os empréstimos conseguidos durante o governo Café Filho, reforçados agora pelo governo Kubitschek, possibilitaram a Jânio Quadros a construção de algumas usinas hidrelétricas, cujo objetivo era criar condições infra-estruturais para a aceleração do processo de industrialização no Estado de São Paulo.

No entanto, o apoio do governo Jânio Quadros à política econômica adotada pelo governo federal não era irrestrito, particularmente no que se referia à política do café. Assim, a proposta do governo federal, no sentido de um confisco cambial na exportação do café, com o objetivo de equilibrar a balança de pagamentos e ajudar no processo de industrialização, foi rejeitada por Jânio Quadros, que se posicionou a favor dos produtores de café — produto agrícola de maior peso na economia paulista.

Outro ponto da discordância de Jânio Quadros com o governo federal relacionava-se à pretensão do Departamento Federal de Segurança Pública de censurar os meios de comunicação. Com o intuito de avaliar o assunto em questão, o governador nomeou uma comissão, que julgou a medida inconstitucional. Filinto Müller, senador pelo PSD, denunciou a desobediência de São Paulo à ordem do governo federal. De fato, Jânio acatou a conclusão da comissão e não cumpriu a portaria censurando os meios de comunicação.

Por ocasião das eleições para o governo de São Paulo em 1958, ocorreram alguns encontros entre o presidente e o governador, sendo que este pretendia fortalecer a candidatura oficial da Carvalho Pinto, seu secretário de Finanças. Embora o PSD tivesse lançado a candidatura do deputado federal Ulysses Guimarães, uma série de fatores impediu sua efetivação.

A retirada do candidato do PSD foi devida a vários motivos. O primeiro aspecto a ser levado em consideração diz respeito ao fortalecimento do governador Jânio Quadros e de seu apoio a Carvalho Pinto. Além disso, foi pouco expressiva no Estado de São Paulo a votação

63. CPDOC/Forense/Universitária. *Op. cit.*, p. 2849.

recebida por Juscelino nas eleições de 1955, o que revelou a fraca penetração do PSD na política paulista. Porém, o que mais influenciou a desistência do PSD na disputa das eleições de 1958 foi o encontro que Jânio Quadros teve com o presidente, em janeiro desse ano. Nessa ocasião, Jânio Quadros alegou que a candidatura de Ulysses não sobreviveria e que ele teria dificuldades em se firmar perante o eleitorado paulista. Na avaliação do deputado Ulysses Guimarães, sua candidatura foi barrada pelas seguintes razões: "... eu fui aprovado pela Convenção, fora o voto do delegado de Lorena que depois me procurou e deu manifestação de apoio à minha candidatura. Eu tinha apoio unânime do meu partido. Mas aconteceu o seguinte: o Jânio queria fazer o seu sucessor, queria a eleição de Carvalho Pinto. Ocorreram muitas conversas entre Jânio e Juscelino... Então eu senti que meu partido e o Cirillo (presidente do PSD paulista), não estava correspondendo ao apoio e à indicação que eu havia tido na Convenção (...)Você tendo uma campanha, o comando partidário criando dificuldades, era muito difícil você superar isso. Sendo assim, eu não teria condições de prosseguir na campanha. Cheguei a uma certa altura e disse ao partido: 'Eu não vou continuar, eu não posso continuar'. A apreciação que nós fizemos é que o Juscelino não se empenhou como era de se esperar na minha candidatura. Como ex-presidente da Câmara, eu tinha dado a ele um apoio fundamental (...) O Jânio manobrou bem para conseguir empurrar a candidatura de Carvalho Pinto. Ele sentia que a minha candidatura poderia ser um obstáculo sério (...) Quando comecei a campanha, eu tinha 14% de preferência do eleitorado. Dentro da precariedade dos partidos daqui de São Paulo, o PSD era o partido que tinha presença e tínhamos a estrutura partidária nacional do partido"⁶⁴.

Um outro dado a ser levado em conta refere-se à tentativa de Juscelino de enfraquecer o adhemarismo no Estado de São Paulo. Juscelino, pensando no seu futuro político, acabou cedendo às pressões de Jânio Quadros, propiciando a "cristianização" da candidatura de Ulysses em troca do apoio do governador nas eleições presidenciais de 1965, em que tentaria se reeleger.

Os votos dos membros do PSD se dividiram entre as candidaturas de Auro de Moura Andrade (PST) e de Carvalho Pinto (coligação PDC-UDN-PTN-PR e PSB).

64. Entrevista com Ulysses Guimarães, em 26/07/1990.

Deve-se ressaltar, no entanto, que Carvalho Pinto só se tornou o seu candidato oficial ao governo de São Paulo nas eleições que iriam se realizar em 1958, após muita relutância.

No parecer de João Mellão Neto, "O Jânio só apoiou o Carvalho Pinto porque não tinha alternativa. Pelo contrário, em 58, quando teve eleição para governador, o Jânio queria ficar de fora. Mas a situação se complicou para ele porque quem se candidatou a Governador contra ele foi o Adhemar de Barros, e ele sabia que se o Adhemar ganhasse faria com ele o que ele fez com o Adhemar, o seu antecessor. Ia ser perseguido até a morte... Ele foi compelido ao Carvalho Pinto, porque ele não tinha mais escolhas a uma certa altura, quer dizer, ou ele aceitava a candidatura do Carvalho Pinto, que já estava firmada, ou ele teria que aguentar o Adhemar no calcanhar dele depois. Com muita má vontade ele ajudou a eleger o Carvalho Pinto"⁶⁵.

A administração municipal foi marcada pelos constantes confrontos entre Jânio Quadros e os chefes do Executivo paulistano. Logo após sua renúncia, quem assumiu o poder municipal foi Lino de Matos, do PSP, na condição de presidente da Câmara Municipal de São Paulo. O novo prefeito, que abriu um processo contra a gestão de Jânio Quadros na Prefeitura de São Paulo, declarou: "É matéria de conhecimento público que o Governador Jânio Quadros, quando Prefeito, determinou a execução de obras sem a necessária autorização legislativa. Em despacho com o secretário dos Negócios Internos e Jurídicos, já autorizei a competente representação judicial"⁶⁶.

Em represália às ações de Lino de Matos, Jânio Quadros cortou publicações da Prefeitura no *Diário Oficial* do Estado e mandou retirar todos os guardas civis que ficavam de plantão na Prefeitura. Segundo Onofre Valentin Gomieri⁶⁷, Jânio obstaculizou o trabalho de Lino de Matos na CMTC, como também reteve os impostos devidos à Prefeitura, inviabilizando com essas atitudes o trabalho da gestão do PSP.

Não satisfeito, Jânio Quadros também pressionou Lino de Matos para que deixasse a Prefeitura, criando uma polêmica em torno da legalidade de seu mandato. Lino de Matos seria prefeito por 22 meses, somente para completar o período iniciado por Jânio em 1953. No entanto, em 1954, antes de Jânio renunciar à Prefeitura, Lino de Matos

65. Entrevista com João Mellão Neto, em 12/10/1989.

66. *Folha da Manhã*, de 04/04/1956.

67. GOMIERI, Onofre Valentin. *Jânio Quadros — O insaciável de poder*. Rio de Janeiro, Editora Distribuidora São Paulo, 1960.

foi eleito senador e, logo em seguida, nas eleições municipais que se realizaram em 1955, elegeu-se prefeito de São Paulo. Para exercer seu novo mandato, Lino de Matos solicitou licença no Senado, mas Jânio Quadros, ciente dessa situação, pressionou os parlamentares ligados a ele para que a suspendessem. As pressões exercidas pelo governador surtiram efeito, tanto que o Senado resolveu voltar atrás em sua decisão, o que obrigou Lino de Matos a optar entre o Senado e a Prefeitura⁶⁸. O seu vice, Wladimir de Toledo Piza, do PTB, cumpriu o restante de seu mandato.

Os confrontos entre Jânio Quadros e a administração municipal continuaram com a posse de Wladimir de Toledo Piza. Um impasse foi criado quando o novo prefeito e o senador Lino de Matos protestaram contra a censura de seus telefones que, segundo a denúncia, foi executada por agentes do DOPS. O prefeito contou detalhes da “escuta”, cuja existência foi confirmada pelo Corpo de Bombeiros, pela Polícia Técnica e pelo próprio DOPS. O então diretor do DOPS, Ribeiro de Andrade, refutou as acusações, porém as provas apresentadas não desmentiam que havia um sistema de escuta colocado nos telefones do prefeito. O governador Jânio Quadros, ao ser informado da denúncia, considerou a acusação infundada e declarou que tudo não passava de uma “manobra política” de seus opositores.

No entanto, a batalha mais ferrenha que Jânio Quadros travou foi com Adhemar de Barros. Jânio reabriu o processo que acusava Adhemar de ter se apropriado indevidamente de caminhões e carros “Chevrolets” adquiridos pelo governo do Estado em 1949, período em que exerceu o cargo de Governador. Segundo as acusações, os carros foram doados a correligionários e a familiares, enquanto os caminhões ficaram alocados nas empresas de sua família. O resultado desse processo foi a condenação de Adhemar de Barros a dois anos de prisão. Para escapar da sentença, Adhemar fugiu para o Paraguai, mas foi obrigado a partir para a Bolívia diante da ameaça de Jânio de pedir sua extradição.

Durante os seis meses que permaneceu nesse país, Adhemar cultivou a imagem de um homem injustiçado por Jânio Quadros. O ex-governador, depois desse período de “amargura”, retornou triunfante ao Brasil, pois havia sido absolvido das acusações. Como homenagem, seus correligionários mandaram “celebrar uma missa em Ação de Graças

68. SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, 1982, p. 88.

na Catedral da Sé — assistida por cerca de 12 mil pessoas — por ocasião de seu retorno ao Brasil”⁶⁹.

Além desse processo, Jânio Quadros acusou Adhemar de Barros de haver se apropriado de uma urna marajoara destinada ao Museu Paulista. Adhemar de Barros, por intermédio de seu advogado Oscar Pedrosa D’Horta, respondeu à acusação, declarando que doaria a urna para o Museu. Porém, seu diretor, Sérgio Buarque de Holanda, recusou-a por se tratar de um objeto envolvido em processo judicial. Jânio Quadros, quando soube da tentativa de doação, enviou um “bilhete” ao secretário da Educação e Cultura, em que recomendava: “Secretário Paula Lima. Recusa-se a doação. O Museu pode continuar sem essa urna. O governo aceita, porém, a eventual doação de novos veículos — chevrolts, por exemplo — para o indispensável e urgente reforço do aparelhamento policial, de combate ao crime, cujo recrudescimento cumpre evitar”⁷⁰.

Nesse bilhete, Jânio Quadros acusava, sutilmente, Adhemar de Barros de ladrão. Porém, os conflitos não terminaram nesse episódio, pois, em 1957, Adhemar de Barros elegeu-se prefeito da cidade de São Paulo, derrotando o ex-prefeito Prestes Maia, o candidato do governador. Após as eleições, as análises políticas apontavam que o grande derrotado havia sido Jânio Quadros: “Eis a verdade. Pois nunca se viu ninguém empenhar-se tanto numa campanha como o governador paulista. Deu de si tudo que podia para derrotar Adhemar. Violentou, inclusive, os seus ‘princípios de austeridade’, a ‘aspereza de um governo onde o não é não e o sim é sim’ (...) Quando então se disse que o povo não votou a favor de Jânio, mas contra o governo.

O deputado Cid Franco (PSB) chegou, por isso mesmo, a declarar-nos que a ‘vitória do Sr. Adhemar de Barros foi uma reação popular contra a política de rancores, perseguições e fingimentos do Sr. Jânio Quadros”⁷¹.

O caráter vingativo de sua gestão ficou mais explícito com os processos, perseguições e não-repasses das verbas para as administrações dirigidas pelo PSP. O PSD também não escapou às perseguições de Jânio Quadros, que abriu uma batalha contra os seus membros, exonerando todos os funcionários públicos identificados com a gestão de Lucas Nogueira Garcez.

69. SAMPAIO, Regina. *Op. cit.*, p. 90.

70. *Folha da Tarde*, de 08/09/1956.

71. *Revista o Globo*, de 20/05/1957.

A gestão do governador Jânio Quadros foi marcada por uma série de realizações, porém, a mais importante, norteadora de todas as outras, foi a recuperação econômica das finanças do Estado de São Paulo, executada por Carvalho Pinto, o homem forte de seu governo, que fez a reforma administrativa no Estado.

O primeiro secretário do Trabalho, Castilho Cabral, relembra a atuação de Carvalho Pinto: “Carvalho Pinto já mostrava o ‘pão durismo’ que iria torná-lo famoso, criando inúmeras anedotas. Compressão de despesas e mais compressão de despesas, cortes e mais cortes de verbas. A começar pelas dos gabinetes, especialmente a de ‘deligências administrativas’ até então usadas como aumento dos vencimentos dos Secretários, que ficavam reduzidos a pouco mais de 21 contos, significando para mim, deputado federal, uma perda de 15 contos, pois os subsídios haviam sido elevados de 24 para 36 contos. Falava-se até que iria ser cortado o ‘cafezinho’ dos funcionários”⁷².

A reforma administrativa implicou a extinção da Secretaria do Trabalho e da Administração, além de proceder à demissão de mais de 10 mil funcionários e à cobrança de oito horas de trabalho diárias dos funcionários em todas as repartições públicas e de outras medidas que visavam fiscalizar o trabalho desses funcionários. Porém, o mais importante dessa reforma foi o estabelecimento de um esquema de centralização, integrando planejamento e controle governamental das contas das autarquias e sociedades, em que o Estado se fazia presente como acionista. Todo esse processo seria comandado pela Secretaria de Finanças.

O governo Jânio Quadros arrecadou mais impostos, priorizando a coleta de impostos de vendas e consignação, pela ação dos fiscais, que saíam para fiscalizar os comerciantes em jipes do governo estadual. Também foi alterada a maneira de arrecadar os impostos que passaram a ser recolhidos antecipadamente e depositados na Coletoria Estadual. Com essas medidas, Jânio Quadros conseguiu melhorar o desempenho da Caixa Econômica do Estado de São Paulo e do Banco do Estado e diminuir a sonegação fiscal.

Na área de Segurança Pública, além de promover expurgos de elementos considerados corruptos, realizou uma reforma no sistema penitenciário do Estado. Para conseguir esse objetivo, convocou seu ex-colega e amigo, J. B. Vianna de Moraes, que assim relatou sua

72. CABRAL, Castilho, *Op. cit.*, p. 94.

experiência no governo: “Em 1955, eu fundei três Institutos Penais Agrícolas, prisões semi-abertas. Criei um Estabelecimento Penal, que o Código Penal de 40 fazia referência e que não tinha nenhum no Brasil até 1955, que foi a Casa de Custódia de Tratamento, em Taubaté. Criei um Instituto de Reeducação, organizei o departamento de Presídio e fechei o Presídio da ‘Ilha do Diabo’, a Ilha Anchieta, que era uma nódoa para o Mundo”⁷³.

O fechamento do presídio da ilha Anchieta teve uma grande repercussão, pois, desde o período em que Jânio Quadros exerceu seu mandato de vereador, esse presídio era criticado por sua insalubridade e incapacidade de atender às condições mínimas de higiene, alimentação e saúde para os presos ali alocados.

J. B. Vianna de Moraes também relatou as várias comissões que presidiu com o intuito de resolver os problemas de segurança do Estado. Uma comissão, em particular, demandou muitas discussões, pois envolvia o problema da prostituição. A proposta do governo Jânio Quadros era a de deslocar a “zona do meretrício” para bairros distantes do centro da cidade de São Paulo.

Na área da Saúde também houve uma série de realizações: criação do Instituto de Medicina Tropical no Hospital das Clínicas; fluorização da água em São Paulo, considerada a maneira mais adequada para prevenir a cárie dentária; ampliação dos postos de puericultura e de saúde; desenvolvimento do saneamento básico, implantando redes de esgotos e de água encanada em várias regiões do Estado de São Paulo; construção da estação de tratamento de Vila Leopoldina, que visava purificar 70% dos esgotos de São Paulo, melhorando, assim, as condições de limpeza dos rios Tietê e Pinheiros. Essas obras também foram estendidas ao interior do Estado, abrangendo 209 cidades, beneficiadas com as obras de saneamento básico.

No retorno de uma de suas viagens ao exterior, para tratar de sua saúde, Jânio Quadros contou, em uma entrevista coletiva, que percebeu muito interesse dos Estados Unidos, Inglaterra e França com relação ao Brasil. Nessa entrevista, deixou clara a sua posição a respeito da entrada de capital estrangeiro, considerando-a essencial para promover o desenvolvimento econômico no país. Porém, ressaltava: “O que ainda detém os capitalistas e industriais no exterior é a ausência de política financeira, de política de investimentos, de planejamento econômico da República.

73. Entrevista com J. B. Vianna de Moraes, em 07/12/1989.

O processo inflacionário, a desordem orçamentária e administrativa, são outros fatores alarmantes. Percebiam eles que o País reclama urgentemente um regime de previsão, austeridade e prudência na condução da coisa pública, que objetive encorajar produção, aumentando concomitantemente a produtividade”⁷⁴.

Na avaliação de Jânio Quadros, o que impedia a entrada de capital estrangeiro era a ausência de um governo sério, austero, que tivesse um projeto de governo. Essas conclusões eram uma crítica explícita ao Governo de Juscelino Kubitschek, considerado inadequado para atrair mais capital estrangeiro”⁷⁵.

Outra área de atuação de Jânio Quadros foi a da construção das usinas hidrelétricas, prioritárias para promover o desenvolvimento do Estado de São Paulo. Jair de Carvalho Monteiro, em seu depoimento, relembra que em 1954 “as fábricas de São Paulo, que se chamava Centro Empresarial, eram totalmente artesanais e precárias. Tinha alguma indústria metalúrgica, alguma de fiação e sem energia nenhuma. As fábricas trabalhavam à noite e de dia paravam para que os elevadores funcionassem. O Juscelino convenceu Getúlio a iniciar as obras das 3 usinas (Peixoto, Três Marias e Furnas), com o objetivo de retirar um pólo industrial incipiente de São Paulo, em 1954, e transferi-lo para Minas, porque sabia que São Paulo estava absolutamente esgotado”⁷⁶.

Jânio Quadros começou a executar o plano, elaborado ainda durante o governo de Lucas Nogueira Garcez, de construção de usinas hidrelétricas, com o intuito de aumentar a produção de energia. Para que o Plano Geral de Eletrificação se efetivasse, Jânio aumentou os impostos estaduais e, após sanear as finanças do Estado, começou a construir as usinas de Salto Grande, Limoeiro, Euclides da Cunha, Barra Bonita, Jurumirim e Graminha. Para Jair de Carvalho Monteiro: “Quando Juscelino quis trazer a indústria automobilística, São Paulo já tinha energia e não tinham ficado prontas as usinas do Rio Grande e Paraíba em Minas Gerais”⁷⁷.

Paralelamente à construção das usinas hidrelétricas, Jânio Quadros pavimentava as estradas que iam de São Paulo para o interior,

74. *O Estado de São Paulo*, de 03/07/1956.

75. O governo Juscelino Kubitschek foi o que mais investiu em capital estrangeiro, adotando uma política favorável à internacionalização da economia brasileira.

76. Entrevista com Jair de Carvalho Monteiro, em 13/10/1989.

77. *Idem*.

estabelecendo ligações com o norte do Paraná e sul de Minas Gerais, num total de aproximadamente 2 mil quilômetros de estradas de rodagem.

Com relação aos municípios do Estado de São Paulo, vale destacar, nesse período, o movimento autonomista de Osasco, que retomou suas atividades, de maneira mais acentuada, em 1958. Na avaliação de José Álvaro Moisés, os movimentos autonomistas entraram em descenso durante os anos de 1953 a 1958: “Curiosamente, essa fase corresponde ao período dos Governos de Jânio Quadros na Prefeitura e no Governo Estadual de São Paulo. Pode-se aventar a hipótese que essas administrações, tendo se voltado de alguma forma para os problemas dos bairros periféricos e mesmo logrado introduzir algumas melhorias nas condições de vida das populações periféricas — como a ampliação das redes de água e esgotos —, provocaram uma atenuação no ímpeto dos movimentos”⁷⁸.

Jânio Quadros apoiou esse movimento de emancipação e, em 1958, realizou-se mais um plebiscito em Osasco: “Entretanto, sem ter feito qualquer pronunciamento público de apoio ao movimento, Jânio instruiu os cabos eleitorais mais importantes em Osasco, como Antonio Menk e Moura Leite, para divulgarem a sua disposição de apoiar o desmembramento caso ele fosse decidido nas urnas pela vontade popular”⁷⁹.

Para conquistar os eleitores e auxiliar o movimento autonomista, Jânio realizou várias obras em Osasco, como melhoramentos na estação da Estrada de Ferro Sorocabana e a criação de novos postos de saúde. O objetivo era conseguir a autonomia de Osasco. Com essa atitude, Jânio se opôs ao prefeito Adhemar de Barros, que se posicionava contra a emancipação do bairro, pois, caso se efetivasse, a Prefeitura de São Paulo teria sua arrecadação de impostos diminuída. Embora o movimento saísse vitorioso, Adhemar de Barros conseguiu, por intermédio de seus representantes na Câmara Municipal, anular o plebiscito, alegando irregularidades na votação.

Na área da Educação, Jânio Quadros injetou verbas principalmente em alguns setores da Universidade de São Paulo, priorizando o Instituto de Física, que começou a desenvolver pesquisas na área de Energia Nuclear, criando o Instituto de Energia Nuclear.

78. MOISÉS, José Álvaro. “Classes populares...”. *Op. cit.*, p. 319.

79. *Idem*, *ibidem*, p. 327.

Ao concluir seu mandato, Jânio Quadros, em uma entrevista coletiva, realizou um balanço de sua gestão e resumiu sua concepção de administrador: “Três são, ao meu ver, os princípios que devem nortear a ação do administrador. Em primeiro lugar, a honradez, honradez que nunca distingue, para punir, o ladrão do milhão do ladrão do tostão. Depois a planificação de atividades. Uma administração é sempre o resultado da previsão e da execução harmoniosa de seus trabalhos. No Estado Moderno, improvisar é perigoso. Finalmente, dedicação integral ao trabalho. Trabalhar e obrigar os outros ao trabalho. Nada mais salutar. Aposentar a literatura administrativa do papelório por uma ação administrativa mais de fatos que de palavras. Eis o que fizemos em São Paulo”⁸⁰.

Sua concepção de administrar os negócios públicos implica o uso da técnica, do planejamento, do trabalho desenvolvido apartidariamente. A prática, na avaliação de Jânio, é mais importante do que qualquer compêndio de administração. Esse é na realidade o discurso de Jânio Quadros.

A gestão de Jânio Quadros no governo de São Paulo recebeu sérias críticas do deputado Hilário Torloni, do PRP, e do jornalista Edmundo Soares de Souza, em um texto publicado em 1960, sob o título “A verdade nua e crua sobre a administração Jânio Quadros (1955 a 1958)”⁸¹. O documento, baseado em dados coletados em arquivos, com depoimentos de autoridades, pretendia realizar uma devassa na administração do governador Jânio Quadros. O texto argumenta que não ocorreu a recuperação financeira do Estado, que o déficit não foi saneado. Os autores falam inclusive em aumentos de déficit em vários setores da administração pública. Criticam o plano de pavimentação e de eletrificação, bem como a política de dispensa de funcionários. As estradas, segundo o documento, foram pavimentadas com material de péssima qualidade e o plano de eletrificação foi executado às custas do aumento de impostos para todos os cidadãos paulistas. Com relação aos funcionários, o governo de Jânio é acusado de admitir na sua gestão cerca de 40 mil novos funcionários, sendo 16.805 por concurso público e o restante por nomeação.

80. O Estado de S. Paulo, de 01/02/1961.

81. TORLONI, H. e SOUZA, E. S. de. A verdade nua e crua sobre a administração Jânio Quadros (1955-1958). São Paulo, 1960.

b) Relacionamento com a Assembléia Legislativa

Antes mesmo de assumir o governo do Estado, Jânio Quadros já era contrário ao aumento dos subsídios dos deputados, criticando-os por agirem em proveito próprio; e, com essa atitude, em sua opinião, não auxiliariam a consolidar o regime democrático.

No período em que governou São Paulo, Jânio manteve um relacionamento muito complicado com a Assembléia Legislativa. Nunca chegou a obter a maioria parlamentar, e agora só contava efetivamente com o PTN e o PSB, que representavam cerca de 16,1% da composição da Assembléia Legislativa. O PSP detinha 22,7% das cadeiras; o PSD, 14,7%, e o PTN, 10,8%; o PR e o PTB, 9,3% respectivamente; a UDN, 8,0%; o PDC e PSB com 5,3%; o PST, PRT e PRP com 4,0%; e o PL e um parlamentar sem partido com 1,3% respectivamente⁸². Posteriormente, rompeu relações com o PSB, perdendo seu apoio e ganhando um inimigo, o deputado Cid Franco, seu antigo companheiro de bancada na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa.

Cid Franco, em uma de suas críticas, denunciou o governador por crime de responsabilidade, porém, para que Jânio pudesse ser processado, ele deveria se afastar do cargo. Segundo o deputado, Jânio Quadros manteve na Presidência do Instituto da Previdência Clóvis Garcia, nome que havia sido rejeitado pela Assembléia: “O procedimento do chefe do Executivo constitui burla ao preceito constitucional. Torna-o letra morta. Pois não é burlar preceito constitucional manter, de fato, na presidência de uma autarquia, cidadão cujo nome, embora ilustre, a Assembléia rejeitou? E burlar preceito constitucional é ou não atentar contra a Constituição? E atentar contra a constituição não é crime de responsabilidade?”⁸³.

Na Assembléia Legislativa, Jânio Quadros adotava a mesma prática quando prefeito. Assim, o que não conseguia aprovar no Legislativo, era discutido em comícios que realizava pelo Estado de São Paulo. Além do contato direto com a população paulista, ainda manteve um programa de televisão às quintas-feiras, onde fazia seus comentários e criticava os políticos e os partidos que, segundo dizia, impediam que ele governasse.

Em um de seus comentários divulgado pela imprensa, Jânio declarou-se descontente com a atuação dos partidos políticos: “Tenho sido acusado de mostrar desapeço aos partidos. Não creio que a

82. Dados do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

83. A Gazeta, de 23/08/1957.

acusação colha. Em sua quase totalidade, mas com algumas exceções muito dignas, eles mesmos não se prezam. Faltam-lhes conteúdos, programa, autenticidade. As Assembléias funcionam mal. É absoluta a sua inadequação com as necessidades nacionais. As populações politizadas mergulham num estado de perplexidade perigoso”⁸⁴.

Nessa declaração, fica clara sua crítica às Assembléias por estarem distanciadas da realidade, desconhecendo as necessidades nacionais. Os partidos, na sua avaliação, eram desprezados por não terem conteúdo e por não serem autênticos. Essa linha de pensamento leva ao extremo de se concluir que, para Jânio, se os partidos não são autênticos, funcionam mal, não correspondem à realidade, então por que preservá-los? Na sua concepção, é mais frutífero o contato direto com o povo, pois o Legislativo só pensa em si mesmo e nos seus próprios interesses.

Uma parte da imprensa se identificava com essa avaliação feita por Jânio Quadros. A revista *O Cruzeiro* reforça, em uma reportagem, as críticas à Assembléia Legislativa de São Paulo: “A julgar pela enorme quantidade de vetos a inúmeras pretensões pouco recomendáveis da Assembléia Legislativa Estadual, não deve ser o Sr. Jânio Quadros adepto muito fervoroso da tese que recomenda o apoio parlamentar, como condição *‘sine qua non’* ao perfeito desempenho da missão de chefe do executivo. Vejamos alguns desses vetos: 1) Em maio de 1955 vetou ele totalmente o decreto, oriundo da Assembléia, dispondo sobre a concessão de um auxílio de 23 milhões para a conclusão do monumento ao soldado constitucionalista de 32. Justificação: falta de numerário. Nesse mesmo dia foram vetadas mais onze iniciativas do Legislativo, dentre as quais ressalta aquela que criava 35 novos cargos na Secretaria da Fazenda (...) Entre o apoio parlamentar e o da opinião pública, escolheu o Governador decididamente este último”⁸⁵.

O governador Jânio Quadros, auxiliado por certos setores da imprensa, transmitia uma imagem de que o Legislativo só pensava em se autopromover, procurando aprovar projetos que concediam aumentos a algumas categorias de servidores públicos, em detrimento das necessidades reais da população paulista.

No livro de Adelaide Carraro fica explícita essa crítica que o “governador” fazia à Assembléia Legislativa. Ficção ou não, o fato é que a imagem negativa do Poder Legislativo era transmitida ao leitor e ao

84. *O Estado de S. Paulo*, de 11/06/1958.

85. *O Cruzeiro*, de 17/11/1956.

público de modo geral. Para justificar a dificuldade em criar a Casa do Ex-Tuberculoso Pobre, o governador falou à Adelaide:

“ – Ouça, princesa, ouça!

– Ouvir o que, Governador?!

– Preste bem atenção! Não está ouvindo o barulho de correntes, como se estas estivessem sendo arrastadas pelo chão?! São as correntes da Assembléia Legislativa, tolhendo as mãos do Governador, Adelaide!...

– E por que o Governador não desata as correntes e não mete o braço nas nobres fuças dos senhores parlamentares?! Por que não dá um chute no melhor e mais apropriado lugar de cada deputado?! Por que não vira as costas para a ‘Casa do Povo’, que de povo não tem nada?! Até quando todos nós vamos ficar esperando pelos deputados?!”⁸⁶.

Na Câmara Federal, Jânio Quadros rompeu com quase todos os 44 deputados de São Paulo. Castilho Cabral contou que, em fins de 1957, somente ele continuava ao lado do governador. No papel de articulador de Jânio junto ao governo federal, considerava-o mais paulista do que mato-grossense. Emílio Carlos e Ivete Vargas, seus antigos aliados políticos, também se desligaram dele, devido ao tratamento rude, segundo Cabral, que dispensava aos seus amigos e companheiros: “Eu tinha porque me queixar de desatenções de Jânio a legítimos interesses de minha zona de influência política, mas não só era seu amigo, como havia uma razão mais forte: era a minha última esperança de 30 anos de fazer um paulista Presidente da República”⁸⁷.

Os confrontos entre Jânio Quadros e a Assembléia Legislativa não cessavam. O governador era acusado de impedir a liberdade de expressão, e as sessões no Legislativo paulista foram marcadas por críticas às arbitrariedades e perseguições com relação a alguns setores da imprensa. Um desses confrontos envolveu o jornalista e diretor do *Diário da Noite*, Edmundo Monteiro, processado por Jânio por ter publicado uma reportagem criticando-o. O deputado Cássio Ciampolini, do PTB, saiu em defesa do jornalista, relatando, em plenário, o teor da matéria, em que apareciam duas fotos de Jânio, que gerou o processo contra Edmundo Monteiro: “A primeira delas mostra o Sr. Jânio Quadros com um velho capotão surrado, gasto e até pouco limpo; a gravata desmanchada no colarinho, rasgando, da tribuna da Câmara, um convite

86. CARRARO, Adelaide. *Op. cit.*, p. 96.

87. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 96.

do Jockey Club, porque jamais poria os pés em clube que não pagasse impostos. A segunda fotografia mostra o Sr. Jânio Quadros de hoje: de casaca, de cartola e de comenda, elogiando o Jockey Club. É uma incoerência da parte do Sr. Governador. E o que o jornalista Edmundo Monteiro fez foi apenas focalizar as duas atitudes do Sr. Jânio Quadros. Como as atitudes do Governador são contraditórias, S. Excia. se excita, se enerva e manda processar o jornalista”⁸⁸.

O deputado Cid Franco também afirmava que Jânio Quadros mudara e que a reportagem do jornalista apenas retratava essa modificação no seu comportamento. Também aproveitou o episódio para criticar o temperamento e as atitudes intempestuosas do governador: “... ai daquele que pisa na vaidade do Governador! Ele se enraivece, não se controla, manda imediatamente processar quem se atreve a criticá-lo. Considera-se um superestadista, acima de críticas. Eram assim Mussolini, Hitler e são assim todos os temperamentos ditatoriais”⁸⁹.

Membros da bancada janista, composta pelos deputados Arruda Castanho, Cássio Ciampolini, Benedito Rocha e Germinal Feijó também criticaram Jânio Quadros por se colocar contra a liberdade de imprensa. Porém, o maior inimigo do governador na Assembléia Legislativa foi o seu próprio pai, o deputado Gabriel Quadros, do PDC. Suas críticas eram divulgadas pela imprensa com destaque, uma vez que envolviam também questões familiares. O jornal *O Dia* publicou um documento redigido pelo deputado, em que tecia sérias críticas ao governador:

“Do Meu Canto

Ecce Homo...

Gabriel Quadros

O Governador está se emaranhando num cipó de soléncias políticas que lhe estão criando um círculo vicioso.

– Investe contra o funcionalismo com medidas punitivas de caráter administrativo, cerceando-lhe o direito de representação ao Judiciário contra os atentados aos seus direitos.

– Pressiona o Legislativo aguilhoando-o à sua vontade soberana contra o interesse público, como vem de ocorrer no caso do veto ao Projeto de auxílio aos municípios.

– Prestígia e desprestígia com a sua graça e desgraça de Persona Grata e Ingrata os Partidos que o apoiaram nas eleições e os que se lhe

88. *Diário de São Paulo*, de 01/11/1957.

89. *Idem*.

aderiram ao sabor de suas conveniências políticas, com evidente subserviência.

– Nomeia e exonera secretários de Estado assim como quem muda de indumentária consoante as mutações climáticas, queimando-os e os lançando ao ostracismo político.

– Reconcilia-se com os inimigos em conlúios e conúbios solertes para mais facilmente devorá-los em tempo hábil, quando as suas toxinas neutralizadas não mais o prejudiquem.

– De mãos postas em beatitude santificante, em preces, para fagocitar os eventuais inimigos, inspira piedade e revela mansuetude de sentimentos humanos, para efeitos fantasmagóricos e demagógicos impressionistas dos crédulos, ao mesmo tempo que demite em massa os funcionários e nomeia uma avalanche de favoritos sem concurso.

– Chora e ri ante uma tragédia que constitui calamidade pública, chora e ri por dentro, num ritus facial que desperta ansiedade.

De complexa textura moral a sua psicologia resiste à mais rigorosa psicanálise dos que se aventuram, temerariamente, a estudá-lo e interpretá-lo.

Mas, repito, só eu conheço o Jânio, sei senti-lo e interpretá-lo na sua dramática comicidade.

Salve êle!”⁹⁰.

O deputado Gabriel Quadros, em um texto altamente mordaz, não só criticava a atuação de Jânio Quadros enquanto governador, mas apontava a ambigüidade e a falsidade em suas atitudes e em sua prática governamental. Logo após a publicação desse texto, acusou o filho de “persegui-lo desumanamente, através de diversas autoridades policiais, para interná-lo como insano mental num manicômio”⁹¹.

A relação entre Jânio Quadros e seu pai foi tremendamente complicada e conflituosa, pois, além das críticas políticas, envolvia questões familiares. Porém, um acontecimento trágico precipitou a morte de Gabriel Quadros, relatada em detalhes por João Mellão Neto, informado do ocorrido pelo seu pai, amigo pessoal de Jânio Quadros: “O Gabriel Quadros gostava de ter aventuras amorosas, ele tinha várias, e o incidente ocorreu justamente com o marido de uma mulher que ele saía. Um dia o Gabriel pegou dois capangas – ele era deputado estadual – pegou dois seguranças da Assembléia, instigado pela esposa do

90. *O Dia*, de 18/04/1956.

91. *O Estado de S. Paulo*, de 04/05/1956.

fulano, que estava se separando na época, e simplesmente seqüestrou os filhos dela, que estavam sob a guarda do pai. Ele entrou pela casa do cidadão com os dois seguranças, tomou as crianças à força, e o tal cidadão simplesmente pegou o revólver e fuzilou ele. Naquela altura, o Governador foi chamado antes da imprensa e avisaram que havia acontecido um incidente e que seu pai foi assassinado. O Jânio compareceu ao local, isto o meu pai documentava na época, que foi junto, inclusive, ouviu a história de ambas as partes. A imprensa não estava sabendo, ele ouviu os seguranças, o assassino e todo mundo concluiu que o errado era o pai dele”⁹².

O caso policial que envolveu Gabriel Quadros foi abafado. O cidadão que matou o pai do governador foi absolvido do crime, ocorrido no dia 18 de maio de 1957.

Até o final de seu mandato, o relacionamento de Jânio Quadros com a Assembléia foi tumultuado⁹³. Jânio Quadros não conseguiu governar com maioria parlamentar, mas, na realidade, o que se pode perceber é que ele não queria negociar com a Assembléia. A idéia de governar em parceria com o Poder Legislativo não foi pensada e muitas vezes foi negada e ignorada por Jânio Quadros, que sempre apelou diretamente ao povo nas ocasiões mais difíceis, quando precisava obter algum respaldo popular.

c) Relacionamento com a Sociedade Civil

O fato mais importante que aconteceu durante a gestão de Jânio Quadros no governo estadual foi a greve de 1957, desencadeada entre os meses de setembro e outubro⁹⁴, envolvendo 400 mil trabalhadores, comandados pelo PUI (Pacto de Unidade Intersindical), criado em 1953.

O objetivo da greve era conseguir um aumento correspondente ao índice do custo de vida e à inflação ocorrida naquele período. A partir de 1956, com a criação do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), os trabalhadores passaram a

92. Entrevista com João Mellão Neto, 12/10/1989.

93. Na Câmara Municipal, a situação era outra, tanto que em 2 de janeiro de 1958 Jânio Quadros recebeu o título de “Cidadão Paulistano” em reconhecimento pelo excelente trabalho que desenvolveu para a cidade de São Paulo.

94. LEITE, Márcia de Paula. “Trabalhadores, sindicatos e partidos: a greve de 1957 em São Paulo”. São Paulo, CEDEC, 1985, mimeo.

contar com uma organização própria: “Pela primeira vez, embora partindo de um estudo não decorrente de uma pesquisa de padrão, os sindicatos fundamentavam suas campanhas salariais em trabalhos técnicos a cargo de um órgão criado e mantido por eles mesmos”⁹⁵.

Em 1957 esse grupo estava mais consolidado e, portanto, em melhores condições de negociar com as autoridades públicas, pois, agora, os trabalhadores detinham dados de custo de vida, coletados pelo DIEESE, que se contrapunham aos dados oficiais. O comando de greve contou com a presença de quatro janistas, três comunistas e três petebistas. Salvador Lossaco, ligado ao PTB, foi um dos articuladores mais importantes dessa greve, participando do PUI, do DIEESE e comandando o Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo.

Nesse ano, o custo de vida divulgado pela Prefeitura de São Paulo tinha sido de 13%, enquanto o DIEESE, para o período em questão, apresentava um índice de 31,6%. Várias reuniões foram realizadas na Delegacia Regional do Trabalho para discutir a disparidade dos dados, provocando a vinda do ministro do Trabalho, Parsifal Barroso, do PTB, com o objetivo de exercer o papel de mediador no conflito.

Após uma série de confrontos entre os dados do índice do custo de vida, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho concedeu um reajuste de 32% para as categorias envolvidas nessa greve, acatando e legitimando o índice divulgado pelo DIEESE.

Porphírio da Paz, vice-governador, como visto anteriormente, se envolveu pessoalmente com a greve, enquanto Jânio Quadros mantinha uma distância em relação ao conflito, pois, além de governador, possuía membros janistas no sindicalismo paulista, como Dante Pelacani, do Sindicato dos Metalúrgicos, e Nelson Rustici, dos Têxteis, que o apoiavam mas participavam da greve.

Com relação à greve de 1957, Jânio Quadros “limitou-se a colocar o serviço assistencial do palácio à disposição daqueles que dele necessitassem. Mais adiante, foi obrigado a envolver a polícia no caso, pois Kubitschek ameaçava intervir em São Paulo”⁹⁶.

A estratégia do grupo ligado a Jânio Quadros era quebrar a presença do PTB no movimento sindical, tanto que, antes de outubro de 1958, Carvalho Pinto e Paulo Marzagão, secretário do Trabalho de seu governo, procuraram estabelecer contatos diretos com os trabalhadores

95. CHAIA, Miguel W. “Conhecimento e organização sindical — A trajetória do DIEESE”. São Paulo, USP, 1988. Tese de doutorado, p. 88.

96. PELEGRINI, Maria Virgínia. “O PTB em São Paulo...”. *Op. cit.*, p. 98.

não identificados com o PTB. Essa atuação permitiu a Jânio Quadros incorporar muitos líderes sindicais que fundaram, a partir desses contatos, o Movimento de Renovação Sindical, em 29 de agosto de 1958, que se definia como um movimento desvinculado das grandes correntes do movimento sindical.

Esse grupo, identificado pelo MRS, não queria a interferência do Estado no movimento sindical, posicionava-se favorável ao sistema de contratos coletivos e à extinção do imposto sindical e defendia o pluralismo, a liberdade e a autonomia sindical.

Nesse período de greves e manifestações, Jânio Quadros manteve a mesma posição que orientou os seus mandatos parlamentares e a sua gestão na Prefeitura, ou seja, em todos os bilhetes encaminhados ao secretário de Segurança defendia o princípio da liberdade de manifestação, porém demonstrava sua preocupação com a possibilidade de que nesses movimentos se infiltrassem desordeiros que pudessem provocar situações perigosas à ordem pública. Uma dessas manifestações foi organizada para protestar contra o alto custo de vida, porém, para que a passeata pudesse se realizar, seus organizadores deveriam requerer permissão ao secretário de Segurança. Jânio Quadros, ao tomar conhecimento dos objetivos da passeata, enviou um bilhete ao seu secretário alertando: "Requerida a licença, concedê-la, mantendo a mesma passeata, rigorosamente, dentro do itinerário indicado no requerimento.

Policiar a manifestação, de sorte a ser evitada a infiltração de desordeiros. Na hipótese de não ser requerida, não a permitir. É a lei"⁹⁷.

Após a solicitação da licença para realizarem a passeata e a sua concessão, Jânio Quadros enviou outro bilhete, enfatizando que a passeata deveria ser acompanhada por elementos da Guarda Civil, "evitando, com o máximo rigor, a infiltração de marginais ou desordeiros"⁹⁸.

A preocupação com a manutenção da ordem é uma constante nas gestões de Jânio Quadros. Tudo o que escapasse do controle, do permitido e do previsível deveria ser proibido e reprimido. Na sua gestão, a liberdade de imprensa foi respeitada até o momento em que esta começou a criticar sua atuação. Nesse período, eram freqüentes os atritos entre

97. PEREIRA, J., *Op. cit.*, p. 21.

98. *Idem*, *ibidem*, p. 22.

Jânio Quadros e a imprensa, a ponto de o governador instaurar cerca de sessenta processos contra jornalistas.

Logo que assumiu o governo do Estado, Jânio Quadros foi duramente criticado pelo jornalista Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, que propôs a criação de uma "Sociedade Protetora de Jânio Quadros": "Assim como existe a das crianças abandonadas, e a dos animais, isto é, a de apoio aos seres que não raciocinam, e que por isso não se podem defender, é indispensável que se constitua sem perda de tempo a Sociedade Protetora de Jânio Quadros. Não existe hoje, no país, natureza mais adequada para receber uma curatela. Ele tem horror a se governar.

Esse é um homem que não sabe o que faz, já que começa por não saber o que diz"⁹⁹.

Logo em seguida, o jornalista escreveu um editorial, chamando o governador de "mentiroso" e "embusteiro", e por isso também foi processado.

O grupo Folhas não escapou de ser processado pelo governador, pois um de seus repórteres, Armando Gimenez, escreveu uma reportagem sobre o "caso do contrabando", envolvendo o capitão Aderito Augusto Ramos e outras pessoas próximas ao Palácio. Embora o jornalista fosse processado por Jânio, que considerou a reportagem desonesta, acabou sendo absolvido pela Justiça, que não considerou a matéria injuriosa ou caluniadora. Mesmo assim, Jânio Quadros expulsou o jornalista do Palácio.

Em represália, as Folhas retiraram todos os jornalistas dos Campos Elíseos, até que o governador revogasse sua ordem de proibir a presença daquele jornalista. Acusaram o governador de ser antidemocrático e de ferir a liberdade de imprensa e a dignidade profissional dos jornalistas.

A resposta de Jânio Quadros ao ofício do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado de São Paulo, criticando a atitude do governador, foi a manutenção de sua posição, porém, mostrando-se receptível à entrada de outro profissional do grupo para cobrir as atividades do Palácio. Caso as Folhas não enviassem ninguém, o grupo ficaria dois anos fora do Palácio Campos Elíseos.

Como o grupo não enviou nenhum outro jornalista, o governador, em represália a essa decisão e às críticas do Sindicato, determinou que

99. *Diário de São Paulo*, de 09/02/1954.

os jornalistas credenciados pelo Palácio se retirassem. A sala da imprensa, durante um certo período, foi fechada e transformada em uma seção para receber “queixas e reclamações do povo”¹⁰⁰.

Depois desse confronto, Jânio Quadros permitiu a volta de outros jornalistas, com exceção do grupo Folhas, mas resolveu “disciplinar” a atividade dos jornalistas, o que na prática significava tolher a liberdade de imprensa e censurar matérias consideradas ofensivas à sua pessoa.

Um dado importante nesse período foi o fortalecimento de um *staff* administrativo responsável pelas articulações entre Jânio Quadros e o governo federal, a sociedade civil, e particularmente o movimento sindical. Foi esse grupo, formado por Castilho Cabral, Carvalho Pinto, Jair de Carvalho Monteiro e outros, que negociava com as várias instâncias da sociedade brasileira, cabendo a última palavra ao próprio Jânio Quadros.

Ainda como governador, Jânio Quadros foi lançado candidato a deputado federal pelo PTB do Paraná. As eleições se realizaram em outubro de 1958 e Jânio foi eleito com 78.810 votos, sendo o deputado mais votado desse Estado, porém nunca exerceu o seu mandato.

Ainda no ano de 1958, ao ser perguntado se pretendia se candidatar à Presidência da República em 1960, Jânio Quadros respondeu: “Não estou certo de coisa alguma. Digo isto com a mais marcada sinceridade. Quanto mais tenho subido na vida, mais cresce em mim o temor de Deus. O que ele quiser far-se-á”¹⁰¹.

Poucos meses depois, a pergunta se repetiu e Jânio respondeu: “Sou! Sou candidato à Presidência da Nação! Senti que esse é o desejo do povo. Nas minhas andanças pelo Estado, sempre que me referi a esse assunto senti a vibração do povo. São Paulo reivindica para si a direção da República”¹⁰².

Uma nova etapa do caminho de Jânio Quadros para alcançar o mais alto cargo político da nação estava se delineando.

100. Folha da Manhã, de 12/12/1956.

101. O Estado de S. Paulo, de 11/06/1958.

102. A Gazeta, de 08/10/1958.

Capítulo 5

Presidência da República do Brasil (fevereiro a agosto/1961)

5.1 Do Governo do Estado de São Paulo para a Presidência da República do Brasil

Logo após ter passado o cargo do governo do Estado de São Paulo para seu sucessor Carvalho Pinto, no dia 31 de janeiro de 1959, Jânio Quadros viajou durante seis meses, percorrendo vários países. Entretanto, mesmo ausente do Brasil, manteve contatos diretos com seu *staff* administrativo, que ficou encarregado de articular o lançamento de sua candidatura para a Presidência da República.

Para realizar a intermediação entre Jânio Quadros e alguns partidos políticos nacionais, foram designados Oscar Pedrosa D’Horta, Emílio Carlos, Lino de Matos, Hélio Muniz, Augusto Marzagão, Castilho Cabral e Quintanilha Ribeiro. O encontro desse grupo aconteceu na residência de Castilho Cabral, sendo que em seu depoimento aparecem as palavras ditas por Jânio Quadros: “Não se espante com a invasão. Não vim apenas gozar de sua hospitalidade. Vim publicar o ‘estado maior’: vocês resolverão por mim enquanto estiver no estrangeiro, e a você (Castilho Cabral) cabe a maior parte do trabalho porque mora aqui no Rio, que é o centro”¹.

1. CABRAL, Castilho. Tempos de Jânio e outros tempos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962, p. 140.

Um dos integrantes desse grupo, Lino de Matos, era antigo pespista e ligado diretamente a Adhemar de Barros. Entretanto, rompeu com o partido devido aos obstáculos criados pelo líder do PSP, a fim de que Lino de Matos não disputasse o governo do Estado em 1958. Na realidade, quem concorreu às eleições naquele período foi o próprio Adhemar. No final da campanha eleitoral, Lino de Matos ficou insatisfeito com seu antigo partido e, vendo maiores oportunidades para ampliar o seu espaço político, engajou-se no movimento janista. As divergências existentes entre Jânio Quadros e Lino de Matos foram esquecidas, passando os dois a serem aliados políticos, com um inimigo em comum: Adhemar de Barros.

Jânio Quadros, depois de confiar sua candidatura e os contatos ao seu grupo político, embarcou em um navio de bandeira holandesa denominado *Tjitjalengka*, em 3 de março de 1959. A rota da viagem incluía a América do Sul, passando pelo Extremo Oriente, via África do Sul.

O jornalista Murilo Marroquim, do *Diário de São Paulo*, acompanhou-o em toda a sua viagem, relatando os contatos que Jânio Quadros fazia durante sua permanência fora do Brasil. Além disso, manteve longas conversas com o ex-governador, obtendo, dessa forma, algumas informações sobre as propostas de governo. Uma das manchetes de sua reportagem estampava o seguinte: “Não querendo agravar nas ruas o problema da sucessão decidi viajar para o Japão”.

Nessa reportagem, Jânio Quadros afirmou que não era, necessariamente, candidato, apesar de que todos conheciam seu interesse político em sê-lo, uma vez que havia deixado no Brasil um esquema montado para a efetivação de sua candidatura. Entretanto, na entrevista, Jânio argumenta que ainda não era candidato, alegando questões pessoais: “Terminei meu mandato fisicamente exausto. Não acredito que, em toda a história de São Paulo, outro governo tenha experimentado um quadriênio tão perturbado como o que vivi. Quadriênio de pesadelo, no qual vivi, dia a dia, preso de todas as apreensões e angústias. A administração sofria com a ordem política, social e econômica ameaçada”².

Em muitos momentos de sua carreira política, Jânio Quadros alegou cansaço, trabalho excessivo e abnegação pelo bem-estar do povo. Na realidade, a sua ausência do cenário político brasileiro era uma estratégia política, a fim de que as articulações fossem feitas pelo seu *staff*

2. *Diário de São Paulo*, de 23/04/1959.

administrativo. Com essa atitude, Jânio procurava preservar a sua imagem de político que não transigia e não negociava. Dessa forma, transferia, preliminarmente, a tarefa de negociação para os membros de seu *staff*, porém era Jânio Quadros quem os orientava em todas as suas ações.

Antes de embarcar para sua viagem, Jânio recomendou ao seu grupo político que realizasse um trabalho coletivo. Castilho Cabral relembra que, logo após as despedidas, o grupo dirigiu-se a São Paulo e, ainda no avião de Hélio Muniz, reuniu-se para decidir o que cada um dos envolvidos no “estado-maior” janista iria fazer. Cabral sugeriu a abertura de um escritório no Rio de Janeiro, a fim de que fossem feitas reuniões periódicas para o bom entrosamento do trabalho da equipe. Os paulistas Quintanilha Ribeiro e Oscar Pedroso D’Horta não acolheram bem a idéia de Cabral, demonstrando o desejo de preservarem sua autonomia e sugeriram que “cada um trabalha no seu setor, há muito tempo; de quando em vez nos encontraremos para trocar idéias”³.

Castilho Cabral, por sua vez, não gostou do arranjo feito entre eles, mas acabou acatando a decisão do grupo. A partir de um certo momento, o estado-maior janista dividiu-se, sendo que cada setor agia seguindo seu próprio caminho, na tentativa de encontrar bases partidárias que sustentassem a candidatura de Jânio Quadros para a Presidência da República.

Por volta de meados de 1959, os partidos políticos começaram a articular nomes para as eleições a serem realizadas em outubro de 1960. Portanto, com mais de um ano de antecedência, já se discutia os futuros candidatos para a sucessão de Juscelino Kubitschek. A UDN foi o primeiro partido a declarar, abertamente, que o candidato de sua preferência era Jânio Quadros, cabendo a ele, segundo Carlos Lacerda — o articulador de sua candidatura na UDN —, acolher ou não a indicação.

Carlos Lacerda considerava inevitável a vitória de Jânio Quadros nessas eleições e acreditava que a única maneira para a UDN alcançar o poder era apoiar a candidatura de Jânio para a Presidência. Lacerda admirava certas qualidades desse líder político, sendo que uma das mais elogiadas era o interesse que Jânio demonstrava com relação aos problemas públicos.

Entretanto, Carlos Lacerda havia rompido relações com Jânio Quadros durante o período em que este era o governador de São Paulo. Tal desavença originou-se por ocasião do inquérito instaurado para apurar irregularidades do empréstimo que o Banco do Brasil fez ao

3. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 148.

jornal a *Última Hora*, do jornalista Samuel Wainer. Segundo o relato de Lacerda, Jânio Quadros esteve no Rio de Janeiro nessa ocasião e conversou com ele, criticando Samuel Wainer e a maneira utilizada para fundar seu jornal. Carlos Lacerda, por sua vez, registrou as observações do então governador e as publicou no jornal *Tribuna da Imprensa*. Após a divulgação dessa matéria, Jânio Quadros negou que tivesse passado tais informações ao jornalista. Então, Lacerda, respondendo ao governador, chamou-o de mentiroso. Porém, segundo Lacerda, as divergências desse período foram esquecidas em prol da UDN.

Juraci Magalhães, político da Bahia e candidato natural da UDN desde 1956, resistiu um pouco em aceitar a indicação de Jânio Quadros, porém acabou cedendo às ponderações de Lacerda e desistiu, em um primeiro momento, de sua candidatura. A despeito disso, Juraci Magalhães não deixou de censurar Carlos Lacerda, afirmando que era “prematura a articulação, no momento, do nome de um elemento estranho às fileiras da UDN como candidato do Partido à Presidência da República”⁴.

O político mineiro Afonso Arinos de Mello Franco costumava dizer, nessa época, que Jânio Quadros era “a UDN, de porre”. Entretanto, apesar da resistência de alguns setores de seu partido, Lacerda continuou insistindo na idéia de que Jânio era o único caminho para a UDN chegar ao poder.

Alguns jornais, acolhendo a candidatura de Jânio Quadros, divulgavam: “Jânio é um mito. É o messias que o Brasil espera. É uma estrela tão famosa quanto Pelé ou Ângela Maria. E, diante dele, os partidos políticos ficam de cócoras”⁵.

A imagem de político diferente e não atrelado às estruturas partidárias, construída por Jânio e reafirmada pela imprensa, fez com que outros partidos políticos tentassem trazê-lo ao seio de suas agremiações. Embora pareça contraditório, esses partidos — apesar de acreditarem que não seriam, necessariamente, representados por Jânio Quadros — consideravam que sua vitória eleitoral estaria garantida e, como consequência, receberiam dividendos políticos de um eventual apoio à sua candidatura.

Carlos Lacerda, cada vez mais empenhado na candidatura de Jânio Quadros pela UDN, ressaltou suas qualidades: “O povo identifica,

no horror dos reacionários e dos gatunos a essa candidatura, assim como no combate que também lhe movem os comunistas e afins, em suma, quantos precisam que o povo continue na pobreza e na ignorância para poderem viver e prosperar, um motivo inabalavelmente poderoso para apoiá-la, para desejá-la, para lutar por ela com todas as suas forças. Povo, portanto, não falta ao Sr. Jânio Quadros. Faltam-lhe, ainda, dois elementos que compõem com esse terceiro, os fatores essenciais para que um candidato venha a ser Presidente: cobertura militar e instrumentos políticos”⁶.

Porém não era apenas a UDN que estava interessada em lançar o nome de Jânio Quadros para a Presidência. Emílio Carlos, líder do PTN, convocou uma Convenção de seu partido para o dia 21 de abril. Antes mesmo dessa data, o PTN divulgou um manifesto oficializando a candidatura de Jânio, em que afirmava as qualidades administrativas e morais do candidato, atribuindo-lhe o papel de grande administrador, desde sua gestão na Prefeitura até a de governo de São Paulo. A mensagem do manifesto afirmava: “Jânio vem aí! Porque os brasileiros o exigem”⁷.

Na Convenção do PTN, estavam presentes os líderes políticos Emílio Carlos, Nei Braga, Hamilton Nogueira, Lino Matos, bem como políticos de outros partidos. A candidatura de Jânio Quadros foi oficializada, permanecendo em aberto a Vice-Presidência da República, para possíveis coligações. Na ocasião, foram distribuídas as vassourinhas com o *slogan* “Jânio vem aí”, além de flâmulas, distintivos e cartazes.

Jânio Quadros recebeu a notícia do lançamento de sua candidatura, pelo PTN, a bordo do navio *Tjitjalengka*: “Recebo a notícia do lançamento de minha candidatura pelo PTN, sumamente honrado e com natural alegria da qual participa igualmente minha família. Se meu nome, com o apoio dos partidos e do povo brasileiro puder ser útil ao país, para a solução dos seus problemas fundamentais e de forma especial para o atendimento das reivindicações mais sentidas das populações trabalhadoras dos campos e das cidades, estou pronto a servi-lo com todas as minhas energias”⁸.

Já em abril de 1959, foi fundado no Rio de Janeiro o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), com o objetivo de desenvolver, nas ruas, a campanha de propaganda da candidatura de Jânio Quadros. Na reunião desse movimento, encontravam-se Silva Prado, o deputado Emílio Carlos,

4. VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, pp. 39-40.

5. P.N., de 16/02/1959.

6. *Tribuna da Imprensa*, de 16/02/1959.

7. Manifesto do PTN oficializando a candidatura de Jânio Quadros, de 03/03/1959.

8. *Diário de São Paulo*, de 26/04/1959.

o senador Lino Matos e o ex-deputado e ex-secretário do governo Jânio Quadros, Castilho Cabral. Esse movimento se organizou como uma estrutura extrapartidária, tendo como patrono Juarez Távora, além de contar com o apoio de políticos como Carvalho Pinto, João Dantas, diretor do *Diário de Notícias*, e Pedro Xavier de Araújo. Após muita resistência, Castilho Cabral acabou ocupando a Presidência do movimento, que era sediado no Rio de Janeiro, expandindo-se por vários estados, com a formação de comitês distritais e de bairro, em apoio à candidatura de Jânio. Castilho Cabral relatou que Quintanilha Ribeiro aconselhou-o a não aceitar a Presidência do movimento e, em face deste desacordo entre os dois políticos, o grupo considerado o “estado-maior” janista extinguiu-se, sendo que cada um de seus integrantes seguiu seu próprio caminho, tendo como ligação apenas o relacionamento dessas pessoas com Jânio Quadros.

A origem das desavenças entre Cabral e Quintanilha vem das vésperas da viagem de Jânio Quadros, quando o ex-governador deixou explícito que a última palavra nas decisões que envolvessem o seu nome caberia a Quintanilha. A partir desse momento, o grupo começou a se desentender, sendo que o próprio Jânio estimulava essas disputas internas, à medida que dava as mesmas ordens a vários de seus partidários. Essa estratégia era utilizada por Jânio Quadros com a finalidade de não perder o controle da situação política, mantendo dessa forma em suas mãos, com seu poder pessoal, o grupo que se identificava com sua liderança.

Castilho Cabral dirigiu o MPJQ numa sede provisória na rua da Quitanda, nº 30, transferindo-a, depois de algum tempo, para um prédio maior na avenida Almirante Barroso. Para financiar a campanha, o movimento criou o “Livro de Ouro” e começou a vender vassourinhas, selos, flâmulas, além de contar com a contribuição pessoal de cada membro para o fundo financeiro do movimento.

Apesar dessa divisão do grupo, Jânio Quadros continuou exercendo o seu poder pessoal sobre o mesmo, recebendo cartas, recortes de jornais e relatórios “de cada parada, Jânio mandava instruções a cada um dos companheiros, e nós alimentávamos a sua publicidade em todo o país”⁹.

Paralelamente ao lançamento da candidatura de Jânio Quadros, foi desenvolvida uma campanha, em alguns setores do PTB, para expulsá-lo do partido. Sergio Magalhães, deputado pelo PTB, criticou a possibilidade de Jânio sair candidato pela UDN e, caso este fato se concretizasse, considerava necessário Jânio ser afastado do PTB, argumentando

9. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 157.

da seguinte maneira: “Ao salientar que o sr. Jânio Quadros era um homem comprometido com o grupo que procurava evitar a posse dos eleitos, com os golpistas, com os adversários do 11 de novembro, o sr. Carlos Lacerda caracterizou a posição do sr. Jânio Quadros (...) líder inescrupuloso, que explora a má fé da pequena burguesia, descontente, insatisfeita e desorientada (...) reviviscência e, por isso mesmo caricatural, dos líderes fascistas”¹⁰.

O Partido Libertador também entrou para o rol daqueles que apoiavam a indicação de Jânio Quadros para a Presidência da República, homologando sua candidatura em uma Convenção realizada em julho, sob a presidência de Octávio Mangabeira e Raul Pilla.

Tanto a UDN como o PDC, antes de homologarem sua candidatura, enviaram seus programas partidários para que Jânio desse o seu parecer e, com esse intuito, foi submetido às “sabatinas” desses partidos.

Em uma entrevista ao jornalista Carlos Castello Branco¹¹, Jânio Quadros comentou a respeito dos doze itens programáticos que a UDN enviou para que ele examinasse. Com relação à reforma agrária, considerava fundamental realizá-la, pois, segundo ele, “cabe a nós, democratas, promovê-las ao longo da lei para que outros não a promovam acima da lei”; defendia a preservação da autonomia da extração de petróleo e acreditava que a PETROBRÁS deveria ser mantida, pois “Petróleo é soberania”; era favorável ao controle das emissões por parte do tesouro nacional, “O poder de emitir ad libitum não é democrático, mas ditatorial e não só avilta a vida econômica, mas também a política social”; posicionou-se a favor da criação de um Ministério da Presidência, no sentido de centralizar e unificar todas as atividades assistenciais do Estado; considerava a reforma no processo educacional essencial, afirmando que pretendia democratizá-lo e libertá-lo do controle do Estado; acreditava que “a autonomia e a liberdade dos sindicatos são condições para o verdadeiro sindicalismo”; pretendia alterar a política cambial, lembrando que Carvalho Pinto, seu ex-secretário e atual governador de São Paulo, conhecia o que Jânio pensava sobre o assunto; procuraria regulamentar a questão referente ao “abuso do poder econômico”; considerava necessário integrar o homem do campo na vida brasileira; acreditava que a boa política de preços seria estabelecida

10. *Correio da Manhã*, de 19/02/1959.

11. *O Cruzeiro*, de 11/06/1959.

quando houvesse uma boa ordem financeira; com relação às diferenciações entre os setores da economia brasileira, defendia a idéia de que “o que precisamos encontrar é o justo equilíbrio entre os interesses de nossa indústria e as necessidades vitais da nossa agricultura e pecuária”; considerava vital a ajuda financeira e técnica dos Estados Unidos, porém afirmava que não era contra nem a favor dos Estados Unidos, “mas a favor do Brasil e das nações centro e sul-americanas”.

Ainda nessa entrevista, comentou que Gamal Nasser, presidente do Egito, foi a figura política que mais o impressionou. Criticou também a situação política do Brasil onde, segundo sua avaliação, imperava uma crise da autoridade, a ineficácia da administração e a ausência do governo. No que diz respeito ao candidato a vice, reforçou a idéia de que não possuía preferências, cabendo aos partidos decidirem sobre esse assunto. Porém afirmou: “Penso que, como candidato, não tenho o problema eleitoral, mas tenho o político. Daí estender as mãos aos grandes partidos, dentre os quais se situa a UDN, com magnífico passado de lutas”¹².

Nessa entrevista, é possível observar algumas das posições políticas que Jânio Quadros defendia e que expressavam o ideário udenista. O aspecto mais relevante é com relação ao papel do Estado, considerado o agente político organizador da sociedade brasileira, principalmente na área econômico-financeira. Porém, nas áreas educacional e sindical, fez algumas ressalvas, defendendo a liberdade de atuação e o não-controle do Estado. Quanto à reforma agrária, considerava vital realizá-la sob a coordenação do Estado e segundo os trâmites permitidos pela lei. Revelou sua posição de equidistância em relação aos Estados Unidos e defendeu o estreitamento da amizade entre o Brasil e os países da América Latina.

O PDC também enviou um documento a Jânio Quadros em que expressava as idéias de seu partido, a fim de que ele analisasse o conteúdo e manifestasse suas opiniões a seu respeito. Após estudar o documento, Jânio Quadros relatou que suas posições se assemelhavam às do partido, citando alguns itens do programa do PDC: era também favorável a uma política de desenvolvimento, respeitando e promovendo a unidade da América Latina; considerava a reforma agrária como essencial no sentido de promover a justiça social e a fixação do homem ao campo e, como consequência da adoção dessa política agrária, haveria aumento da produção e da produtividade; acreditava que a reforma da estrutura da

12. *Idem*.

empresa deveria ser executada tendo como objetivo possibilitar a participação dos trabalhadores tanto na vida como nos resultados, era favorável à livre empresa; defendia a reforma na administração pública, tal como procedeu na Prefeitura e no governo do Estado; defendia o monopólio estatal do petróleo, pois considerava que o “Petróleo é soberania”; pretendia “servir o Brasil cristão e imortal”¹³.

A candidatura de Jânio Quadros foi homologada pelo PDC em sua Convenção Nacional, realizada no dia 18 de outubro de 1959. Porém, o apoio a essa candidatura não foi consenso dentro do partido. A seção paulista, liderada por Franco Montoro e Antonio Queiroz Filho, discordou da indicação, não comparecendo à Convenção. Entretanto, apesar desse fato, Jânio Quadros foi escolhido como candidato, e para vice-presidente o partido indicou Fernando Ferrari, dissidente do PTB e fundador do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), que foi condenado pela Convenção Nacional do PTB por ser considerado “ilegal e fator de discórdia a serviço das forças que se opõem à ascensão do trabalhismo”¹⁴.

Fernando Ferrari, como candidato a vice-presidente, fez uma campanha política utilizando-se de teses moralistas, em que seu *slogan* era o de ser um político de “mãos limpas”, sugerindo, assim, sua integridade, bem como o fato de não ser corrupto. O próprio PTB considerou que sua candidatura era benéfica a João Goulart, candidato a vice pelo PTB na chapa do marechal Henrique Lott, do PSD, à medida que dividiria o eleitorado udenista, favorecendo Goulart.

A indicação da candidatura de Jânio Quadros pela UDN não foi tão tranqüila como nos outros partidos. Existiam resistências, principalmente nos setores ligados a Juraci Magalhães. Carlos Lacerda, com o objetivo de concentrar forças nessa indicação, seguiu para Lisboa, no final de agosto, para resolver os últimos detalhes da candidatura de Jânio.

Ciente de que existiam problemas com relação à sua candidatura pela UDN, Jânio Quadros afirmou: “Eu quero um candidato udenista e único. O problema da escolha pertence ao partido”¹⁵; “Não tenho

13. O Estado de S. Paulo, de 07/07/1959.

14. BENEVIDES, Maria Victória. O PTB e o trabalhismo — Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo, CEDEC / Brasiliense, 1989, p. 66.

15. O Estado de S. Paulo, de 02/09/1959.

dúvidas que a UDN sairá unida de sua Convenção e que serci confirmado como candidato à Presidência pelo partido”¹⁶.

Nessa ocasião, Jânio manifestou ao seu *staff* administrativo sua preferência em ter, como companheiro de chapa, Juraci Magalhães. Era uma maneira de cooptar o político e neutralizar as resistências desses setores que se opunham à sua candidatura. Com esse objetivo, Castilho viajou, em setembro, para a Bahia a fim de conversar pessoalmente com Juraci Magalhães. Ao tomar conhecimento do propósito de Cabral, Carlos Lacerda enviou Raul Brunini para impedir que essa coligação se efetivasse, temendo perder o controle sobre o partido. Porém, os esforços janistas foram inúteis, pois Juraci Magalhães não desistiu de disputar na Convenção da UDN.

Alguns políticos do Nordeste exigiram que o vice de Jânio Quadros pela UDN fosse da região, e para contemplar esses setores foi escolhido Leandro Maciel, fazendeiro e político de Sergipe. Na avaliação de Carlos Lacerda, ele não tinha nada em comum com a candidatura de Jânio, uma vez que era um político representante da Velha República.

O retorno de Jânio Quadros ao Brasil aconteceu no dia 21 de setembro de 1959 e, a partir desse momento, iniciou efetivamente sua campanha presidencial.

No dia 8 de dezembro desse mesmo ano, foi realizada no Rio de Janeiro a Convenção da UDN, onde Jânio Quadros, apoiado por Carlos Lacerda, e Juraci Magalhães, candidato da oposição udenista, disputaram a indicação. Os partidários de Juraci colocaram cartazes no local da Convenção, com a mensagem: “A UDN não precisa de vassoura. Juraci é limpo”¹⁷. O clima no local era bastante tenso, tendo de um lado os lacerdistas e de outro, os adeptos de Juraci.

Antes de se encaminhar para a Convenção, Jânio Quadros informou a Afonso Arinos e Carlos Lacerda que não era mais candidato. Lacerda, compreendendo que Jânio não queria um vice imposto pela UDN, perguntou a ele se era a Vice-Presidência que o incomodava. Jânio Quadros, por sua vez, respondeu afirmativamente e Lacerda mostrou-lhe, então, que não precisaria assumir compromissos referentes à questão.

Essa conversa fez com que Jânio Quadros reavaliasse sua posição, encaminhando-se para o local da Convenção já como candidato

16. *Idem*, de 12/09/1959.

17. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 167.

vitorioso, onde derrotou Juraci Magalhães com 205 votos contra 85 do candidato da oposição udenista.

Após sua vitória na Convenção, Jânio Quadros pronunciou um discurso conhecido como “Creio e não Creio” explicitando opiniões políticas, de onde foram destacados alguns trechos: “Não creio nas concessões demagógicas (...) Não creio nos desmaios da Autoridade (...) Não creio na desordem administrativa (...) Não creio nas soluções centralizadoras (...) Não creio na indisciplina que desmancha a hierarquia e ofenda a estabilidade dos governos (...).

Creio, sim, no império da Constituição (...) Creio na autenticidade das Casas Legislativas (...) Creio na eficiência e na moralidade burocráticas (...) Creio no proletariado consciente (...) Creio na Pátria que se desenvolva harmônicamente, fraternalmente, sem a atitude bifronte do pai e do padrasto (...) Creio na livre empresa (...) Creio na defesa do nosso solo e, por isso, na Petrobrás, que é a sua melhor expressão (...) Creio na força incoercível do Povo, manifestação da onipotência Divina!

Aí têm no que eu creio, e no que descreio”¹⁸.

Porém, o conflito entre Jânio Quadros, a UDN e seu vice ainda se prolongou por algum tempo, trazendo maiores problemas, visto que o PDC também havia indicado um vice, Fernando Ferrari. Quando Jânio iniciou sua campanha política, percorrendo os estados e territórios brasileiros, chegou a convidar Fernando Ferrari para acompanhá-lo ao território do Acre. A UDN, no entanto, já havia confirmado a ida de Leandro Maciel nessa viagem com Jânio. Sentindo-se pressionado pela UDN, Jânio Quadros, após uma reunião com seu *staff* administrativo, na residência de Quintanilha Ribeiro, resolveu mais uma vez renunciar à sua candidatura. Para tanto, enviou cartas aos presidentes da UDN, do PDC, do PL e do PTN, explicando o motivo dessa decisão. Também justificou seu ato para o governador Carvalho Pinto. O teor da carta endereçada a Magalhães Pinto, presidente da UDN, em que explicava os motivos de sua renúncia é o seguinte:

“Sr. Presidente:

Nesta data renuncio à minha candidatura à Presidência da República. Não consegui, como é do conhecimento de V. Excia e da opinião pública reunir, em torno do meu nome, as diversas legendas e correntes políticas que procuram rumos para o País, com a unidade e a harmonia

18. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 168 — íntegra do discurso.

indispensáveis ao êxito de nossa jornada. Quero agradecer a V. Excia e à UDN o apoio que recebi em memorável Convenção, e este agradecimento é extensivo ao PL, ao PTN e ao PDC, que, também, adotaram meu nome.

Se, nesta fase, é difícil, assim, coordenar os esforços e somar os anseios dos homens de bem que militam nos vários partidos, impossível será governar no atendimento das reivindicações do povo, e das necessidades brasileiras.

Receba, Presidente, as expressões do meu respeito.

25/11/59

(a) Jânio Quadros¹⁹.

Os partidos da coligação e o presidente do MPJQ, Castilho Cabral, receberam com surpresa a renúncia de Jânio Quadros. A partir daquele momento, todos os envolvidos em sua candidatura se empenharam em reverter essa situação, porém Jânio havia desaparecido. Durante uma semana, não se tinha notícias do local em que ele havia se escondido e, para “liderar a volta de Jânio Quadros”²⁰, foi solicitada a presença de Carvalho Pinto.

O MPJQ fez um abaixo-assinado exigindo a volta de Jânio Quadros, colocando todo o seu pessoal nas ruas de São Paulo e Rio de Janeiro para coletar as assinaturas. Com isso, foi possível obter, em menos de uma semana, em torno de 360 mil assinaturas.

O PDC, por intermédio de seu presidente Queiroz Filho, afirmou que a candidatura contestada de Fernando Ferrari tinha, para o partido, o “objetivo de fortalecer a campanha e ampliar a base necessária à grande vitória”²¹. Queiroz, com tal pronunciamento, procurava justificar a opção do PDC por esse político.

Emílio Carlos, presidente do PTN, comentou que Jânio Quadros “gosta de publicidade e assume, às vezes, atitudes que têm o objetivo específico de chamar a atenção sobre si. Mas, desta vez, não se trata de publicidade. A situação é muito séria e grave”²². O líder do PTN comentou que o partido possuía cerca de 2 mil comitês que trabalhavam pela candidatura de Jânio Quadros.

19. O Estado de S. Paulo, de 26/11/1959.

20. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 173.

21. O Estado de S. Paulo, de 26/11/1959.

22. *Idem*.

Na Vila Maria, reduto janista, foram organizados em seus comitês locais listas e abaixo-assinados com apelos para que Jânio Quadros revogasse sua decisão. Também o Movimento Universitário Janista (MUJ) fez apelos nesse sentido.

Em uma entrevista, Adhemar de Barros, candidato à Presidência da República pelo PSP, ao ser indagado a respeito do que achava do gesto de Jânio Quadros, comentou ironicamente: “O problema é principalmente da UDN, que largou um candidato próprio, ‘prata da casa’, para apoiar gente de fora, estranha aos seus quadros partidários. Eu sou pelos partidos. Sou o único candidato à Presidência da República com partido, com programa (...)”²³.

O candidato à Vice-Presidência pela UDN, Leandro Maciel, chegou a manifestar na presença de Magalhães Pinto e de Jânio Quadros a disposição de retirar sua candidatura. Na sua opinião, a atitude de Jânio havia sido premeditada.

Fernando Ferrari, por sua vez, resolveu que disputaria a Vice-Presidência de modo independente, realizando sua campanha sozinho.

Carlos Lacerda considerou a renúncia de Jânio Quadros um protesto contra a política de conchavos e de barganhas, revelando que os udenistas haviam feito algumas exigências ao candidato: “... dois Ministérios, o da Fazenda e o da Viação; das carteiras do Banco do Brasil; o Instituto do Açúcar e do Alcool; a Comissão do Vale do São Francisco; a Sudene, o BNDE, o Dnocs, a presidência da Novacap e o Governo de Brasília.

Isso equivaleria a governar o País, mas o sr. Jânio Quadros mesmo disse que ‘não seria nunca um presidente caricato’”²⁴.

Em um programa de televisão, Carlos Lacerda faz um apelo ao renunciante: “Jânio, compreendo que você esteja satisfeito de haver recuperado a sua liberdade. Mas que liberdade? Contra a liberdade de sua filha, dos meus filhos, de todo povo?”²⁵.

Paralelamente às suas manifestações públicas, Lacerda fez várias tentativas no sentido de encontrar Jânio Quadros para conversar pessoalmente com ele e dissuadi-lo da renúncia. Quintanilha Ribeiro, procurado por Lacerda, não revelou o local onde se encontrava Jânio. Lacerda, revoltado com o suspense, ameaçou Quintanilha afirmando:

23. *Idem*, de 27/11/1959.

24. *Idem*, de 02/12/1959.

25. *Idem*, de 28/11/1959.

“Então está bem, Quintanilha. Amanhã vou para a televisão denunciar esse palhaço, esse charlatão, esse mentiroso. Vou acabar com esse mito. O resto será o que Deus quiser, mas isso não é possível. Não podemos botar um impostor desses na Presidência da República. Se ele começa assim, imagina como vai acabar”²⁶.

Entretanto, suas ameaças não surtiram efeito, ao contrário, só fizeram com que Quintanilha Ribeiro reafirmasse que havia prometido a Jânio que não informaria onde ele estava. Foi a filha de Jânio, Tutu Quadros, que entrou em contato com Lacerda, informando que seu pai encontrava-se na residência do empresário Selmi-Dei.

Carlos Lacerda, acompanhado por Napoleão Alencastro e João Dantas, dirigiu-se ao local indicado e, ao defrontar-se com Jânio Quadros, indagou-lhe sobre a renúncia, ao que este respondeu, nas palavras de Lacerda: “É, mas eu tenho motivos, Carlos. Primeiro, não aguento esses políticos, e as exigências que me fazem de antemão me fazem antever um governo terrível. Não posso me submeter a essa gente”²⁷.

Lacerda procurou argumentar dizendo que ele, Jânio, havia assumido compromissos apenas com o povo. Jânio, entretanto, afirmou que possuía outro motivo para desistir de sua candidatura, pois suspeitava que sua mulher, D. Eloá, estava com câncer e, dessa forma, não poderia ser candidato. Na realidade, sua mulher estava com uma inflamação na garganta. Lacerda percebeu que o grande problema era o vice de Jânio Quadros, Leandro Maciel e, diante desse fato, resolveu “cristianizar” o candidato a vice, escrevendo um artigo na *Tribuna da Imprensa*, em que criticava o político sergipano.

A UDN aceitou as condições de Jânio Quadros e este retomou sua candidatura no dia 5 de dezembro, mais livre de compromissos com o partido e, especialmente, com o Nordeste. Leandro Maciel, dizendo-se abandonado pelo partido, renunciou à sua candidatura em 25 de abril de 1960 e imediatamente a UDN escolheu, para substituí-lo, o político mineiro e ex-governador Milton Campos.

Por ocasião da rebelião da FAB em Araragarças (dezembro/1959) durante o governo de Juscelino Kubitschek, os militares revoltosos denunciaram infiltrações comunistas comandadas, segundo o manifesto do movimento, por Lott. Também levantaram suspeitas de que o presidente Juscelino havia feito acordo com grupos internacionais, negociando

26. LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978, p. 204.

27. *Idem*, *ibidem*, p. 205.

o nosso petróleo e a venda de minerais. Essa denúncia, segundo algumas afirmações, foi provocada pela renúncia de Jânio Quadros, pois militares identificados com sua candidatura, em um gesto de desespero, tomaram essa atitude, receosos com o possível resultado das eleições presidenciais, que favorecia a chapa Lott e Goulart, o que representaria uma volta ao passado getulista, abominado por esse grupo.

Jânio Quadros, depois de tomar ciência da posição dos militares que participaram desse movimento, procurou acalmá-los afirmando: “...agora os partidos que me apoiam estão trabalhando coordenadamente. Assim sendo propus-me a levar até o seu final a minha campanha à presidência”²⁸.

Ao mesmo tempo em que fez esse comentário sobre a ação conjunta dos partidos que o apoiam, Jânio Quadros, em uma entrevista na televisão do Rio de Janeiro, afirmava: “Não tenho com os partidos que me apoiam nenhuma espécie de compromisso. Não porque os tenha recusado, mas porque não me foram pedidos ou sequer sugeridos. As idéias que sustento e sustentarei na campanha são minhas. Há entre os partidos que me apoiam um ajuste quase completo quebrado por ligeiras discrepâncias”²⁹.

O PR, Partido Republicano, homologou a candidatura de Jânio Quadros em maio de 1960, contabilizando uma coligação de cinco partidos: UDN, PTN, PDC, PL e PR.

A candidatura de Jânio Quadros contou ainda com o apoio do Conselho Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), instituição ligada ao meio empresarial, que injetou recursos financeiros na campanha eleitoral do candidato. Outros grupos, citados por René Dreifuss³⁰, colaboraram financeiramente para a campanha de Jânio Quadros, dentre os quais encontravam-se os empresários ligados ao grupo dos Matarazzo, Votorantin, Moinho Santista, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Indústria Automobilística de São Paulo e a Federação das Associações Rurais.

Também colaboraram diretamente na campanha eleitoral os membros da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que vislumbravam na candidatura de Jânio a possibilidade de moralizar o país, acreditando no projeto do

28. *Correio Paulistano*, de 11/12/1959.

29. *O Estado de S. Paulo*, de 09/02/1960.

30. DREIFUSS, René Armans. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

candidato de privatização da sociedade brasileira, com o auxílio do capital estrangeiro.

Disputando também a Presidência estava Adhemar de Barros, o “eterno candidato”, concorrendo pelo PSP. O PSD tentou convencer Adhemar a retirar a sua candidatura a favor do marechal Henrique Lott, candidato da coligação PSD-PTB. Entretanto, o político paulista procurou negociar exatamente o contrário, pois queria que esses partidos apoiassem seu nome para a Presidência da República. Adhemar continuou candidato e, como resultado dessas pressões, surgiram movimentos “Ade-Jan”, que propunham a chapa de Adhemar e Jango como vice.

O *slogan* adotado por Adhemar em sua campanha foi “Homem da Terra”, privilegiando o fato de ele ser do interior. Também defendeu a valorização do homem do campo, o desenvolvimento e a modernização da agricultura e a reforma agrária. Outro item de seu programa era estabelecer uma política salarial justa, promovendo uma redistribuição maior de rendas para os municípios³¹.

O marechal Henrique Lott foi o candidato homologado oficialmente pela coligação PSD/PTB, após vários nomes vetados pelo presidente Juscelino Kubitschek³². A chapa Lott e João Goulart provocou uma disputa interna entre o PSD e o PTB. Os petebistas acusaram o PTB de invadir seus redutos eleitorais, promovendo uma “petebização” da candidatura do marechal Lott. O candidato assumiu uma postura nacionalista, desenvolvimentista e declarou-se abertamente anticomunista, apesar do apoio declarado do PCB para a sua candidatura. Para o PSD, Lott era considerado um elemento estranho ao partido e, na avaliação de Lacerda, “Lott incumbiu-se de se derrotar vertiginosamente. Cada vez que o Lott falava, era um desastre”³³.

A candidatura de Lott foi boicotada por alguns setores do PSD e do PTB, que se identificavam mais com as propostas governamentais de Jânio Quadros. Certos setores do PTB não simpatizavam com as posturas anticomunistas de Lott e criticavam sua política de se opor à reaproximação do Brasil com os países socialistas. Essas posições geraram discordâncias no debate eleitoral, à medida que o candidato da UDN defendia posturas mais avançadas na área da política externa do que o candidato da coligação PSD/PTB.

31. SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, 1982, pp. 95-96.

32. HIPOLITO, Lúcia. *PSD de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pp. 203-211.

33. LACERDA, Carlos. *Op. cit.*, p. 213.

Durante a campanha eleitoral, o PSD se dividiu em um setor dissidente de Minas Gerais, liderado por Carlos Luz, que manifestou seu apoio a Jânio Quadros. No Rio Grande do Sul, Jânio contou com o apoio da “Frente Democrática Gaúcha”, formada pela UDN, PSD e PL, que se opunha à ligação do PTB e do PSD ao getulismo. O próprio presidente Juscelino não se empenhou na campanha de seu candidato, manifestando apenas um apoio formal a Lott.

João Goulart, descrente da vitória de Lott, estimulou a formação de comitês que promovessem a aliança com Jânio Quadros, tentando assegurar, com essa atitude, sua vitória pessoal. Dante Pelacani, dissidente do PTB paulista e presidente da Federação Nacional dos Gráficos, idealizou a criação do “Movimento Jan-Jan”, que se expandiu principalmente no seio do movimento sindical. Jânio Quadros também se mostrou favorável à criação desses comitês, por acreditar que poderia obter proveitos eleitorais com essa aliança.

Ivete Vargas, líder do PTB paulista, considerou esses petebistas traidores e ameaçou expulsá-los do partido. Dos seis deputados petebistas na Assembléia Legislativa de São Paulo, três se declararam “comprometidos com o eleitorado janista”, dentre os quais encontravam-se Benedito Matarazzo, Anibal Haman e André Nunes Filho.

O Movimento de Renovação Sindical (MRS) fundou o Comitê dos Trabalhadores Independentes, deixando claro, em seus boletins, sua preferência pela candidatura de Jânio Quadros e de seu vice Milton Campos. Nesse boletim, manifestaram seu repúdio à candidatura de João Goulart e criticaram o Movimento Jan-Jan: “Por que Jango não pode ser o vice-presidente com Jânio? Jânio é pela liberdade e autonomia sindical. Jango é protetor dos pelegos do Imposto Sindical e do Fundo Sindical. Jânio é pela moralização dos Institutos de Previdência; Jango usa os Institutos como meio de corrupção política, com dinheiro dos trabalhadores. Jânio representa a renovação dos métodos políticos-administrativos do País; Jango representa a conservação da podridão administrativa que está corroendo as energias da Nação. Foi contra homens do tipo de Jango que o povo e os trabalhadores empunharam a vassoura de Jânio Quadros. A 3 de outubro vassoura nele, votando em Jânio e Milton”³⁴.

O MRS defendia o pluralismo sindical, a liberdade e a autonomia sindical e era financiado por empresários paulistas, que estavam interessados

34. PELLEGRINI, Virgínia Maria Cristina. “O PTB em São Paulo - 1945-1964”. São Paulo, PUC-SP, 1989. Tese de Mestrado.

em negociar diretamente com os trabalhadores, sem a mediação do ministro do Trabalho. O movimento, como vimos anteriormente, defendia o fim do imposto sindical e colocava-se a favor do sistema de contratos coletivos, sem a interferência do Estado.

A candidatura de Jânio Quadros recebia o apoio dos cinco partidos que homologavam sua candidatura, de uma organização supra-partidária — o Movimento Popular Jânio Quadros —, da dissidência do PTB e do PSD, da organização do Movimento Jan-Jan e do Movimento de Renovação Sindical. Além do apoio dessas organizações políticas, Jânio obteve a adesão dos empresários nacionais e representantes do capital estrangeiro, dos militares ligados à Escola Superior de Guerra, de membros do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, bem como o apoio popular.

É com essa força eleitoral que Jânio Quadros entrou na campanha, disputando votos com Adhemar de Barros e com o marechal Henrique Lott. A grande novidade foi que a disputa não se limitou à Presidência da República, pois o embate eleitoral também abrangeu os três candidatos à Vice-Presidência: Milton Campos, Fernando Ferrari e João Goulart.

5.1.1 Campanha Eleitoral

A campanha eleitoral de Jânio Quadros começou já a partir do momento em que zarpou para sua viagem ao redor do mundo, mantendo-se sempre em contato com seu *staff* administrativo, transmitindo ao grupo novas formas de atuar, à medida que recebia as notícias do Brasil. Ele nunca perdeu o controle da situação política de sua equipe que, embora dividida, unia-se em torno da figura de Jânio Quadros.

Todos os seus passos foram relatados pelo jornalista Murilo Marroquim, do grupo dos “Associados”. Mediante conversas particulares com o jornalista, emitia opiniões sobre a política internacional e sobre os problemas que afetavam a realidade brasileira. Todas as impressões da viagem de Jânio eram divulgadas pela imprensa, utilizada como um instrumento de sua campanha eleitoral.

Esta viagem foi muito criticada por seus opositores, que o acusaram de ter enriquecido e de ter se vendido a alguns empresários financiadores de sua campanha. Para rebater essas críticas, Oscar Pedrosa D’Horta, seu ex-secretário da Justiça e atual articulador de sua candidatura, concedeu uma entrevista a um canal de televisão, afirmando que a viagem havia sido financiada por conta própria, bem como pelos convites oficiais que recebera dos países que visitou. Na realidade, um

dos empresários que financiou sua viagem foi Roberto Selmi-Dei, ligado ao empresariado paulista.

Jânio Quadros foi convidado, na qualidade de candidato à Presidência da República, a visitar a União Soviética e, nessa ocasião, manifestou-se favorável ao reatamento das relações diplomáticas com esse país: “Vou à URSS atendendo a um convite de seu governo. Parto sem preconceitos, sem partidarismos. Quero conhecer o formidável progresso cultural e econômico dos soviéticos, e visitar os seus centros culturais e fabris. No mundo cada vez menor em que vivemos, não pode a civilização brasileira ignorar o aparecimento de novas fórmulas político-sociais, assim como a obra que realizam”³⁵.

Ao mesmo tempo em que defendia o reatamento das relações diplomáticas com a URSS e com outros países socialistas, Jânio Quadros reafirmava sua aversão ao comunismo, alertando: “O Comunismo não exerce grande atuação sobre os brasileiros, pois é contra o seu caráter. Os brasileiros são cristãos e amam a liberdade”³⁶.

Também desqualificava e negava o apoio de comunistas à sua candidatura por considerá-los “mercadores internacionais da ignorância e da miséria, que afligiam muitos dos nossos patrícios”³⁷.

A partir dessas considerações, é possível afirmar que existia uma diferença básica entre o discurso de Jânio Quadros com relação à política externa, de aproximação ao bloco socialista, e sua versão interna, de condenação dos comunistas, considerados “mercadores da miséria” do povo.

A volta de Jânio Quadros ao Brasil provocou, segundo Castilho Cabral, um “desentendimento do MPJQ com o chamado grupo de S. Paulo, que se opunha terminantemente a que promovêssemos manifestação popular no cais do Rio, a pretexto de que poderíamos, com um fracasso empanar o brilho da recepção em Santos, que estava sendo preparada em grande estilo”³⁸.

Para Castilho Cabral, o “grupo de São Paulo” queria estadualizar a candidatura nacional de Jânio Quadros. Entretanto, a despeito dessa resistência, os membros do MPJQ resolveram realizar uma manifestação em apoio à candidatura de Jânio Quadros, na praça Mauá, local próximo da parada do navio que o transportaria para o porto de Santos.

35. O Estado de S. Paulo, de 29/07/1959.

36. Idem, de 14/06/1959.

37. Idem, de 22/04/1950.

38. CABRAL, Castilho. Op. cit., p. 164.

Quando Jânio Quadros chegou ao Rio, Castilho Cabral e seu grupo tiveram que insistir muito para conseguir levá-lo ao local da manifestação. O evento, segundo Cabral, foi um sucesso, provocando o agravamento das divergências entre o *staff* administrativo de Jânio Quadros.

Na viagem para Santos, Jânio foi acompanhado, a bordo do navio *Fredericco*, pelos seus companheiros do Rio de Janeiro Carlos Lacerda e Castilho Cabral, além de Emílio Carlos, Lino Matos, Quintanilha Ribeiro e Oscar Pedroso D’Horta.

No desembarque, recepcionado por Saulo Ramos e Athiê Cury, Jânio Quadros foi ovacionado por 8 mil pessoas que portavam faixas saudando o candidato. Jânio subiu no carro de bombeiros decorado com as cores da bandeira brasileira e, na sua passagem pela Ponta da Praia e pelas ruas centrais de Santos, foi saudado por cerca de 40 mil santistas, segundo dados da imprensa noticiados na época.

A recepção não se limitou às ruas de Santos, dezenas de lanchas acompanharam o navio em que Jânio Quadros chegou, saudando-o com fogos de artifício.

No seu discurso em Santos, Jânio comentou o significado de sua candidatura: “Nascemos no seio do povo e com o povo caminhamos, levados pela sua mão, que só é menor do que a de Deus. O povo nos apanhou e conduziu-nos pela vida pública, de êxito a êxito, de vitória à vitória, de triunfo a triunfo, em uma marcha apoteótica sem paralelo”³⁹.

Também na cidade de São Paulo, a população paulistana acompanhou a chegada de Jânio pelas ruas, o que causou o comentário irônico de Castilho Cabral: “O grupo de S. Paulo marcava, também, o seu tento, e no bom estilo Pelé!”⁴⁰.

A disputa pelo espaço político e para maior proximidade com o líder Jânio Quadros continuou em toda campanha política, até que, em um determinado momento, o próprio candidato perdeu o controle sobre seus comandados e sobre os partidos políticos que o apoiavam. Tal situação refere-se ao episódio da Vice-Presidência, que culminou com a renúncia de Jânio à sua candidatura à Presidência da República. Depois desse acontecimento, Jânio Quadros conseguiu retomar o controle político, reafirmando a sua independência em face dos partidos e os membros que o apoiavam.

39. *O Estado de S. Paulo*, de 23/09/1959.

40. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 166.

A partir dessas condições criadas pela conduta de Jânio Quadros, organizou-se a Comissão Executiva Nacional Interpartidária, formada por membros dos partidos coligados e com a participação do MPJQ. Porém, os desentendimentos entre os partidos e o MPJQ continuaram a acontecer, principalmente no transcorrer da campanha e das viagens empreendidas pelo candidato. Segundo um jornal carioca, a disputa entre os janistas e os partidos que o apoiavam se acirrou: “Não contentes com essa briga, os janistas insuflaram à margem dos partidos a criação de uns comitês populares, que, ao que se indica, são as células prestigiosas da campanha, com o Sr. Castilho Cabral, emissário inspirado, a articular fora das agremiações partidárias os que queriam apoiar, sem intermediários, o candidato que detesta os partidos. Os comitês populares do Sr. Castilho já têm dado o que fazer à UDN e serão ainda focos de muita surpresa e descontentamento no correr da campanha”⁴¹.

Do ponto de vista de Castilho Cabral, foi o MPJQ que tomou a iniciativa de, efetivamente, organizar a campanha eleitoral de Jânio Quadros, ocupando o espaço dos partidos políticos coligados. O caráter extrapartidário caracterizava o MPJQ e foi devido a isso que Cabral considerou que a campanha havia deslanchado: “A onda janista, o Jânio vem aí...” começa a rolar por todo o Brasil, enquanto os Partidos se debatiam nas suas contradições e indecisões”⁴².

Jânio Quadros viajou para vários Estados e cidades do país, sendo recebido com festas e homenagens. Em Porto Alegre, foi recepcionado por 2 mil pessoas e acompanhado por um cortejo com quinhentos veículos pelas ruas da capital gaúcha. Nessa ocasião, foi divulgado um “Manifesto de Gerais e Coronéis Gaúchos”, dirigido para as Forças Armadas e para as milícias estaduais, em que declaravam abertamente seu apoio à candidatura de Jânio Quadros. A seguir, apresentam-se os trechos mais significativos do manifesto: “Apoiamos Jânio Quadros porque queremos um Brasil forte e soberano, livre e democrata. Apoiamos Jânio Quadros porque desejamos uma Pátria varrida de fraude, do roubo e da corrupção (...)

Reconhecemos no Exmo. Sr. Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott os característicos de um profissional completo, mas no Sr. Jânio Quadros os de um invulgar estadista e administrador”⁴³.

41. *Diário Carioca*, de 19/01/1960.

42. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 156.

43. *O Estado de S. Paulo*, de 30/12/1959.

O manifesto foi assinado por treze coronéis, entre eles, Adroaldo Argeu Alves, Celso Mena Barreto, Amarílio Osório, Walter de Andrade, brigadeiro Abel Veríssimo de Azambuja, Martin Cassal Brun e Rinaldo Pereira Câmara.

Foi introduzido, na campanha janista, um novo símbolo, que era um enorme garrafão ladeado por duas vassouras, conhecido pelo nome de “garrafão da esperança”, com o objetivo de angariar recursos para a campanha de Jânio. Esses garrafões foram distribuídos em vários pontos das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, mas ficaram pouco tempo nas ruas de São Paulo, pois a Secretaria de Higiene da Prefeitura lacrou-os, sob a alegação de que estavam atrapalhando o passeio público, infligindo a lei municipal.

Uma fábrica de sabonetes ofereceu uma pequena quantidade desse produto com uma vassoura impressa. Segundo alguns jornais que apoiavam essa candidatura, como o *Mundo Ilustrado*, tal fato atestava a pobreza da campanha e do candidato. Entretanto, na realidade, essa foi a imagem construída tanto pelo grupo organizador da campanha como pelo candidato. Sobre esse assunto, Jânio Quadros afirmou que a origem dos recursos de sua campanha eram: “colhidos com grande dificuldade, decorrem de contribuições populares feitas com espontaneidade por todas as camadas sociais, embora modestas no seu valor monetário. Nunca houve, em toda a história da República, candidato que recebesse das multidões apoio tão espontâneo. Assim, aparecem cartazes, faixas, gravações, medalhas, distintivos, bonecos e não sei o que mais em cada Estado e quase diria em cada município”⁴⁴.

A campanha política de Jânio, como estratégia de seus articuladores, pretendia parecer pobre, porém, os grandes financiadores de sua campanha foram os empresários nacionais ligados às empresas multinacionais. Foi com esse objetivo que Carlos Koehle, concessionário da Volkswagen em Taubaté, colocou à disposição do MPJQ uma perua Kombi, pintada com o nome de Jânio Quadros e com o escudo do movimento.

Posteriormente, as peruas começaram a substituir as “lambretas” utilizadas pelos estudantes chefiados por Antônio Leopoldino, que percorriam as ruas do Rio de Janeiro fazendo a campanha de Jânio. Segundo depoimento de Leopoldino a Castilho Cabral, a equipe liderada por ele percorreu o Brasil em quinze peruas Rural Willys: “Os estudantes do

44. *Idem*, de 30/08/1960.

PMJQ, já conhecidos como ‘os malucos cívicos’, os ‘Kobras’ com uma Rural toda pintada de Jânio, assombram pela mobilidade, rodam estradas e recebem Jânio, que viaja de avião, em quase todas as cidades do roteiro, espalhando pelos barracos, pelas pedras, pelos tapumes a inscrição ‘Jânio. MPJQ-RJ’, com a vassoura, que ao fim da campanha enchia as estradas do Brasil, da fronteira da Bahia, Brasília, São Paulo, até a divisa do Uruguai, nesta escrita por Antonio Leopoldino, Mansur e Antunes, um ‘saludo de Jânio a los hermanos uruguayos’⁴⁵.

A música composta para a campanha de Jânio Quadros tornou-se a marca de seu programa de governo, propondo, dentre os vários itens, a questão da moralização administrativa:

“Varre, varre vassourinha
Varre, varre a bandalheira
E o povo já está cansado
De sofrer dessa maneira
Jânio Quadros esperança
Desse povo abandonado”.

Jânio Quadros recebeu também apoio de alguns dirigentes das Ligas Camponesas. Francisco Julião, do PSB, não se empenhou na candidatura do marechal Lott, mas apoiou-a apenas porque seu partido assim se manifestou.

Entre os artistas, um grupo demonstrou seu apoio à candidatura de Jânio Quadros, dentre os quais estavam Décio de Almeida Prado, Sérgio Cardoso, Tônia Carrero, Cacilda Becker, Walmor Chagas, Ziembski, Cleide Yáconis, Stênio Garcia, Flávio Migliaccio, Jorge Andrade, Jurandyr Pereira, Tarcísio Meira, Carlos Zara, Alfredo Mesquita e outros.

O Movimento de Renovação Sindical articulou 160 sindicatos paulistas, instalando o “Comitê dos Trabalhadores Paulistas Pró-Jânio”, com sede na avenida Ipiranga, sob a coordenação do secretário de Trabalho do governo Carvalho Pinto, Paulo Marzagão.

No início de março de 1960, Fidel Castro, em nome do governo cubano, convidou Jânio Quadros para visitar o país na condição de provável futuro presidente do Brasil. Sua viagem foi criticada por alguns parlamentares da UDN, que acusavam o governo socialista de ter suprimido a liberdade e imposto a ditadura. Porém, outros parlamentares

45. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 187.

consideravam que era importante essa visita a Cuba, em decorrência da polarização da campanha política, pois Jânio Quadros era acusado de “entreguista”, enquanto a candidatura do marechal Lott era identificada com o nacionalismo. O objetivo do grupo político de Jânio Quadros, segundo Castilho Cabral, era o de desfazer sua imagem de “lacaio dos trustes”, mostrando uma faceta de independência com relação à política internacional.

A viagem de Jânio Quadros a Cuba foi muito comentada pela imprensa brasileira. O candidato foi recebido, por Fidel Castro, com honras de chefe de Estado e, em suas declarações, elogiou o governo cubano, classificando-o de “honesto e operoso (...) este governo está revelando absoluto respeito pelas normas jurídicas (...) as pessoas que o chamam de governo comunista revelam desconhecimento ou má fé (...) O que me impressionou em Guevara foi o seu profundo conhecimento de economia a despeito de sua condição de médico e sua absoluta independência de opinião (...) Inicialmente o ‘sumário’ dos fuzilamentos corre por conta de quem me fez a pergunta. Todos os fuzilados foram julgados por um tribunal revolucionário e eu não li os processos, mas eram realmente criminosos”⁴⁶.

Alguns políticos, lideranças e jornalistas de prestígio acompanharam Jânio nessa viagem. Sua comitiva era composta por José Aparecido, Augusto Marzagão, Afonso Arinos, Paulo de Tarso, Murilo Costa Rêgo, Francisco Julião, Juraci Magalhães Junior, Castilho Cabral, além dos jornalistas João Dantas, Carlos Castello Branco, Vilasbôas Corrêa, Hélio Fernandes, Pinheiro de Lemos, Carlos Mesquita, Márcio Alves, Muniz Bandeira, Fernando Sabino, Rubem Braga, Murilo Melo Filho, Milton Santos, José Carlos de Moraes (vulgo Tico-Tico), dentre outros.

Ao término de sua visita a Cuba, passou rapidamente pela Venezuela e, na volta ao Brasil, declarou ser a favor da criação do mercado comum latino-americano, manifestando o desejo de vitalizar as democracias latino-americanas e repudiando todos os regimes de força dos governos totalitários. Entretanto, teve o cuidado de não incluir o governo cubano em suas críticas.

Jânio Quadros também se posicionou contrário ao regime da União Sul-Africana e acusou o país de genocídio e de crime contra a humanidade. Considerava a discriminação racial um crime e lembrou a importância da Lei Afonso Arinos, que condena a discriminação no

46. O Estado de S. Paulo, de 07/04/1960.

Brasil. Essa posição consolidou-se ainda mais quando fez uma viagem à África do Sul em 1959. Um fato narrado por Murillo Marroquim ilustra a aversão de Jânio Quadros com relação à discriminação que vigorava naquele país: “... sua filha Tutu — típica morena brasileira — me disse que esteve a pique de ser expulsa dos estabelecimentos dos ‘brancos’ sul-africanos. Foi recebida com severos olhares de reprovação e de espanto. Jânio me declarou: ‘O Brasil não deve sentar na ONU ao lado da África do Sul; é uma vergonha e, aparentemente, indica que apoiamos a sua política’”⁴⁷.

Além de enfatizar a política externa como um dos pilares de sua proposta de governo, Jânio Quadros preocupou-se também em denunciar o governo de Juscelino: “A tônica da campanha era centrada nos ataques à corrupção do governo Kubitschek, à inflação e à alta do custo de vida, o desperdício com as obras de Brasília e a futilidade da imagem do ‘presidente voador’”⁴⁸.

Jânio Quadros esclareceu que não era contra a construção de Brasília, mas não concordava com o ritmo acelerado das obras e com o critério adotado na aplicação dos recursos para a construção da nova capital, considerando que: “a primeira necessidade do Estado é que o Governo aplique com honestidade o seu dinheiro. Quero dizer com isso que as cadeias não devem ter sido feitas apenas para ladrão de galinhas. Não faço qualquer ameaça. É um aviso, uma advertência somente”⁴⁹.

Em seu discurso proferido em Piracicaba, na formatura dos alunos da Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, onde Jânio Quadros foi paraninfo, afirmou: “Não sou e, só, o liberal que procuro ser, e sei que o sou”⁵⁰.

Com essas palavras, Jânio demonstrava seu apoio à iniciativa privada, considerando que o Estado era um mau patrão e devia se desincumbir de certas tarefas que não cumpria adequadamente. Lembrou que sempre foi favorável à venda da VASP e isso só não aconteceu devido às pressões da Assembléia Legislativa no período em que foi governador de São Paulo. Na sua visão: “A intromissão do Estado só deve ser realizada em setores onde a iniciativa privada não tenha

47. Diário de São Paulo, de 17/06/1959.

48. BENEVIDES, Maria Victória. A UDN e o udenismo — Ambigüidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 110.

49. O Estado de S. Paulo, de 25/06/1960.

50. Idem, de 09/01/1960.

acesso. Em virtude do risco do capital e também, por causa do lucro reduzido que oferece⁵¹.

A fim de explicitar sua posição, citou o exemplo da energia elétrica, controlada por uma empresa estrangeira, que deveria passar para o controle do Estado, pois, segundo Jânio Quadros, era tão indispensável como o “pão de cada dia”. Considerava que, como medida de segurança nacional, era vital a nacionalização da energia elétrica.

Outra área caracterizada como importante para preservar a soberania do país era o petróleo. No seu programa de governo, a PETROBRÁS e seu patrimônio seriam intocáveis. Também priorizou a energia nuclear enquanto monopólio de Estado, bem como as indústrias voltadas às áreas estratégicas, dentre as quais incluiu Volta Redonda: “Volta Redonda é a consagração da intervenção do estado no domínio econômico com fins pioneiros e da economia dirigida no campo das indústrias estratégicas e de base que interessam à segurança do País”⁵².

Jânio defendeu, em seu programa, a restauração do federalismo brasileiro, opondo-se ao excessivo centralismo que deixava de lado as regiões do Nordeste e do Norte. Pretendia realizar uma revisão da receita dos municípios com o objetivo de fortalecê-los. Segundo Jânio Quadros, o problema do Nordeste não se referia apenas às secas, mas basicamente à maneira de gerenciar a aplicação de recursos na região: “O Nordeste está precisando de honestidade no equacionamento e solução de seus problemas. Cumpre pôr fim ao furto e à politicalha, que desviam ou absorvem as suas energias e o seu trabalho, e particularmente suas magras dotações de obras e serviços orçamentários ou extra-orçamentários federais ou estaduais”⁵³.

Outro aspecto atacado por Jânio Quadros diz respeito ao monopólio exercido por certos partidos, no caso específico o PTB, na área da Previdência Social. Num encontro com Sindicatos de Trabalhadores, no Rio de Janeiro, Jânio defendeu a proposta de que a Previdência Social deveria ser administrada pelos operários, excluindo, dessa maneira, as instituições da Previdência das áreas de influência política dos partidos.

51. *Idem*, de 22/07/1960.

52. *Idem*, de 07/05/1960.

53. *Idem*, de 26/08/1959.

Seguindo essa linha de pensamento, Jânio Quadros pretendia “despolitizar a administração em geral, especialmente a financeira”⁵⁴. Despolitizar significava tratar a administração do ponto de vista técnico, sem envolver partidos políticos e conchavos partidários.

Com relação à área trabalhista, considerava essencial promover a extensão das leis sociais ao trabalhador do campo e criar mecanismos adequados para possibilitar a participação do trabalhador nos lucros das empresas. Defendia o fortalecimento dos sindicatos, mas apenas daqueles autônomos, ou seja, aqueles desvinculados das influências dos partidos políticos e do próprio Estado. Para tanto, propunha a extinção gradativa do imposto sindical, proposta esta defendida pelo Movimento de Renovação Sindical, base de sustentação de sua campanha política na área trabalhista.

Na sua plataforma de governo, o desenvolvimento significava compreender o país na sua totalidade, promovendo um desenvolvimento regional em áreas até então abandonadas pelo governo federal e incentivando a expansão do parque industrial, com a criação de um mercado interno e externo capaz de absorver a produção nacional. Para que essa proposta se efetivasse, seria necessário ampliar o comércio exterior com outros mercados, até então fechados para a economia brasileira. Daí é possível compreender a sua preocupação no sentido de reaproximar-se dos países socialistas e do continente africano. Quando defendia a autonomia e a independência das nações e, especificamente, do Brasil, não era apenas uma questão ideológica que estava envolvida, mas principalmente uma questão econômica, afinal pretendia que o Brasil se libertasse dos laços que o prendiam aos Estados Unidos e negociasse livremente.

Conjugada a essas propostas, defendia uma política monetária capaz de controlar a inflação. Também era sua finalidade incentivar o aumento da poupança interna, para que esta contribuísse, ao lado da política monetária, para um equilíbrio orçamentário.

Com relação aos investimentos estrangeiros, esclareceu que era a favor da aplicação desses capitais no país, contanto que não ameaçassem a segurança nacional.

Na área social, considerava primordial a valorização da Saúde e da Educação, pretendendo, para tanto, aumentar a dotação orçamentária para esses setores. Com essa nova aplicação, propunha-se a criar mais hospitais

54. *O Globo*, de 19/09/1960.

e escolas, incentivar a pesquisa e promover uma campanha contra o analfabetismo. Posicionava-se contra o trabalho do menor, sendo favorável ao estudo dos filhos dos operários em escolas vocacionais ou de iniciação agrícola.

A liberdade de expressão e organização era defendida por Jânio Quadros. Em um encontro com estudantes em Recife, ocasião em que perguntaram a ele se legalizaria o PCB, o candidato respondeu: "Lembro que fui, em São Paulo, uma das poucas vezes que se manifestaram contra a cassação dos mandatos parlamentares dos comunistas. Se o Congresso votar lei do tipo citado por V.Sa. eu a sancionarei, porque a vontade do Congresso é a vontade do povo brasileiro"⁵⁵.

Uma outra situação que fez com que Jânio se manifestasse a favor da liberdade de expressão refere-se ao caso que envolveu a censura de três jornalistas proibidos de falarem nas estações de televisão, durante o governo de Juscelino. Jânio Quadros havia retornado de sua longa viagem e, ao tomar conhecimento de que Carlos Lacerda, Millôr Fernandes e Hélio Fernandes haviam sido afetados por tal censura, condenou a medida e lançou um apelo no sentido de que fossem restauradas as "plenitudes dos direitos dos cidadãos".

Com relação ao parlamentarismo, regime político defendido por alguns setores do Congresso Nacional, o candidato considerava inadequado para o momento, uma vez que tinha o "propósito de subtrair ao povo o direito de escolher seus dirigentes. É uma burla à vontade popular. Tem esse movimento, pois, nossa inteira desaprovção"⁵⁶.

A tônica de seus discursos se voltava para a recuperação da nação brasileira, "pondo ordem na União". A moralização do país enquanto um todo só seria possível com a atuação de um governo forte, que assumisse tal tarefa com "punho de ferro".

Já próximo às eleições, Jânio Quadros declarou, em um programa de televisão, que estava sendo alvo de críticas e argumentou afirmando: "Contra mim serão articuladas todas as infâmias, todas as injúrias, todas as provocações, todas as ameaças. Afinal, sou apenas um campo-grandense, sem tradições políticas, sem estrutura político-partidária por detrás de si, que por um milagre popular se fez vereador, deputado, prefeito da maior cidade brasileira e governador

55. O Estado de S. Paulo, de 07/08/1960.

56. Idem, de 22/09/1959.

do mais poderoso estado da União e a caminho da Presidência da República"⁵⁷.

5.1.2 Resultado das Eleições e sua Repercussão

Jânio Quadros venceu as eleições, realizadas no dia 3 de outubro de 1960, com 48% dos votos nominais, provocando o que se denominou de "revolução pelo voto". Esse resultado mostrou que Jânio foi vitorioso por conseguir apoio não apenas das camadas populares, mas também de setores das classes média e alta, identificadas com a UDN e com suas propostas moralizadoras.

Ao tomar conhecimento de sua vitória, Jânio Quadros viajou para um local desconhecido, sem deixar qualquer informação a respeito de seu paradeiro. A primeira entrevista coletiva só aconteceu no dia 13 de outubro, e, dentre as perguntas, uma se referia à composição de seu Ministério: "Vou definir o meu pensamento com muita simplicidade. Minha intenção é convocar os melhores homens, se possível, dentro dos partidos ou grupos que me apoiaram; se necessário, fora desses partidos ou desses grupos e até nos partidos ou grupos que me combateram. A partir do momento em que vejo eleito e no gozo da licença que tenho, eis que não firmei compromissos com qualquer partido ou com qualquer grupo; só desejo governar bem e para governar bem devo ter junto de mim os homens mais idôneos e mais capazes, com ou sem filiação-partidária"⁵⁸.

Mais uma vez Jânio Quadros reafirmava sua independência em face dos partidos políticos e dos grupos que o apoiaram, pois considerava que havia sido eleito pelo povo e somente a ele deveria prestar contas.

Como nessa eleição a base eleitoral de Jânio Quadros foi mais diversificada do que nas anteriores — recebeu votos tanto das camadas populares como da classe alta e de setores da média — a insistência do presidente eleito em manter o mesmo discurso contrário aos grupos poderia vir a significar uma dificuldade para o seu governo.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1 com os resultados gerais dessa eleição.

57. Idem, de 13/09/1960.

58. A Gazeta, de 14/10/60.

TABELA 1

Resultados Gerais das Eleições Presidenciais,
Segundo os Candidatos
Brasil 03/10/1960

Candidatos	Total de Votos	Total (%)
Jânio Quadros	5.636.623	44,8
Adhemar de Barros	2.195.709	17,4
Henrique Lott	3.846.825	30,6
Votos Brancos	433.391	3,4
Votos Nulos	473.806	3,8
Total	12.586.354	100,0

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Jânio Quadros obteve 78% dos votos nos estados da Guanabara, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, sendo que neste último conseguiu 55,1% dos votos nominais. Adhemar de Barros venceu apenas no território de Rondônia e o marechal Lott, com uma margem pequena de votos, liderou nos estados do Amazonas, Goiás, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Sergipe, território do Amapá, Rio Branco e Brasília.

No Estado de São Paulo, Jânio Quadros derrotou seu rival político, Adhemar de Barros, em todas as zonas eleitorais. As Tabelas 2 e 3 ilustram os resultados das eleições presidenciais no Estado de São Paulo e na capital, respectivamente.

TABELA 2

Resultados Gerais das Eleições Presidenciais,
Segundo os Candidatos
Estado de São Paulo 03/10/1960

Candidatos	Total de Votos	Total (%)
Jânio Quadros	1.588.593	52,3
Adhemar de Barros	855.093	28,1
Henrique Lott	441.755	14,5
Votos Brancos	53.589	1,8
Votos Nulos	101.639	3,3
Total	3.040.669	100,0

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

TABELA 3

Resultados Gerais das Eleições Presidenciais,
Segundo os Candidatos
Município de São Paulo 03/10/1960

Candidatos	Total de Votos	Total (%)
Jânio Quadros	494.164	53,3
Adhemar de Barros	239.816	25,8
Henrique Lott	144.231	15,6
Votos Brancos	15.453	1,7
Votos Nulos	33.710	3,6
Total	927.374	100,0

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

No que diz respeito às eleições para a vice-presidência, a disputa ocorreu efetivamente entre João Goulart e Milton Campos. Fernando Ferrari, caso não provocasse a divisão do eleitorado de classe média, poderia ter transferido seus votos para o candidato udenista. Os comitês Jan-Jan trouxeram mais força para a candidatura de João Goulart e conseguiram esvaziar o candidato udenista. Na realidade, Jânio Quadros não se envolveu com o seu vice e não se empenhou pela sua candidatura. Como a votação não era por chapa, o vitorioso foi João Goulart, da coligação PSD-PTB (Tabela 4).

TABELA 4

Resultados Gerais das Eleições Para a Vice-
Presidência, Segundo os Candidatos
Brasil 03/10/1960

Candidatos	Total de Votos	Total (%)
Fernando Ferrari	2.137.382	17,0
João Goulart	4.547.010	36,1
Milton Campos	4.237.719	33,7
Votos Brancos	1.305.865	10,4
Votos Nulos	358.378	2,8
Total	12.586.354	100,0

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Pela pesquisa pré-eleitoral realizada em 1960 por Gláucio Soares⁵⁹ na Guanabara, observa-se que o perfil do eleitorado de Jânio Quadros sofreu alterações, à medida que se constatou uma expressiva votação nas camadas mais altas em relação aos outros candidatos. O autor estabeleceu um paralelo entre os eleitores dos três candidatos, segundo o nível de escolaridade, concluindo que quanto maior o nível de escolaridade mais elevada a tendência de o eleitorado votar em Jânio Quadros (Tabela 5).

TABELA 5
Preferência do Eleitorado, por Nível Educacional,
Segundo os Candidatos
Brasil – 1960

(em porcentagem)

Candidatos	Nível Educacional					
	Primário		Secundário			Universitário
	Incomp.	Compl.	Incomp.	Compl.		
Jânio Quadros	26,8	36,0	47,1	60,5	68,8	
Henrique Lott	31,4	31,9	27,3	20,8	19,9	
Adhemar de Barros	22,3	16,3	15,9	10,4	4,5	
Indecisos, etc.	19,5	15,8	9,7	8,4	6,9	
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Total (N ^{os} Abs.)	328	486	9.454	395	176	

Fonte: SOARES, Gláucio. "Classes sociais, strata sociais e as eleições presidenciais de 1960", *Sociologia*, v. XXIII, nº 3.

Segundo estudo realizado por Bolívar Lamounier e Maria do Carmo Campello de Souza⁶⁰, Jânio Quadros também recebeu a maior votação nos setores mais escolarizados e em posição sócio-econômica superior das cidades de Belo Horizonte e Salvador, localidades onde a UDN tinha maior penetração: "o voto janista nas eleições de 1960 apresenta uma característica comum e consistente: a circunstância de ocorrer em maiores proporções nas camadas sócio-econômicas altas e

59. SOARES, Gláucio A. D. "Classes sociais, strata sociais e as eleições presidenciais de 1960". *Sociologia*. s.l., s.ed., v. XXIII, nº 3, 1961.

60. LAMOUNIER, Bolívar e SOUZA, Maria do Carmo Campello. "Tres momentos na vida de um Político". *Revista Isto é*. São Paulo, agosto 1976.

médias ou, o que é mais ou menos a mesma coisa, entre os partidários da antiga UDN. Ao mesmo tempo, em distintas combinações, o janismo ocorre também entre as camadas baixas, quer se trate de partidários do PTB, quer dos que se declaram sem preferência alguma (...). A serem corretas estas indicações, teríamos assim, no perfil do eleitorado janista de 1960, como que um resumo de sua trajetória: o candidato à presidência é ainda a grande esperança dos deserdados, mas é sobretudo instilador do novo ânimo defensivo à classe média tradicional, atormentada pela inflação, temerosa das mudanças que se processavam no país, ansiosa em busca de um messias-estadista para repor as coisas nos seus lugares⁶¹.

Jânio Quadros, considerado um candidato de fora do sistema político oficial, em que predominavam o PSD e o PTB, foi o candidato com maior votação nas camadas mais altas da população brasileira devido à sua ligação com a UDN que, pela primeira vez desde 1945, havia conseguido vencer as eleições presidenciais.

Também nesse período foram realizadas eleições para governador em onze Estados, sendo que em seis deles a UDN, sozinha ou coligada, elegeu seus governadores, dentre os quais destaca-se Carlos Lacerda, eleito pelo Estado da Guanabara. O governador recém-eleito tinha a nítida compreensão da complexidade desse resultado eleitoral: "Finalmente, somos um partido de governo? Sem dúvida. Estamos no governo, embora nem todo o governo seja de nossa exclusiva responsabilidade. Quem tiver dúvidas basta perguntar a quem será atribuída responsabilidade se o governo do Presidente Jânio Quadros não tiver êxito. Quem será o principal responsável? Com razão ou sem ela, será a UDN"⁶².

Paralelamente a esta consideração, Lacerda analisou os problemas decorrentes do regime presidencialista, que delegava uma "margem de arbítrio pessoal" ao presidente da República. A UDN, na sua opinião, não deveria furtar-se de auxiliar o governo de Jânio Quadros, a fim de torná-lo "excelente" na sua gestão.

Pode-se concluir que Jânio Quadros venceu as eleições porque a situação econômica e política vigente no país, naquele momento, manifestou seu repúdio identificando no líder político de Jânio Quadros a esperança. Toda sua campanha foi marcada pelo seu distanciamento em relação aos partidos políticos e aos grupos que o apoiavam. Com essa maneira de atuar, conseguiu transmitir aos eleitores a imagem de um

61. *Idem*, *ibidem*, pp. 56-57.

62. LACERDA, Carlos. *O poder das idéias*. Rio de Janeiro, Record, 1964, p. 137.

elemento que se diferenciava dos outros políticos e que pretendia mudar o país, mediante uma moralização administrativa. A mensagem transmitida por Jânio, como candidato eleito, era a de que sua vitória expressava a vontade popular e somente ao povo devia explicações de seus atos.

Pouco dias depois da vitória, Jânio Quadros embarcou para a Europa, na companhia de seus familiares, dirigindo-se diretamente para a Inglaterra a fim de se submeter a um tratamento de saúde. Posteriormente continuaria sua viagem na companhia do amigo e empresário Roberto Selmi-Dei.

Antes de embarcar, Jânio determinou que seus assessores diretos realizassem um levantamento sigiloso sobre a situação de cada órgão da administração pública. Com isso, desejava obter um conhecimento da real situação do serviço público federal, pois queria saber em que condições encontraria a administração federal. Os relatórios de seus assessores — Quintanilha Ribeiro, Oscar Pedroso D’Horta, José Aparecido e Augusto Marzagão — foram enviados para Lisboa, com o objetivo de informar ao presidente o que estava acontecendo no Brasil. Quintanilha Ribeiro foi nomeado por antecipação, em 16 de janeiro de 1961, seu chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Pode-se dizer que suas viagens sempre foram estratégicas, sendo que, no caso específico desta, o objetivo era se afastar das pressões políticas para poder escolher livremente os nomes que comporiam seu Ministério.

O regresso de Jânio ao Brasil aconteceu no dia 20 de janeiro de 1961, portanto, poucos dias antes de tomar posse.

5.2 Gestão na Presidência

Jânio Quadros participou das solenidades de diplomação no dia 31 de janeiro de 1961, ocasião em que discursou e elogiou o trabalho desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, que garantiu a segurança e a isenção do pleito eleitoral de 1960. Com sua vitória, Jânio Quadros considerou que a oposição havia chegado ao poder: “O sentido dessa vitória é a condenação final e derradeira à política que conduzia ao poder os candidatos escolhidos pelas cúpulas permanentemente instaladas na administração do país. O povo brasileiro pôs fim a um esquema inadmissível que favorecia os privilégios de alguns que desejavam perpetuar-se no poder”,⁶³.

63. Diário da Noite, de 31/01/1961.

Caracterizando-se como o candidato do povo, Jânio afirmou em seu pronunciamento: “O preço da liberdade, que os votos dos meus patrícios me outorgou, é a servidão à causa pública (...) Dessa liberdade faço a minha escravidão”⁶⁴.

A ênfase de seu discurso estava centrada na figura do próprio líder, pois Jânio Quadros afirmou que abdicaria de sua liberdade pessoal para se dedicar ao povo e à causa pública. Em nenhum momento citou a coligação que o elegeu, como também não apresentou sua proposta de governo. Na realidade, apenas ressaltou suas qualidades pessoais e a relação direta com o povo.

Em outra cerimônia realizada no Congresso Nacional, Jânio Quadros e João Goulart prestaram juramento, comprometendo-se a defender e cumprir a Constituição do Brasil. Já na praça dos Três Poderes, o presidente Juscelino Kubitschek passou-lhe oficialmente o cargo. No entanto, essa cerimônia não transcorreu tranquilamente, pois a cúpula do PSD havia tomado conhecimento de que Jânio Quadros, em seu discurso de posse, iria criticar violentamente o governo federal. Juscelino aconselhado por seus correligionários a delegar ao presidente da Câmara Federal a tarefa de passar o cargo, recusou-se argumentando que respeitava o regime democrático e a sua continuidade e, por isso, entregaria a faixa presidencial a Jânio Quadros. O líder de Juscelino no Congresso, Abelardo Jurema, relatou que, diante da persistência de Juscelino em participar da cerimônia, Jânio desistiu de fazer um discurso violento e amenizou sua fala inicial.

Na festa da posse do novo governo, compareceram 1.500 pessoas para parabenizar o novo presidente da República. Vários trabalhadores vieram de São Paulo para acompanhar a posse e, nessa ocasião, Jânio pediu-lhes que tivessem paciência, pois acreditava que os sacrifícios durariam um ano, período em que promoveria uma moralização administrativa no serviço público federal.

Nesse mesmo dia, Jânio Quadros fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio, no programa *Hora do Brasil*, atacando violentamente o governo de Juscelino Kubitschek e acusando-o de privilegiar certos grupos econômicos e políticos e de ter aumentado ainda mais a nossa dívida externa. Afirmou que seu governo será “rude” e “áspero”: “Se não me faltar o arrimo da inspiração divina, se não me faltar o apoio

64. Idem, *ibidem*.

das multidões, se não me faltar o apoio do Legislativo e do Judiciário, sei de mim que resgatarei a palavra de fé empenhada nas praças. Somos um Estado democrático cujos fins se contêm no governo do povo, pelo povo e para o povo a um tempo a minha bússola e o meu destino”⁶⁵.

O discurso transmitido por esse programa também mencionava levantamento pessimista das finanças do país, deixando claro que seu governo havia herdado dívidas, déficits orçamentários e uma balança de pagamentos desequilibrada. Afirmou que ao lado dessa crise econômico-financeira encontrou uma crise moral, administrativa e político-social gravíssima, conjugada com uma administração emperrada pela burocracia. A situação brasileira, na avaliação de Jânio Quadros, era complicada e devia ser controlada: “Vejo as classes erguerem-se, uma a uma, contra a coletividade, ciosas de vantagens particulares, esquecidas de que o patrimônio é de todos. Vejo, por toda parte escândalos de toda a natureza. Vejo o favoritismo, o compadrio, sugando a seiva da Nação e obstando o caminho dos mais capazes”⁶⁶.

Fez ainda uma crítica direta ao governo passado e aos grupos políticos que se privilegiaram das políticas adotadas, limitando-se a pensarem no proveito próprio e esquecendo-se do bem comum e dos interesses coletivos. Na sua concepção, “o Estado é apenas, o construtor e supervisor da fortuna coletiva”⁶⁷. No campo da iniciativa privada, defendia a ação do Estado somente no sentido de orientar, empreender e complementar essa iniciativa. No entanto, o Estado não devia se furtar de realizar uma “administração criteriosa e honesta”, com um planejamento voltado ao bem comum. Nesse aspecto, Jânio criticava o liberalismo ortodoxo, afirmando que a democracia, enquanto regime político, devia se ajustar às novas condições vigentes, em que se fazia necessária a presença do Estado em certos setores da sociedade brasileira. Reforçou a idéia de que seu governo pretendia recuperar a autoridade e a austeridade.

As repercussões de seu pronunciamento foram variadas. Para alguns setores da sociedade, o discurso e as denúncias que Jânio fez ao governo passado foram excelentes. Já em outros, principalmente naqueles ligados ao governo criticado, o discurso provocou uma revolta tal que esses grupos se uniram para fazer uma campanha contra Jânio Quadros. O líder do PSD, Abelardo Jurema, mediante um requerimento

65. *Diário de São Paulo*, de 01/02/1961.

66. *Idem*.

67. *Idem*.

encaminhado à mesa da Câmara, solicitou, caso Jânio continuasse a atacar o governo Juscelino, uma convocação extraordinária do Congresso.

Também alguns setores da imprensa, que haviam apoiado Jânio Quadros, criticaram o tom utilizado em seu discurso de posse. *O Correio da Manhã*, em seu editorial, comentou: “O Sr. Jânio Quadros precisa usar de mais delicadeza e finura na manipulação dos remédios administrativos que a crise reclama. Também é preciso que o seu discurso de ontem não possa significar a abertura de um governo meramente punitivo. O País não quer acomodações com o crime, tolerância que se converta em cumplicidade. Mas também não deseja ver uma onda de vinditas rolar como objetivo final da administração. Onde houver um crime a ser punido que o seja, mas em nome da Justiça, e não do espírito de desforra”⁶⁸.

O *Jornal do Brasil* avaliou o discurso de Jânio Quadros, afirmando: “Do Sr. Jânio Quadros queremos um governo excepcional e não de exceção. O Presidente deve compreender que os governos que se limitam a viver o presente às custas do passado e sem pensar no futuro, têm nos livros da História apenas a importância que têm as vírgulas e os travessões”⁶⁹.

Com relação aos nomes indicados para compor seu Ministério, Jânio Quadros os revelou somente alguns dias antes da posse, incluindo, nesta composição, representantes de grupos econômicos multinacionais, membros do capital nacional, bem como pessoas ligadas à CONSULTEC (Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos), à ESG e ao CONCLAP.

A composição de seu Ministério foi alvo de muitas críticas, principalmente de setores udenistas que não foram consultados a respeito dessa escolha. Outro ponto criticado dessa composição foi o fato de incluir nomes desconhecidos e com pouca expressão nacional. San Tiago Dantas chegou a comentar que os governadores de Minas Gerais e de São Paulo também não foram consultados pelo presidente — “nas nomeações tem prevalecido critérios pessoais e ocasionais”⁷⁰.

O Ministério foi empossado após a nomeação do ministro da Justiça, Oscar Pedroso D’Horta, feita no Palácio do Planalto. A seguir, são apresentados os nomes que compuseram sua equipe de governo:

Ministro da Fazenda: Clemente Mariani — UDN/Bahia; ministro das Relações Exteriores: Afonso Arinos de Mello Franco — UDN/

68. VICTOR, Mário. *Op. cit.*, pp. 84-85.

69. *Idem, ibidem*, p. 85.

70. BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo...* *Op. cit.*, p. 68.

Guanabara; ministro da Educação: Brígido Tinoco — Ação Socialista/Rio de Janeiro; ministro da Agricultura: Romeiro Cabral da Costa — Ação Socialista/PE; ministro da Indústria e Comércio: Arthur Bernardes Filho — PR/Minas Gerais; ministro da Viação e Obras Públicas: Clóvis Pestana — PSD/Rio Grande do Sul; ministro da Saúde: Catete Pinheiro — PTN/Pará; ministro da Justiça: Oscar Pedroso D’Horta — sem partido/São Paulo; ministro do Trabalho: Francisco Carlos de Castro Neves — sem partido/ São Paulo; ministro das Minas e Energia: João Agripino — UDN/Paraíba; Casa Civil da Presidência: Francisco Quintanilha Ribeiro — sem partido/ São Paulo; subchefes: Araripe Serpa — PTN/São Paulo, Juracy Magalhães Júnior — UDN/Ba, Benedito Quintino da Silva — PTN/SP, Jair de Carvalho Monteiro — Ação Socialista/São Paulo; ministro da Guerra: marechal Odílio Denys; ministro da Aeronáutica: brigadeiro Grum Moss; ministro da Marinha: almirante Silvio Heck; Gabinete Civil: Ariston de Oliveira/SP, Saulo Ramos/SP, José Aparecido de Oliveira/MG; e Casa Militar: general Pedro de Almeida.

Carlos Lacerda afirmou que Jânio Quadros não tinha idéia do que seria governar o Brasil. Na sua opinião: “O Brasil, como um todo, era um objeto na mão dele, e não propriamente uma nação que ele conhecesse. Tinha uma inexperiência quase infantil do Brasil (...)”⁷¹.

Na avaliação de Carlos Lacerda, Jânio Quadros conhecia São Paulo e a política paulista, mas, no entanto, desconhecia os principais líderes políticos do país, o que refletiu na escolha de alguns ministros. A opção de Jânio Quadros por João Agripino para o Ministério de Minas e Energia demonstrou, segundo Lacerda, esse desconhecimento da política brasileira, pois o ministro era um político da Paraíba, Estado de pouca importância política, e era leigo no assunto de sua pasta ministerial.

No Congresso Nacional, alguns parlamentares também criticaram o seu Ministério, entre eles destaca-se o deputado trabalhista Wilson Vargas, que denunciou a maneira adotada pelo presidente para escolher seus ministros. No caso do Ministério da Educação, a opção foi por Brígido Tinoco, após a recusa da escritora Rachel de Queiroz e do político Milton Campos. Segundo o parlamentar, Brígido Tinoco não possuía importância como político e desconhecia os problemas da educação brasileira. O ministro da Saúde, Catete Pinheiro, do PTN, foi convidado a ocupar esse cargo porque Jânio precisava atender a

71. LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 239.

compromissos políticos de campanha. O ministro da Fazenda, Clemente Mariani, não era técnico em economia e finanças, mas sim banqueiro, sendo que seu nome foi imposto pelo governador Carlos Lacerda porque seu filho era genro de Mariani. O ministro da Agricultura, Romero Cabral da Costa, usineiro do Nordeste, foi indicado por Cid Sampaio, governador de Recife e por João Cleofas. Bernardes Filho, ministro da Indústria e Comércio, foi escolhido por pertencer ao PR. Os ministros militares representavam setores das Forças Armadas ligados a golpes contra a Constituição e possuíam posturas agressivas e não pacifistas.

Castilho Cabral, membro de seu *staff* administrativo, também comentou a peculiaridade da composição do Ministério de Jânio Quadros: “Ao assumir a Presidência da República, Jânio defrontava uma situação política idêntica à que encontrara à entrada dos Campos Elíseos em 1955: carecia de quadros dirigentes próprios e não possuía base parlamentar. Homem sem partido, Jânio, que conquistara quase seis milhões dos votos do povo, não dispunha de mais de um terço da Câmara dos Deputados (...) O critério adotado foi o de livre escolha de nomes nos partidos e grupos partidários e no ‘inner circle’ do novo Presidente; a UDN, com menos de 30 deputados numa Câmara de 326 membros foi aquinhoadada com 4 pastas civis e duas militares; o PTN, com uma dezena de deputados, obteve um ministério; o PR, com a maioria da bancada anti-Jânio, outro; a dissidência do PSD gaúcho, uma pasta; o PL, o PDC e o MPJQ sem representação no Ministério”⁷².

Por meio de dados levantados por René Dreifuss, verifica-se que alguns ministros possuíam uma ligação estreita com o capital estrangeiro e com o CONCLAP. O ministro da Fazenda, Clemente Mariani, era ligado ao Banco da Bahia, à Light S.A. e pertencia ao Grupo Morgan. O ministro da Indústria e Comércio, Arthur Bernardes Filho, estava associado a interesses do The Royal Bank of Canada, Westinghouse, Grupo Mellon e Banco do Comércio. O ministro do Trabalho, Francisco Carlos de Castro Neves, pertencia à FIESP. Oscar Pedroso D’Horta, ministro da Justiça, era ligado ao Grupo Mellon. O consultor geral da República, Caio Mário da Silva Pereira era ex-advogado da empresa Hanna Mining. O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Walter Moreira Salles, pertencia ao grupo financeiro-industrial Moreira Salles, ligado ao Grupo Rockefeller.

72. CABRAL, Castilho. Op. cit., p. 241.

Segundo alguns setores da imprensa, determinados ministros possuíam experiência, mas outros eram definidos como pessoas de “frouxa expressão” e incapazes de empreender as mudanças propostas pelo presidente Jânio Quadros. O *Correio da Manhã*, em um editorial intitulado “Sem Gabarito”, questionou a escolha dos ministros, com nomes “pouco conhecidos e de pouco valor; alguns desconhecidos, não se sabe se carne ou peixe; outros bastante conhecidos. Demasiadamente conhecidos para que se espere alguma coisa parecida com aquela expectativa das urnas de 3 de outubro”⁷³.

Em outros cargos da administração do governo Jânio Quadros também encontravam-se, segundo René Dreifuss, pessoas ligadas ao capital estrangeiro e ao CONCLAP. Paulo Ayres Filho, indicado para a direção do Banco do Brasil, também era ligado à American Chambers of Commerce e à FIESP. Octávio Gouveia de Bulhões, João G. Torres e Roberto de Oliveira Campos eram membros da Consultec, grupo que assessorava empresários.

No caso dos ministros das Forças Armadas, Jânio Quadros optou por militares da linha conservadora, com conhecidas posições anticomunistas e associados à Cruzada Democrática, que era composta por militares adversários do grupo nacionalista. Esses ministros estavam ligados também à ESG e ao IBAD.

O ministro do Exército, marechal Odílio Denys, teve presença marcante, ao lado do marechal Lott, no movimento de 11 de novembro de 1955, que derrubou o presidente Carlos Luz. Porém, aos poucos, o marechal foi se afastando de Lott e assumiu o papel de “homem forte” do Exército. O brigadeiro Gabriel Grum Moss, ministro da Aeronáutica, bem como o almirante Sílvio Heck, ministro da Marinha, eram ligados a Eduardo Gomes, sendo que suas indicações foram feitas por Carlos Lacerda. O almirante Sílvio Heck era o comandante do Cruzador *Tamandaré*, que havia abrigado o presidente deposto Carlos Luz.

A Escola Superior de Guerra teve participação importante no apoio ao presidente Jânio Quadros. O coronel Golbery do Couto e Silva ocupou a chefia de Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, auxiliado pelo tenente Heitor de Aquino Ferreira, pelo tenente-coronel Mário Andreazza e pelo tenente-coronel João Baptista Figueiredo. O tenente-coronel Walter Pires de Carvalho e Albuquerque chefiou o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações

73. O Estado de S. Paulo, de 31/01/1961.

– SFICI. O general Cordeiro de Farias ocupou a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas e indicou o general Pedro Geraldo de Almeida para chefiar o Gabinete Militar. O coronel Ernesto Geisel auxiliava o general Cordeiro de Farias, como chefe do Serviço de Informações do Exército e comandante da Guarnição-Chave, sediada em Brasília⁷⁴.

Logo após sua posse, Jânio Quadros recebeu um documento do CONCLAP denominado “Sugestões para uma política nacional de desenvolvimento”. Dentre as propostas centrais, destacam-se: a importância a ser dada para a empresa privada e para o capital estrangeiro, necessária para promover o desenvolvimento nacional; o controle da mobilização popular, definindo algumas atribuições do Estado no campo da economia; medidas para combater a inflação e promover uma reforma administrativa; contenção das despesas públicas e alteração da política cambial; necessidade de se aumentar a produção agrícola, favorecendo investimentos de particulares no campo; livre negociação com relação aos aluguéis e livre concorrência quanto aos preços; combater o peleguismo, identificado com atuação política do PTB; controle sobre as greves, sendo aceitas apenas aquelas que envolvam questões salariais e não políticas; necessidade de repensar a questão da estabilidade no emprego, por onerar demais as empresas; e a defesa de um Estado liberal não intervencionista. O documento foi entregue pelos líderes do CONCLAP, Enéas de Almeida Fontes e Jorge Behring de Mattos, e assinado, ainda, por outros empresários associados ao Conselho⁷⁵.

Jânio Quadros, respondendo ao documento, afirmou: “Sou um defensor da livre iniciativa, e só transijo com a intervenção do Estado nos casos ligados à Segurança Nacional e às necessidades do desenvolvimento”⁷⁶.

O CONCLAP, por sua vez, não ficou satisfeito com a resposta. Entretanto, a despeito de Jânio, em um primeiro momento, ter recusado as sugestões para mostrar sua independência em face dos grupos econômicos, as mesmas foram assimiladas, posteriormente, em muitos pontos pelo seu governo.

Apesar das propostas de governo não terem sido explicitadas, várias foram apresentadas durante a sua campanha eleitoral. Verifica-se que a prioridade do governo Jânio Quadros era promover a moralização

74. Esses militares fizeram parte do grupo que participou do golpe militar de 1964.

75. DREIFUSS, René. *Op. cit.*, p. 126.

76. VICTOR, Mário. *Op. cit.*, p. 136.

administrativa, equilibrando as finanças do Estado e combatendo a inflação. Associado a esses aspectos, o presidente defendia a livre empresa e a aplicação de capital estrangeiro em áreas que não comprometessem a soberania nacional. No entanto, nesse primeiro período, não existia um planejamento que envolvesse todos os setores da sociedade brasileira, sendo que a política econômica de seu governo foi marcada por ações improvisadas e setorializadas.

5.2.1 Atuação de Jânio Quadros como Presidente

a) Na Administração Pública

Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo Jânio Quadros foi instalar cinco comissões de inquérito, tendo como objetivo examinar as irregularidades administrativas da gestão anterior. Os primeiros órgãos investigados foram a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Essas comissões eram compostas por um bacharel de Direito, um oficial das Forças Armadas e um perito contador. Pouco tempo depois de abertas as sindicâncias, os inqueridos que ainda exerciam funções públicas foram afastados dos cargos.

A exoneração de Jurandir Pires Ferreira, presidente do IBGE, foi comemorada, pelos funcionários, com 600 tiros de foguetes e serpentinas. Ele era acusado de ter “malbaratado verbas destinadas ao recenseamento”⁷⁷. Os funcionários do Instituto saudaram Jânio com faixas onde estava escrito: “Que a vassoura venha até aqui”⁷⁸.

Posteriormente, outras comissões foram instaladas, perfazendo um total de 33 sindicâncias, e, dentre estas, foram apuradas irregularidades na Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), no Serviço de Assistência da Previdência Social (SAPS) e no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).

A sindicância com maior repercussão foi a do SAPS, porque envolvia o vice-presidente João Goulart, líder do PTB, partido que sempre esteve à frente das gestões na área da Previdência Social. Jânio

77. *A Gazeta*, de 02/02/1961.

78. *Idem*.

Quadros, no dia 21 de janeiro de 1961, recebera informações de que várias nomeações haviam sido feitas irregularmente nos institutos de Previdência Social e, como medida moralizadora, pretendia anulá-las e intervir nesses institutos.

Sentindo-se atingido, João Goulart enviou uma carta ao Presidente, na qual exigia que a comissão do SAPS comprovasse com dados as denúncias apuradas. Jânio Quadros, ao ler a carta, enviou a seguinte mensagem: “Restitua-se a carta ao ilustre signatário, por não se encontrar vasada em termos próprios, além de não representar a verdade”⁷⁹.

Como resposta a João Goulart, a comissão, formada por Evaristo de Moraes Filho, Hélio Pena e o coronel Carlos de Andrade Serpa, concedeu uma entrevista, negando as acusações que o vice fez à comissão: “Esta Comissão apenas, em vários de seus relatórios, veio confirmar o que toda a Nação já sabia, apontando Vossa Excelência como um dos principais beneficiários da propaganda eleitoral, feita pelo Sr. Enos Saddock de Sá Motta no IAPB (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários), à custa dos dinheiros públicos”⁸⁰.

Essas sindicâncias atingiram diretamente os petebistas, que sempre mantiveram o controle do Ministério do Trabalho e dos institutos da Previdência Social. Porém, o PTB dividiu-se no governo de Jânio Quadros, e vários integrantes paulistas foram expulsos do partido por se aliarem aos janistas, destacando-se Roberto Gusmão e Dante Pellacani.

Parlamentares identificados com a esquerda do PTB criticaram o “arbítrio” e as perseguições desencadeadas pelo presidente, acusando-o de estar fazendo “demagogia” com essas sindicâncias. O que mais movimentou a bancada opositora foi o fato de a maioria das comissões de sindicância serem constituídas por militares. Almino Afonso, líder do PTB, denunciou essa preferência, questionando os critérios para a formação das comissões e a maneira adotada pelo governo para combater a “corrupção administrativa”: “... multiplicam-se no País as comissões de sindicâncias. E observem, senhores deputados: curiosamente, sempre com um militar. Por que um militar? Desde quando passamos a ser a encarnação da safanagem, que não possamos, os civis, presidir uma Comissão de Inquérito? Por acaso, um militar, por definição, é honesto e há de ser um civil, por definição, um venal? Sr. Presidente, é da psicologia de todo homem buscar tramar contra as

79. VICTOR, Mário. *Op. cit.*, p. 159.

80. *Idem*, *ibidem*, p. 160.

instituições democráticas, em primeiríssimo lugar, bafejar, louvar, enaltecer de todos os modos as forças militares, para ganhar-lhes o apoio no instante em que queiram golpear o regime”⁸¹.

O líder do governo, Pedro Aleixo, defendeu a formação das comissões de sindicância, argumentando que não importava se eram formadas por civis ou por militares, contanto que fosse por homens de bem e que realizassem realmente as apurações de irregularidades nos setores investigados.

O *Correio da Manhã* alertou, em um editorial, que o presidente Jânio Quadros deveria estar ciente de que a escolha de militares para a composição dessas comissões havia criado um “profundo mal-estar” e questionava a nomeação do coronel Ernesto Geisel para apurar irregularidades na PETROBRÁS. O jornal recordava que o coronel era uma “eminência parda” da política petrolífera brasileira e, portanto, questionável para presidir tal comissão.

A UDN apoiou essas medidas moralizadoras, bem como alguns setores do PSD, ligados à Ala Moça, e do PTB, apesar de seus partidos estarem envolvidos nessas denúncias de irregularidades e corrupção.

A proposta de promover uma moralização administrativa nos serviços públicos federais prosseguiu, a despeito da resistência da oposição, que representava a maioria parlamentar.

Em um decreto de 16 de fevereiro foi instituído o horário de serviço dos funcionários públicos, passando de seis para oito horas diárias. Este decreto considerava que os funcionários deveriam trabalhar o mesmo número de horas que os empregados civis, visto que os primeiros tinham ainda o privilégio de ter estabilidade no emprego e de receber salários superiores. Os servidores públicos deveriam estar presentes na repartição e seriam controlados por seus superiores, que responderiam pela ausência do subordinado.

Também como medida de austeridade administrativa, Jânio Quadros, por um decreto de 21 de fevereiro, fixou a exoneração ou a dispensa de todos os servidores nomeados ou admitidos depois de 1º de setembro de 1960. Além disso, baixou outro decreto proibindo a nomeação e admissão em um prazo de um ano, sendo que os casos excepcionais deveriam ser encaminhados diretamente ao presidente da República para que ele aprovasse ou não.

81. *Idem, ibidem*, p. 173.

Tais atos do presidente foram alvos de uma série de críticas. Na Câmara Federal, o deputado San Thiago Dantas, do PTB mineiro, criticou o decreto que exonerou e proibiu novas contratações de funcionários. O deputado considerava que esses atos de demissão em massa de funcionários públicos teriam apenas objetivos políticos e caráter “estritamente faccioso e partidário. É natural que indaguem se não estamos em face de uma simples derrubada”⁸². Relembrando o que ocorreu quando Jânio era governador de São Paulo, o deputado comentou que “pelos precedentes conhecidos, estaríamos em condições de esperar que nos próximos anos o Presidente da República venha a admitir mais funcionários do que o número dos que foram agora demitidos”⁸³.

O jornal *Última Hora*, avaliando os primeiros atos do presidente Jânio Quadros, também condenou as mudanças no horário de trabalho dos funcionários públicos: “S. Excia., numa penada, sem consultar sequer os órgãos técnicos, altera o horário e por via dessa alteração reduz os vencimentos dos funcionários federais, subvertendo de um momento para outro um regime de trabalho por assim dizer secular”⁸⁴.

Em face das pressões exercidas por vários segmentos da sociedade brasileira, no dia 8 de agosto Jânio Quadros revogou a medida que ampliava o horário de trabalho dos funcionários públicos.

Paralelamente a essas medidas de austeridade administrativa, Jânio Quadros determinou que os ministros do seu governo, devido ao fato de serem obrigados a morarem em Brasília, deveriam receber o dobro de seus vencimentos, além de outras regalias funcionais.

Seguindo a mesma linha de orientação quanto à questão da moralização administrativa, determinou a adoção de medidas que disciplinassem e moralizassem o emprego dos automóveis oficiais em Brasília. Tais exigências deveriam ser estendidas a toda a administração federal.

Com relação aos ministérios e outros órgãos governamentais, também adotou medidas de contenção e austeridade, determinando cortes de gastos nas Forças Armadas e exigindo que fosse reduzido o número de ministros econômicos, adidos militares e outros membros que prestassem serviços no exterior. Para tanto, extinguiu os cargos de adidos

82. *O Estado de S. Paulo*, de 03/03/1961.

83. *Idem*.

84. *Última Hora*, de 06/03/1961.

aeronáuticos que estivessem prestando serviço junto às representações diplomáticas brasileiras.

A imagem criada pelo presidente era a de um homem jovem, despojado e que pretendia governar o Brasil de uma nova maneira. Desde o começo de sua gestão, adotou roupas esportivas, os famosos *slacks* ou safaris, utilizados pelos colonizadores ingleses em missão na Índia. Segundo Jânio, esse traje era o mais adequado para um clima quente como o nosso⁸⁵.

Enquanto presidente da República, Jânio Quadros baixou um decreto proibindo as brigas de galo em todo o território nacional, por serem violentas e envolverem apostas. Os jôqueis clubes também foram proibidos de funcionar nos dias úteis, podendo realizar corridas de cavalos apenas aos domingos. Tanto as corridas de cavalos como as de trote foram consideradas jogos e não meramente um esporte.

Várias críticas surgiram, principalmente com relação à proibição das corridas de cavalo, pois os opositores argumentavam que tal decreto acarretaria o desemprego de centenas de pessoas.

Proibiu, ainda, o carteadado em lugares públicos. Porém essa medida não foi surpresa, uma vez que, desde seu período parlamentar, Jânio Quadros sempre combateu os jogos, as rifas e os bingos, porque, segundo sua avaliação, poderiam viciar as pessoas, além de serem considerados jogos de azar, em que o vencedor é o acaso e não propriamente a capacidade individual.

Com relação ao cinema, à televisão e ao rádio, Jânio Quadros argumentava que era função do Estado “zelar pela Educação da infância e da Juventude (...) ao Poder Público cumprir preservar o sentido nacional da cultura brasileira e estimular o culto dos padrões cívicos pátrios, impedindo a sua deformação”⁸⁶.

Mediante um decreto, regulou a propaganda comercial e os *trailers* exibidos nas sessões de cinema, pois considerava abuso o espectador ser obrigado a assisti-los antes do início do filme escolhido.

Também foi proibida a presença de menores de dezoito anos em programas de rádio e televisão, justificada pela “sensível influência dos programas de rádio e de televisão no ambiente familiar, na orientação dos costumes e, principalmente, na formação do caráter da juventude”⁸⁷.

85. NETO, João Mellão. *Jânio Quadros — 3 estórias para 1 história*. São Paulo, Renovação, 1982, p. 178.

86. VICTOR, Mário. *Op. cit.*, p. 107.

87. *Idem, ibidem*, p. 108.

Proibiu, ainda, o uso de lança-perfume e regulamentou o uso de maiôs nos desfiles de missas que fossem televisionados. Vetou o uso de biquínis nas praias por considerá-los “inadequados”.

Na realidade, com exceção da regulamentação dos maiôs e da proibição dos biquínis, as outras interdições já haviam sido estabelecidas no Estado de São Paulo, quando Jânio Quadros exerceu seu mandato de governador e, portanto, não eram novidades para a população paulista.

Alguns setores oposicionistas criticaram Jânio Quadros por ter adotado tais medidas, considerando esses atos e opiniões do presidente a expressão de uma idiossincrasia do chefe de Estado. Para um líder que se dizia liberal, era no mínimo estranho a interferência nos usos e costumes. Entretanto, essa maneira de atuar fazia parte da criação de sua imagem, o que causou muito impacto na opinião pública.

O novo governo que se instalava em Brasília, a recém-capital federal, enfrentou problemas quanto à sua formação. Isso decorreu do fato de Jânio Quadros não ter conhecimento e de não possuir contatos com outros líderes nacionais. O mesmo desconhecimento pode ser estendido ao seu *staff* administrativo, pouco acostumado aos encontros políticos que extrapolassem o Estado de São Paulo.

Castilho Cabral fez um relato das dificuldades de Jânio para montar a sua equipe de governo: “Jânio Quadros, quando deputado federal pelo Paraná se limitara a uma sessão da Câmara — a da posse; seu Ministro da Justiça, que não fora sequer deputado estadual, lutava com as maiores dificuldades para a coordenação política num ambiente que desconhecia. E governar o Brasil não é a mesma coisa que governar um Estado, ainda que se trate de São Paulo, o mais desenvolvido da Federação; uma coisa é uma Assembléia estadual, e outra a Câmara Federal, o cenário provinciano infinitamente menos complexo que o da Nação. Por outro lado, Brasília ainda não é lugar adequado para a atração de uma equipe inteiramente nova de colaboradores, como a que o chefe da ‘revolução branca’ teria de organizar, para levar a cabo a imensa tarefa que dele exigia o povo”⁸⁸.

Nessas considerações de Castilho Cabral estava embutido um ressentimento, ou melhor, uma disputa política entre o líder do MPJQ e o “grupo de São Paulo”, liderado por Oscar Pedrosa D’Horta e por Quintanilha Ribeiro. Castilho Cabral havia sido convidado pelo presidente para assumir a Embaixada do Brasil junto à ONU, em Nova York, porém só ocuparia esse cargo em agosto, quando o então embaixador

88. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 242.

Freitas Vale se aposentasse. Enquanto isso, Cabral ocuparia, temporariamente, o cargo de presidente da Caixa Econômica Federal de São Paulo. Transcorridos alguns meses, Jânio Quadros optou por San Thiago Dantas, seu antigo inimigo político do PTB, para ocupar o posto na ONU, sendo que esse fato aumentou o ressentimento de Cabral com relação ao grupo de São Paulo e ao próprio presidente Jânio Quadros.

Na avaliação de Castilho Cabral, Jânio enfrentou outros problemas para formar sua equipe: “Em luta com a máquina político-administrativa que há 30 anos dominava o país, Jânio Quadros enfrentava o problema gravíssimo da falta de assessoria, que em sete meses não conseguiu constituir, agravada pela redução do ‘braint trust’, praticamente formado apenas pelo Ministro D’Horta, pelos chefes da Casa Civil e Militar, Quintanilha Ribeiro e General Pedro Geraldo e pelo secretário particular José Aparecido: o próprio líder do Governo na Câmara, deputado Pedro Aleixo, tinha dificuldades de acesso ao Presidente”⁸⁹.

Segundo as ponderações de Castilho Cabral, não havia representação política substantiva na equipe de governo de Jânio Quadros. Os membros mais atuantes limitavam-se ao grupo de São Paulo, sem experiência política e parlamentar, o que propiciava o isolamento do *staff* perante o Congresso Nacional e a sociedade brasileira. Conjugado a esse fato, Jânio Quadros também herdou uma máquina administrativa emperada, com interesses dos grupos que detinham o controle da máquina que, conseqüentemente, resistiram muito às mudanças que Jânio pretendia fazer na administração federal.

Carlos Lacerda também fez referência a esse grupo mais próximo ao presidente, afirmando que Jânio Quadros estava cercado “por uma assessoria defeituosa, malévola, precária, boêmia, desordenada, incapaz e perversa, que está afundando o Governo Jânio Quadros”⁹⁰.

Enquanto essas críticas circulavam pelos meios de comunicação e por via de debates no Congresso Nacional, Jânio Quadros reforçava sua imagem política, divulgando publicamente as súmulas dos despachos enviadas aos seus ministros, em que solicitava medidas e informações aos ministérios de Minas e Energia, Agricultura, Justiça e Gabinete Militar, além de impor, a todos os outros, tarefas que deveriam ser cumpridas.

Os despachos ou “bilhetes”, sob o ponto de vista do deputado Caiado de Castro, do PTB da Guanabara, eram humilhantes para esses

89. *Idem*, *ibidem*, pp. 242-243.

90. LACERDA, Carlos. *O poder das idéias* Op. cit., p. 330.

homens que ocupavam altos cargos no governo. Segundo o parlamentar, “os célebres bilhetinhos (...) são meramente demagógicos”⁹¹.

O senador Argemiro Figueiredo, diante de tais procedimentos adotados pelo presidente, questionou a função dos ministros: “Que fez de seus Ministros? Ah, os seus Ministros de Estado! Estes não existem no atual Governo. Os que se conservam com esse nome, perderam a alta e nobre dignidade do posto. Foram despersonalizados. Não são Ministros de Estado. São Ministros do Presidente, executores de ordens divulgadas diariamente pela imprensa falada e escrita, para que todos saibam que eles nada podem e só o Presidente pode tudo”⁹².

Jânio enviou ao ministro da Viação e Obras Públicas, Clóvis Pestana, um questionário para ser preenchido com todos os dados da pasta, com a finalidade de obter um real conhecimento da situação encontrada no órgão. Para o Ministério da Educação, expediu um memorando em que salientava a necessidade de acabar com a propriedade pessoal da cátedra, o que refletia os resquícios dos desentendimentos que Jânio teve com os docentes da USP em sua gestão como governador de São Paulo.

Nem mesmo a avaliação feita pelo próprio Jânio Quadros quanto ao seu Ministério era muito positiva. Em uma reunião ministerial, Jânio Quadros advertiu que seu Ministério estaria se estagnando e se acomodando às vicissitudes da máquina burocrática. Segundo seu parecer, o desempenho de seus ministros foi bom nos primeiros momentos, mas não demonstraram espírito renovador. Por esse motivo, pensou em realizar uma reforma parcial em seu Ministério, libertando-se dos compromissos políticos e adequando os ministros às suas reais funções e capacidade de trabalho. A reunião, na opinião do jornal *O Estado de S. Paulo*, foi complicada: “Pode-se avaliar o estado de espírito do Sr. Jânio Quadros pela atitude dramática que assumiu na última reunião ministerial, quando chegou a chorar, pedindo a todos que o ajudassem a levar a cabo as reformas de base que prometera na sua pregação de candidato”⁹³.

Nessa reunião, Jânio Quadros elogiou os ministros da Agricultura e da Saúde pelo ritmo empreendido às suas pastas. Já com Afonso Arinos, ministro das Relações Exteriores, Jânio foi mais ameno em suas colocações devido à sua amizade com o político, mas comentou que o

91. *O Estado de S. Paulo*, de 08/03/1961.

92. VICTOR, Mário. *Op. cit.*, p. 179.

93. *O Estado de S. Paulo*, de 12 e 13/07/1961.

Itamarati não tinha mostrado iniciativa alguma e explicitou que desejava ministros mais “audaciosos” para compor sua equipe de governo.

Essa postura de Jânio Quadros com relação à renovação de seu Ministério era compreensível, já que alguns ministros, segundo as críticas expressas na imprensa e no Congresso Nacional, eram realmente inadequados para certas funções que exerciam. Porém, o que parece estranho é sua proposta de ter, em seu governo, ministros mais arrojadados e mais audaciosos, uma vez que qualquer iniciativa deles era avaliada pelo presidente, assim como todos os passos eram controlados pessoalmente por Jânio Quadros. Na realidade, os ministros trabalhavam sob a tutela direta do presidente da República, o que os impossibilitava de demonstrarem suas potencialidades.

Alguns pontos de divergência ocorreram entre Jânio Quadros e seus ministros. No caso específico de Afonso Arinos, nem sempre ambos estiveram de acordo com as medidas adotadas na política externa, o que se deve, principalmente, ao fato de o ministro pertencer à facção política mais conservadora dentro da UDN. Afonso Arinos defendia o pensamento cristão-democrata e era anticomunista, sendo que a política externa do governo Jânio Quadros estava voltada para o reatamento de relações diplomáticas com os países socialistas.

Outro fator de discórdia diz respeito ao projeto de regulamentação da lei sobre Abuso do Poder Econômico, ou a Lei Antitruste, que foi enviado, pelo governo, ao Congresso Nacional. Tal proposta não era aceita pelo ministro Clemente Mariani, por Bernardes Filho e pelos ministros militares, que eram ligados ao capital estrangeiro, enquanto os ministros João Agripino, Romeiro Cabral e Castro Neves, de posições mais nacionalistas, apoiavam o projeto. Devido a esse atrito, o projeto resultou em uma condensação das duas tendências presentes no seu Ministério⁹⁴.

Jânio Quadros se desentendeu, também, com seu ministro da Fazenda, Clemente Mariani, com relação a dois outros itens do programa de seu governo. O primeiro diz respeito ao combate, empreendido pelo governo federal, ao contrabando, considerado uma atividade ilegal que sonegava impostos. Para enfrentar o contrabando, o governo contou com a ajuda da Força Aérea Brasileira, da Marinha, da Polícia Marítima, da Alfandegária e dos comandos fiscais que realizavam diversas ações

94. ARAÚJO, Braz José. “Politique extérieure et contradictions de capitalisme dépendant: le gouvernement Jânio Quadros au Brésil”. Centre Universitaire de Vincennes. Thèse de Doctorat de 3^e cycle en Sociologie Politique, 1970.

conjuntas, com o intuito de apreender mercadorias em várias fronteiras e cidades do país. Porém, como as normas haviam sido alteradas, todos os inspetores das alfândegas e os guardas-mares subordinados aos órgãos ligados ao Ministério da Fazenda foram substituídos, pois, a partir daquele momento, era exigida a aprovação militar para a nomeação do pessoal alfandegário, o que implicava perda de poder por parte do Ministério da Fazenda.

Já o segundo ponto de discórdia entre Jânio e Mariani refere-se à questão da obrigatoriedade dos órgãos da Previdência Social no sentido de fazerem seus depósitos no Banco do Brasil. Essa nova regra feria os interesses da burguesia financeira representada por Clemente Mariani.

O relacionamento de Jânio Quadros com alguns de seus ministros não foi tranquilo e o mesmo aplica-se com relação ao seu vice João Goulart. O maior confronto entre os dois ocorreu, como já mencionado anteriormente, por ocasião da divulgação dos resultados da Comissão de Sindicância instalada pelo governo no IAPB. A comissão citou o vice-presidente como beneficiário das irregularidades encontradas nesse órgão da Previdência Social. Esse “mal-estar”, criado por tal divulgação, só foi desfeito quando Jânio Quadros, após conversar com João Goulart, enviou um projeto à Câmara dos Deputados para que o vice-presidente fosse autorizado a se ausentar do Brasil, em caráter oficial, em uma viagem para China Continental, Austrália, Polônia e outros países. Em 28 de julho, Goulart partiu para Paris a fim de se integrar aos membros da missão que iriam viajar para a China. No dia da renúncia de Jânio Quadros, Goulart visitava a China em missão diplomática, sendo que alguns analistas consideram que a atitude de Jânio em enviar seu vice a essa viagem fazia parte de uma estratégia política programada pelo presidente Jânio. Segundo essa análise, Jânio pretendia renunciar e, devido ao fato de seu vice estar ausente do país, sua renúncia seria recusada e ele retornaria à Presidência com maiores poderes para governar.

Nesse sentido, observa-se uma tensão permanente entre as propostas centralizadoras do presidente e seus anseios discursivos de descentralização. Jânio Quadros exigia maior competência e empenho com relação ao trabalho de seus ministros, porém não oferecia condições nem espaços para que essa descentralização se efetivasse.

Por essa ocasião, surgiram boatos na imprensa que alguns ministros de seu governo haviam pedido demissão, ao que Jânio respondeu: “Este é um governo sem temores, ninguém vivo o amendrontará. Todos os dias demitem um dos meus ministros — é o da Guerra, é o da Educação, é o da Fazenda, é o da Agricultura. Pois enganam-se os que os

demitem. Só eu posso demiti-los e não vou fazê-lo. Conservar-se-ão até que cumpram seu dever, como eu, ou até quando eu o julgue conveniente que devam ser substituídos”⁹⁵.

Seguindo o mesmo estilo político de agir, Jânio Quadros divulgou, por meio de cartazes, o seguinte recado para a população brasileira:

“Não fale do Governo aos Outros

Fale ao Jânio!

Sugestões e reclamações aqui”.

Com esse gesto, Jânio Quadros desautorizava seus auxiliares a receberem reclamações, afirmando que o único membro do governo habilitado para ouvi-las e resolvê-las era ele, o próprio presidente da República.

O *Jornal do Brasil*, em um editorial, criticou a maneira como o presidente Jânio Quadros governava o país: “Com sua preocupação — que bem pode ser prova de insegurança — de demonstrar autoridade, o Sr. Jânio Quadros age como aqueles personagens de histórias policiais que atiram primeiro para depois fazer perguntas. É, antes de tudo, um homem solitário, que procura entender-se com o povo sem dar importância àqueles que considera meros intermediários — no caso, as associações de classes, os partidos políticos, os grupos conservadores, as Casas do Congresso, etc. O Presidente intervém diretamente em questões da alçada de funcionários de escalões subalternos, sindicando e decidindo”⁹⁶.

Jânio Quadros estabeleceu contatos diretos com os governos estaduais, tendo como preocupação a instalação em cada Estado de uma sucursal de seu Gabinete. O objetivo era resolver os problemas de interesses da União diretamente com cada Estado.

Tal iniciativa recebeu críticas, dentre as quais destaca-se a do senador Lima Teixeira que justificou sua posição: “O Chefe do Executivo vem dando demonstrações de que quer anular o Congresso, pois, de certo modo, chegou ao ponto de interferir nos Estados, designando representantes das Casas Civil e Militar para funcionar nas Unidades da Federação, a fim de tomar conhecimento das suas necessidades, anulando de certa maneira a representação política, pois, para trazer ao conhecimento da Nação as ocorrências dos Estados, aqui estão os representantes do povo no Senado da República e na Câmara dos Deputados.

95. VICTOR, Mário. *Op. cit.*, p. 124.

96. *Jornal do Brasil*, de 15/03/1961.

Com essa medida, S. Excelência, anula também a ação dos Governadores, dado que, através dos Governadores é que deveriam ser trazidas ao governo as queixas e reivindicações do povo”⁹⁷.

A pretensão de Jânio Quadros, com relação a essas propostas, era promover uma centralização maior do poder nas mãos do Executivo. Para tanto, a medida não se limitou aos governos estaduais, sendo também estendida aos municípios por meio de um decreto que criou o Serviço Nacional de Assistência aos Municípios (SENAM), instalado “para promover reuniões de Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais com o Chefe do Poder Executivo, para que ele sentisse de perto as necessidades de cada comunidade”⁹⁸.

Tais propostas de reformas no sistema administrativo foram consideradas pelos parlamentares situacionistas — como os deputados Heribaldo Vieira e Novais Filho — uma tentativa de “diminuir a burocratização do sistema administrativo”⁹⁹, facilitando o contato direto entre o presidente e os governadores, para que as solicitações populares fossem prontamente atendidas.

Na avaliação de Mário Victor, o presidente adotou esse sistema administrativo como consequência da “decadência do Congresso”, uma vez que projetos importantes enviados pelo governo ao Congresso — como o da Limitação da Remessa de Lucros para o Exterior e o da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas — encontravam-se engavetados já por algum tempo, sem merecer atenção do Congresso. O autor considerou que a instalação desses subgabinetes acabariam com a “politicagem” e, principalmente, com o “coronelato” das regiões do Norte e Nordeste. Devido a essas posturas, considerava-se que o presidente, mediante seus atos e sua antecipação “a tudo e a todos”, demonstrava um “dinamismo do Executivo” e, como consequência, propiciava um “esvaziamento do Congresso”, que era avaliado positivamente.

Mediante esta medida, Jânio Quadros inaugurou o “governo itinerante”, que consistia originariamente em passar oito dias em cada Estado brasileiro. Para implementar tal proposta, o presidente realizou reuniões com os governadores, objetivando conhecer os problemas e as reivindicações de cada Estado.

A primeira reunião aconteceu em Florianópolis, no dia 24 de março, e estavam presentes os governadores Leonel Brizola, do Rio

97. VICTOR, Mário. *Op. cit.*, p. 141.

98. *Idem, ibidem*, p. 140.

99. *Idem, ibidem*, p. 141.

Grande do Sul, Celso Ramos, de Santa Catarina, e Nei Braga, do Paraná. Após ouvir as solicitações e consultar Clemente Mariani, o presidente liberou ajuda financeira aos três estados para a aplicação desses recursos nas áreas de Produção de Energia Elétrica, Saúde, Educação, Agricultura e rodovias que interligassem os respectivos estados.

Na segunda reunião, realizada no final do mês de abril, encontravam-se os governadores Fernando Correia da Costa, do Mato Grosso, Mauro Borges, de Goiás, Abelardo de Alvarenga Mafra, de Rondônia, e José Altino Machado, do Acre. Atendendo às reivindicações, Jânio liberou verbas para as áreas de Saneamento Básico, Transporte, Educação e Projetos para a valorização da Amazônia. Também concedeu créditos para a exploração da borracha por intermédio do Banco de Crédito da Amazônia.

No dia 26 de maio, realizou-se a terceira reunião, congregando os governadores Pedro Godim, da Paraíba, e Cid Sampaio, de Pernambuco. Foram liberadas verbas para a Universidade do Estado da Paraíba, para a área da Saúde e Eletrificação Rural.

Finalmente, a quarta reunião foi realizada no Rio de Janeiro em 29 de junho, estando presentes os governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, Carvalho Pinto, de São Paulo, e Celso Peçanha, do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, foram liberadas verbas para o Estado da Guanabara para a aplicação nas áreas de Saneamento Básico, Saúde, Habitação, Turismo, Penitenciárias, Educação, Cultura, bem como no setor industrial. Para São Paulo, as verbas do BNDE se destinaram basicamente à Usina de Urubupungá e, para o Rio de Janeiro, direcionadas para as áreas da Usina Termoelétrica de Campos, para o setor industrial e educacional.

Carlos Lacerda relatou que Jânio Quadros, nessa reunião, demonstrou seu descontentamento com a situação vivenciada por ele: "No dia da reunião dos governadores, o Presidente da República manifestou-me a sua profunda inquietação com as dificuldades de funcionamento do regime; pouco ou nulo rendimento do Congresso, a desagregação sensível dos partidos, o esvaziamento da vida pública, o não atendimento de suas solicitações por reformas profundas de que carece para governar. Esta conversa havia sido precedida de outra, do senhor Ministro da Justiça, na qual o Senhor Oscar Pedrosa D'Horta dissera-me que o Presidente, em crescente inquietação, poderia chegar à renúncia, se não obtivesse do Congresso as medidas necessárias ao cumprimento do seu programa"¹⁰⁰.

100. LACERDA, Carlos. *O poder...* Op. cit., p. 333.

Depois dessa reunião, Carlos Lacerda, que já desconfiava que o presidente pretendia alterar a presente situação, passou a confirmar tal possibilidade, sendo que o Congresso Nacional também seria afetado com a sua atitude, visto que Jânio Quadros não queria e não sabia governar com o Legislativo.

As reuniões com os governadores foram combatidas pela oposição, que salientava a perda do poder do Congresso Nacional e o esvaziamento da função de mediação entre o Legislativo, a Sociedade e o Poder Executivo. A partir daí, começaram a ocorrer desentendimentos entre alguns governadores e o presidente, sendo que os maiores problemas foram enfrentados, por Jânio, com Carlos Lacerda, que se opunha à política externa de reaproximação do Brasil com os países socialistas. Lacerda se sentia traído, um vez que fora ele quem propôs o nome de Jânio Quadros como candidato à Presidência pela UDN.

Cid Sampaio, por sua vez, criticou a política adotada pelo governo federal de extinguir os subsídios para o Nordeste.

Já no pleito para a Prefeitura de São Paulo, realizado em 1961, Carvalho Pinto apoiou o candidato Prestes Maia, que venceu Emílio Carlos, apoiado por Jânio Quadros. Essa derrota foi interpretada como uma perda de poder do presidente Jânio Quadros na política paulista.

Seguindo a sua proposta de implantar um "governo itinerante", Jânio Quadros, no mês de junho, passou uma semana em São Paulo, hospedado no Horto Florestal. O deputado Jonas Bahiense, do PTB fluminense, criticou a mudança da sede do Executivo para São Paulo, argumentando que o presidente havia escolhido a capital paulista porque era somente nesse Estado que ainda possuía forças para sustentá-lo no poder. Outro deputado, Último de Carvalho, afirmou ser inconstitucional a mudança de governo sem que o Congresso Nacional tivesse sido consultado.

Por ocasião de sua estada na capital paulista, Jânio Quadros foi homenageado pelos moradores de Vila Maria. Na visita ao seu tradicional reduto eleitoral, Jânio Quadros inaugurou um posto médico do SAMDU. O presidente discursou usando um boné da CMTC e falou contra os ricos e os poderosos, pedindo um voto de confiança do povo: "Com ajuda de Deus e com o apoio do povo, tornaremos esse País, nesses 5 anos, numa Nação livre e democrática, que não tem medo nem ódio de outras nações, e que possa sempre erguer sua voz em defesa dos povos pequeninos, dos povos fracos"¹⁰¹.

101. *O Estado de S. Paulo*, de 14/06/1961.

A sua viagem a São Paulo era um reconhecimento de que Jânio Quadros se sentia isolado politicamente em Brasília. A última frase do presidente, ao deixar a capital federal depois da renúncia, foi a seguinte: “Maldita cidade! Ajude-me Deus a nunca mais precisar voltar a este inferno!”¹⁰².

Essa frase pode ser interpretada como uma metáfora de seu isolamento enquanto homem e político e expressa seu sentimento de repúdio ao que esses sete meses significaram em sua vida pessoal e política.

Não é fácil sintetizar os sete meses que Jânio Quadros permaneceu na Presidência, uma vez que muitas de suas propostas não chegaram a se concretizar. Apesar de ser um período curto de governo, é possível arrolar algumas características que marcaram sua gestão, dentre as quais destacam-se as propostas de estabilização econômica — associada a uma política antiinflacionária — e de política externa.

No governo Jânio Quadros, a política econômica não caracterizou-se por uma proposta ampla que abrangesse todos os setores da sociedade brasileira, mas sim por ações improvisadas, visando o imediato. Um exemplo dessa situação é o fato de a Comissão Nacional de Planejamento (COPLAN) ter sido formada quase no término de seu governo.

Jânio Quadros, ao assumir a Presidência, defrontou-se com uma série de dificuldades econômico-financeiras herdadas do governo Juscelino Kubitschek, como inflação alta, desequilíbrio econômico, necessidade de redimensionar os gastos públicos e aumento do endividamento externo.

Na “Mensagem ao Congresso Nacional”¹⁰³, Jânio Quadros realizou um levantamento de toda a situação econômico-financeira, social, político-institucional, bem como a questão da política externa.

Com relação à situação econômica, o documento analisou os desequilíbrios estruturais e regionais, o balanço de pagamentos e a questão da política financeira. Também enfatizou a necessidade de combater a inflação, aumentar as exportações, ampliar os setores de Energia Elétrica e Nuclear, bem como o setor de Transportes e Comunicações.

A situação social relacionava-se com questões ligadas ao Trabalho, à Educação, à Cultura, à Habitação, à Urbanização, à imigração e à

102. A *Tribuna*, de 27/08/1961.

103. Mensagem ao Congresso Nacional, Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

Colonização. Na parte referente à política social, defendia a necessidade de ampliar o mercado de trabalho, estender a segurança social aos trabalhadores rurais e domésticos e assegurar uma assistência social adequada ao trabalhador.

A política institucional envolveria questões referentes ao sistema jurídico, ao regime de propriedade, à administração federal e à questão da Segurança Nacional. Como propostas mais polêmicas dentro dessa área, incluíam-se a questão da participação dos empregados nos lucros das empresas, a legislação contra o abuso econômico e a reorganização do Conselho de Segurança Nacional.

Com objetivo de conseguir a estabilização do custo de vida, Jânio Quadros adotou uma política de austeridade, acabando com os subsídios e aumentando os preços do petróleo e seus derivados, do trigo e do papel importado, dentre outros produtos.

Samuel Wainer, em seu livro de memórias, relatou que foi convidado por Jânio Quadros, por intermédio de seu secretário particular José Aparecido, a comparecer em Brasília a fim de conversarem. Nessa ocasião, Jânio falou com o jornalista a respeito de certas medidas que iria adotar com relação à política cambial, o que implicaria a restrição da importação de certos produtos, dentre os quais incluía-se o papel de imprensa. Nesse encontro, o presidente solicitou o apoio do jornal *Última Hora* ao seu governo, ao que Samuel Wainer ponderou que o apoiaria quando achasse conveniente. O presidente, na avaliação do jornalista, ficou satisfeito com o resultado da conversa entre eles. O jornalista contou: “No dia seguinte ao nosso encontro, de fato, Jânio fez seu famoso pronunciamento pela TV durante o qual, para justificar sua tese de que o país estava desperdiçando montanhas de dólares com importação, exibiu uma gorda edição dominical do jornal *Estado de São Paulo*”¹⁰⁴.

Nessa ocasião, Jânio Quadros, em rede nacional de televisão e rádio, comentou: “Este é um exemplar de um jornal de nossa Pátria, no domingo. Parece um volume de 130 ou 140 páginas declaradas, com subsídios que todo o povo paga, inclusive sua metade de analfabetos”¹⁰⁵.

Foi nesse contexto que o governo Jânio Quadros baixou as Instruções 204, 205 e 206 expedidas pela SUMOC, que objetivaram liberar a importação de mercadorias e estabelecer o câmbio no mercado livre, acabando com os subsídios de certos produtos. Essa medida acarre-

104. WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1987, p. 229.

105. VICTOR, Mário. *Op. cit.*, p. 114.

tou o encarecimento de algumas mercadorias, gerando descontentamentos em vários setores da população brasileira. O setor que mais se privilegiou com essas medidas foi o de exportação, bem como os credores internacionais. Com a Instrução 204, ocorreu a desvalorização do cruzeiro.

Com a adoção dessa medida antiinflacionária, o governo Jânio Quadros desejava equilibrar as finanças do Estado. A fórmula neoliberal aplicada pelo seu governo defendia a abertura do mercado brasileiro para investimentos estrangeiros e, para tanto, procurava manter um orçamento equilibrado. Mediante estas medidas e a renegociação da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil conseguiu obter novos empréstimos no exterior.

Na Presidência da República assim como em seus outros cargos públicos que ocupou, Jânio sempre manteve informada a população. Com esse procedimento, conseguiu o seu apoio político, já que as relações entre o presidente e o Congresso Nacional eram complicadas, além de não deter a maioria parlamentar para aprovar seus projetos. Com o intuito de explicar essas medidas econômicas, Jânio Quadros fez um discurso extremamente didático, em rede nacional de televisão e rádio, ressaltando que, provavelmente, desagradaria a alguns brasileiros, mas que deveria ser o presidente de 70 milhões e não de uma minoria privilegiada. Explicou a Instrução 204 da SUMOC, as emissões de dinheiro e sua contenção, a recuperação da PETROBRÁS, o papel-moeda e o custo de vida, argumentando que era necessário acabar com os abusos do poder econômico. Além disso, ressaltou novamente sua independência em face dos grupos: “Este é um governo livre. Sem dono, nem influências, sem amizades, nem ódio senão a parte do interesse nacional. Este é um governo sem temores — ninguém vivo o amedrontará (...) E ninguém perturbará a ordem neste País. Comigo vivo, ninguém. Eu não aconselharia quem quer que fosse”¹⁰⁶.

Com esse pronunciamento, Jânio Quadros deixava claro aos seus interlocutores que ele era o único coordenador da política econômica não atendendo às solicitações e nem pressões de grupos econômicos. Entretanto, o segmento populacional mais afetado por essas medidas econômicas foi o dos assalariados, uma vez que seus salários foram congelados.

Outra medida proposta por seu governo diz respeito ao combate ao abuso econômico. A Lei Antitruste considerava abuso o monopólio

106. O Estado de S. Paulo, de 05/04/1961.

de certas atividades por um grupo na área da produção ou na distribuição de mercadorias. Com o objetivo de controlar o mercado interno, estes grupos monopolistas procuravam impedir a criação ou o funcionamento de outras empresas do setor.

Essa nova Lei Antitruste não foi bem aceita por uma parte do Congresso Nacional, devido aos grupos interessados em manter o monopólio em determinados setores da atividade econômica. O CONCLAP se posicionou contrário à lei pressionando parlamentares identificados com suas propostas para votarem contra o projeto. Tais pressões surtiram efeito e somente no governo de João Goulart, com uma nova composição no Congresso Nacional, é que a Lei Antitruste foi aprovada.

A Lei de Remessa de Lucros para o Exterior, encaminhada ao Congresso pelo Executivo, também encontrou resistência dentro da própria equipe de governo de Jânio Quadros. De um lado estava o ministro João Agripino, defensor da linha nacionalista, que propunha a limitação da remessa de lucros para o exterior em 10%, além de estabelecer critérios rígidos para a aplicação do capital estrangeiro no país. De outro lado, defendendo os grupos econômicos estrangeiros e a livre entrada do capital estrangeiro no país, encontrava-se o ministro Clemente Mariani. Diante do impasse, Jânio Quadros optou por uma solução intermediária, que consistia na limitação da remessa de lucros mediante a tributação, ou seja, as empresas estrangeiras seriam “taxadas em 30% os seus lucros distribuídos e em 10% os seus lucros reinvestidos em projetos aprovados pela SUDENE”¹⁰⁷.

Esse projeto de lei de remessa de lucros recebeu o apoio de 290 líderes sindicais, porém encontrou resistência no Congresso Nacional, sendo que essa lei foi aprovada somente no governo de João Goulart.

Os desencontros entre Jânio Quadros e seu ministro da Fazenda culminaram com o pedido de demissão de Clemente Mariani. O presidente, apesar de discordar dos rumos adotados pelo ministro com relação à política antiinflacionária, que implicava a contenção do desenvolvimento econômico, não aceitou o pedido, liberando o ministro de seu cargo somente no final de agosto, após sua participação como representante do Brasil na Conferência de Punta del Este, organizada pelo Conselho Interamericano Econômico e Social.

Outra proposta de lei de seu governo, que também envolveu muitas discussões, foi o projeto sobre a Reforma Agrária. Desde sua

107. NETO, João Mellão. *Op. cit.*, p. 161.

campanha eleitoral, Jânio Quadros defendia a necessidade de se elaborar um projeto de lei agrária, com o objetivo de melhorar as condições dos trabalhadores rurais mediante acesso à terra e a extensão das leis trabalhistas a esse segmento populacional. Também defendia a expansão do crédito agrícola aos pequenos lavradores e o incentivo à formação de cooperativa para as culturas alimentares¹⁰⁸.

Em sua Mensagem Presidencial de 15 de março, Jânio Quadros defendeu, de maneira mais clara, a extensão da legislação trabalhista ao campo como uma maneira de integrar o trabalhador rural à sociedade brasileira. A esse respeito, Jânio Quadros declarou: "Precisamos ampliar o campo de aplicação da legislação do trabalho, não só territorialmente como para beneficiar maior número de trabalhadores brasileiros. É nesse sentido que pretendemos submeter ao Congresso a disciplina do trabalho rural. Não podemos postergar a proteção do direito desses trabalhadores, nem pretender uma verdadeira sociedade nacional se mais da metade da população não dispõe dos instrumentos de sindicalização para se fazer presente. Promoverá o governo a reabilitação do homem político, social e economicamente"¹⁰⁹.

Com relação ao Estatuto da Terra, propunha a desapropriação por interesse social, visando, com isso, aumentar a produção agrícola e incorporar o homem do campo à sociedade brasileira.

Para implementar tais propostas de governo, Jânio Quadros constituiu um grupo de trabalho formado pelo senador Milton Campos, pelos economistas Pompeu Acioly Borges, Rômulo de Almeida, Inácio Rangel, por D. Helder Câmara, secretário-geral da CNBB, pelos deputados Nestor Duarte e Barbosa Lima Sobrinho e pelo vice-presidente da Confederação Rural Brasileira, Edgar Teixeira Leite. Quase todos os segmentos envolvidos com a questão agrária estavam presentes nessa comissão, com exceção do maior interessado: o trabalhador rural.

O deputado José Joffily, da Ala Moça do PSD e da Frente Parlamentar Nacionalista, também possuía um projeto de lei para a implantação da reforma agrária. Esse projeto previa a "indenização das terras desapropriadas segundo o valor declarado para fins de imposto territorial (e por isso mesmo artificialmente baixo), o que permitiria,

108. CAMARGO, Aspásia de Alcântara. "A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)". In: *O Brasil republicano 3 — Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo, Difel/Difusão, 1983, pp. 168-188.

109. *Idem*, *ibidem*, p. 171.

portanto, ao poder público, contornar os obstáculos políticos e constitucionais ao pagamento em títulos sem lesar frontalmente as determinações da Lei"¹¹⁰. Sugeriu, ainda, que fossem executadas apenas as desapropriações em zonas prioritárias que estivessem "sob forte tensão social".

Tal projeto foi aprovado por Jânio Quadros, porém a proposta encontrou resistência em certos setores da sociedade civil e no Congresso Nacional. O IBAD realizou um simpósio reunindo vários especialistas, políticos e homens públicos para discutir a questão da Reforma Agrária. Paralelamente, outras entidades das classes produtoras também encaminharam ao presidente suas opções para resolver o problema da Reforma Agrária. Em nenhuma dessas propostas incluía-se a idéia de se executar uma imediata reforma agrária. Esses grupos sugeriram que fosse criada uma autarquia que se encarregasse de "coordenar e executar uma reforma de estrutura".

Por sua vez, os maiores interessados pela reforma agrária começaram a se mobilizar. As Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, do PSB, defendiam uma reforma agrária mais radical que a proposta do PCB. Entretanto, Jânio Quadros considerava que os procedimentos adotados por essas organizações e trabalhadores rurais eram condenáveis exatamente por serem, na sua opinião, revolucionários e por pregarem a violência com relação à propriedade privada, contrariando os princípios democráticos. Compreendendo o problema social, o presidente propôs a aplicação da reforma agrária, antes que o governo perdesse o controle da situação: "Compreendo o desespero de largas populações nordestinas, estou plenamente cômico do emprego, da utilização anti-social, de vastas áreas naquela região. Sou a favor da modificação de todo esse quadro, mas dentro da lei, dentro da ordem democrática. E as Ligas Camponesas já se afastaram mais de uma vez da lei, já tentaram mais de uma vez contra a ordem democrática"¹¹¹.

A aprovação do projeto do deputado José Joffily encontrou obstáculos no Congresso Nacional, composto basicamente por setores ligados ao PSD que se identificavam com os proprietários rurais e que consideravam a reforma agrária uma ameaça ao sistema de propriedade privada. No dia 23 de agosto, o Congresso rejeitou o projeto e impediu que o assunto voltasse a ser discutido no Legislativo.

110. *Idem*, *ibidem*, p. 176.

111. *O Estado de S. Paulo*, de 31/05/1961.

A política econômica de Jânio Quadros, em seu curto período de governo, foi marcada, de um lado, por uma política antiinflacionária, que procurou realizar uma reforma cambial e incentivar a entrada de capital estrangeiro no país, obedecendo a uma linha neoliberal na condução dos negócios públicos e privilegiando certos setores econômicos ligados ao capital estrangeiro e, por outro, pela realização de reformas que visavam preservar a autonomia e a independência do país, mediante a Lei Antitruste e a Lei de Remessa de Lucros para o Exterior. Com a adoção dessas propostas, Jânio Quadros descontentou algumas forças econômicas que apoiaram sua candidatura. Paralelamente, também apresentou projetos que objetivavam atender aos interesses das classes populares, como a Reforma Agrária, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e a extensão da legislação trabalhista ao homem do campo.

Diante dessas diversidades propostas, Jânio Quadros esclareceu, em uma entrevista qual era efetivamente sua posição política: “Há quem suponha que, sendo favorável ao divórcio, ao voto do analfabeto, a uma lei severa de remessa de lucros, à Reforma Agrária, seja eu um homem de esquerda ou tenha compromissos com a esquerda. Não tenho. Sou um democrata que acredita que as democracias modernas não sobrevivem a não ser no atendimento às reivindicações irresistíveis de todas as camadas da população e particularmente das mais sofridas e necessitadas, pois essas reivindicações serão atendidas de uma forma ou de outra”¹¹².

A célebre frase “reformular para conservar” equivale a dizer que as propostas de reforma do governo Jânio Quadros visavam atender às necessidades das camadas mais pobres da população, antes que essa mesma população fizesse uso de meios violentos para conquistar seus objetivos, o que, na avaliação de Jânio Quadros, comprometeria a ordem democrática e a unidade nacional.

A política externa adotada por Jânio Quadros foi que definitivamente marcou o seu período de Governo. Alguns autores, como Octávio Ianni¹¹³, consideram que a repercussão negativa de sua política antiinflacionária, que provocou o aumento do custo de vida, fez com que

112. CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *Op. cit.*, pp. 182-183.

113. IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

Jânio Quadros perdesse seu prestígio e sua popularidade. Com o intuito de recuperá-los, seu governo priorizou a adoção da política externa independente.

Para Moniz Bandeira¹¹⁴, a “suposta independência da política externa” visava atingir dois alvos: conseguir auxílio financeiro dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, “adormecer a esquerda brasileira, enquanto executava um programa econômico e financeiro em favor do grande capital e dos interesses estrangeiros”¹¹⁵.

Embora os argumentos utilizados por esse autores devam ser levados em conta, estes não mencionaram que, no programa de governo de Jânio Quadros, já havia uma linha a ser desenvolvida com relação à política externa, compreendida como a preocupação em “estabelecer relações comerciais com todos os países que se dispunham a adquirir nossos produtos em condições satisfatórias (...) Tudo se fará, abrindo as portas do comércio para o mundo, sem distinção de credo político ou ideológico”¹¹⁶. Além de defender o estabelecimento de relações comerciais, preocupava-se em reatar relações diplomáticas com os países socialistas.

O ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, afirmou que o Brasil manteria relações diplomáticas com todos os países e defenderia a “soberania do Estado e da autoridade dos organismos internacionais”. Tal política externa não pretendia agredir ninguém, visto que o governo desejava preservar a “solidariedade coletiva” e a harmonia no direito e na prática entre as nações. O chanceler resumiu em quatro princípios a política externa brasileira: a não-intervenção; a defesa da autodeterminação dos povos; a solidariedade coletiva; e a sua posição antitotalitarista em geral e anticomunista em particular.

Na ocasião em que os Estados Unidos tentaram invadir Cuba a fim de desestabilizar o governo de Fidel Castro, o governo brasileiro recebeu a visita de Adolf Berle Júnior, enviado especial do governo americano, com o objetivo de que o Brasil se posicionasse no que se referia a essa questão. O governo Jânio Quadros condenou a proposta dos Estados Unidos, firmando sua posição em defesa da autodeterminação dos povos. O Ministério das Relações Exteriores

114. BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

115. *Idem, ibidem*, p. 16.

116. VICTOR, Mário. *Op. cit.*, p. 232.

divulgou uma nota do presidente Jânio Quadros, em que explicava a posição oficial do Brasil nesse conflito: "O Brasil, reiterando sua decisão inabalável de defender neste Continente e no Mundo, os princípios de autodeterminação dos povos e de absoluto respeito à soberania das nações, manifesta a sua mais profunda apreensão pelos acontecimentos que se desenrolam em Cuba"¹¹⁷.

Em outra parte desse comunicado, Jânio Quadros afirmou a importância da existência de um sistema de governo semelhante ao do Brasil: o regime da "democracia representativa". Segundo a análise de Brás de Araújo¹¹⁸, Jânio Quadros, com essa posição ambígua, contentou os defensores da autodeterminação, bem como os Estados Unidos, à medida que declarou ser favorável a um sistema de governo baseado em uma democracia representativa, negando, com essa afirmação, o governo socialista, fruto de um processo revolucionário.

Carlos Lacerda, desde o começo do governo de Jânio Quadros, se opôs à política externa, defendendo abertamente a intervenção em Cuba e a derrocada do comunismo no continente americano: "Saúdo a invasão de Cuba como o começo da liberdade de um povo que foi traído pelo revolucionário transformado em tirano"¹¹⁹.

Na avaliação de Lacerda, Jânio Quadros "trata bem as ditaduras comunistas e muito mal as democracias aliadas"¹²⁰. Lacerda sustentava sua posição, afirmando que a maioria do povo brasileiro repelia o comunismo.

A política externa de Jânio Quadros foi um instrumento da política de desenvolvimento. Na avaliação de Brás Araújo, a adoção dessa política foi uma necessidade do próprio sistema, pois o governo Jânio Quadros se viu obrigado a justificar, ideologicamente, o relacionamento comercial e o reatamento das relações diplomáticas com o bloco socialista.

Com objetivo de reatar essas relações com os países socialistas, o governo Jânio Quadros formou três missões: a de João Dantas, encarregada de visitar a Bulgária, a Romênia, a Hungria, a Polônia, a Tchecoslováquia e a Iugoslávia; a de Leão de Moura, que visitaria a União Soviética; e a de João Goulart, que iria à China. Como medida imediata,

117. *Idem, ibidem*, p. 239.

118. ARAÚJO, Braz. José. *Op. cit.*

119. *O Globo*, de 18/04/1961.

120. LACERDA, Carlos. *O poder... Op. cit.*, p. 331.

o governo brasileiro restabeleceu a validade dos passaportes brasileiros para todos os países.

Em seu governo, foram firmados acordos comerciais com a Romênia, a Hungria, a Bulgária, a Albânia e a Iugoslávia. Novas embaixadas foram criadas em Gana, na Nigéria, em Dacar e em Leopoldville, com a finalidade de uma maior aproximação com os países do continente africano. Os passaportes nacionais também foram validados para viagens à Albânia, à Alemanha Oriental, ao Vietnã do Norte, ao Tibete, à Coreia do Norte e à Mongólia. A aproximação com os países socialistas e com o continente africano era uma das metas a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

O governo Jânio Quadros procurou também estabelecer laços comerciais e relações políticas mais estreitas com os países latino-americanos. Com esse intuito, o presidente Jânio Quadros encontrou-se com o presidente Arturo Frondizi, da Argentina, com Ortezar Escobar, ministro das Relações Exteriores do Chile, e com o presidente Manuel Prado, do Peru. A política externa brasileira pretendia mostrar que o Brasil, dentre as nações subdesenvolvidas, era a que possuía melhores condições para liderar o processo de desenvolvimento, que só seria possível se ocorresse a libertação dessas nações, daí a defesa que seu governo fazia da autodeterminação dos povos.

A política externa adotada pelo governo Jânio Quadros dividiu a sociedade brasileira. De um lado, ficaram os defensores dessa política, que incluía alguns setores do movimento sindical, dos estudantes, dos intelectuais e de alguns membros dos partidos políticos que até então se encontravam na oposição. Na avaliação de Odon Pereira, Jânio Quadros se propôs a reestruturar e revisar o papel do Estado, sendo que essa alteração deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo, o da década de 50, e como uma proposta de se promover um desenvolvimento autogerido pelas nações do Terceiro Mundo. Odon Pereira, assumindo a defesa da política externa de Jânio Quadros, afirmou que havia uma chance, naquele momento, de a burguesia nacional assumir o comando do Estado optando por um "desenvolvimento nacional por uma terceira via, que não seria nem capitalista nem socialista"¹²¹. No entanto, na sua concepção, a burguesia nacional não soube aproveitar essa possibilidade que se abria, sendo atropelada pelo fenômeno das multinacionais e transfor-

121. NETO, João Mellão. *Op. cit.*, p. 128.

mando-se em uma força secundária, sem importância em face desse novo momento de desenvolvimento no Brasil.

De outro lado, estavam os grupos que haviam apoiado a candidatura de Jânio Quadros e que agora se opunham e criticavam a política externa brasileira. Os jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa* fizeram uma campanha contra essa política.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, em um editorial, considerou que o governo tinha dado uma “guinada para a esquerda”, com a adoção dessa política externa. Carlos Lacerda, por sua vez, expressou o seu descontentamento em um programa de televisão: “No momento, o Brasil apóia uma das mais sanguinárias, uma das mais torpes, uma das mais sujas ditaduras do mundo, pois, no momento, é a nação que fortifica a tirania de Fidel Castro no continente. Ao verificar que a política externa do Brasil estava errada, propus ao Presidente minha saída do governo para que o povo carioca não fosse sacrificado. O Sr. Jânio Quadros não aceitou, insistiu e demonstrou que a minha atitude em nada afastava a compreensão do seu dever para com o povo”¹²².

Em uma outra entrevista, Carlos Lacerda, não perdendo a oportunidade de criticar o governo, acusou a política externa de demagógica: “No afã de provar que seus adversários não tinham razão quando o apontavam como entreguista, o Presidente foi à Cuba e não aos Estados Unidos, foi à Rússia e não à Alemanha, vive preocupado em abafar as vozes dos chamados nacionalistas — vozes surdas, aliás — e se esquece que decepciona com isso a maioria da Nação, a parte que nele confiou sem reservas”¹²³.

Os seus ministros militares, que eram declaradamente anticomunistas e que haviam participado diretamente do plano de austeridade sugerido pelo FMI, foram contra o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética. Cordeiro de Farias chegou a manifestar o seu temor de que com o reatamento das relações diplomáticas ocorresse a expansão do comunismo no Brasil.

O almirante reformado Carlos Penna Botto, presidente da Cruzada Anticomunista e da Confederação Interamericana para a Defesa do Continente, criticou as decisões “esquerdistas” e “socializantes” do governo Jânio Quadros. Dentre essas críticas, destacam-se o reatamento de relações diplomáticas com os países comunistas, as boas

122. Pronunciamento de Carlos Lacerda na TV Tupi em *O poder das idéias*, 06/06/1961.

123. *O Cruzeiro*, de 24/06/1961.

relações com o governo cubano, a atuação junto à ONU para admitir a China comunista, o posicionamento favorável ao processo de libertação das nações africanas e a instalação de embaixadas nessas nações, o estremecimento nas relações Brasil-Estados Unidos, a infiltração comunista no Brasil e, por fim, lembrou a posição favorável de Jânio Quadros quanto a várias manifestações comunistas, quando era vereador e deputado estadual.

As relações entre o presidente Jânio Quadros e os opositores de sua política externa ficaram mais conturbadas e deterioradas por ocasião da condecoração de Ernesto “Che” Guevara, ministro da Economia de Cuba, com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Guevara havia participado da Conferência de Punta del Este, onde foi lançado, pelos Estados Unidos, um programa de ajuda financeira na Aliança para o Progresso. Cuba foi o único país que não assinou a Carta, pois discordava do seu conteúdo e se opunha à política desenvolvida pelos Estados Unidos.

O ministro cubano, depois de participar dessa reunião, veio para o Brasil se encontrar com o presidente Jânio Quadros. Nessa época, havia duas versões sobre o motivo da condecoração de “Che” Guevara. A primeira afirmava que Jânio Quadros, na conversa com o ministro da Economia cubano, solicitou que o governo de Cuba libertasse vinte padres espanhóis que estavam presos naquele país. Segundo depoimento de Afonso Arinos, “Cuba ameaçou fuzilar as autoridades eclesiásticas do país, se ‘Che’ não fosse tratado daquela maneira”¹²⁴. Devido à pressão do governo cubano, Jânio Quadros condecorou Guevara em troca da vida daqueles padres.

Já a segunda versão, que surgiu na imprensa da época, dizia que Jânio Quadros havia solicitado ao governo cubano a agilização nos processos de libertação de cerca de 150 asilados que estariam na Embaixada do Brasil em Havana. O Itamarati, segundo a notícia, não teria mais verbas para manter esse número elevado de asilados e, como forma de ameaça, não designaria um embaixador para Cuba, enquanto não fossem resolvidos os problemas que envolviam os asilados¹²⁵. A homenagem a Guevara foi, segundo essa versão, a maneira encontrada para apressar esse processo.

No entanto, essas duas versões não foram divulgadas de maneira explícita na época, fazendo com que predominasse a avaliação de setores

124. *O Estado de S. Paulo*, de 29/08/1960.

125. *Idem*, de 23/08/1961.

udenistas liderados por Carlos Lacerda de que a condecoração de Ernesto "Che" Guevara foi uma afronta à democracia brasileira, ferindo os princípios democráticos. Como represália ao ato do presidente, Lacerda, enquanto governador do Estado da Guanabara, condecorou o líder anticomunista Manuel Antônio de Verona, da Frente Revolucionária Democrática Cubana.

No Parlamento, as posições se dividiram e, novamente, os partidos que elegeram Jânio Quadros se posicionaram contra o governo. A Ação Democrática Parlamentar, que se opunha à Frente Parlamentar Nacionalista, condenou a condecoração, argumentando que com tal atitude o presidente havia degradado a Ordem do Cruzeiro do Sul: "... escolhe-se o peito de 'Che' Guevara, argentino que renegou sua pátria, a fim de servir ao comunismo internacional, para nele colocar, profanando-a, a Cruz de Cristo".¹²⁶

Juntamente com essas críticas à sua política externa, Jânio Quadros recebeu um telegrama de congratulações do líder do PCB, Luís Carlos Prestes, elogiando a atuação do governo brasileiro na área internacional.

O jornal *New York Times* mostrou-se preocupado com os rumos da política brasileira, principalmente com relação à política externa: "Jânio Quadros é um homem original e muito hábil. Relativamente ortodoxo em matéria de economia e finanças, é um franco atirador em política internacional. Assim, nestes seis meses, o Brasil tem tomado medidas para pôr termo a sua possível bancarrota e perigosa corrida inflacionária. Politicamente, o Presidente desgarrou-se e mostra uma teimosa independência, que alarmou muitos americanos. Ele tem procurado deixar claro que o Brasil não será um dócil seguidor do 'Colosso do Norte'. Não nos devemos descuidar de Jânio Quadros. Entretanto, é sempre um conforto saber que ele é um democrata-liberal e que acredita em reforma social sem revolução".¹²⁷

Com adoção dessa política externa, Jânio Quadros conquistou a simpatia de certos segmentos da esquerda brasileira, presentes no Congresso Nacional e na sociedade civil. Porém, não conseguiu o apoio total desses setores devido à política econômica baseada em medidas impopulares para combater a inflação e que condenou sua proposta de abrir o mercado brasileiro para o capital estrangeiro, assumindo nesse

126. VICTOR, Mário. *Op. cit.*, p. 280.

127. *Idem*, *ibidem*, p. 260.

sentido a defesa do capitalismo internacional em detrimento do nacionalismo.

b) Relacionamento com o Congresso Nacional

A composição do Congresso era de 1958, e os cinco partidos que apoiaram Jânio representavam a minoria em face do poder do PSD e do PTB. Esse fato, por si só, já indica que a relação com o Congresso teria que ser trabalhada.

O PSD, o PTB e o PSP, partidos da oposição, possuíam, aproximadamente, duzentos deputados, enquanto que a UDN, o PR, o PDC, o PTN e outros partidos menores ligados a Jânio tinham uma representatividade de cem deputados. Dessa forma, Jânio Quadros sempre governou com uma minoria parlamentar.

No Senado o PSD detinha 30,1% do total das cadeiras, seguido pela UDN com 28,6%; pelo PTB com 26,9%; o PL possuía 4,8%; os parlamentares sem partido, 3,2%; e o PR, o PSP e PRP com 1,6% respectivamente, havendo também uma cadeira vaga.¹²⁸

Na Câmara Federal o PSD também predominava com 34,7%, seguido pela UDN com 21,1%; o PTB possuía 20,7%; o PSP, 8,7%; o PR, 5,0%; o PSB, 2,5%; o PDC com 2,2%; o PL com 1,5%; o PRP, o PRT e PST possuíam respectivamente 0,9%, 0,6% e 0,3% das cadeiras.¹²⁹

Os deputados Pedro Aleixo, líder do governo na Câmara, e o senador Lino de Matos, líder no Senado, foram poucas vezes recebidos pelo presidente Jânio Quadros. A maioria dos projetos que o governo encaminhou ao Congresso, já se encontravam em tramitação, sendo que esse procedimento adotado pelo presidente foi avaliado pelo Poder Legislativo como um descaso.

Jânio Quadros, seguindo o mesmo estilo de governar, condenou o Congresso Nacional por não aprovar seus projetos de lei. O presidente procurou mostrar à opinião pública, por meio de entrevistas e pronunciamentos, que ele não poderia fazer nada devido às resistências do Congresso, que não aprovava as reformas propostas pelo seu governo.

Durante o governo de Jânio Quadros, os partidos fizeram alianças parlamentares, compreendidas como "acordos inter-partidários" nas quais incluíam-se o PSD, o PTB e o PSP. O PSD, líder da maioria oposicionista, era o partido majoritário, detendo 34,7% das cadeiras na

128. Diário do Congresso Nacional — março de 1961.

129. Anais da Câmara Federal — Lista Nominal dos Deputados em agosto de 1961.

Câmara. Esse aspecto, na avaliação de Lúcia Hippolito¹³⁰, é fundamental para a compreensão do motivo desse difícil relacionamento entre o governo e o Congresso Nacional. Na realidade, Jânio não levou em conta essas forças presentes no cenário político brasileiro.

Logo após a sua posse, o presidente manifestou seu descontentamento em relação ao PSD, criticando duramente o governo Juscelino Kubitschek.

O PSD, por sua vez, solicitou ao PSP que se aliasse ao partido, estabelecendo uma aliança parlamentar junto com o PTB. Com isso, a oposição perfazia um total de 64,1% de representação na Câmara Federal, sendo liderada, em um primeiro momento, pelo deputado Paulo Pinheiro Chagas, substituído depois por José Maria de Alkmim, ambos ligados ao PSD de Minas Gerais. No Senado, o grupo de oposição deteve a maioria de 37 senadores, com 58,6% de representação, liderado por Filinto Muller, pessedista de Mato Grosso.

Jânio Quadros, ciente da força desse bloco oposicionista, aproveitou-se de algumas dissidências e tentou cooptá-las para apoiar seu governo. Dentre estas, encontra-se “uma tentativa de cooptação de Tancredo Neves, a quem Jânio teria oferecido a embaixada em La Paz”¹³¹, o que foi veementemente recusado.

Em uma nota oficial do PSD, divulgada no dia 10 de março, o partido manifestou a sua desconfiança em relação à política externa do governo Jânio Quadros: “Na verdade, a atitude do PSD é gerada por desentendimentos com o PTB quanto à ‘política externa independente’. Os petebistas, em sua grande maioria, apóiam as iniciativas de Jânio, o que leva o PSD a suspeitar de uma aproximação entre Jânio e as esquerdas”¹³².

Também existiam cisões dentro do PTB, sendo que dois grupos se destacavam nessa disputa por maiores espaços políticos: a Frente Parlamentar Nacionalista, liderada por Almino Afonso, e os petebistas “fisiológicos”, liderados pelo vice-presidente João Goulart.

O PSD preocupava-se com a presença do PTB na Vice-Presidência com João Goulart, pois temia o avanço do partido e o possível confronto que poderia ocorrer com Juscelino Kubitschek, o candidato natural do partido para as eleições presidenciais que ocorreriam em 1965.

A Frente Parlamentar Nacionalista se aliou, em muitos momentos, com os políticos ligados à Ala Moça do PSD, que tendiam mais à

130. HIPPOLITO, Lúcia. Op. cit.

131. Idem, *ibidem*, p. 106.

132. Idem, *ibidem*, p. 107.

esquerda em suas posições e que defendiam as reformas propostas pelo governo de Jânio Quadros. Também se aliam a esse grupo políticos udenistas, ligados à facção “Bossa Nova”, adepta das reformas sociais.

Com a finalidade de combater a Frente Parlamentar Nacionalista, foi formada a Ação Democrática Parlamentar, com posições conservadoras e que contabilizavam “94 deputados: 41 da UDN, 32 do PSD, 5 do PSP, 4 do PDC, 4 do PL, 3 do PRP, 2 do PTN, 2 do PR e 1 do PTB”¹³³.

O ministro da Justiça, Oscar Pedroso D’Horta, ressaltou que Jânio Quadros não tinha interesse em “obter maioria em nenhuma das Casas do Congresso, para não implicar em submissão do Poder Legislativo ao Executivo”¹³⁴.

O próprio líder do governo, deputado Pedro Aleixo, afirmou que não era preocupação de Jânio Quadros fortalecer suas posições no nível do Congresso Nacional. Com tal atitude, percebe-se que, nesse período, o Executivo esvaziou a importância do Legislativo e, como consequência dessa política deliberada, o Congresso voltava-se para si mesmo, debatendo questões internas.

O jornal *Tribuna da Imprensa* apresentou, em uma matéria, a discussão do porquê em acusarem o governo Jânio Quadros de procurar esvaziar o Legislativo: “Alega-se que o Presidente não procurou a maioria pessedista-petebista para negociar o seu apoio ao governo.

Alega-se que, em Brasília, a voz do Congresso perde a ressonância, não chega aos ouvidos do povo, é abafada pela ação prática do Executivo”¹³⁵.

O governo Jânio Quadros era acusado de exercer uma “ditadura” e de supervalorizar o Executivo, promovendo uma hipertrofia desse poder em detrimento do Legislativo. Era acusado, também, de exercer certas funções que seriam tipicamente legislativas, baixando decretos, criando serviços, alterando e inovando textos de leis. Para aprovar essa interferência do Executivo sobre o Legislativo, o deputado Humberto Lucena, do PSD, acusou Jânio Quadros de invadir atribuições do Legislativo ao liberar 900 milhões de cruzeiros para cobrir despesas com a organização dos serviços do Departamento Federal de Segurança Pública.

Vários vetos presidenciais foram aplicados por Jânio Quadros em projetos de lei aprovados pela Câmara Federal. Ao mesmo tempo, muitas restrições e recusas ocorreram no sentido de aprovar projetos de lei encaminhados pelo Executivo para a apreciação do Legislativo. Um

133. Idem, *ibidem*, p. 108.

134. Idem, *ibidem*, p. 109.

135. *Tribuna da Imprensa*, de 10/03/1961.

dos vetos presidenciais diz respeito ao projeto de lei aprovado pela Câmara, que propunha a estabilidade dos funcionários da NOVACAP. A maioria desses funcionários era composta por “candangos”, vindos do Nordeste para participar da construção de Brasília. O debate na Câmara em torno do veto presidencial se acirrou e as posições se radicalizaram, sendo que, com a volta da matéria à discussão, a oposição conseguiu derrubar o veto e efetivar cerca de 5 mil funcionários.

Uma campanha encabeçada pelo governo federal e por alguns órgãos da imprensa questionava o papel da oposição e a função dos parlamentares no Congresso. Esses segmentos indagavam sobre a utilidade do Legislativo, denunciando as vantagens dos parlamentares e a falta de empenho no trabalho parlamentar.

A oposição, em defesa do Legislativo, argumentava que o esvaziamento do Congresso foi originado pelo sistema de governo adotado pelo presidente Jânio Quadros e pela falta de projetos de leis importantes encaminhados pelo Executivo para a deliberação do Legislativo.

A confusão estava formada. Os partidos oposicionistas apoiavam certas propostas do governo, enquanto os partidos da coligação que elegeram Jânio se opunham a vários projetos de lei apresentados pelo Executivo. A UDN, apesar de vitoriosa, não se considerava governo, mas também não era oposição. Seu candidato, apesar de ser o presidente da República, não expressava totalmente as idéias do partido.

Diante de toda essa complexidade na política adotada pelo governo Jânio Quadros, a UDN também não se manteve homogênea. Em abril de 1961, na Convenção Nacional do Partido¹³⁶, foi criado o grupo “Bossa Nova”, identificado, como visto anteriormente, com as teses em defesa do nacionalismo e das reformas sociais, confrontando-se com os lacerdistas e com o grupo “Banda de Música”. Os lacerdistas assumiram uma postura anticomunista, antinacionalista e chocaram-se com as posições renovadoras do grupo “Bossa Nova”, liderado por José Aparecido, José Sarney, João Dória e Clóvis Ferro Costa. A Banda de Música, por sua vez, entendia que o grupo Bossa Nova estava ligado ao comunismo e que deveriam ser tomadas medidas contra seus membros. Esse grupo era liderado por Herbert Levy e Ernani Sátiro.

Certas medidas adotadas pelo governo Jânio Quadros contentaram as duas forças da UDN. Assim, a direita, identificada com os lacerdistas e com a Banda de Música, apoiou a política econômica do

136. BENEVIDES, Maria Victória. A UDN... Op. cit.

governo, que defendeu a renegociação das dívidas com o FMI, propôs combater a inflação mediante uma política ortodoxa e caracterizada, dentre outros aspectos, pelo aumento das tarifas públicas e pelo congelamento dos salários. Também apoiou a implementação de uma nova política cambial, mediante Instrução 204 da SUMOC.

Já a “esquerda”, ou o grupo Bossa Nova, apoiou a política de reaproximação com os países socialistas e a defesa da autodeterminação dos povos.

A proposta de moralização administrativa e de combate à corrupção foi apoiada por todos os setores da UDN, porém o grupo que, efetivamente, conseguiu mais espaço político foi aquele liderado por Carlos Lacerda.

Alguns projetos encaminhados pelo Executivo ao Legislativo receberam a aprovação dos parlamentares do PTB. O deputado Bezerra Leite, de Pernambuco, explicou as razões para apoiar algumas propostas do governo Jânio Quadros: “A reforma Agrária, a disciplinação da Remessa de Lucros para o exterior, a Lei Antitruste, a nacionalização dos bancos estrangeiros, a defesa dos princípios de autodeterminação dos povos, o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países do mundo, são pontos essenciais do nosso programa partidário que estão sendo encaminhados ou postos em execução pelo Presidente da República”¹³⁷.

Porém, a maioria do PTB se posicionou contra Jânio Quadros, principalmente com relação ao decreto que regulamentava o controle e a centralização dos meios de comunicação. Esse ato foi interpretado como um atentado à liberdade de expressão.

O deputado Nelson Omega, do PTB, foi o primeiro a alertar sobre a longa visita que João Goulart faria à China e apelou para que o vice-presidente desistisse da viagem. O deputado alegava que Goulart não poderia se afastar do Brasil “na hora em que o Chefe da Nação declara peremptoriamente que não atenderá às reivindicações salariais do operário brasileiro (...) A saída do presidente do PTB constitui verdadeira deserção da trincheira que vai, como de outra feita, o PTB lutar”¹³⁸.

No dia 12 de agosto de 1961, o *Mundo Ilustrado* publicou um artigo comentando que a renúncia era a arma secreta de Jânio Quadros para libertar-se das injunções e para cumprir as promessas de campanha.

137. VICTOR, Mário. Op. cit., p. 6.

138. BENEVIDES, Maria Victória. O PTB... Op. cit., p. 70.

Segundo essa reportagem, como o presidente desfrutava de grande popularidade, a culpa pela não-execução de seus planos governamentais recairia principalmente na área parlamentar. Essa possibilidade foi considerada por parlamentares do PTB e do PDS, que comentaram que a renúncia poderia apressar a crise do regime e, com isso, propiciar a alteração do quadro político nacional, afetando frontalmente os partidos políticos.

Existia uma desconfiança sobre a atuação política do presidente Jânio Quadros. O fato é que, a cada momento que passava, o governo ficava mais isolado, pois sua base de sustentação nacional, formada por parlamentares da UDN, do PDC, do PTN, do PR e do PL, começava a questionar os métodos e as políticas adotadas pelo presidente. Havia ainda um ressentimento com relação ao governo Jânio Quadros da época em que os cinco representantes dos partidos que apoiaram sua candidatura indicaram nomes para ocuparem cargos na administração federal e estes foram desconsiderados, desrespeitando, dessa forma, os acordos pré-eleitorais.

Havia uma preocupação referente aos atos do presidente e seus "impulsos". O deputado Argemiro de Figueiredo alertava sobre os riscos de Jânio Quadros se transformar em um ditador civil: "É preciso animá-lo na obstinação de engrandecer o País e reestruturar os métodos de administração. Mas é preciso contê-lo nos impulsos e inclinações ditatoriais, para que sobrevivam as instituições da República"¹³⁹.

O estilo de liderança de Jânio Quadros estava se impondo no país, o que preocupava principalmente os parlamentares oposicionistas presentes no Congresso Nacional, pois essa maneira de agir implicava atitudes pessoais do chefe do Executivo, contrapondo-se às funções de outras instituições, no caso o Legislativo.

A partir dessas considerações, é possível concluir, segundo Lúcia Hippolito, que "Jânio (...) desprezou a configuração partidária do Congresso, não negociou com os partidos, ignorou as regras do jogo político e tentou governar apesar do Legislativo"¹⁴⁰.

Jânio Quadros não governou com nenhum partido que fez parte da coligação que o elegeu, bem como não tentou cooptar nenhum outro partido. Acreditava que poderia governar sozinho, contando somente com o apoio popular.

139. O Estado de S. Paulo, de 22/03/1961.

140. HIPPOLITO, Lúcia. *Op. cit.*, p. 111.

c) Relacionamento com a Sociedade Civil

O programa de governo de Jânio Quadros era claro quanto à questão relacionada à defesa da liberdade de pensamento, credo e organização, porém fazia uma ressalva no sentido dessas liberdades serem disciplinadas a fim de não se contraporem aos interesses da comunidade.

Na prática, tais liberdades foram restritas no governo Jânio Quadros. Logo no começo de sua gestão, o presidente atribuiu a J. Pereira, seu oficial de Gabinete, o poder de censurar parte ou todo o memorando que considerasse conveniente. O oficial obedecia ordens do próprio presidente, que queria divulgar para a imprensa apenas alguns aspectos de sua gestão.

A Rádio Jornal do Brasil, por ter divulgado uma notícia sobre o Acordo Militar Brasil e Argentina, teve suas transmissões interrompidas. Segundo nota divulgada pelo governo, a rádio deu uma "notícia inverídica", provocando um mal-estar nas relações entre o Brasil e o Uruguai.

A Câmara Federal e a imprensa em geral manifestaram-se contrárias à ação do governo federal, considerando que Jânio Quadros, ao estabelecer a censura, propiciou a atemorização dos meios de divulgação do pensamento. Na avaliação do deputado Afonso Celso, do PSD, o ato executado pelo presidente expressava "medo" e não coragem: "Só os medrosos são capazes de violências quando montados nos postos de mando"¹⁴¹.

Seguindo a mesma conduta de limitação à liberdade de expressão e pensamento, Jânio Quadros ordenou que fossem investigadas as agências noticiosas estrangeiras, pois considerava que, muitas vezes, as notícias sobre o Brasil eram tendenciosas. Na realidade, ao propor proibições na divulgação de notícias, o governo estava limitando ou suprimindo os direitos.

Outro caso que envolveu punições ocorreu com o general Idílio Sardenberg, ex-presidente da PETROBRÁS no governo Juscelino Kubitschek. O general não concordou com os resultados da comissão de sindicância e redigiu um Manifesto à Nação, em que questionava as informações coletadas e divulgadas pela imprensa a respeito de irregularidades na empresa. Em represália, o general recebeu ordem de prisão por desacato à autoridade e por insubordinação militar. A oposição

141. O Estado de S. Paulo, de 08/06/1961.

questionou a prisão e a impossibilidade de defesa do acusado, porém os protestos não adiantaram, uma vez que o militar teve que cumprir sua pena por se tratar de uma “punição disciplinar”.

O combate do governo Jânio Quadros aos militares da linha nacionalista não parou nessa punição. Moniz Bandeira relatou as represálias sofridas pelos opositores: “Os oficiais nacionalistas e de esquerda, sobretudo os que compunham a diretoria do Clube Militar, foram transferidos para os diversos pontos do país. Falou-se no fechamento do Clube Militar e sete dos doze diretores tiveram que sair do Rio. Outros, amigos do Marechal Henrique Teixeira Lott, Jânio Quadros convidava para missões no exterior, até, às vezes, em tom de ultimato, como no caso do General Amauri Kruel. A inquietação reinava nos círculos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, onde os oficiais, que colaboraram com o Governo Juscelino Kubitschek, permaneciam sem funções”¹⁴².

Com relação ao movimento sindical, Jânio Quadros desestabilizou aquele ligado ao PTB, mediante a ação desencadeada no Ministério do Trabalho e nos órgãos ligados à Previdência Social, que eram controlados pelo partido. Ao lado dessa atuação, atacando o movimento sindical controlado pelo PTB, estava o Movimento de Renovação Sindical, que apoiou a política adotada por Jânio Quadros, aplaudindo suas propostas de governo que visavam extinguir o imposto sindical e acabar com o atrelamento dos sindicatos ao Estado, restabelecendo a liberdade sindical e a livre negociação dos salários. Esse movimento negociou com Jânio Quadros a extinção do imposto sindical de forma gradual e não de imediato, pois se tal medida fosse aplicada dessa maneira provocaria a desestruturação de muitos sindicatos que não sobreviveriam sem o repasse deste imposto.

O episódio com maior destaque no governo Jânio Quadros refere-se à greve dos estudantes de Recife, desencadeada devido ao fato de o reitor da Universidade ter proibido a mãe de Ernesto “Che” Guevara de fazer uma conferência na Faculdade de Direito. Como repúdio a esse ato, os alunos da Faculdade entraram em greve e exigiram a demissão do reitor. Para restabelecer a ordem e a tranquilidade na Universidade, Jânio Quadros requisitou à Marinha e às suas tropas para que interviessem na greve ocorrida no mês de junho. Segundo as palavras do presidente: “Verificou-se no Recife uma escandalosa insubordinação:

142. BANDEIRA, Moniz. *Op. cit.*, p. 29.

estudantes, alegando razões várias, que não cumpre examinar neste passo, ocuparam escolas federais ao mesmo tempo em que exigiam a destituição sumária de professores, regularmente investidos de autoridade e investidos pela força de lei (...) Coincidentemente, esses estudantes declararam-se em greve. O procedimento em resposta só poderia ser um, da parte do governo: retomar os prédios, reinvestir da autoridade legal aqueles professores e exigir dos jovens o regresso às aulas, para que suas queixas e reivindicações pudessem ser examinadas. É o que se fez, com serenidade, mas com firmeza. Não fora esse procedimento e teríamos a anarquia instaurada no País, com conseqüências imprevisíveis”¹⁴³.

Os estudantes tentaram resistir aos tanques e aos navios de guerra enviados pelo governo federal, mas o seu movimento em defesa da liberdade de expressão e de rebeldia contra irregularidades existentes na Universidade foi reprimido.

O MPJQ, criado com o objetivo de sedimentar a liderança de Jânio Quadros e de estabelecer relações com outros segmentos da sociedade, desejava agora conquistar maiores espaços políticos no seu governo. Porém, o contato com o presidente ficou cada vez mais difícil e, na avaliação de Castilho Cabral, essa situação devia-se ao grupo que assessorava diretamente Jânio Quadros: “Eu lembrava o último encontro com Jânio no ‘Planalto’, no dia 5 de agosto. Fora preciso forçar portas, ‘a cortina de ferro’ estabelecida em torno do Presidente até a mim dificultava o acesso, de tal maneira que naqueles meses todos só me avistara com ele quando me chamava à Brasília, ou quando falando comigo ao telefone para uma ou outra providência, pedia-lhe diretamente a audiência. Há dois meses não o via em particular, D’Horta e Quintanilha oráculos do Governo, José Aparecido, muito afastado de mim”¹⁴⁴.

Depois desse encontro com Castilho Cabral, Jânio Quadros percebeu a importância de aproveitar melhor o MPJQ como base de um partido novo: “... Jânio começava a compreender que era imprescindível organizar sua base partidária”¹⁴⁵. Do ponto de vista de Cabral, era uma maneira de romper com o isolamento político do presidente Jânio Quadros.

143. O Estado de S. Paulo, de 15/06/1961.

144. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 231.

145. *Idem*, *ibidem*, p. 233.

questionou a prisão e a impossibilidade de defesa do acusado, porém os protestos não adiantaram, uma vez que o militar teve que cumprir sua pena por se tratar de uma “punição disciplinar”.

O combate do governo Jânio Quadros aos militares da linha nacionalista não parou nessa punição. Moniz Bandeira relatou as represálias sofridas pelos opositores: “Os oficiais nacionalistas e de esquerda, sobretudo os que compunham a diretoria do Clube Militar, foram transferidos para os diversos pontos do país. Falou-se no fechamento do Clube Militar e sete dos doze diretores tiveram que sair do Rio. Outros, amigos do Marechal Henrique Teixeira Lott, Jânio Quadros convidava para missões no exterior, até, às vezes, em tom de ultimato, como no caso do General Amauri Kruel. A inquietação reinava nos círculos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, onde os oficiais, que colaboraram com o Governo Juscelino Kubitschek, permaneciam sem funções”¹⁴².

Com relação ao movimento sindical, Jânio Quadros desestabilizou aquele ligado ao PTB, mediante a ação desencadeada no Ministério do Trabalho e nos órgãos ligados à Previdência Social, que eram controlados pelo partido. Ao lado dessa atuação, atacando o movimento sindical controlado pelo PTB, estava o Movimento de Renovação Sindical, que apoiou a política adotada por Jânio Quadros, aplaudindo suas propostas de governo que visavam extinguir o imposto sindical e acabar com o atrelamento dos sindicatos ao Estado, restabelecendo a liberdade sindical e a livre negociação dos salários. Esse movimento negociou com Jânio Quadros a extinção do imposto sindical de forma gradual e não de imediato, pois se tal medida fosse aplicada dessa maneira provocaria a desestruturação de muitos sindicatos que não sobreviveriam sem o repasse deste imposto.

O episódio com maior destaque no governo Jânio Quadros refere-se à greve dos estudantes de Recife, desencadeada devido ao fato de o reitor da Universidade ter proibido a mãe de Ernesto “Che” Guevara de fazer uma conferência na Faculdade de Direito. Como repúdio a esse ato, os alunos da Faculdade entraram em greve e exigiram a demissão do reitor. Para restabelecer a ordem e a tranquilidade na Universidade, Jânio Quadros requisitou à Marinha e às suas tropas para que interviessem na greve ocorrida no mês de junho. Segundo as palavras do presidente: “Verificou-se no Recife uma escandalosa insubordinação:

142. BANDEIRA, Moniz. *Op. cit.*, p. 29.

estudantes, alegando razões várias, que não cumpre examinar neste passo, ocuparam escolas federais ao mesmo tempo em que exigiam a destituição sumária de professores, regularmente investidos de autoridade e investidos pela força de lei (...) Coincidentemente, esses estudantes declararam-se em greve. O procedimento em resposta só poderia ser um, da parte do governo: retomar os prédios, reinvestir da autoridade legal aqueles professores e exigir dos jovens o regresso às aulas, para que suas queixas e reivindicações pudessem ser examinadas. É o que se fez, com serenidade, mas com firmeza. Não fora esse procedimento e teríamos a anarquia instaurada no País, com conseqüências imprevisíveis”¹⁴³.

Os estudantes tentaram resistir aos tanques e aos navios de guerra enviados pelo governo federal, mas o seu movimento em defesa da liberdade de expressão e de rebeldia contra irregularidades existentes na Universidade foi reprimido.

O MPJQ, criado com o objetivo de sedimentar a liderança de Jânio Quadros e de estabelecer relações com outros segmentos da sociedade, desejava agora conquistar maiores espaços políticos no seu governo. Porém, o contato com o presidente ficou cada vez mais difícil e, na avaliação de Castilho Cabral, essa situação devia-se ao grupo que assessorava diretamente Jânio Quadros: “Eu relembro o último encontro com Jânio no ‘Planalto’, no dia 5 de agosto. Fora preciso forçar portas, ‘a cortina de ferro’ estabelecida em torno do Presidente até a mim dificultava o acesso, de tal maneira que naqueles meses todos só me avistara com ele quando me chamava à Brasília, ou quando falando comigo ao telefone para uma ou outra providência, pedia-lhe diretamente a audiência. Há dois meses não o via em particular, D’Horta e Quintanilha oráculos do Governo, José Aparecido, muito afastado de mim”¹⁴⁴.

Depois desse encontro com Castilho Cabral, Jânio Quadros percebeu a importância de aproveitar melhor o MPJQ como base de um partido novo: “... Jânio começava a compreender que era imprescindível organizar sua base partidária”¹⁴⁵. Do ponto de vista de Cabral, era uma maneira de romper com o isolamento político do presidente Jânio Quadros.

143. *O Estado de S. Paulo*, de 15/06/1961.

144. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 231.

145. *Idem, ibidem*, p. 233.

5.3 Avaliação da Gestão de Jânio Quadros como Presidente da República e a Renúncia

Como presidente da República, Jânio Quadros vivenciava uma situação bem diferente daquele período em que exerceu os cargos de prefeito e de governador de São Paulo. Naquela época, conhecia tudo e a todos, procurando por meio das visitas surpresas se colocar a par dos problemas vividos pelas populações paulistana e paulista.

Para conseguir manter o controle de todas as questões complexas da sociedade brasileira, Jânio Quadros implantou uma reforma na estrutura administrativa do Estado, promovendo uma maior centralização política e estabelecendo contatos diretos com os governadores dos estados e com os prefeitos dos municípios. Porém, a despeito da criação do "governo itinerante" e das viagens, seu isolamento político e pessoal acentuou-se em face do relacionamento difícil que manteve com grande parte de seu Ministério e com a maioria dos parlamentares do Congresso Nacional.

Devido ao fato de encontrar-se alocado em Brasília, os contatos com o povo e os comícios em praça pública ficaram inviabilizados. Por esse motivo, Jânio Quadros, para se comunicar com o povo brasileiro, passou a utilizar os meios de comunicação de massa: rádio e televisão¹⁴⁶.

A política econômica adotada por seu governo recebeu elogios dos setores empresariais ligados ao capital estrangeiro e auxiliou a renegociação da dívida brasileira com o FMI. Com isso, conseguiu obter verbas adicionais para promover o desenvolvimento em certas áreas da economia. No entanto, por envolver um achatamento salarial e propiciar a internacionalização da economia brasileira, conquistou inimigos

146. Num ofício endereçado ao diretor geral do Departamento de Correios e Telégrafos, Jânio Quadros criticou o fato de que algumas cartas de brasileiros, dirigidas a ele, haviam sido devolvidas aos remetentes por não conterem o endereço no envelope. O conteúdo do ofício é o seguinte:

"Senhor diretor-geral:

Tenho notícias de que carta ou cartas dirigidas a mim foram restituídas à origem por não conhecerem, os agentes do Correio, o meu endereço. Fico sabendo agora, que o mesmo sucedeu com o Sr. Oscar Niemeyer.

Admito que os servidores ignorem quem somos e onde moramos, mas sugiro que V. Excelência recomendar, nesses casos e em casos semelhantes, interesse maior dos servidores na identificação e localização dos destinatários.

J. Quadros" (*O Estado de S. Paulo*, de 06/07/1961.)

Esta carta, apesar do sentido irônico, reflete uma indignação e apreensão com relação ao seu isolamento em Brasília.

ligados aos setores oposicionistas, principalmente os nacionalistas, a esquerda do PTB e algumas lideranças do movimento sindical.

Além dessas propostas, Jânio Quadros encaminhou ao Congresso Nacional três projetos que sensibilizaram as oposições e irritaram seus antigos aliados de campanha: os projetos de Lei contra o abuso econômico, a Limitação da Remessa de Lucros para o Exterior; e a proposta de uma Reforma Agrária.

Paralelamente, desenvolveu uma política externa caracterizada pela defesa de uma política de independência, com pleno exercício da soberania nacional. Defendeu a autodeterminação dos povos e enviou missões ao exterior com a finalidade de reatar relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas e com o continente africano. Negou apoio aos Estados Unidos quando este país pretendia invadir Cuba, com o objetivo de desestabilizar a revolução socialista.

Porém, apesar de adotar essa política externa, condenada pelos meios de comunicação e principalmente pelos grandes jornais que haviam apoiado sua candidatura, o governo Jânio Quadros manteve boas relações comerciais com os Estados Unidos, conseguindo empréstimos vultosos para seus programas de governo.

De um lado, os seus antigos aliados começaram a se preocupar com suas ações políticas e, de outro, seus antigos opositores se identificaram com algumas propostas progressistas de seu governo, porém não chegaram a aderir totalmente ao seu projeto político porque desconfiavam da seriedade de suas propostas. Jânio Quadros não era confiável nem para a direita nem para a esquerda. Na realidade, enquanto governante, estava só, isolado politicamente no poder.

Foi nesse contexto que ocorreu a renúncia de Jânio Quadros ao mandato de presidente da República. Na ocasião, foram dadas várias explicações no sentido de entender o seu ato¹⁴⁷. O fato que desencadeou a carta-renúncia de Jânio Quadros foi o pronunciamento de Carlos Lacerda na televisão carioca, no dia 24 de agosto.

No pronunciamento em cadeia estadual de rádio e televisão, Carlos Lacerda denunciou as articulações do presidente Jânio Quadros e de seu ministro da Justiça, Oscar Pedrosa D'Horta. O governador começou seu "improvisado" relatando que havia pensado em renunciar ao governo da Guanabara por uma série de razões, dentre as quais destacou

147. Vide textos de: BANDEIRA, Moniz. *A renúncia...* Op. cit.; e LABAKI, Amir. 1961 — *A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

a desatenção por parte do governo federal para com o Estado que governava. Porém, essas divergências com o governo federal haviam sido sanadas no dia 22 de agosto e, após algumas ponderações, Lacerda resolveu continuar no cargo em nome do povo da Guanabara que o elegeu. As críticas feitas por Lacerda ao governo Jânio Quadros compreendiam desde descontentamentos com a assessoria do presidente até a política externa adotada por seu governo. Em certo momento, passa a relatar os encontros que manteve com o ministro da Justiça e, a partir daí, seu pronunciamento fica mais contundente.

Segundo Lacerda, Oscar Pedroso D'Horta procurou-o para pedir seu apoio a uma reforma que o presidente pretendia fazer. Pedroso D'Horta, no depoimento de Lacerda, disse-lhe que "consideramos necessário preparar o país para uma 'reforma institucional' na qual o Congresso, já que deseja 'recesso remunerado', fique realmente em recesso remunerado"¹⁴⁸.

Carlos Lacerda solicitou ao ministro maiores esclarecimentos sobre o significado dessa "reforma institucional", o que não foi fornecido. O povo, segundo o ministro, poderia se manifestar num "referendo popular", quando solicitado. Lacerda, por sua vez, afirmou que não daria um "cheque em branco" para o presidente e o ministro respondeu-lhe que, caso não apoiasse Jânio Quadros, as esquerdas seriam procuradas para dar o respaldo político ao seu governo.

O ministro da Justiça solicitou que Lacerda enviasse alguns artigos que ele escrevera durante o governo Café Filho, pregando um regime de exceção e defendendo o adiamento das eleições, além de propor reformas na lei eleitoral e na Constituição. Lacerda argumentou que a situação política era outra e que Jânio Quadros tinha todas as condições possíveis para realizar um bom governo, mudando o país sem precisar alterar o regime político.

Oscar Pedroso D'Horta também pediu a Lacerda que conversasse com o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Grum Moss, sobre o assunto que discutiram, afirmando que os outros ministros militares conheciam e concordavam com a proposta do governo.

Diante de tais fatos, Lacerda resolveu "desmascarar a trama" que estava sendo armada em Brasília. Porém, antes disso, resolveu solicitar esclarecimentos ao próprio presidente, conseguindo marcar um encontro com Jânio em Brasília, por intermédio de D. Eloá, esposa do Presidente.

148. LACERDA, Carlos. *O poder...* Op. cit., p. 333.

Segundo o relato de Lacerda, durante a conversa Jânio Quadros titubeou, se esquivou e disse que voltaria a conversar com ele sobre esse assunto em um prazo de 30 a 45 dias. Após o jantar, Lacerda foi assistir um filme no Palácio da Alvorada, em companhia do presidente, e nada mais foi mencionado.

Nessa mesma noite, Lacerda foi procurado pelo ministro da Justiça para uma conversa em particular e, nessa ocasião, Oscar Pedroso D'Horta solicitou ao governador que não acompanhasse o presidente em sua viagem a Vitória, argumentando que seria "inconveniente" aparecer em público ao lado de Jânio Quadros.

Carlos Lacerda não entendeu o motivo daquelas restrições do ministro, visto que havia sido convidado pelo próprio presidente. Posteriormente, ao retornar ao Palácio da Alvorada, encontrou sua mala no saguão da casa presidencial. Não era mais hóspede do presidente, sendo conduzido pelo motorista do Palácio a um hotel. Ao se instalar, Lacerda telefonou ao ministro da Justiça informando que compreendera o recado e não iria a Vitória.

Logo depois, Oscar Pedroso D'Horta se dirigiu ao hotel onde estava hospedado Lacerda e permaneceu ali até altas horas da madrugada tentando convencer o governador a não renunciar e a apoiar o plano do governo, que consistia em fechar o Congresso e realizar uma reforma institucional, dando maiores poderes ao presidente. Lacerda comunicou ao ministro que traria à público a "maquinação" armada pelo Palácio.

No dia seguinte, 19 de agosto, chegando ao Rio de Janeiro, Lacerda convocou uma reunião com alguns colegas da UDN, dentre os quais Milton Campos, Prado Kelly e Adauto Cardoso, a fim de relatar o que o ministro havia proposto. Segundo Lacerda, esses políticos ficaram perplexos com o relato, porém permaneceram omissos sobre o que fazer diante das denúncias apresentadas por ele.

Não contente, Lacerda se dirigiu a São Paulo e conversou com o governador Carvalho Pinto, que desconsiderou sua conversa, chegando a afirmar que, por não conhecer essa proposta diretamente pelo próprio Jânio Quadros, não poderia fazer qualquer pronunciamento.

Diante dessas omissões, Lacerda resolveu denunciar os fatos pela televisão, solicitando uma hora a um canal de televisão de São Paulo. Quando chegou ao local, encontrou cartazes com os dizeres: "Cuba sim, Lacerda não! Jânio sim, Lacerda não! Fora o Fascista Lacerda!"¹⁴⁹.

149. LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 256.

Já no Rio de Janeiro, depois de receber a visita de políticos da UDN com notícias de que algo estranho estava acontecendo em Brasília, resolveu fazer seu pronunciamento pela televisão no dia 24 de agosto.

Além de relatar todos esses fatos, Carlos Lacerda procurou alertar o presidente Jânio Quadros no sentido de que ele deveria responder aos poderes legítimos de seu mandato, exercendo-o dentro dos limites da Constituição. Encerrou seu pronunciamento declarando suas intenções com relação ao presidente: "... não para organizar qualquer força que se oponha ao Presidente da República, mas para contribuir na organização de uma força que ajude o Presidente da República a não ser opor a si mesmo"¹⁵⁰.

No dia seguinte, a Câmara dos Deputados, ao tomar conhecimento das denúncias de Carlos Lacerda, resolveu solicitar a presença do governador e do ministro da Justiça a fim de prestarem esclarecimentos, visto que as acusações eram graves e envolviam o presidente da República.

O ministro da Justiça, nessa mesma manhã, distribuiu uma nota, pela Secretaria da Imprensa, negando todas as denúncias de Carlos Lacerda e deu sua versão dos fatos. Segundo o ministro, Lacerda havia ido a Brasília pedir dinheiro ao presidente, em decorrência das dificuldades financeiras que seu filho, Sérgio Lacerda, estava passando no seu jornal *Tribuna da Imprensa*. Ao tomar conhecimento deste pedido, o ministro teria criticado Lacerda e dito: "Esse não é assunto para o Presidente da República. No máximo seria para o Ministro da Fazenda, que é o sogro de seu filho"¹⁵¹.

Carlos Lacerda rebateu as informações do ministro, classificando-as como caluniosas.

Jânio Quadros, por sua vez, ao ser informado sobre as denúncias que Carlos Lacerda havia feito na televisão e no rádio, reuniu-se com seus assessores mais diretos, Oscar Pedroso D'Horta, Quintanilha Ribeiro, José Aparecido e o general Pedro Geraldo de Almeida, e comunicou-lhes que iria renunciar à Presidência. Logo em seguida, convocou os ministros militares e transmitiu-lhes sua decisão de renunciar. Os ministros procuraram dissuadi-lo de seu intento, tanto que o marechal Denis, segundo depoimento de José Aparecido, chegou a declarar: "Diga o que devemos fazer, que será feito"¹⁵². Jânio Quadros sugeriu que se formasse uma junta militar e que tomassem o poder.

150. LACERDA, Carlos. *O poder...* Op. cit., p. 343.

151. BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 47.

152. *Idem*, *ibidem*, p. 51.

De acordo com o pedido de Jânio, sua carta-renúncia deveria ser entregue às 15 horas, no Congresso Nacional. Logo após essa decisão, Jânio Quadros participou da Comemoração do Dia do Soldado, como se nada tivesse acontecido.

Após a cerimônia, Jânio Quadros partiu para São Paulo acompanhado de sua esposa, Eloá Quadros.

Posteriormente, o ministro Odílio Denis comunicou a renúncia aos oficiais-generais, que participaram de uma homenagem ao Dia do Soldado, comentando que Jânio Quadros havia dito: "Com este Congresso não posso governar. Organizem uma Junta Militar e dirijam o País"¹⁵³.

O ministro da Justiça telefonou para todos os governadores comunicando a renúncia de Jânio Quadros. Segundo o relato de Carlos Lacerda, o ministro falou o seguinte: "O meu telefonema é curto. Estou apenas lhe comunicando, em nome do Presidente da República Jânio Quadros, que acabo de entregar ao Congresso a carta de renúncia do presidente. E como essa decisão pode provocar graves perturbações da ordem, na qualidade ainda de Ministro da Justiça quero comunicar ao Governador do Estado a fim de que tome as providências necessárias para manter a ordem no seu Estado"¹⁵⁴.

O ministro Pedroso D'Horta entregou a carta-renúncia ao presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, que imediatamente convocou todos os congressistas para a reunião extraordinária em face da gravidade do problema. A sessão do dia 25 de agosto foi interrompida para que o deputado Dirceu Cardoso lesse a mensagem encaminhada pelo presidente Jânio Quadros, na qual renunciava às suas funções de chefe de Estado:

"Ao Congresso Nacional:

Nesta data e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República.

Brasília, 25 de Agosto de 1961.

(a) Jânio Quadros"¹⁵⁵.

Em outro documento, Jânio Quadros explicou os motivos que o levaram a renunciar: "Fui vencido pela reação e, assim, deixo o governo. Nestes sete meses, cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções nem rancores. Mas baldaram-se os meus

153. *O Globo*, de 06/09/1961.

154. LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 260.

155. VICTOR, Mário. Op. cit., p. 312.

esforços para conduzir esta Nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito seu generoso Povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos e indivíduos, inclusive, do exterior.

Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim, e me intrigam ou difamam, até com a desculpa da colaboração.

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, e indispensáveis ao exercício de minha autoridade. Creio, mesmo, que não manteria a própria paz pública.

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do País, esta página de minha vida e da vida nacional. A mim, não falta a coragem da renúncia.

Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram, dentro e fora do governo, e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nessa oportunidade.

O apelo é no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios para todos e de todos para cada um.

Somente assim seremos dignos deste País e do Mundo. Somente assim seremos dignos de nossa herança e da nossa predestinação cristã.

Retorno, agora, ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos, todos. Há muitas formas de servir nossa Pátria;

Brasília, 25 de agosto de 1961.

(a) Jânio Quadros¹⁵⁶.

Os parlamentares da Câmara dos Deputados começaram a se manifestar diante da renúncia. O deputado Osmar Cunha sugeriu que Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, assumisse a Presidência em face da vacância do cargo. A preocupação do deputado era manter a legalidade no país, para que não ocorresse um “golpe contra as instituições”.

Por sua vez, Nestor Duarte, do PL, sugeriu que a renúncia do presidente fosse rejeitada, visto que era entendida como “calamidade”.

Almino Afonso discutiu o documento apresentado por Jânio Quadros, indagando quais eram aquelas “forças terríveis” denunciadas

156. NETO, João Mellão. *Op. cit.*, p. 184.

pelo presidente, pois, de acordo com sua mensagem, ele contava com o apoio das Forças Armadas. Dessa forma, por que não enumerar os fatos que provocaram sua renúncia? Diante das lacunas do documento e da falta de dados concretos que dessem sustentação ao ato do presidente, Almino Afonso concluiu: “... o Partido Trabalhista Brasileiro, neste instante, fiel às suas tradições democráticas, não pode aceitar essa renúncia, senão como um golpe em que o Presidente da República pretenda retornar ao Governo à maneira de um ditador, disfarçado ou não, seja sob que forma for”¹⁵⁷.

O plenário, diante das colocações do senador Auro de Moura Andrade de que a renúncia era um ato de vontade e que ao Congresso só restava acatar a decisão do presidente, resolveu aceitar a renúncia de Jânio Quadros. Sendo assim, a Presidência foi ocupada, provisoriamente, por Ranieri Mazzilli, enquanto João Goulart não retornasse ao país.

À noite, dando continuidade aos seus trabalhos, a Câmara dos Deputados se reuniu e acompanhou o depoimento de João Agripino, ex-ministro das Minas e Energia. O ex-ministro, reassumindo seu mandato de deputado, relatou as pressões sofridas pelo presidente, principalmente na área de mineração. João Agripino contou o caso que envolveu José Ermírio de Moraes, amigo pessoal de Jânio Quadros. O empresário era proprietário da Companhia. Níquel Tocantins, que não havia explorado nenhuma jazida desde 1932, ocasião em que o empresário estabeleceu um contrato de exploração com o governo. Jânio Quadros, ciente das falcatruas, resolveu romper o contrato alegando sua “caducidade”, o que acarretou conflitos com alguns grupos que o haviam apoiado politicamente. Segundo o parlamentar, Jânio chegou a expressar, nessa ocasião, seus temores pessoais: “João, ou nos põem para fora dentro de seis meses, ou nós faremos uma grande administração neste País”¹⁵⁸.

Todos os ministros renunciaram, com exceção dos militares, da Justiça e do Trabalho. Paulo de Tarso, prefeito de Brasília, escolhido por Jânio Quadros, colocou o seu cargo à disposição de Ranieri Mazzilli.

Jânio Quadros explicou os motivos de sua renúncia aos governadores Magalhães Pinto (MG), Mauro Borges (GO), Carlos Lindenberg (ES), Ney Braga (PR), Chagas Rodrigues (PI) e Carvalho Pinto (SP), que tentaram demovê-lo de sua decisão. Entretanto, Jânio declarou que sua autoridade estava “irremediavelmente” comprometida em face

157. VICTOR, Mário. *Op. cit.*, p. 313.

158. *O Estado de S. Paulo*, de 26/08/1961.

das declarações de Carlos Lacerda, além de se sentir em “dificuldade” com relação ao Legislativo. Segundo Jânio, a sua renúncia estava baseada na perda de sua autoridade.

Leonel Brizola, em um primeiro momento, apoiou Jânio Quadros por achar que ele havia sofrido um golpe. Porém, ao tomar conhecimento de sua renúncia, começou a se preocupar com a volta de João Goulart ao país.

Castilho Cabral soube da renúncia de Jânio Quadros pelo rádio. Então foi ao Aeroporto de Cumbica, onde se encontrava o ex-presidente, a fim de saber o que efetivamente havia acontecido. Quando chegou ao aeroporto, disseram-lhe que Jânio não receberia ninguém. No entanto, Jânio, ao tomar conhecimento da presença de Castilho Cabral em Cumbica, enviou-lhe um recado, pelo coronel Faria Lima, dizendo que confiava na prudência do presidente do MPJQ, solicitando que ele agisse de acordo com sua consciência. Cabral interpretou o recado como um pedido para não aceitar a sua renúncia e para mobilizar o povo por intermédio do MPJQ. O objetivo da mobilização era o de reconduzir Jânio Quadros ao poder. A seção paulista do MPJQ expediu o seguinte comunicado: “... protesta contra as pressões que forçaram o Presidente a renunciar e alerta a Nação que, para preservar a paz social, não podem ser esbulhados os votos da maioria do povo brasileiro”¹⁵⁹.

Posteriormente, Castilho Cabral leu o documento em que Jânio Quadros justificava seu ato e, em uma conversa com Quintanilha Ribeiro ficou ciente de que o presidente realmente havia renunciado e que não sofrera pressões dos militares. Castilho Cabral perguntou a Quintanilha o motivo da renúncia de Jânio, ao que o ex-chefe do Gabinete Civil respondeu: “A última gota, Castilho: o Jânio se convenceu de que não lhe era possível governar como precisava”¹⁶⁰.

As manifestações que seriam desencadeadas pelo MPJQ foram interrompidas devido à constatação de que Jânio havia renunciado por vontade própria e não por pressões de ordem alguma.

As manifestações de espanto repercutiram em todo o mundo. Cuba, por intermédio de Fidel Castro, lamentou a renúncia de Jânio Quadros, considerado um dos defensores do princípio da autodeterminação dos povos. Um jornal americano afirmou que Jânio Quadros “iludiu” os Estados Unidos e se posicionou ao lado da política soviética,

159. CABRAL, Castilho. *Op. cit.*, p. 230.

160. *Idem, ibidem*, p. 234.

propondo a reaproximação do Brasil com este país. Um jornal da França acusou Carlos Lacerda de ter golpeado Jânio Quadros e de ter provocado a sua renúncia. A agência de notícias soviética, Tass, acusou os Estados Unidos de se envolver com a política desenvolvida por Jânio Quadros contra a sua vontade.

A renúncia de Jânio Quadros deixou o povo brasileiro perplexo, sem compreender bem as razões de seu ato. Jânio não contou com nenhum apoio da imprensa, pois todos os grandes jornais se posicionaram abertamente contra a sua maneira de governar.

Pretendia-se dar um “golpe”, ou, na interpretação deles, executar uma “reforma institucional” que propiciasse o fortalecimento do presidente enquanto autoridade suprema. Também é destacado o papel que os militares deveriam desempenhar nesse jogo político e que não foram capazes de assumi-lo até o final.

É possível observar que não havia homogeneidade no interior das Forças Armadas para sustentar politicamente os planos de Jânio Quadros. O fato de muitos anticomunistas não terem apoiado a política externa adotada pelo governo Jânio Quadros acarretou a desconfiança desses setores e, conseqüentemente, a não-adesão dos ministros militares ao golpe pretendido.

A renúncia, para René Dreifuss, é explicada como uma “...esperança de conseguir um mandato Bonapartista-civil por intermédio de um retorno ao governo ouvindo os apelos das classes médias. Ele também esperava o respaldo de empresários e o apoio resoluto de uma coalizão militar, que o capacitariam a impor soluções econômicas e políticas às demandas conflitantes”¹⁶¹.

Segundo Leôncio Basbaum, “o povo, surpreendido, sem partido e sem líderes, sem imprensa, perplexo, não se moveu. Recebeu a renúncia até com certa irritação, como se tivesse sido traído pelo seu comandante, e abandonado no campo de luta, em meio a uma batalha. E assim, o presidente renunciante teve de amargar a decepção e a derrota no exílio”¹⁶².

Na realidade, a atitude de Jânio Quadros havia sido bem articulada e premeditada, pois ele desejava dar um golpe, voltando ao poder “nos braços do povo” e, com isso, assumindo maiores poderes para governar.

161. DREIFUSS, René Armand. *Op. cit.*, p. 129.

162. BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977, v. 4, p. 17.

Carlos Lacerda lamentou a atitude do presidente ressaltando, porém, que a democracia iria ser mantida pelo presidente interino Ranieri Mazzilli. Para ele, Jânio Quadros “não sabia governar em regime democrático”¹⁶³.

A mesma opinião foi compartilhada por Renato Archer, do PSD: “Jânio Quadros não sabia propriamente o que era um regime democrático, não foi preparado para ele, nem desejava vê-lo em prática”¹⁶⁴.

O deputado Danton Jobim foi mais contundente em suas críticas à atitude de Jânio Quadros: “Com a renúncia o sr. Jânio Quadros provou, afinal, que não era o líder genial que seus admiradores imaginavam. O que parecia gênio eram os reflexos de uma personalidade neurótica. Um homem sem dúvida inteligente, mas raciocinando à base de premissas fantásticas. Na solidão a que se condenou, pela vaidade mórbida, raiz de um autoritarismo exacerbado, às vezes delirante, o presidente concebeu uma reforma política que se conciliasse com suas qualidades negativas. Não era ele que se deveria adaptar à realidade política e ao regime; era o regime que tinha de ajustar-se ao seu caráter e aos seus desejos, seguindo a sua doutrina de governo”¹⁶⁵.

Afonso Arinos de Mello Franco, seu ex-ministro das Relações Exteriores, interpretou a renúncia como o resultado da “discrepância entre as exigências político-administrativas do país, de um lado, e a débil estrutura político-jurídica, constitucional e legal, de outro”¹⁶⁶. No seu depoimento, o presidente, seus ministros militares e Oscar Pedroso D’Horta arquitetaram que seria necessário “fortalecer a autoridade governamental sem o sacrifício da mecânica democrática”¹⁶⁷. O Congresso, devido ao fato de não aprovar as reformas propostas pelo governo de Jânio Quadros, também dificultava sua administração e, segundo Afonso Arinos, implantar uma ditadura era impensável para o presidente. Então, a única solução era a renúncia, pois com ela “abrir-se-ia o vazio sucessório — visto que a João Goulart, distante na China, não permitiriam as forças militares a posse, e destarte ficaria o país acéfalo”¹⁶⁸. Seguindo esse raciocínio, as Forças Armadas assumiriam

163. LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 241.

164. HIPPOLITO, Lucia. Op. cit., p. 85.

165. *Diário Carioca*, de 27/08/1961.

166. CPDOC. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária: FGV/CPDOC/ FINEP, 1984, p. 2853 (Coordenação de Alzira Abreu e Israel Beloch).

167. *Idem*, *ibidem*.

168. *Idem*, *ibidem*.

o controle do país e montariam um esquema para que Jânio Quadros retornasse ao poder, após ser executada uma reforma institucional. No entanto, tal plano fracassou devido à “vacilação dos chefes militares”¹⁶⁹.

A mesma posição é compartilhada por J. B. Vianna de Moraes, ressaltando que Jânio Quadros não conseguiu governar com o Legislativo: “O Poder Legislativo era constituído de elementos avessos aos propósitos do Jânio. E o Jânio ficava sujeito à administração e ao Poder Legislativo. Então ou ele fazia as barganhas ou não conseguia aprovação dos seus projetos. Ou ele transigia, de sorte a comprometer tudo aquilo que ele havia dito ao povo, ou não administrava... Acho que ele renunciaria, os militares tomariam conta do governo, dissolveriam o Congresso, convocariam o Jânio para reassumir a chefia do Estado, e o Jânio em sessenta dias realizaria novas eleições para um Congresso novo. Este seria o plano que eu arquitetaria e este talvez tenha sido um plano que foi frustrado pelos generais, foram negligentes, incapazes e foram envolvidos pela capacidade política do Auro (de Moura Andrade)”¹⁷⁰.

Jânio Quadros acreditava que o Congresso e os ministros militares não fossem aceitar a sua renúncia, afinal, no passado, todas as vezes em que havia exercido esse ato, tinha sido imediatamente reconduzido ao poder, conseguindo melhores posições políticas e maior liberdade para exercer seus mandatos. Entretanto, a situação, no momento, era outra, pois Jânio Quadros havia conquistado inimigos políticos em pontos estratégicos da vida política brasileira. O Congresso Nacional, como caixa de ressonância dessa nova situação, aceitou imediatamente sua renúncia. Poucas vezes se manifestaram a favor de Jânio Quadros, afinal ele havia desprezado e ignorado o Congresso Nacional. Sua pretensão de voltar ao poder nos braços do povo não se realizou.

Uma matéria divulgada pela revista americana *Time* analisou com muita lucidez a situação vivenciada por Jânio Quadros naquele momento: “Eleito virtualmente sem filiação partidária distanciado dos blocos de apoio nacionalistas, esquerdistas, direitistas militares ou trabalhadores, Quadros governa só, respondendo às críticas: ‘O povo está comigo’”¹⁷¹.

O povo, nesse contexto, é política e partidariamente desorganizado. É, na avaliação de Guerreiro Ramos, uma entidade abstrata. Isso significa dizer que o governo de Jânio Quadros, naquele momento, era um governo

169. *Idem*, *ibidem*.

170. Entrevista com J. B. Vianna de Moraes, em 07/12/1989.

171. P.N., de 03/07/1961.

que carecia de “suportes sociais organizados”. Ele efetivamente estava só, sem bases de apoio que sustentassem o seu governo.

Em Cumbica, Jânio Quadros expressou ao seu secretário de imprensa, Carlos Castelo Branco, o que esperava do povo: “Não farei nada para voltar, mas considero minha volta inevitável. Dentro de três meses, se tanto, estará na rua, espontaneamente, o clamor pela implantação do nosso governo. O Brasil, no momento precisa de três coisas: autoridade, capacidade de trabalho, e coragem e rapidez nas decisões. Atrás de mim não fica ninguém, mas ninguém, que reúna esses três requisitos”¹⁷².

Jânio Quadros viajou para o Guarujá e hospedou-se na casa do industrial José Kalil. Concedeu aos jornalistas uma entrevista expressando seus motivos de renúncia. Segundo suas declarações, ele preferiu renunciar a “desapontar” o povo brasileiro, pois estava impossibilitado de atender “aos anseios dos brasileiros”. Comentou que pretendia viajar “porque a minha presença em minha terra poderia ser prejudicial”¹⁷³.

No dia 28 de agosto, embarcou no navio *Uruguay Star*, da Blue Star Line, rumo à Europa. Antes de partir, fez questão de deixar um recado ao povo brasileiro: “Fui obrigado a renunciar, mas, tal como Getúlio, voltarei um dia, se Deus quiser, para revelar ao povo quem foram os canalhas neste país.

Bem o disse o Presidente Getúlio — mandam-me embora, mas eu voltarei. Consigne. Apenas derrotas parciais”¹⁷⁴.

Os militares colocaram obstáculos à posse de João Goulart na Presidência da República e, dessa forma, estava armada a crise¹⁷⁵.

172. O Estado de S. Paulo, de 27/08/1961.

173. Folha de S. Paulo, de 29/08/1961.

174. O Estado de S. Paulo, de 28/08/1961.

175. Vide textos de BANDEIRA, Moniz. A renúncia... Op. cit. e LABAKI, Amir. Op. cit.

Capítulo 6

Insistência pelo Poder: Novas Candidaturas

A renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República não constituiu fato suficientemente forte para desestimular sua carreira política, contrariando as expectativas de diversos segmentos da área política.

6.1 As Investidas Frustradas

6.1.1 Candidatura ao Governo do Estado de São Paulo — 1962

Na sua ausência ocorreram algumas manifestações “neoqueremistas” de adeptos seus reunidos no Movimento 25 de Agosto. Esse movimento, composto basicamente por jovens que desejavam o retorno de Jânio Quadros ao poder, traduzia-se em manifestações na cidade de Santos e Goiânia, em que viam-se cartazes com os dizeres: “Jânio sem Congresso — abaixo os corruptos”, “Todos os poderes a Jânio”, “Jânio sim, tristes não”, “Jânio e Mauro [Borges] — Jânio e Fidel”¹.

O movimento pretendia que o retorno de Jânio ocorresse, porém, em outras condições políticas, com amplos poderes e sem Congresso. Para seus adeptos, os verdadeiros culpados da sua renúncia foram os tristes internacionais e o Congresso Nacional, identificado como uma

1. O Estado de S. Paulo, de 25/10/1961.

instituição composta por corruptos e que inviabilizara o governo do presidente Jânio Quadros.

Outras manifestações foram organizadas pelo MPJQ; porém, ao lado desse movimento, seu *staff* administrativo articulava sua volta à política paulista. Foi com essa finalidade que Quintanilha Ribeiro, o coordenador do grupo, se encontrou com o ex-presidente em Londres para apresentar os resultados das negociações que o grupo estava realizando em São Paulo. Além dele, faziam parte do *staff* José Pereira, Humberto Casciano, José Aparecido de Oliveira, Oscar Pedrosa d'Horta, Paulo de Tarso Santos, Kalime Gadia e Jamil Gadia.

O jornal *Folha de S. Paulo* encomendou uma pesquisa de opinião pública junto ao Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (INESE) para avaliar a expectativa da população em relação ao retorno de Jânio Quadros ao cenário político. Do total dos entrevistados, 45% foram contrários ao seu retorno, 37% se posicionaram favoravelmente e 18% não possuíam opinião formada².

Contrariando as expectativas de grande parte dos entrevistados dessa pesquisa, Jânio Quadros afirmou que pretendia voltar e participar ativamente da vida política brasileira. O seu grupo, por intermédio do político Emílio Carlos do PTN, lançou-o como candidato ao governo de São Paulo para as eleições que se realizariam em 1962. Ao tomar conhecimento da Convenção do PTN, Jânio Quadros enviou um telegrama manifestando sua disposição de disputar o pleito eleitoral: "Aceito candidatura (as.) Silva"³.

Castilho Cabral também recebeu carta de Jânio Quadros, datada de 19 de fevereiro de 1962, que expressava sua vontade de retomar as atividades políticas: "Eis-me de volta, e para luta! A Nação saberá, agora, das razões que ditaram, à minha própria consciência, o sacrifício, único na História, da renúncia.

E prosseguirei. Não tenho qualquer dúvida quanto ao julgamento final do generoso povo brasileiro. Qualquer!"⁴.

Ao desembarcar em Santos, no dia 7 de março de 1962, Jânio Quadros foi ovacionado por dez mil pessoas, segundo cálculos da im-

2. *Folha de S. Paulo*, de 14/01/1962.

3. *Tribuna da Imprensa*, de 19/02/1962.

4. CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962, p. 251.

prensa. A festa foi organizada pelo seu *staff* administrativo que para lá transportou cerca de 5 mil pessoas em cem ônibus fretados.

No discurso proferido na comemoração, Jânio ressaltou sua disposição: "...volto para cumprir todos os meus deveres de cidadão e para exercer todos os meus direitos de cidadão. Volto para participar ativamente da existência cotidiana de meu povo, dos seus sofrimentos, dos seus sonhos, dos seus ideais"⁵.

Porém, ao retornar, não encontrou o seu antigo espaço político, agora ocupado pelo governador Carvalho Pinto e seus correligionários. O governador, na ausência de Jânio Quadros, havia articulado a candidatura de José Bonifácio Coutinho Nogueira, seu secretário da Agricultura, apoiado pela coligação PR, PDC, UDN, PTB e PRP.

Ao tomar conhecimento da chapa organizada por Carvalho Pinto, Jânio Quadros afirmou que não seria mais candidato ao governo do Estado de São Paulo e que também não apoiaria José Bonifácio Coutinho. Posteriormente, voltou atrás e se lançou candidato pelo PTN e MTR.

Em um de seus discursos, em que criticava a candidatura de José Bonifácio, Jânio chegou a afirmar que: "Lamento não ter o governador Carvalho Pinto aceito, na reunião que mantive ontem (23/5/62), em casa do dr. Quintanilha Ribeiro, os nomes dignos do prof. Queiroz Filho e do deputado Paulo de Tarso como candidatos à sucessão paulista. Aliás, naquela ocasião, propus o nome do sr. Paulo Marzagão, dentre outros, que me dispunha a apresentar. A candidatura José Bonifácio é totalmente inaceitável, vinculada como se acha às forças mais reacionárias do país. Essa candidatura tornou-se instrumento do poder econômico, abusivo e desumano, elemento preponderante que me levou à renúncia"⁶.

Sentindo-se atingido, José Bonifácio respondeu às críticas nos seguintes termos: "Li com estranheza a declaração do sr. Jânio Quadros, que nós elegemos para combater o poder econômico. Só lamento que ele tenha fugido da Presidência da República sem haver realizado esse combate (...). Em realidade não vimos na administração do ex-presidente medidas que enfrentassem o poder econômico. O melhor momento que ele teve para combater esse poder econômico não é esse e, sim, quando no exercício do poder, quando teria por certo derrotado os trustes inter-

5. *O Estado de S. Paulo*, de 08/03/1962.

6. PELLEGRINI, Virgínia Maria Cristina. "O PTB em São Paulo - 1945-1964". São Paulo, PUC/SP, 1989, p. 146, Tese de Mestrado.

nacionais, as eventuais imposições do Fundo Monetário Internacional, os interessados na elevação do preço do trigo, da gasolina, do papel, etc.”⁷.

Diante dessas candidaturas, Adhemar de Barros resolveu também se candidatar, pelo PSP, para derrotar Jânio Quadros. Dessa vez, o PSP se coligou com o PSD, adotando o *slogan* “Ordem e Tranqüilidade”, qualidade que, segundo Adhemar, Jânio Quadros não possuía. O PSB lançou o ex-deputado Cid Franco, um candidato sem qualquer viabilidade eleitoral.

A campanha de Jânio Quadros pautou-se na idéia de que o grande líder havia renunciado às “forças terríveis”, identificadas com os trustes internacionais, com os opositores à sua política externa e com os comunistas, que desejavam a sua queda do poder. Para esclarecer a opinião pública, Jânio Quadros expôs, em cadeia de rádio e televisão, as razões de sua renúncia⁸.

No comício organizado na praça da Sé, os cartazes exibiam as seguintes mensagens:

- “O cabeludo vem aí, cum nós num tem musquito.”
- “Muita gente nasceu do ventre político de Jânio Quadros.”
- “Lutamos pelos direitos sobrenaturais do Homem.”
- “Esta é a maior data da história do Brasil.”
- “Subordinação da economia ao homem.”
- “Janistas o mundo inteiro te olha”⁹.

Os discursos proferidos buscavam caracterizar Jânio Quadros como o único homem capaz de governar São Paulo, identificando-o como um grande líder, com “direitos sobrenaturais” e qualidades pessoais inabaláveis. A imagem transmitida durante a campanha era a de um homem injustiçado e malcompreendido.

Já a campanha de Adhemar de Barros, além de enfatizar a “Ordem e Tranqüilidade”, pautou-se também na defesa da iniciativa privada e na promessa de respeitar as “tradições cristãs do povo brasileiro, em oposição ao comunismo e ao sindicalismo de esquerda”¹⁰, identificados com o presidente João Goulart. Adhemar assumiu uma postura anticomunista, o que lhe valeu o apoio de setores da Igreja Católica mais tradicional e dos grandes

7. *Idem, ibidem*, p. 146.

8. *O Estado de S. Paulo*, de 16/03/1962.

9. *Idem*, de 05/10/1962.

10. SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, 1982, p. 100.

proprietários de terra, temerosos com as ameaças de reforma agrária de Goulart. Também contou com o apoio de Juscelino Kubitschek e de Carlos Lacerda, que pretendiam esvaziar a candidatura de José Bonifácio, pois caso este fosse vitorioso o governador Carvalho Pinto se fortaleceria e seria importante adversário político nas eleições presidenciais de 1965.

José Bonifácio, por sua vez, propôs-se a dar continuidade ao Plano de Ação desenvolvido durante o governo de Carvalho Pinto. Sua plataforma política incluía a defesa do nacionalismo e de reivindicações da classe trabalhadora. No dia das eleições, José Bonifácio divulgou, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, “um manifesto conclamando a juventude ‘camponesa — que arranca a riqueza da terra com o seu suor sagrado, mas não participa dessa riqueza’; a juventude ‘operária — que está nas indústrias fabricando a riqueza nacional — mas não participa dessa riqueza’, a assumir o poder; ‘jovens operários, lavradores, estudantes e funcionários — vamos, juntos, transformar o poder em instrumento das massas’¹¹.

O resultado das eleições, realizadas no dia 7 de outubro de 1962, confirmou a vitória de Adhemar de Barros, derrotando Jânio Quadros por pequena diferença de votos.

TABELA 1
Resultados das Eleições para Governador
Município de São Paulo e Interior do Estado
7/10/1962

Candidatos	Votos				Total Geral	
	Capital	% Total	Interior	% Total	Números Absolutos	Porcentagem
Adhemar de Barros	410.443	32,8	838.971	67,2	1.249.414	100,0
Jânio Quadros	451.181	40,1	674.760	59,9	1.125.941	100,0
José Bonifácio	251.799	34,8	471.024	65,2	722.823	100,0
Cid Franco	19.072	53,5	16.581	46,5	35.653	100,0
Votos em branco	29.735	30,9	66.611	69,1	96.346	100,0
Votos nulos	28.634	39,1	44.539	60,9	73.173	100,0
Total	1.190.864	36,1	2.112.486	63,9	3.303.350	100,0

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

11. FERREIRA, Oliveiros. “A crise de poder do sistema e as eleições paulistas de 1962”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UMG, 1962, p. 210.

Por que Jânio Quadros saiu derrotado nessas eleições? Uma das possíveis respostas pode ser encontrada em sua renúncia, que o teria feito perder uma parte de seu eleitorado que interpretou o gesto do presidente como uma incapacidade de reagir às situações adversas, demonstrando fraqueza e impotência política. Se por um lado Jânio Quadros perdeu eleitores, por outro conquistou outras bases que, segundo pesquisa de Oliveiros Ferreira¹², compreenderam seu ato de renunciar como resultado de uma série de pressões que o presidente havia sofrido das “forças ocultas” e dos “gorilas” que o impediram de derrotar o “sistema”.

Em contrapartida, Adhemar de Barros conseguiu sensibilizar eleitores temerosos com o avanço do “comunismo” e com o poder dos líderes sindicalistas, temas privilegiados em sua campanha política. Também afirmou que a crise por que passava o país era devida à impetuosidade do gesto de Jânio Quadros, que caso retornasse ao poder provocaria mais “caos e anarquia”.

Francisco C. Weffort¹³ procurou estudar a manifestação de um fenômeno político denominado “populismo paulista”. O pesquisador aplicou um questionário em bairros considerados populistas devido à sua composição de classe, entrevistando janistas e adhemaristas. O objetivo da pesquisa era analisar esses fenômenos e procurar estabelecer identidades/semelhanças e diferenças nas atitudes dos seguidores de Jânio Quadros e Adhemar de Barros. O período do levantamento dos dados coincidiu com as eleições para o governo do Estado de São Paulo.

A análise feita por Weffort, a partir dos dados coletados, detectou que tanto os seguidores de Jânio como os de Adhemar eram “fixados na devoção à pessoa do líder, não distinguem outros conteúdos que se lhe associam”¹⁴, ocorrendo uma “amorfização” na relação entre líder e massa.

A maior penetração janista, segundo a pesquisa, se deu nos setores mais urbanizados da população, em núcleos com maior concentração operária e em setores da classe média assalariada mais integrada ao desenvolvimento do sistema capitalista.

12. *Idem, ibidem.*

13. WEFFORT, Francisco C. “Raízes sociais do populismo em São Paulo”. *Revista da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 2. Ver também, análise sobre a liderança populista em uma abordagem geral sobre Jânio Quadros em: WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

14. WEFFORT, Francisco C. “Raízes sociais do populismo em São Paulo”. *Revista da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 2, Rio de Janeiro, p. 43.

Por sua vez, a maior penetração adhemarista pôde ser percebida nas camadas marginais ao processo capitalista e em particular nos pequenos proprietários e setores assalariados do tipo “lumpen”. A maior votação de Adhemar de Barros ocorreu em cidades do interior, onde a pequena propriedade é o padrão social e econômico dessas aglomerações populacionais.

A rivalidade entre esses dois líderes políticos também se patenteava na concepção dos adhemaristas e janistas. Os adhemaristas identificavam seu líder como o “patriarca acessível, generoso e bom”, enquanto os janistas viam Jânio Quadros como um “homem duro, o moralista enérgico, solitário e ríspido, quase inacessível”, qualidades essas avaliadas positivamente.

Segundo a análise de Weffort, os seguidores desses líderes prendiam-se muito mais às qualidades pessoais do que às atitudes políticas. Dessa forma, a renúncia de Jânio Quadros era interpretada não como um gesto político, mas como sinal de fraqueza. Para os seguidores que assim o interpretaram, o que aconteceu foi a perda do carisma do líder, que demonstrou que ele não possuía as qualificações necessárias para exercer a Presidência da República.

O Estado, para os adhemaristas, identificava-se como aquela instituição que deve prestar assistência, fornecer pequenas concessões.

Acreditavam na flexibilidade da administração a partir da atuação pessoal do líder Adhemar de Barros. Reconheciam que seriam poucos os privilegiados pela política adhemarista, crendo porém que seu líder procuraria não piorar a situação política e econômica. Para essa concepção, a representação do Estado implicaria um tipo de política conservadora, associada a uma política protetora.

Já os seguidores de Jânio Quadros, por terem uma composição de classe diferente, expressavam mais otimismo em relação à concepção de Estado. Essas classes — operários, setores das classes médias proletarizadas ou em vias de proletarização imediata —, não tendo nada a perder com o desenvolvimento capitalista, desejavam, isto sim, se integrar melhor ao sistema, buscando se ajustar ao desenvolvimento industrial. Consideravam-se mais adaptados e mais estáveis a esse sistema, que expressa, na sua concepção, uma ascensão social em face da origem camponesa de grande parcela da classe operária. Diante dessas considerações, os janistas aspiravam a um Estado mais justo, impessoal, que favorecesse a todos indiscriminadamente, e não a poucos privilegiados. Aspiravam a um Estado abstrato, onde imperassem a justiça e a aplicação incondicional da lei. O moralismo dos janistas associa-se à imagem de um líder justo, apolítico, que acabasse com a corrupção e com os privilégios de uma pequena elite.

Depois de sua primeira derrota eleitoral, Jânio Quadros viajou, no dia 1º de novembro de 1962, para a Europa, lá permanecendo por quase três meses. Estiveram presentes em sua partida os políticos Fauze Carlos, Mário Covas, Lineu Gomes, Maurício Goulart, Tarquínio Silva, Quintanilha Ribeiro, J. B. Vianna de Moraes e José Aparecido de Oliveira.

Antes de embarcar, Jânio Quadros fez uma avaliação sobre os resultados dessas eleições, afirmando que estava “muito confortado e encorajado com os resultados das eleições, por ter entrado na campanha sem o ‘o apoio da imprensa e outros órgãos de divulgação’ e ter obtido a vitória na capital paulista e em outros grandes centros”¹⁵.

Ainda segundo Jânio Quadros: “Na minha campanha pregava idéias de reforma e foi tão elevada a pregação que me esqueci que tinha competidores. Sinto-me pago por todos os esforços e sei que minhas idéias vão prevalecer, cedo ou tarde, pois são idéias invencíveis e já estão sendo difundidas”¹⁶.

6.1.2 A Cassação em 1964

Por ocasião do golpe militar de 1964, o então general Castelo Branco, futuro presidente da República eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, solicitou que Jânio Quadros redigisse um documento onde manifestasse o seu apoio à Revolução Militar. Em uma carta redigida em 6 de abril de 1964, Jânio Quadros afirmou: “Não quis, no meu benefício, rasgar a Constituição — embora anacrônica —, dissolver o Congresso — embora deformado pela lei eleitoral, e quase inoperante —, lançando nosso povo à inevitável guerra civil. Sacrifiquei-me, sem hesitações(...)

Vejo agora esta revolução vitoriosa converter-se em instrumento de rancores e conveniências de grupos e indivíduos. Em nome da Lei Suprema, desrespeita-se, avilta-se a essa lei. Arrombam-se lares e extinguem-se vidas.

Prendem-se cidadãos, sem motivo. A censura na imprensa, na televisão e no rádio, silencia a quase todos, mas concede a alguns todas as torpezas (...) Reina o terror (...) Aceite a indicação, General. Eleito, restitua ao Brasil a ordem e a lei. Coíba os abusos (...) Substitua o ódio pela Justiça”¹⁷.

Com esse documento, Jânio Quadros, apesar de não criticar a Revolução, externou preocupações em relação aos abusos cometidos

15. O Estado de S. Paulo, de 02/11/1962.

16. Idem.

17. A Gazeta, de 07/04/1965.

pelo novo governo. Mesmo manifestando seu apoio a Castelo Branco, não foi poupado. O Comando Supremo da Revolução suspendeu, em 10 de abril de 1964, por dez anos, os direitos políticos do ex-presidente. Ao tomar conhecimento dessa decisão, Jânio acusou a Revolução “de se pôr a serviço, no seu caso, das forças da corrupção, e dos ódios e apetites de indivíduos e grupos”¹⁸.

Com a edição do Ato Institucional nº 2 (outubro de 1965), o presidente Castelo Branco extinguiu o pluripartidarismo e implantou o bipartidarismo. Criaram-se as legendas da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), agremiação da situação, e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), da oposição. Nessa ocasião, os janistas se filiaram ao MDB, onde passaram a exercer grande influência, principalmente na organização do MDB paulista: “A presidência do MDB em São Paulo foi ocupada pelo senador Lino de Mattos que, embora ligado ao grupo janista (Mattos havia sido eleito senador em 1962 pela coalizão janista (PTN-MTN)), pertencia originalmente ao PSP, Lino de Mattos provavelmente foi o único político do MDB com alguma experiência em organização partidária”¹⁹.

Durante o período em que teve seus direitos políticos cassados, Jânio Quadros se dedicou a escrever livros didáticos, alguns em co-autoria com Afonso Arinos de Mello Franco, e à pintura, chegando a realizar uma exposição em uma galeria de arte da capital paulista.

Mesmo ausente da vida política, não deixou de expressar suas opiniões sobre os rumos que estava tomando a Revolução Militar. Em Londres, Jânio Quadros elogiou o governo militar, afirmando que, mesmo estando fora da política, “me agrada dizer que o nosso atual governo faz todo o possível para colocar em ordem a administração, as finanças e a economia no Brasil. Estou seguro que terá êxito”²⁰.

Em 1968, apesar de proibido de se manifestar, Jânio Quadros realizou um pronunciamento político, o que provocou a sua punição com um confinamento por 120 dias em um hotel na cidade de Corumbá, Mato Grosso.

Somente em 1974, após recuperar seus direitos políticos, é que Jânio Quadros pôde expressar livremente suas opiniões políticas. Em uma dessas manifestações, Jânio afirmou que só havia um regime político que se adaptaria à situação política brasileira: “Nenhum Estado Demo-

18. Correio da Manhã, de 17/04/1964.

19. KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB — 1966-1979*. São Paulo, IDESP/Vértice, pp. 42-93.

20. O Estado de S. Paulo, de 21/05/1965.

crático subsiste hoje se não contar com elementos que o defendam das investidas fascistóides e comunizantes. A primeira condição para o Estado Democrático sobreviver é a autoridade do poder executivo que deve exercer marcado predomínio sobre os demais poderes. A democracia liberal, dos Três Poderes harmônicos e interdependentes, está morta. É peça de museu”²¹.

Pouco tempo depois expressou a mesma opinião sobre o regime político adequado ao Brasil: “Só uma democracia forte, autoritária e de conteúdo humanista poderá sustentar e fortalecer a liberdade, a família, a livre empresa, a propriedade e o trabalho, sujeitando tudo aos valores cristãos que devem inspirar o Homem”²².

Com esses pronunciamentos, reafirmou sua concepção de democracia, identificada com o fortalecimento da autoridade do Poder Executivo sob os outros poderes. Apesar de cassado, apoiou a repressão exercida pelo regime militar. Daí é possível compreender o seu apoio ao AI nº 5 e sua posição contrária à anistia ampla, geral e irrestrita, por considerar que mesmo os crimes envolvendo motivos políticos não deveriam ser perdoados.

Em 1977 alguns jornais indagaram-no sobre suas futuras pretensões políticas, ao que respondeu: “Não voltarei à vida pública. Registre-se isso. Considero minha biografia encerrada. Mas, servirei ao civil ou militar que implantar no país um governo ágil e forte, de tendências centrípetas, à feição de De Gaulle, que nos tem sido negado até o momento”²³.

Entre os anos de 1977 e 1978, Jânio Quadros defendeu a necessidade de se convocar uma Constituinte livre que reformulasse o nosso sistema político, reforçando a autoridade no regime democrático. Para tanto, dispôs-se a concorrer a uma cadeira para deputado federal, para “ajudar a estruturar a democracia brasileira, que não é artigo de importação”²⁴.

6.1.3 Candidatura ao Governo do Estado de São Paulo – 1982

Com a reformulação partidária feita pelo governo do general João Baptista Figueiredo em 1979, o pluripartidarismo foi novamente implantado. Novos partidos foram organizados: o PDS (Partido Democrático

21. *Correio Brasiliense*, de 22/08/1978.

22. *Folha de S. Paulo*, de 30/10/1977.

23. *Correio Brasiliense*, de 22/08/1977.

24. *Jornal do Brasil*, de 23/09/1978.

Social), ex-ARENA; o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), ex-MDB; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), controlado por Ivete Vargas; o PDT (Partido Democrático Trabalhista), dirigido por Leonel Brizola; o PP (Partido Popular), que reuniu políticos tanto da antiga ARENA quanto do MDB; e o PT (Partido dos Trabalhadores), nascido do movimento sindical do Grande ABCD, das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica progressista e do meio intelectual²⁵.

Em 1982, realizar-se-iam eleições diretas para o governo do Estado de São Paulo, até então proibidas²⁶. A candidatura de Jânio Quadros já era levantada em 1980, quando, visando a essas eleições, ele se filiou ao PTB. Em abril de 1981 sua candidatura foi homologada pelo partido.

Durante esses meses, aproximou-se do PP, liderado por Tancredo Neves, e sugeriu que este se fundisse com o PTB. No entanto, suas propostas foram inviabilizadas pela mudança feita pelo governo Figueiredo nas regras eleitorais, proibindo as coligações partidárias para as eleições de 1982. Ciente de que o PTB não teria condições para sustentar sua candidatura, já que não estava organizado em muitos municípios do Estado de São Paulo, Jânio Quadros afastou-se do partido em 26 de junho de 1981.

Nesse meio tempo, procurou se aproximar do PMDB, chegando a pedir sua filiação ao partido pelo Diretório de Vila Maria em 27 de agosto de 1981. Em uma carta dirigida a Orestes Quécia, Jânio Quadros declarou: “Acreditei no pluripartidarismo. Reconheço, não obstante, que apesar de nossos desejos e esforços já não poderemos contar com esse indispensável avanço constitucional para as urnas de 82.

Conseqüentemente, filio-me ao PMDB, ampliando a frente democrática, convencido de que atendo ao dever imperioso de neutralizar os efeitos deletérios dos casuísmos”²⁷.

Na realidade, o objetivo de Jânio Quadros ao procurar filiação ao PMDB era contar com a máquina partidária que se colocaria a serviço de sua candidatura. No entanto, após uma série de manifestações contrárias, a Comissão Executiva Nacional do PMDB rejeitou sua filiação em 20 de outubro de 1981, por treze votos contra dois. Dentre os favoráveis, incluíram-se os votos do senador paulista Orestes Quécia e do ex-deputado do Paraná José Alencar Furtado. O grupo que liderou a

25. LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos e utopias — O Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo, Edições Loyola, 1989.

26. As eleições para os executivos estaduais eram indiretas, por intermédio das Assembleias Legislativas estaduais.

27. *O Estado de S. Paulo*, de 01/10/1981.

rejeição era dirigido por Franco Montoro e Ulysses Guimarães, que no passado haviam entrado em confrontos políticos com Jânio Quadros.

Em 3 de novembro de 1981, Jânio Quadros novamente filiou-se ao PTB, afirmando que concorreria à Câmara Federal. Pouco depois voltou atrás e finalmente se candidatou ao governo de São Paulo. Questionado se a sua candidatura estava sendo articulada pelo general Golberi do Couto e Silva, Jânio respondeu: “Eu não vejo o general Golberi do Couto e Silva desde 1961 — não lhe devo um prego nem ele a mim”²⁸.

Nessas eleições, além da proibição de coligações partidárias, foram estabelecidas a vinculação de votos e a obrigatoriedade de os partidos participarem das eleições para todos os cargos políticos. Com essas mudanças casuísticas, “o governo pretendia fragmentar o voto oposicionista entre os diversos partidos, reduzindo assim o impacto de sua possível vitória”²⁹.

Por essa ocasião, Jânio Quadros procurou o presidente Figueiredo para criticar a alteração nas regras eleitorais: “Fui de encontro à mão estendida do Chefe da Nação (...) Constato que a mão presidencial não me abriu, mas fechou-se em pacotes destinados a defraudar a manifestação das urnas livres. Tenho, por isso, autoridade para a denúncia.

Procurei-o para interceder pela desvinculação dos votos. Quero eleições livres. Casuísmo é a legislação vigente. Deprequei pelo que é legítimo”³⁰.

A medida proposta pelo governo Figueiredo visava atender ao PDS e tinha como objetivo controlar a nova composição do Colégio Eleitoral, que iria escolher o presidente da República, por via indireta, em 1985.

Além de Jânio Quadros, também se candidataram Franco Montoro, do PMDB; Reynaldo de Barros, pelo PDS; Rogê Ferreira, pelo PDT; e Luís Inácio Lula da Silva, pelo PT. O candidato vitorioso foi Franco Montoro, com 44,9% dos votos³¹. Reynaldo de Barros obteve o segundo lugar, com 23,5%, e Jânio Quadros ficou em terceiro, com 12,5% dos votos.

28. Folha de S. Paulo, de 24/05/81.

29. KINZO, Maria D'Alva Gil. *Op. cit.*, p. 211.

30. *Jornal do Brasil*, de 18/07/82.

31. Vide análise detalhada desse pleito eleitoral em: LAMOUNIER, Bolívar e MUSZYNSKI, Maria Judith. *São Paulo, 1982: a vitória do (P)MDB*. São Paulo, IDESP, 1983.

TABELA 2

Resultados Gerais das Eleições para Governador,
Segundo os Candidatos
Estado de São Paulo 1982

Candidatos	Votos	% Total
Reynaldo de Barros	2.728.732	23,5
Rogê Ferreira	94.395	0,8
Lula	1.144.648	9,9
Jânio Quadros	1.447.328	12,5
Franco Montoro	5.209.952	44,9
Votos em branco	664.101	5,7
Votos nulos	308.829	2,7
Total	11.597.985	100,0

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Na capital, Jânio Quadros conseguiu obter 20,6% do total dos votos, sendo o segundo candidato mais votado depois de Franco Montoro. De acordo com a pesquisa realizada pelo IDESP (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo) e analisada por Bolívar Lamounier e Maria Judith Brito Muszynski³², Jânio Quadros venceu em bairros identificados com o janismo, tais como Tatuapé, Tucuruvi e Vila Prudente: “No reduto janista mais tradicional, a Vila Maria, Jânio Quadros chegou mesmo a vencer o candidato do PMDB já em 1982, conquistando 37% dos votos contra 34% de Franco Montoro”³³.

As maiores votações de Jânio Quadros aconteceram nos bairros de classe média e média baixa. Segundo a pesquisa de Maria Teresa Sadek³⁴, existem “focos irradiadores do janismo” identificados com as regiões leste e norte, que acompanham e apóiam Jânio Quadros desde o começo de sua carreira política. Ainda segundo Maria Teresa Sadek, os distritos dessas regiões situam-se “nas áreas de povoamento mais antigo da cidade e mais próximas do Centro. Quanto mais nos afastamos desse núcleo central,

32. LAMOUNIER, Bolívar e MUSZYNSKI, Maria Judith. “A eleição de Jânio Quadros”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *1985: o voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP, 1986.

33. *Idem, ibidem*, p. 9.

34. SADEK, Maria Tereza. “A trajetória de Jânio Quadros”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *1985: o voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP, 1986.

rumando para o extremo leste ou para o extremo norte, tanto mais constataremos uma redução da vantagem janista. O que se observa, portanto, é um fenômeno de propagação do janismo a partir de um centro irradiador, com uma gradativa diminuição de sua força à medida que nos afastamos de seu núcleo”³⁵.

O *staff* administrativo janista integrado por Jair de Carvalho Monteiro e Wilson Pereira, dentre outros, tinha consciência de que Jânio Quadros não venceria aquelas eleições. Para o *staff*, o grande culpado era o presidente Figueiredo, que havia alterado as regras eleitorais, inviabilizando a disputa eleitoral livre. Argumentou-se também que o PTB, por não possuir estrutura partidária bem montada em todo o Estado de São Paulo, dificultou a candidatura de Jânio Quadros. Além disso, Reynaldo de Barros, candidato do PDS, disputava a mesma parcela do eleitorado conservador de São Paulo. Na opinião de Jair de Carvalho Monteiro: “A eleição de 1982 era uma eleição em que pensava-se que seria uma eleição. Mas aqueles casuísmos que foram criados pelo Figueiredo, vinculação de voto, se não tivesse candidato a prefeitura na cidade, não tinha direito de ter voto. Eu sou candidato a governador, se eu não tiver candidato a Prefeito, eu não posso ter voto a governador de Estado nessa cidade. Então, ficou algo difícil de se disputar, e o Jânio não se elegeu. Nós tentamos entrar no PMDB, e o Montoro, que era candidato ao governo de São Paulo, pensou que o Jânio quisesse entrar no PMDB para, dentro do partido, disputar a eleição e ganhar dele”³⁶.

Apesar da derrota, Jânio Quadros conseguiu marcar presença e demonstrou que ainda era uma força política. Suas propostas a respeito da moralização, da honestidade e do trabalho ainda sensibilizavam uma parcela da população paulista.

Durante o período em que permaneceu no local de votação, Jânio Quadros, ciente de que sairia derrotado, ao ser entrevistado pela imprensa fez questão de agredi-la: “Já ganhei as eleições e você vai saber disso. Essa imprensa mentirosa e desonesta não merece nenhuma palavra minha; depois engulam os resultados.

Não vou falar, escreva o que bem entender. Mas tome cuidado com o que escreve, porque eu posso processá-la, e já coloquei jornalistas na cadeia. País de irresponsáveis...”³⁷.

35. *Idem*, *ibidem*, p. 77.

36. Entrevista com Jair de Carvalho Monteiro, em 13/10/1989.

37. *Jornal da Tarde*, de 16/11/1982.

No mesmo dia, 15 de novembro, Jânio Quadros embarcou para os Estados Unidos, acompanhado por sua mulher, com destino a Miami. Os motivos de tão repentina viagem não foram informados.

6.2 O Último Retorno ao Poder: 1985

A candidatura de Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo³⁸ foi lançada no final de 1984. Ela fazia parte de uma estratégia política coordenada por um “bloco conservador”³⁹ composto pela coligação PTB-PFL, que lançou oficialmente o candidato. O PFL manifestou o seu apoio por intermédio de políticos de expressão, tais como Olavo Setúbal e Aureliano Chaves, que ocupavam os ministérios das Relações Exteriores e Minas e Energia, respectivamente, do governo José Sarney.

O PDS, desgastado eleitoral e politicamente após o fracasso da candidatura de Paulo Maluf à Presidência da República em 1984, optou por apoiar política e financeiramente a candidatura de Jânio Quadros, embora não fizesse parte da coligação oficial PTB-PFL. Toda a máquina partidária do partido foi acionada para o estabelecimento de contatos entabulados por Delfim Neto e Calim Eid com políticos e principalmente empresários, os verdadeiros financiadores de Jânio Quadros. O PDS entendeu que somente a candidatura de Jânio Quadros poderia desestabilizar o equilíbrio e o peso político que o PMDB tinha em São Paulo e junto ao presidente José Sarney.

Os quartéis também manifestaram seu apoio a Jânio Quadros e se identificaram com sua pregação anticomunista adotada durante sua campanha eleitoral. O general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, que havia trabalhado com Jânio no período em que exerceu a Presidência, declarou oficialmente sua disposição em votar no candidato.

As eleições de São Paulo também preocupavam o presidente José Sarney. Sua vontade, não manifesta, era que Jânio Quadros vencesse as eleições e assim desestabilizasse o poder do PMDB, presente em seu governo nas pessoas de vários ministros, herdados de Tancredo Neves, e também da “eminência parda” representada pelo parlamentar peemedebista Ulysses Guimarães.

Por ocasião da votação pelo Congresso Nacional da inelegibilidade dos prefeitos em exercício, a candidatura Jânio Quadros ganhou

38. Em 1985 foram realizadas eleições diretas para as prefeituras das capitais, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional, até então proibidas pelo regime autoritário.

39. LAMOUNIER, Bolívar e MUSZYNSKI, Maria Judith. “A eleição de Jânio Quadros”. *Op. cit.*

maior força. O PMDB, que pretendia lançar como candidato o prefeito Mário Covas, teve que procurar outro político para disputar o cargo.

Em uma pesquisa eleitoral publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, em maio de 1985, sobre a preferência do eleitorado paulistano para a Prefeitura de São Paulo, Jânio Quadros apareceu em primeiro lugar. Ao tomar conhecimento desse resultado, comentou: “A hipótese de eu perder essa eleição é desprezível”⁴⁰.

O ano de 1985 foi marcado pelo retorno dos civis ao poder⁴¹ e por uma nova reformulação partidária, que proporcionou a organização de novas agremiações partidárias e a legalização dos partidos comunistas, até então proibidos de obter o registro.

Nessas eleições municipais, concorreram onze candidatos: Jânio Quadros, pelo PTB-PFL; Fernando Henrique Cardoso, pelo PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy, pelo PT; Francisco Rossi, pelo PCN (Partido Comunitário Nacional); Ana Rosa Tenente, pelo PH (Partido Humanista); Pedro Geraldo da Costa, pelo PPB (Partido do Povo Brasileiro); Antonio Carlos Fernandes Filho, pelo PMC (Partido Municipalista Comunitário); Ruy Codo, pelo PL (Partido Liberal); José Maria Eymael, pelo PDC (Partido Democrático Cristão); Armando Corrêa, pelo PMB (Partido Municipalista Brasileiro); Rivailde Ovídio, pelo PSC (Partido Social Cristão).

Os candidatos com chances competitivas eram Jânio Quadros, Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Suplicy. Os outros, sem condições reais de vitória, jogavam, provavelmente, em função do futuro político pessoal ou de suas respectivas agremiações.

6.2.1 Campanha Eleitoral

A campanha eleitoral de Jânio Quadros⁴² se limitou a almoços diários com correligionários e simpatizantes e a pequenos comícios organizados por seu *staff* administrativo. O ponto alto de sua campanha se deu na propaganda eleitoral gratuita no rádio e principalmente na televisão.

40. Visão, de 22/05/1985.

41. Vide a respeito o texto organizado por: REIS, Fábio Wanderley e O'DONNELL. *A democracia no Brasil — dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice, 1988.

42. Vide com maiores detalhes sobre a campanha em: FERRARI, Levi B. “Guerra é guerra: aspectos da campanha”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *1985: o voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP, 1986.

Além do candidato Jânio Quadros, também se fizeram presentes na propaganda eleitoral seus assessores mais próximos, dentre os quais destacam-se o deputado estadual Fauze Carlos, pelo PTB, o deputado federal Gastone Righi, pelo PTB, e os vereadores Brasil Vita, pelo PTB, e Eurípedes Sales, pelo PFL (ele havia sido expulso do PMDB por apoiar Jânio Quadros). O objetivo do grupo era poupar o candidato, debilitado fisicamente, e principalmente atacar outros adversários, centrando suas críticas no candidato do PMDB.

A agenda dessa campanha eleitoral foi praticamente dirigida por Jânio Quadros⁴³. O candidato se posicionou frontalmente contrário aos governos municipal e estadual, dirigidos pelo PMDB. O alvo preferido dos ataques foi o governador Franco Montoro, criticado pela política desenvolvida em sua administração no tocante aos “direitos humanos”. Jânio considerava que a adoção dessa política pelo governador e por seu secretário da Justiça, José Carlos Dias, somente beneficiava os criminosos. Para o candidato: “Os direitos humanos não estão somente do lado de lá, do lado dos delinquentes. Estão do lado de cá, dos homens de bem e que trabalham”⁴⁴.

O *slogan* adotado para essa campanha foi “Honestidade, Trabalho e Segurança”, temas presentes em outros momentos de sua carreira política. O símbolo da vassoura foi novamente empregado para representar a “varredura” da corrupção e da imoralidade e a necessidade de se enxugar a máquina administrativa. O tema “trabalho” referia-se essencialmente às “oportunidades [que] existem para os que ‘querem’ trabalhar. Não existem para vagabundos e os preguiçosos. Trata-se pois, de um símbolo nitidamente punitivo [invariavelmente reforçado por ameaças de fiscalização ou mesmo de demissão em massa do serviço público]. Funciona também como uma explicação das dificuldades econômicas do pobre honesto. Se todos trabalhassem, nenhum estaria passando dificuldades”⁴⁵.

A preocupação com o tema Segurança visava transmitir a imagem de que o Estado, com Jânio Quadros e sua autoridade, conseguiria garantir a integridade e a propriedade dos cidadãos paulistanos. Para o candidato, “a criminalidade é filha da pobreza, do desemprego, mas

43. LAMOUNIER, Bolívar e MUSZYNSKI, Maria Judith. “A eleição de Jânio Quadros”. *Op. cit.*

44. *Veja*, de 20/11/1985.

45. LAMOUNIER, Bolívar e MUSZYNSKI, Maria Judith. “A eleição de Jânio Quadros”. *Op. cit.*

também deve ser compreendida como ‘filha da oportunidade’, resultado do despolicimento da cidade de São Paulo”⁴⁶.

Nos *clips* de televisão apresentados durante a propaganda eleitoral, Jânio Quadros externou algumas opiniões sobre temas como comunismo e defesa da empresa privada, além de procurar divulgar suas propostas de governo com relação a segurança, moralização administrativa, de costumes, educação, saneamento básico, problemas dos bairros da capital, cultura, abastecimento e trânsito.

Declarou-se contrário ao regime comunista, acusando os governos municipal e estadual de abrigar em cargos públicos elementos identificados como comunistas. Conclamou o povo a acompanhá-lo nessa “cruzada” contra o comunismo. Em um dos programas, Jânio Quadros mostrou livros considerados “subversivos”, por serem editados em Moscou para a língua portuguesa. Após a exibição dos títulos *Reflexão e ação, A luta ideológica no mundo contemporâneo, O indivíduo sobre o socialismo*, virou-se para a câmera de televisão e indagou: “Quando reatamos relações econômicas, culturais e comerciais com a Rússia foi para isto? Para que ela nos invadissem com sua literatura suja? Com sua literatura de caráter puramente deseducativo, procurando perverter a nossa mocidade?”⁴⁷.

Depois de fazer essas denúncias, afirmou que pretendia enviar as obras para a Embaixada da União Soviética e ameaçou exigir o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e este país.

Seguindo a mesma linha de ataque às publicações “comunistas”, criticou a publicação *Retrato do Brasil*, da Política Editora, por conter matérias que denegriam a imagem do Brasil e, segundo sua avaliação, eram “subversivas”.

Foi com base nessas acusações que Jânio Quadros combateu a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, acusando-o de comunista e de contar com o apoio dos partidos da “foice e martelo”. O candidato lembrou que nos comícios do PMDB as bandeiras que mais se destacavam eram as do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PC do B (Partido Comunista do Brasil).

Os ataques se acentuaram depois que o candidato do PMDB deu uma entrevista à revista *Playboy*, na qual afirmou que, na sua juventude, havia experimentado maconha. Os assessores e o próprio Jânio inten-

46. Veja, de 22/05/1985.

47. Clip de TV, de 24/09/1985.

sificaram suas denúncias e acusaram Fernando Henrique de ser “comunista e maconheiro”.

Foi depois dessa declaração de Cardoso que circulou um jornal editado por José Alcides de Oliveira, o “Marronzinho”, intitulado *A Voz*. O jornal, financiado por simpatizantes de Jânio, fez acusações ao candidato do PMDB, atribuindo-lhe algumas frases que denegriam sua imagem. Dentre elas destaca-se a seguinte: “Não adianta. Neste País e nesta terra só dá negro, peão, analfabeto, burro. Se eu fosse candidato em Paris me elegeria sem fazer propaganda. Aqui em São Paulo até as mulheres dizem que votam no Jânio Quadros, sendo eu mais bonito e apresentável que ele. Deixo de aparecer em público com minha esposa só para as mulheres se aproximarem mais de mim e não adianta. A péssima administração Montoro está sendo um árduo fardo para eu carregar”⁴⁸.

A Polícia Federal apreendeu 100 mil exemplares do jornal *A Voz* em uma gráfica no bairro de Pinheiros. Seu editor, ou testa-de-ferro, assumiu toda a responsabilidade sobre as matérias publicadas. Logo após a proibição, Marronzinho se dirigiu à residência de Jânio Quadros e entregou-lhe alguns exemplares do jornal apreendido. Na frente da casa do candidato foram distribuídos outros exemplares para os jornalistas e populares que ali se encontravam.

Jânio Quadros chegou mesmo a afirmar no programa eleitoral: “Se Cardoso for eleito, ele colocará maconha na merenda das crianças”⁴⁹.

Na avaliação de Gastone Righi, líder do PTB na Câmara e janista histórico: “O anticomunismo e a luta contra a maconha foram estratégias eleitorais”⁵⁰.

O articulador da campanha janista foi Wilson Pereira, que, além de conseguir financiamento junto a outros grupos, também elaborava propostas de programa para a propaganda eleitoral. Segundo seu próprio relato, coordenava uma equipe de trabalho que realizava levantamento dos problemas e reivindicações dos bairros e regiões da capital paulistana. Após esse mapeamento, os dados coletados eram cruzados em um computador, chegando-se por esse procedimento a um plano de atuação para aquelas áreas. Segundo sua avaliação: “A chave foi a pesquisa e fazer, através da computação, um cruzamento de interesses, das

48. *A Voz*, editado por José Alcides de Oliveira, de 06/11/1985.

49. Veja, de 20/11/1985.

50. *Idem*.

necessidades e do nível da região. Então, cruzando essas informações, nós teríamos um programa”⁵¹.

A solução apresentada por Jânio Quadros aos diferentes bairros da capital foi elaborada por esse grupo que lhe fornecia os subsídios necessários para a feitura dos programas eleitorais. Os bairros citados por Jânio Quadros foram Vila Maria, Lapa, Vila Anastácio, Pompéia, Itaquera, Guaianazes, Campo Limpo, São Miguel, Nova Cachoeirinha, Tatuapé, Santo Amaro etc. Apoiando-se nessas informações, Jânio reafirmava sua postura antipartidária: “Eu evito falar de política partidária. Procuro estudar os bairros, as reivindicações e manifestações populares”⁵².

Jânio recebeu apoio de vários políticos. Cláudio Lembo, do PFL, por exemplo, deu seu depoimento no programa eleitoral, reforçando a necessidade de recuperar a força da autoridade pública: “Apoiamos Jânio Quadros porque ele tem a condição nítida que São Paulo precisa para ser administrado. Precisa de pessoas que não sejam incompetentes, saibam decidir e que tenham autoridade e sentido de administração pública, o que falta no país nesse momento, principalmente aqui em São Paulo. São Paulo está acostumado a ter administradores competentes. É só recordar a administração de Olavo Setúbal, é só recordar o Governo de Jânio Quadros (...) O povo de São Paulo está cansado de fragilidade e fraqueza (...) O ato de votar em Jânio Quadros, na dignidade, na honra, no respeito, na autoridade e experiência”⁵³.

Seu relacionamento com a imprensa foi, como sempre, tumultuado. Jânio criticou-a e qualificou-a como tendenciosa. Após uma série de desentendimentos, rompeu com a imprensa. Conseguiu assim obter maior espaço nos meios de comunicação; e quando interpelado por jornalistas, afirmava laconicamente: “Nada a declarar”. Como consequência deste difícil relacionamento, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e a Federação Nacional de Jornalismo organizaram um ato público em protesto ao tratamento dispensado pelo candidato aos profissionais da imprensa. Ao tomar conhecimento do ato, Jânio Quadros qualificou-o como partidário e afirmou: “Quando vem um repórter quadrúpede me entrevistar, como que ele quer que eu o trate? Como bípede?”⁵⁴.

51. Entrevista com Wilson Pereira, em 04/09/1989.

52. Clip de TV, de 06/11/1985.

53. Idem, de 16/11/1985.

54. Noticiário de um telejornal não especificado, de 08/10/1985.

Em um debate num programa de televisão⁵⁵ com jornalistas encarregados de cobrir a campanha eleitoral de Jânio Quadros, esses profissionais denunciaram as agressões que sofreram, tanto do candidato como de seus assessores e seguranças. O jornalista Luiz Carlos Azenha comentou que “no contato pessoal com ele, desperta um certo temor”⁵⁶. Já a jornalista Sandra Bruno foi mais explícita: “Ele deu um chega prá lá. Não foi um empurrão violento mas foi um chega prá lá. Isso mostra o que ele está fazendo para impedir o trabalho da gente. Eu tenho medo do que ele possa trazer para nós. De repente a gente está vivendo a liberdade e vem Jânio Quadros proibindo ideologias, proibindo comportamentos. Se como candidato ele é assim, como ele vai ser como Prefeito?”⁵⁷.

Os institutos de pesquisa também foram duramente criticados por Jânio Quadros, que qualificou-os como tendenciosos e mentirosos. A cada nova divulgação da tendência do eleitorado paulistano em que aparecia em segundo lugar, atrás do candidato do PMDB, Jânio desqualificava os resultados⁵⁸. Confiante em sua vitória, apesar das pesquisas, Jânio minimizava o peso da máquina do PMDB. Na avaliação que levava ao conhecimento do eleitorado: “Não acredito em máquinas eleitorais numa cidade politizada como São Paulo. O eleitorado da capital é independente, age e reage de acordo com seus interesses”⁵⁹.

Gastone Righi fez referência durante a campanha a um fato que descrevia, em parte, o perfil do eleitor de Jânio Quadros: “Vou lhe dar um dado que é incontestável. Os janistas são muito introvertidos. Se perguntados, eles respondem que não têm candidato. Não gostam de polemizar. Formam a maioria silenciosa. Esses indecisos apontados são votos de Jânio Quadros”⁶⁰.

Nessa campanha eleitoral, Jânio Quadros apresentou-se como o único candidato capaz de resolver os problemas da cidade de São Paulo e de restabelecer a ordem e a segurança mediante um atributo particular seu: A AUTORIDADE. Ao seu eleitorado fiel, Jânio Quadros teve acrescido o eleitorado conservador do PFL e do PDS, partidos que o apoiaram.

55. Programa Olho Mágico – TV Gazeta, de 27/10/1985.

56. Idem.

57. Idem.

58. Vide com maiores detalhes o texto de: FIGUEIREDO, Marcus F. “As pesquisas pré-eleitorais e as “surpresas” políticas”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). 1985: o voto em São Paulo. São Paulo, IDESP, 1986.

59. Visão, de 22/05/1985.

60. Programa na TV Record às 18h30, em 27/10/1985.

Com relação aos pequenos partidos políticos “a maioria dos quais visivelmente aliciada ou cooptada pelo esquema de apoio a Jânio — foi notória sua contribuição para o desgaste do governo Montoro e do candidato peemedebista”⁶¹.

As eleições se realizaram no dia 15 de novembro de 1985. O confronto final ocorreu entre Jânio Quadros e Fernando Henrique Cardoso.

6.2.2 Resultado das Eleições e sua Repercussão

A divulgação das pesquisas de boca de urna confirmou a vitória de Jânio Quadros⁶²; o maior partido do Brasil, o PMDB, havia sido derrotado⁶³.

Os resultados gerais das eleições encontram-se na Tabela 3.

TABELA 3
Resultados Gerais das Eleições para Prefeito e
Vice-Prefeito, Segundo os Candidatos
Município de São Paulo 15/11/1985

Candidatos	Partidos	Votos	% Total
Jânio Quadros	PTB/PFL	1.572.260	37,5
Fernando H. Cardoso	PMDB	1.431.175	34,2
Eduardo Suplicy	PT	827.452	19,7
Francisco Rossi	PCN	68.305	1,6
Ana Maria Tenente	PH	45.068	1,1
Pedro G. Costa	PPB	27.887	0,7
Antonio C. Fernandes	PMC	8.107	0,2
Ruy Codo	PL	4.162	0,1
José Maria Eymael	PDC	4.578	0,1
Armando Corrêa	PMB	4.187	0,1
Rivailde Ovídio	PSC	4.066	0,1
Votos em branco	—	37.575	0,9
Votos nulos	—	154.769	3,7
Total	—	4.190.041	100,0

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

61. FERRARI, Levi B. *Op. cit.*, p. 53.

62. O que favoreceu a vitória de Jânio Quadros também foi a derrota dos dois turnos no Congresso Nacional. A derrota foi festejada pelos janistas que consideraram: “Com um só turno a gente ganha. Se fossem dois, seria mais difícil, pois 35% de malucos é possível juntar, mas jamais conseguiríamos juntar 51%”. *VEJA*, de 06/11/1985.

63. Vide com maiores detalhes o texto de: MENEGUELLO, Rachel e ALVES, Ricardo Márcio Martins. “Tendências eleitorais em São Paulo (1974-1985)”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). 1985: *o voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP, 1986.

Maria Tereza Sadek chega a algumas conclusões sobre as bases sociais do janismo: “Os resultados mostram que sua base social deslocou-se ao longo do tempo dos setores populares para as classes médias, tornando-se gradativamente distante da imagem do ‘tostão contra milhão’ cultivada no início de sua carreira”⁶⁴.

Ainda segundo Maria Tereza, a distribuição espacial dos votos de Jânio Quadros permaneceu a mesma desde sua primeira eleição ao Executivo em 1953, ocorrendo uma concentração principalmente nas zonas norte e leste da capital paulistana; ou seja, apesar das alterações espaciais e de ocupação sócio-econômica, o janismo continuou predominando nessas áreas. A autora conclui que existem *focos irradiadores de janismo*, como visto anteriormente, e que coincidem com os distritos mais antigos dessas zonas: “Os distritos da Mooca, Alto da Mooca, Belém, Penha de França, Tatuapé, Vila Prudente, Vila Maria e Tucuruvi apresentam as mais altas diferenças a favor de Jânio Quadros. Todos estes distritos localizam-se nas áreas de povoamento mais antigo da cidade e mais próximas do Centro”⁶⁵.

Como exemplo da força eleitoral de Jânio Quadros nessas regiões, basta lembrar que ele obteve 48,6% do total dos votos no bairro de Vila Maria, tradicional reduto janista. Confirmada essa tendência do eleitorado paulista, cabe perguntar: afinal por que foi especificamente nessas zonas geográficas que Jânio Quadros obteve sua maior votação? Para Maria Tereza, “é que o moralismo é o foco do sistema de valores de uma pequena classe média que se identifica com determinadas áreas geográficas. A estratégia eleitoral de Jânio Quadros procura reforçar essa identificação”⁶⁶.

Os eleitores janistas são, ainda, os mais velhos e menos instruídos e os jovens identificados com os níveis médio e alto em termos de composição sócio-econômica.

Segundo o estudo de Bolívar Lamounier e Maria Judith Muszynski, o jovem escolarizado possui semelhança com o indivíduo idoso, porém pouco instruído, na “apreensão menos articulada dos fatos políticos”, e em decorrência dessa característica apresenta uma certa “volubilidade” em seu comportamento. Os jovens que votaram em Jânio Quadros, apesar de não terem vivenciado outros momentos de sua carreira política, se identificaram com o apelo personalista do candidato.

Com a vitória de Jânio Quadros nessa eleição, o “mito” foi ressuscitado; e isso graças aos votos dos eleitores “marginais ou periféricos”,

64. SADEK, Maria Tereza. “A trajetória de Jânio Quadros”. *Op. cit.*, p. 75.

65. SADEK, Maria Tereza. *Op. cit.*, p. 77.

66. *Idem*, *ibidem*, p. 83.

qualificados como aqueles que normalmente não se envolvem com os acontecimentos políticos e que possuem dificuldades em “assimilar e ordenar” informações políticas.

Com sua vitória, Jânio reafirmou uma de suas características principais, a de se declarar acima dos partidos políticos, independente de siglas e de grupos. Segundo Bolívar Lamounier e Maria Judith Muszynski: “Mais do que uma obsessão ou simples retórica, o personalismo é também uma estratégia eleitoral. Basta observar, a propósito, que quase a metade dos eleitores janistas entrevistados declarou-se indiferente em relação aos partidos. Entre os que tinham alguma preferência partidária, menos de um quinto declarou simpatia pelo PTB. Além disso, 87% dos eleitores de Jânio explicaram seu voto com base em critérios personalistas”⁶⁷.

As repercussões com relação à vitória de Jânio Quadros foram as mais díspares. Enquanto janistas festejavam e gritavam, como provocação para a imprensa, “Nada a declarar”, os antijanistas interpretavam a vitória como uma tragédia. O advogado Sobral Pinto, famoso defensor dos ideais liberais e ferrenho opositor dos regimes autoritários, declarou: “A eleição de Jânio Quadros em São Paulo é um desastre. O jeito é rezar e pedir a Deus que ampare o Brasil”⁶⁸.

Avaliando sua vitória em São Paulo, Jânio Quadros destacou que venceu porque o povo conhecia a sua “folha de serviços” prestados à nação e que suas preocupações com a segurança e com a moralização administrativa sensibilizaram o eleitorado. Afirmou também que sua vitória deveu-se “ao envolvimento do candidato do PMDB com o Partido Comunista e os compromissos decorrentes dessa aliança”⁶⁹.

Na entrevista coletiva que concedeu à imprensa, além de avaliar sua vitória, comentou o seu relacionamento com o presidente José Sarney: “O sr. não sabe que o Presidente Sarney é meu íntimo amigo? Não sabe que meu último livro foi prefaciado por ele? O sr. não sabe que quando presidente da República ofereci ao presidente Sarney uma embaixada? O sr. não sabe que nossos vínculos são de família. E, para completar esse relacionamento, existe o Governador de Brasília, o sr. José Aparecido de Oliveira, que já foi meu secretário particular”⁷⁰.

67. LAMOUNIER, Bolívar e MUSZYNSKI, Maria Judith. “A eleição de Jânio Quadros”. *Op. cit.*, p. 11.

68. *Jornal da Tarde*, de 18/11/1985.

69. *Isto É*, de 20/11/1985.

70. *Jornal da Tarde*, de 18/11/1985.

Com relação ao seu vice, Arthur Alves Pinto, foi claro ao dizer que se “tiver competência, terá o que fazer. Se não, receberá uma sala e uma cadeira. E só”⁷¹.

Jânio Quadros, seguindo sua tradição, viajou para os Estados Unidos no dia 17 de novembro, indo em seguida à Europa. Somente retornou ao Brasil em meados de dezembro de 1985, nas vésperas de sua posse.

6.2.3 Gestão Municipal

No dia 1º de janeiro de 1986, Jânio Quadros tomou posse como o novo prefeito da cidade de São Paulo, sendo a transmissão de cargo feita pelo prefeito Mário Covas.

Logo no primeiro dia de sua gestão, Jânio Quadros desinfetou com inseticida a cadeira do prefeito. A cena foi montada para contestar e ridicularizar seu rival Fernando Henrique Cardoso, que havia posado para a revista *Veja* sentado na cadeira do prefeito, um dia antes das eleições. Ao completar a “desinfecção”, Jânio Quadros comentou ironicamente: “Estou desinfetando a poltrona porque nádegas indevidas a usaram”⁷².

Durante sua campanha eleitoral, Jânio Quadros priorizou a questão da segurança do cidadão paulistano, e para alcançar essa meta se propôs a criar a Guarda Civil Municipal. Essa Guarda se subordinaria à Polícia Militar e seria criada com respaldo legal, baseada no artigo 145 da Constituição Estadual, no artigo 4º da Lei Orgânica dos Municípios e no artigo 8º da Lei Orgânica da Polícia. A ação da Guarda limitar-se-ia a preservar os bens municipais, incluindo as escolas, os parques, praças públicas e prédios da municipalidade.

O coronel Erasmo Dias, deputado estadual do PDS e ex-secretário de Segurança do governo Paulo Maluf, afirmou que havia fornecido subsídios para que Jânio Quadros elaborasse essa proposta de criação da Guarda Municipal. Manifestou seu apreço a Jânio e considerava-se um “soldado” a serviço de seu general: “Tudo o que eu puder fazer, farei por Jânio da Silva Quadros. O Brasil precisa de Jânio. Sou um homem que acredita em Jânio, não é de hoje. Comungo com ele em gênero, número e grau. Como soldado dele, venho colaborando como posso. Já levamos sugestões no campo da segurança sincera e honesta. Me sinto muito

71. *Idem*.

72. *Veja*, de 05/11/1986.

à vontade, mas tudo o que deve ser decidido é da alçada de sua excelência Jânio Quadros, no entanto, devo ressaltar que a criação dessa secretaria, inclusive seu nome, Defesa Social, é sugestão minha e já venho falando nisso desde os tempos de Congresso”⁷³.

As considerações feitas por Erasmo Dias, identificando-se como o idealizador da proposta da criação da Guarda Municipal e da Secretaria de Defesa Social, contrastam com as afirmações de Jânio Quadros, que sempre proferiu suas metas de governo como produto pessoal e nunca como propostas de um grupo. Essa posição de Jânio Quadros, supervalorizando suas opiniões pessoais, pode ser confirmada com a frase que pronunciou ao ser perguntado sobre seu programa de governo: “O programa sou eu”⁷⁴.

Na composição de seu secretariado e sua equipe de governo, Jânio Quadros nomeou muitos componentes da Juventude Janista⁷⁵, destacando-se Camilo Christófaro Júnior, João Carlos Freitas de Camargo e João Mellão Neto.

O seu primeiro secretariado foi composto pelos seguintes membros⁷⁶:

Secretaria da Defesa Social: J. B. Vianna de Moraes – sem partido; Secretaria de Habitação e Desenvolvimento: Raphael Baldacci Filho – PFL; Secretaria dos Negócios Extraordinários: Alex Freua Netto – PTB; Secretaria da Administração: Wilson Pereira – PTB; Secretaria de Vias Públicas: Reynaldo de Barros – PFL; Secretaria dos Negócios Jurídicos: Cláudio Lembo – PFL; Secretaria dos Transportes: Roberto Scaringella – sem partido; Secretaria de Higiene e Saúde: Ricardo Veronezi – PFL; Secretaria de Cultura, Lazer e Esportes: Jacob Salvador Zweibil – PTB; Secretaria de Serviços e Obras: Fiore Vita – sem partido; Secretaria do Abastecimento: Celso Matsuda – PFL; Secretaria das Administrações Regionais: Welson Barbosa – PFL; Secretaria Municipal do Planejamento: Marco Antônio Mastrobuono – PFL; Secretaria de Educação e Bem-Estar Social: Paulo Zingg – sem partido; Secretaria Municipal de Finanças: Carlos Alberto M. Barreto – sem partido; e Secretaria Particular: Kalime Gadia – sem partido.

As propostas de governo de algumas secretarias indica como estava sendo planejada a gestão de Jânio Quadros:

73. *Jornal da Tarde*, de 18/11/1985.

74. *Idem*.

75. A Juventude Janista surgiu em 1982, ano em que Jânio Quadros retomou suas atividades políticas, depois de sua cassação em 1964.

76. *Shopping News*, de 22/12/1985.

. *Secretaria de Habitação*: defende a extinção da EMURB (Empresa Municipal de Urbanização); pretende baratear a casa ao trabalhador mediante linhas especiais de financiamento e de subsidiamento das habitações; informatizar a secretaria.

. *Secretaria das Vias Públicas*: prioridade para a pavimentação de ruas e canalização dos córregos; iluminação pública; construção de uma nova ponte para o rio Pinheiros.

. *Secretaria Municipal da Administração*: adoção de crachás para os 2.800 servidores municipais de sua secretaria, para que os munícipes pudessem identificar os funcionários que os atendessem; o secretário pretende lançar a Cooperativa de Alimentação do Servidor Público Municipal; quer acabar com o jogo do bicho e com a venda de roupas e jóias nas repartições públicas e segundo o secretário “não se trata de moralização, mas de colocar as coisas nos devidos lugares (...) somos os soldados desse grande general”⁷⁷; com relação à demissão em massa dos funcionários, Wilson Pereira comentou que “o doutor Jânio não deu qualquer orientação ainda sobre o assunto. Mas o que ele determinar será cumprido”⁷⁸.

. *Secretaria dos Negócios Jurídicos*: dois problemas mereceriam cuidados especiais da secretaria: as desapropriações; e as invasões de casas e conjuntos da COHAB (Companhia de Habitação), órgão ligado à Secretaria de Habitação, e de terrenos particulares e públicos.

. *Secretaria da Defesa Social*: criação da Guarda Municipal com um contingente inicial de 5 mil homens aptos para prevenir e caso necessário reprimir o crime; a Guarda atuaria nas áreas dos menores infratores, no combate às drogas, na defesa do consumidor, no policiamento em prédios municipais, incluindo escolas etc.

. *Secretaria da Educação e Bem-Estar Social*: cuidar da pré-escola e do ensino de 1º Grau; implementar o ensino profissionalizante; restabelecer a autoridade dos diretores das escolas municipais.

. *Secretaria das Administrações Regionais*: criar uma equipe de apoio para atender as lideranças e sociedades amigos de bairro; plantão das administrações regionais aos sábados, domingos e feriados; criação de novas regionais.

. *Secretaria do Abastecimento*: fiscalizar o comércio dos gêneros alimentícios dentro das normas adequadas de higiene e limpeza; o secretário promete ser o fiscal dos fiscais, realizando visitas-surpresa a

77. *Idem*.

78. *Idem*.

restaurantes, supermercados, feiras livres, para verificar o trabalho de sua equipe; criar terminais municipais de abastecimento, para diminuir o custo da alimentação; incentivar hortas comunitárias nas escolas municipais para reforçar a merenda escolar.

. *Secretaria Municipal do Planejamento*: defesa do crescimento vertical em áreas equipadas; incentivar a construção civil; formulação de uma nova Lei de Zoneamento; o projeto de verticalização da cidade pressupõe trazer classes de renda baixa para áreas com mais equipamento urbano; adotar novos critérios para aumentar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano); preocupação com o uso mais racional do solo; segundo o secretário, “a prefeitura poderia desapropriar quadras inteiras e, paralelamente, abrir licitação pública de projeto para construção nessas áreas de edifícios residenciais, para classes sociais a serem definidas, dependendo do local; ou para escritórios, mas sempre rodeados de bosques para dar à cidade o verde do qual tanto precisa. Quem arcaria com o pagamento das desapropriações seriam os vencedores das concorrências”⁷⁹. Na avaliação do secretário, a administração municipal seria o intermediário entre o incorporador e o proprietário do imóvel desapropriado.

. *Secretaria da Higiene e Saúde*: pretende combater a Aids com a ajuda de profissionais e não quer a participação de homossexuais, para tanto quer incentivar a formação de grupos de apoio civis, que segundo o secretário se caracterizariam “formados por senhoras da alta sociedade. São as mesmas que fizeram a revolução de 1964, e farão outras”⁸⁰.

. *Secretaria dos Transportes*: revitalizar a CMTC; criar o “monorail”, caracterizado como um trem de trilho único que atenderia basicamente aos bairros periféricos; as empresas privadas que fossem ineficientes seriam encampadas pela CMTC; propõe o aumento do IPTU também para subsidiar o transporte coletivo.

. *Secretaria da Cultura, Lazer e Esportes*: reformar os teatros da municipalidade; incentivar a cultura; criar mais parques infantis e praças públicas; equipar melhor as áreas verdes da cidade.

Logo que ocupou seu gabinete oficial, Jânio Quadros pendurou um par de chuteiras e um cartaz com os dizeres: “O Prefeito não é candidato a qualquer cargo eletivo.

Este é o seu último mandato e a matéria não pode ser objeto de conversa”.

79. *Idem*.

80. *Isto É*, de 20/11/1985.

Com esse gesto, Jânio reforçou a imagem de político excêntrico. Deixou claro que não pretendia disputar outras eleições. E para confirmar que pretendia administrar a cidade apartidariamente, desligou-se do PTB, partido ao qual estava filiado.

a) Na Administração Pública

Embora transcorridos 32 anos após sua primeira gestão na Prefeitura de São Paulo, Jânio Quadros continuou a exercer o mesmo estilo de governo. Os temas da moralização administrativa e dos costumes se repetiam, o mesmo acontecendo com o difícil relacionamento com o secretariado e com os funcionários públicos. Nessa última gestão, o que se diferenciou foi o bom relacionamento com as administrações estadual e federal, o que lhe valeu vultosos empréstimos para a realização de obras propostas por seu governo.

Para demonstrar austeridade, no primeiro dia de sua gestão assinou um decreto extinguindo a EMURB, demitindo seus 740 funcionários. Na avaliação de Jânio, a empresa não desempenhava mais suas funções e era “cabide de emprego” para funcionários municipais.

Uma das áreas priorizadas pela gestão janista foi a administração municipal. Quando João Mellão Neto assumiu a Secretaria Municipal em julho de 1987, essa área recebeu atenção especial, tanto que foi elaborado um plano visando estabelecer uma nova política para o funcionalismo municipal. Esse plano consistia em manter um “controle rígido da presença diária, controle de faltas, por licenças médicas, avaliação de desempenho individual, um plano de reestruturação de carreira e uma lei que vincula a folha do município à arrecadação”⁸¹.

Para realizar as vitórias em repartições públicas e em órgãos municipais, foram criadas quatro equipes de auditores, que tinham como função controlar a presença dos funcionários municipais. Os locais a serem visitados por essas equipes eram sorteados na hora. Essa prática adotada pela Secretaria da Administração substituiu as visitas-surpresa empreendidas por Jânio Quadros. Tal prática foi incorporada oficialmente pela administração municipal e habilmente utilizada como matéria para divulgação na imprensa.

Uma série de vitórias foi realizada, constatando-se inúmeras irregularidades. Na Administração Regional do Vale do Aricanduva, na zona leste, por exemplo, o administrador Manuel Orlando de Abreu não se

81. *Jornal da Tarde*, de 10/05/1988.

encontrava no local no dia da visita e também não registrava seu horário de trabalho há algumas semanas. A metade dos funcionários dessa regional havia faltado e seus nomes não tinham sido riscados do ponto.

No Hospital Municipal do Tatuapé, a maioria dos funcionários não cumpria o expediente de trabalho e os plantonistas anotavam irregularmente seu horário de trabalho. No Hospital Tide Setúbal, localizado na Vila Nova Cachoeirinha, foi instaurada uma sindicância administrativa para apurar as irregularidades dos funcionários, dentre as quais o caso de médicos que folgavam por conta própria, sem prestar contas das horas trabalhadas.

Na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, toda a diretoria foi suspensa, em decorrência de irregularidades no cumprimento do horário de trabalho.

No ambulatório de recuperação de alcoólatras, o diretor foi demitido por ter viajado sem autorização e por ter acobertado as folgas de seus funcionários.

Mesmo com a ação dessas auditorias, Jânio Quadros continuou a enviar seus bilhetinhos aos secretários, exigindo o cumprimento de suas ordens. Em um desses memorandos, o prefeito relatou ao secretário do Bem-Estar Social algumas inspeções feitas nas creches municipais, onde foram encontradas irregularidades. Como consequência dessas inspeções, as diretoras de Vila Brasilândia e do Jardim São Manuel foram suspensas de suas funções. Abriu-se também uma sindicância para apurar acusações de que uma funcionária estaria espancando crianças.

Em um levantamento realizado pelo Gabinete do Prefeito, constatou-se a existência de um número enorme de licenças médicas concedidas a servidores municipais. Jânio solicitou que cada secretaria executasse o seu levantamento particular. Paralelamente a esse procedimento, foram adotadas medidas que visavam entender o porquê de tantas licenças. Estabeleceu-se que alguns funcionários, escolhidos aleatoriamente, fossem reexaminados por uma junta médica para reavaliar a licença obtida.

O nepotismo foi denunciado na CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), e diante do fato Jânio Quadros enviou um memorando ao secretário de Transportes exigindo a demissão dos funcionários envolvidos:

“Cel. Geraldo de Arruda Penteado - S.M.T.

1. Demitir Horus Azamereja, o filho e a nora, todos da CET: na Prefeitura, família unida, não reza unida...
2. Cumprir imediatamente.

J. Quadros, Prefeito”⁸².

82. Diário Oficial do Município de São Paulo, de 26/05/1988.

Ao mesmo tempo que a Prefeitura realizou esses levantamentos e constatou irregularidades, o jornal *O Estado de S. Paulo* denunciou que o frango comprado pela Prefeitura para a merenda escolar estava custando o dobro de seu preço de mercado. Ao tomar conhecimento da denúncia, Jânio Quadros determinou que fosse aberta uma sindicância para apurar o “escândalo do frango”, como ficou conhecido.

A sindicância, formada pela Secretaria dos Negócios Jurídicos, não constatou irregularidades na compra, concluindo, no entanto, que a empresa encarregada das vendas estava autorizada a cobrar o preço de mercado, acrescentando mais 70% de encargos financeiros e transportes para cada quilo de frango. Daí a explicação do encarecimento no preço final. A Prefeitura então resolveu abrir uma nova licitação para o fornecimento de frango para a merenda escolar.

Embora pregasse a moralização administrativa, Jânio Quadros foi acusado de cometer irregularidades. Dentre várias, citam-se três exemplos.

O primeiro caso refere-se à denúncia de que Jânio Quadros teria contratado, no período pré-eleitoral, cerca de 5.200 funcionários, sem concurso público⁸³. Não foram respeitadas as normas racionais de contratação mediante concurso público, prevaleceram os critérios pessoais e as práticas clientelísticas adotadas pelo prefeito Jânio Quadros, contradizendo seu discurso moralizador.

O segundo caso envolveu as Apólices do Tesouro Municipal. O prefeito foi convocado⁸⁴ pela Polícia Federal para explicar a transação que envolveu as ASTMs, que são papéis da dívida pública municipal. Essas apólices foram compradas pelo BANESPA (Banco do Estado de São Paulo) por um preço acima do valor de mercado. O caso ficou conhecido como o “escândalo do BANESPA” e envolveu o ex-presidente do banco Otávio Ceccato, na gestão do governador Orestes Quéricia.

O terceiro caso foi a denúncia dos irmãos Sérgio e Sílvio Pagano Cruso. Jânio Quadros foi acusado de crime eleitoral, corrupção e transgressão das leis trabalhistas. Os denunciantes afirmaram que haviam sido contratados como assessores particulares desde 1977 e nunca receberam salário, acusando o prefeito de transgredir as leis trabalhistas. Para retirar a queixa, exigiram receber todos os salários atrasados com a respectiva correção monetária. Nas eleições de 1985, eles haviam pichado muros com o nome do então candidato Jânio Quadros, como também

83. Segundo dados do Diário Oficial do Município de São Paulo, de 14/05/1988.

84. Vide reportagem no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 01/11/1988.

colocaram adesivos do PC do B junto à propaganda de Fernando Henrique Cardoso, com o intuito de associar seu nome aos partidos comunistas. Com relação à denúncia de corrupção, os irmãos afirmaram que entregaram ao candidato várias contribuições pessoais, em cheques nominais, durante sua campanha em 1985. Quando eleito, Jânio Quadros contratou os irmãos Cruso como funcionários da Prefeitura. Eles trabalharam de janeiro de 1986 a agosto de 1987 e segundo afirmação de um dos irmãos: “Saímos porque ficamos desiludidos com a administração do Prefeito”⁸⁵.

O prefeito Jânio Quadros recusou-se a aceitar qualquer acordo com os irmãos Cruso, chegando a afirmar, inclusive, que eles não haviam trabalhado para ele. No entanto, as gravações, fotos e documentos apresentados pelos irmãos Cruso desmentiram as afirmações do prefeito. Depois de algumas semanas, o caso foi abafado e nada mais foi divulgado pela imprensa.

Dando continuidade à sua pregação a favor da moralização dos costumes, Jânio Quadros novamente se posicionou contrário aos jogos de azar, aos motéis, ao uso de roupas consideradas por ele como “inadequadas” e à projeção de filmes avaliados como perniciosos à juventude.

O combate aos motéis foi uma constante em sua gestão, tanto que solicitou ao secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano, João Aparecido de Paula, que designasse uma comissão para percorrer as áreas onde existissem motéis e realizasse um levantamento da real situação desses estabelecimentos, pois, segundo o prefeito, “muitos deles são prostíbulos disfarçados”⁸⁶.

Combateu também as casas de massagem. Para outra comissão formada, expediu uma ordem, onde afirmava de maneira categórica: “Se encontrarem casas de prostituição ou de aliciamento para atos sexuais, devem ser fechadas de forma sumária, e cassadas as respectivas licenças de funcionamento”⁸⁷.

Realizou também dura fiscalização junto às casas de jogos. Até julho de 1988 foram vistoriados 443 estabelecimentos de videogame e apreendidas 2.132 máquinas. Os locais foram fechados e os proprietários dos estabelecimentos multados por instalarem jogos ilegais. Exigiu ainda que fossem construídos anteparos nas fachadas das casas de “flipperama”, pois, na avaliação de Jânio, “muitos dos flipperamas constituem autênticos

85. Folha de S. Paulo, de 04/12/1987. Ver também matéria publicada no *Jornal da Tarde*, de 23/11/1987.

86. *Diário Oficial* do Município de São Paulo, de 25/03/1988.

87. *Idem*, de 08/04/1988.

antros de desocupados, pontos de distribuição de drogas, locais de encontro de delinquentes, revelando-se, assim, absolutamente impróprios para a permanência de crianças”⁸⁸.

O prefeito proibiu a prática do “cooper” em frente ao Museu do Ipiranga, pois segundo o secretário especial para o Patrimônio Histórico Municipal, Emanuel Massarani, “é um absurdo que pessoas trajando sunguinhas passem correndo no meio de solenidades de hasteamento da bandeira e outras comemorações cívicas. É uma falta de respeito perante um símbolo da independência nacional”⁸⁹.

Foi proibido o uso de sunga e do “fio dental” no Parque Ibirapuera e nos outros parques municipais. Segundo o prefeito, esses trajes “mal cobrem os órgãos sexuais da mulher e do homem (...) sumária roupa de banho de origem quimbunda, isto é, africana”⁹⁰. O uso de *skate* e de bicicletas no Parque Ibirapuera também foi proibido por serem considerados esportes perigosos tanto para os transeuntes quanto para os praticantes. Posteriormente, diante das pressões que recebeu de vários setores da sociedade, Jânio Quadros recuou e limitou a proibição aos fins de semana e feriados, sob o risco de os infratores terem seus objetos apreendidos pela Guarda Municipal.

Outro ato polêmico do prefeito foi a proibição da frequência de alunos homossexuais na Escola Municipal de Bailado. Para fazer valer sua determinação, Jânio Quadros contou com a colaboração da diretora da Escola, Mariana Natal, que solicitou reforços da Guarda Metropolitana para impedir a entrada dos alunos identificados como homossexuais. Grupos em defesa dos direitos dos homossexuais protestaram contra a decisão discriminatória do Prefeito. Na Câmara Municipal, a vereadora Ireda Cardoso, do PT, afirmou: “Um homem que pratica tais atos não é senão homossexual reprimido”⁹¹, o que levou Jânio Quadros a abrir processo contra a vereadora por injúria.

A festa popular realizada tradicionalmente na rua Lavapés, nos sábados de Aleluia, e conhecida como a “Malhação de Judas”, foi reprimida pela Guarda Metropolitana e pela Polícia Militar, a mando do prefeito Jânio Quadros⁹². O prefeito abriu um inquérito policial, e o delegado encarregado

88. Folha de S. Paulo, de 20/09/1988.

89. *Idem*.

90. *Idem*.

91. *Idem*, de 06/02/1988.

92. *O Estado de S. Paulo*, de 03/04/1988.

do caso deveria apurar as acusações de perturbação da ordem pública, ataque ao patrimônio privado e desacato às figuras do presidente Sarney, do próprio prefeito e do governador Orestes Quércia, já que o grupo organizador da festa havia confeccionado bonecos retratando essas autoridades. Segundo um participante da festa: “Esse presidente está tirando o pouco que a gente tinha para comer. Desde que o Tancredo morreu ele não fez bulhufas. E o Jânio só cria problemas para o povo. Manda a polícia bater em trabalhador”⁹³.

O lazer era controlado pelo prefeito em nome da moralidade, da civilidade e da ordem. A autoridade do prefeito se fazia presente em todos os momentos da vida cotidiana dos cidadãos paulistanos.

Na sua pregação a favor da moralização dos costumes, Jânio Quadros proibiu a exibição do filme *A última tentação de Cristo*, do diretor Martin Scorsese. Os cinemas onde a película seria exibida foram fechados sob a alegação de que não estavam cumprindo as medidas de segurança do CONTRU (Departamento de Controle do Uso de Imóveis da Secretaria Municipal de Habitação).

Telegramas foram enviados ao prefeito, congratulando-o pela decisão de proibir a exibição do filme. Destacam-se algumas dessas mensagens:

“Senhor Prefeito.

Parabéns corajosa decisão impedir exibição filme sacrilégio *Última Tentação de Cristo*. Aguardamos eleições presidenciais votarmos seu nome única esperança redenção do Brasil.

Otávio da Mata Machado Filho e Família”⁹⁴.

“Senhor Prefeito.

Parabéns pelo ato corajoso e cristão. Deus abençoe os seus empreendimentos e o faça feliz neste mundo e no outro.

Irmãs Marcelinas e suas pensionistas universitárias”⁹⁵.

Os que criticaram a ação do prefeito argumentavam que ele censurara a liberdade de expressão, prática proibida pela Constituição de 1988. Comentando a proibição, o publicitário Enio Mainardi afirmou: “O Jânio proibiria, sim, um filme de Bambi, porque Bambi é veado”⁹⁶.

93. *Idem*.

94. *Diário Oficial* do Município de São Paulo, de 22/11/1988.

95. *Idem*.

96. *Jornal da Tarde*, de 19/11/1988.

A decisão de fechar os cinemas, na opinião de Emílio Rodrigues, publicista da United International Pictures: “Trata-se de uma medida parcial e arbitrária, pois visa somente impedir a exibição de *A Última Tentação de Cristo*”⁹⁷.

O prefeito também empreendeu uma luta em prol da moralização do trânsito em São Paulo. Para educar o motorista de São Paulo, desencadeou uma campanha educativa que consistia em aplicar multas pesadas aos infratores. Ele, pessoalmente, aplicou várias multas contra os “maus motoristas”, apreendendo suas cartas. O caso mais conhecido envolveu a briga entre o prefeito e o motorista de táxi Edélcio Ferreira. O taxista foi preso por desacato à autoridade, perdeu sua licença e sua carteira foi apreendida⁹⁸. Após dois anos, o motorista conseguiu reverter o quadro e, de acusado, passou a acusador. Agora o ex-prefeito era acusado de abuso de autoridade⁹⁹.

Questionado sobre o ato de multar pessoalmente os infratores, Jânio Quadros respondeu: “Qual é o problema de eu multar quem está errado? Afinal eu também fui eleito para isso. Estou cumprindo a minha função”¹⁰⁰.

A “Operação Pedestre” foi outra campanha educativa implantada pela Prefeitura e visava ensinar os paulistanos a atravessar corretamente as ruas de São Paulo. A campanha educativa se desenvolveria por um mês. Após esse prazo, os pedestres que infringissem as regras de trânsito seriam multados.

A “Operação Pirralho”, promovida pela Secretaria Municipal de Transportes, tinha como objetivo conscientizar motoristas e crianças sobre a importância de obedecer às leis de trânsito. Os alunos das escolas municipais foram requisitados para participar dessa operação, que consistia em multar, simbolicamente, os motoristas, colocando adesivos nos carros dos infratores, onde se lia: “Que vergonha! Fui ‘multado’ por uma criança”¹⁰¹.

97. *Idem*, de 17/11/1988.

98. O caso aconteceu em 1987.

99. Vide reportagem em: *O Estado de S. Paulo*, de 06/07/1989.

100. *Folha de S. Paulo*, de 30/06/1988.

101. *Idem*, de 03/08/1988.

O jurista Ives Gandra da Silva Martins considerou que a “Operação” atingia a imagem do motorista: “Não é permitido às autoridades desmoralizar o cidadão.”¹⁰²

O advogado José Carlos Dias afirmou que “a ‘Operação Pirralho’ me parece um curso de ‘dedurismo’”¹⁰³. A campanha, segundo o advogado, não educava as crianças e somente humilhava os infratores.

A alta rotatividade de sua equipe de trabalho foi particularmente grande nessa gestão, principalmente nas administrações regionais.

Pelas 22 secretarias, passaram 58 secretários, sendo que a composição de seu secretariado durante o período 1986-1988 foi a seguinte¹⁰⁴:

. *Secretaria das Administrações Regionais*: Welson Barbosa e Victor David;

. *Secretaria Municipal do Planejamento*: Marco Antônio Mastrobuono, Moisés Miguel, Jair de Carvalho Monteiro;

. *Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano*: Raphael Baldacci Filho, Antonio Sampaio, João Aparecido de Paula, Edmundo Callia;

. *Secretaria da Administração*: Wilson Fernandes Pereira, Geraldo dos Santos, Dorival Masci de Abreu, João Mellão Neto, Carlos Alberto Manhães Barreto;

. *Secretaria da Educação*: Paulo Zingg;

. *Secretaria das Finanças*: Carlos Alberto Manhães Barreto, Walter Bodini;

. *Secretaria de Higiene e Saúde*: Ricardo Veronezi, Proença de Gouveia, Fernando Mauro Filho;

. *Secretaria de Cultura*: Jacob Zveibil, Hélio Dejtiar, Jorge Antonio Miguel Yunes;

. *Secretaria de Esporte e Lazer*: João Mendonça Falcão, Nelson Guerra;

. *Secretaria de Transportes*: Roberto Scaringella, Francisco Antonio Coutinho e Silva, Luís Faro Gomes, Geraldo de A. Penteado;

. *Secretaria dos Negócios Extraordinários*: Alex Freua Netto, Rubens Allegretti;

. *Secretaria dos Negócios Jurídicos*: Cláudio Lembo;

102. *Idem*, de 30/06/1988

103. *Idem*.

104. A Secretaria da Família e do Bem-Estar Social não foi extinta, como havia prometido durante o período da campanha eleitoral, como também criou duas novas secretarias, a de Esporte e Lazer e a da Defesa Social.

. *Secretaria das Vias Públicas*: Reynaldo de Barros, Walter Bodini, Geraldo Borghetti;

. *Secretaria de Serviços e Obras*: Fiore Wallace Gontra Vita;

. *Secretaria da Família e Bem-Estar Social*: Oswaldo Giannotti, Maria Helena Monteiro de Barros;

. *Secretaria do Abastecimento*: Celso Matsuda, Cláudio Braga Ribeiro Ferreira;

. *Secretaria da Defesa Social*: J. B. Vianna de Moraes, Eurípedes Salles, Renato Tuma, José Ávila da Rocha, Luís Faro Gomes;

. *Secretaria do Governo Municipal*: José Carlos Camargo, Suelly Penharrubia Fagundes, Francisco Batista, Sebastião Bernardi, Ernesto Augusto Filho;

. *Assessoria de Imprensa*: Roberto Abrão, Tito Lívio Fleury Martins, Odon Pereira;

. *Secretaria Particular*: Roberto Abrão, Benedito Quintino da Silva, Renato Tuma;

. *Secretaria da Coordenação Governamental*: João Mellão Neto;

. *Gabinete Militar*: cel. P.M. Francisco Coutinho (Jânio Quadros transformou a Assistência Militar do Gabinete em Secretaria Municipal, constituída por membros da ativa da Polícia Militar, cedidos pelo governo do Estado).

Sua equipe de trabalho foi duramente criticada. O *Jornal da Tarde*, em um artigo intitulado “Jânio e suas idéias. Inúteis”, afirmava: “Ele faz as coisas da sua própria cabeça e, com isso, em vez de cercar-se de pessoas de um certo nível de competência, como ocorreu na época em que foi governador e até mesmo presidente, acabou cercando-se de pessoas no geral incompetentes, sem luz própria na área política, sem visão da cidade, dos problemas de uma grande metrópole — com raras exceções, pessoas que se submetem sem discutir às ordens mais disparatadas, que aceitam ser objeto de advertência pública através do Diário Oficial, que acatam as ordens e contra-ordens do Prefeito. Isso leva a uma administração absolutamente caótica”¹⁰⁵.

As críticas foram as mesmas feitas nas outras gestões de Jânio Quadros. Os bilhetes dirigidos aos seus secretários eram reproduzidos no *Diário Oficial* do Município, para que todos os servidores e o público de modo geral tomassem conhecimento do que acontecia na administração,

105. *Jornal da Tarde*, de 14/12/1987.

não no sentido de torná-la mais transparente, mas como uma forma de mostrar a autoridade do governante.

Os “bilhetinhos” eram redigidos com o apoio de cinco funcionários do Gabinete do prefeito, coordenados por Kalime Gadia: “Normalmente eles são ditados pelo Prefeito, mas alguns são escritos de próprio punho, normalmente quando o assunto a ser tratado o deixa irritado. Os bilhetinhos são produzidos a partir de pedidos, ofícios, notícias de jornais, rádio e televisão”¹⁰⁶.

O secretário dos Negócios Jurídicos Cláudio Lembo começou a agir de maneira semelhante a Jânio Quadros. No período em que o secretário ocupou o cargo no lugar do prefeito, redigiu despachos no mesmo estilo dos bilhetinhos de Jânio. Um exemplo dessa semelhança é um memorando em que Lembo proibia que a empresa Research International do Brasil realizasse entrevistas com freqüentadores do Parque Ibirapuera: “Indefiro. Quem procura o Ibirapuera quer descanso e lazer. Não deseja ser importunado por pesquisadores. A Guarda Metropolitana impedirá o rompimento da tranquilidade dos usuários do parque. Como sempre”¹⁰⁷.

Outro secretário que escrevia bilhetes no mesmo estilo de Jânio Quadros era João Mellão Neto, no período em que ocupou a Secretaria da Coordenação Governamental. Ele e sua equipe redigiam os despachos propositadamente iguais aos do prefeito. Segundo o depoimento de João Mellão Neto: “a Assessoria Especial cresceu e virou Secretaria de Coordenação, a essa altura já tinha poderes muito fortes, a gente tinha poder de gestão, inclusive de influência na máquina. Nós podíamos estabelecer metas e cobrá-las, e, dentro do estilo janista, como era feita a cobrança? A gente descobria as falhas, preparava os bilhetinhos e o Jânio assinava. Como é que se adapta a técnica administrativa ao estilo janista? A nossa fórmula era essa, a gente descobria o que havia de errado, preparava o bilhete e levava prontinho... mas escrevia com a linguagem um pouco prolixa do Jânio, até para ninguém perceber que havia uma diferença ali. Durante muito tempo, cerca de vinte ou trinta bilhetinhos do Jânio fomos nós que fizemos, nós preparávamos e ia direto na ferida, porque nós tínhamos todos os dados nas mãos”¹⁰⁸.

Novamente, por esse depoimento, percebe-se que havia um trabalho de equipe por trás dos atos de Jânio Quadros, negado constan-

temente pelo prefeito, que fazia questão de preservar sua imagem de autoridade máxima, agindo individualmente. O tom dos bilhetes elaborados pela equipe de João Mellão era pessoal e muito bem recebido por Jânio Quadros: “Nós fazíamos o bilhete, e o Jânio caía de pau em cima do secretário ou administradores da área, que é bem o estilo personalista dele, de que tudo vê, entende e ouve. A onipresença do Jânio incentivava isto também”¹⁰⁹.

A primeira grande troca de secretários ocorreu durante o período eleitoral de 1986. Jânio Quadros exigiu que os membros de seu governo, envolvidos com as eleições, pedissem licença ou se demitissem.

Essa rotatividade foi particularmente grande nas administrações regionais. Até abril de 1988, Jânio Quadros havia nomeado 80 administradores para as 33 vagas existentes. Os administradores eram indicados por vereadores, porém Jânio não os mantinha no cargo. Essa foi a técnica de cooptação utilizada pelo prefeito Jânio Quadros para ampliar a sua base de apoio na Câmara Municipal. As administrações regionais estavam sendo utilizadas para beneficiar empresários, amigos e parentes dos vereadores. O vereador Gabriel Ortega, do PTB, afirmou: “Os vereadores que indicam os administradores regionais estão usando a máquina em benefício próprio. As regionais, hoje, são verdadeiros feudos, comitês eleitorais. Os vereadores leais ao Prefeito indicam os regionais, seus assessores e os cabos eleitorais. As administrações regionais viraram um verdadeiro cabide de emprego”¹¹⁰.

No tocante às secretarias¹¹¹, Jânio Quadros realizou várias mudanças em cargos de confiança, contabilizando, até começo de 1988, 24 alterações, no total de 22 secretarias. Algumas dessas mudanças tiveram grandes repercussões, como foi o caso de Marco Antônio Mastrobuono, Ricardo Veronezi e Francisco Antonio Coutinho.

Marco Antônio Mastrobuono, secretário do Planejamento, era considerado o homem forte da Prefeitura, mas caiu em descrédito a partir do momento em que começou a se relacionar afetivamente com a filha do prefeito, Dirce Tutu Quadros. Na avaliação de João Mellão Neto, que conviveu algum tempo com o secretário: “O caso do Mastrobuono foi acidente de percurso. Ele é um cara bastante complicado, ele era a menina dos olhos de Jânio. O Jânio ouvia todos, mas a palavra final era

109. Entrevista com João Mellão Neto, em 12/10/1989.

110. Folha de S. Paulo, de 08/11/1987.

111. Incluindo a Secretaria de Governo, a Assessoria de Imprensa, a Secretaria Particular, Secretaria da Coordenação Governamental e Gabinete Militar.

106. Folha de S. Paulo, de 08/11/1987.

107. O Estado de S. Paulo, de 07/08/1988.

108. Entrevista com João Mellão Neto, em 12/10/1989.

do Mastrobuono, sempre. O Mastrobuono era um Primeiro Ministro. Acontece que a ambição do Mastrobuono foi além do que deveria, ele já era a menina dos olhos, o provável candidato à sucessão, mas deu a entender que poderia ter mais força através daquele casamento, que não era casamento, e era um romance secreto com a Tutu, e aí ele tocou numa ferida do Jânio, que ele jamais poderia ter tocado... Ele (Jânio) se sentiu apunhalado pelas costas, e aí adquiriu um ódio pelo Mastrobuono, tanto que o homem mais forte da Prefeitura caiu como um castelo de baralho e nunca mais houve composição ou conciliação”¹¹².

O secretário da Higiene e Saúde, Ricardo Veronezi, saiu do cargo poucos meses após tê-lo assumido. Segundo depoimentos de antigos colegas seus da Prefeitura, ele foi exonerado por não ter realizado um bom trabalho na Secretaria. A explicação de Veronezi foi diferente: “Eu aparecia mais em jornais e TV que o Jânio, e isso no meu entender dava ciúme no Jânio, porque eu aparecia fazendo, inclusive, programas que era para projetar a imagem dele na área de saúde, mas ele passou a não interpretar assim”¹¹³.

O fato de Ricardo Veronezi concordar com as críticas que a imprensa e a Associação Médica faziam ao sistema de saúde municipal também provocou atritos entre o secretário e o prefeito. Diante das pressões, o secretário pediu demissão: “... eu não iria me curvar de maneira alguma ao modo de trabalho da administração dele (Jânio), gostasse ou não, o meu modo era esse e o dele era aquele. Eu tinha o meu prestígio, ele tinha o dele”¹¹⁴.

Francisco Antonio Coutinho e Silva, secretário dos Transportes, começou a trabalhar com Jânio Quadros no período em que este foi governador do Estado em 1954. Nessa última gestão foi novamente convidado, só que demitiu-se no começo de 1988, por discordar das medidas administrativas do prefeito. Na realidade, seu pedido de exoneração se deu em virtude da demissão do diretor financeiro da CET, indicado por ele, sem prévia consulta e conhecimento do secretário.

Nas entrevistas junto a alguns secretários dessa última gestão, pudemos perceber que existiam problemas no seu relacionamento com Jânio Quadros. Alguns secretários aceitavam o modo de trabalhar de Jânio, demonstrando admiração pelo prefeito e não questionando em nenhum momento o seu estilo de administrar. Dentre os secretários que se en-

112. Entrevista com João Mellão Neto, em 12/10/1989.

113. Entrevista com Ricardo Veronezi, em 26/09/1989.

114. Entrevista com Ricardo Veronezi, em 26/09/1989.

quadram nessa caracterização, destacam-se Wilson Pereira e Alex Freua Neto. Outros aceitavam sua autoridade e admiravam sua personalidade, questionando, porém, o seu estilo de governar, incluindo-se nessa posição J. B. Vianna de Moraes, Jair de Carvalho Monteiro e Odon Pereira. Já alguns secretários ou entraram em confronto direto com o prefeito, como foi o caso de Ricardo Veronezi, ou externaram críticas *a posteriori* ao modo de atuar de Jânio Quadros, como é o caso de João Mellão Neto.

Alex Freua Neto, no seu depoimento, relatou qual era o clima das reuniões de Jânio Quadros com seu Secretariado: “Nós fazíamos parte do Secretariado. O Jânio sentava, olhava firmemente para todos, você ouvia o zumbido de uma mosca, tal o respeito que nós temos. Eles (os secretários) nutriam um respeito por ele, que não chega a ser medo”¹¹⁵.

O ex-secretário dos Negócios Extraordinários avaliou positivamente essas reuniões, e reafirmou a admiração e o respeito que tinha por Jânio Quadros, afinal foi sua cria política e sustentou toda sua carreira política no fato de ser janista.

J. B. Vianna de Moraes acompanhou a carreira política de Jânio Quadros e participou de todas as suas gestões, sempre assumindo cargos de confiança. Seu depoimento revela que o relacionamento com Jânio sempre foi tenso, mas fundado no respeito e confiança. Em alguns períodos tiveram atritos políticos e principalmente pessoais, porém sempre restabeleciam os laços afetivos, como dois velhos amigos de colégio: “O Jânio nunca leu um ofício, um requerimento meu. Só me perguntava; ‘o que você está pedindo, qual é o despacho, o que devo despachar, o que é necessário?’ A confiança dele é absoluta, eu tenho mais de 15 procurações assinadas em branco por ele, como Presidente, Governador, Prefeito. Quando viajava, deixava todas as procurações assinadas em branco”¹¹⁶.

Jair de Carvalho Monteiro — se integrou ao *staff* administrativo de Jânio Quadros em 1954, durante a campanha para o governo do Estado de São Paulo — nutre por ele grande admiração, porém compreende que nem todos conseguem trabalhar com Jânio, devido ao seu estilo de governar. Quando perguntado de como era trabalhar com Jânio, respondeu: “É uma coisa formidável. O Jânio é um indivíduo que toda a idéia boa, viável, ele aceita imediatamente e delega poderes para você

115. Entrevista com Alex Freua Neto, em 12/09/1989.

116. Entrevista com J. B. Vianna de Moraes, em 07/12/1989.

realizar. O Jânio respeita muito as pessoas que têm substância. Eu nunca vi ninguém que tenha substância ter dificuldades de trabalhar com o Jânio. Ele é muito corajoso (...) Eu brigava muito com o Jânio, porque ele grita, mas aceita a contestação. Quanto mais ele discute com você, mais está querendo ver o grau de certeza que você tem do seu ponto de vista. Porque quando sente a sua contestação, e não é o pensamento dele, ele começa a te agredir para ver até que ponto sua convicção pode mudar”¹¹⁷.

Odon Pereira também manifestou admiração por Jânio Quadros, porém falou das dificuldades de trabalhar com ele. Odon integrou-se ao grupo janista depois que Jânio renunciou, e manteve contato com o ex-presidente em sua residência no Guarujá. Quando Jânio foi eleito, chamou-o para ser seu assessor de imprensa: “... durante um curto período, seis a sete meses, porque eu ouvia ele dizendo que era uma redundância ter assessor de imprensa (...) é complicado porque eu fico ansioso e brigo com ele (...) não existe essa hipótese (de ser porta-voz de Jânio) e se tentar é desmoralizado todos os dias (...) O meu trabalho principal com o Prefeito era amenizar os ânimos dele com a imprensa e vice-versa. Ele tem uma extrema sensibilidade e uma economia para falar com os repórteres. Eu achava que vinha exagerando tanto na economia como nas agressões verbais à imprensa. Nesse período, os ânimos ficaram um pouco amenizados, consegui muito pouco. Na verdade, ele me chamou porque queria que eu fizesse isso. Não cessaram as críticas e conflitos, mas se reduziram”¹¹⁸.

Posteriormente, Odon Pereira foi trabalhar na Secretaria Municipal do Planejamento junto com Jair de Carvalho Monteiro, e quando terminou a gestão de Jânio Quadros retornou à EMPLASA (Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A).

Ricardo Veronezi, no seu curto período de convivência profissional com Jânio Quadros, manifestou claramente suas divergências com relação ao modo de agir do prefeito: “Ele é muito autoritário, muito ao seu modo de governar, e ele na verdade aos seus secretários, ele geralmente não trata com diplomacia. Ele é meio grosso, do modo dele atuar, das críticas que faz, dos bilhetes que manda, ele é meio desrespeitoso com as pessoas. Aquelas críticas dele, é para mostrar que está vigilante,

117. Entrevista com Jair de Carvalho Monteiro, em 13/10/1989.

118. Entrevista com Odon Pereira, em 24/10/1989.

olhando as omissões dos seus secretários, ministros, à moda dele. Ele é o gerente-geral, ele cuida de tudo”¹¹⁹.

João Mellão Neto foi primeiramente convidado por Jânio para trabalhar em uma Assessoria Especial, e somente depois ocupou a Secretaria Municipal da Administração. Mellão relata esses três anos em que trabalhou diretamente com o prefeito: “... o Jânio comigo tinha uma relação muito interessante, que era diferenciada dos outros secretários (...) uma espécie de carinho em função da amizade com meu pai, ele sempre me tratou com extremo respeito e consideração, nunca foi piedoso, mas pelo menos não berrava, não criava intriga, não armava confusões para o meu lado... Havia uma ambigüidade muito grande (em Jânio). O maior passatempo na Prefeitura era descobrir o que Jânio pretendia, nunca ninguém sabia exatamente o que ele queria. Por exemplo, vou te citar um caso, às terças ele tinha três audiências pela manhã com os três principais secretários da Prefeitura: o de Planejamento, Jair de Carvalho Monteiro, o de Finanças, Carlos Alberto Barreto, e o da Administração, que era eu.

Aí uma característica curiosa do Jânio, como ele jogava com as pessoas. Eu era o primeiro a entrar, e além das questões relativas à minha pasta, ele me colocava a par de problemas que ele estava sentindo na Prefeitura e perguntava a minha opinião. Eu dava a opinião que tinha e ele dizia: ‘eu pretendo fazer isso, isso e isso’. Eu saía da sala com aquela informação. Daí entrava o Carvalho Monteiro, ele colocava o mesmo problema, com enfoque totalmente diferente, perguntava ao Jair e afirmava que ia fazer aquilo e aquilo, diferente do que havia dito para mim. Em seguida entrava o Barreto, ele colocava o mesmo problema com outro enfoque e apresentava a terceira solução como definitiva. E enfim, ele sabia que os três iriam se reunir e iriam ficar confusos e depois a solução que ele adotava não tinha nada a ver com as três que havia citado.

Esse ping-pong dialético, de jogar a bola para você e ver o que volta, é bem o estilo dele. Agora ninguém conhecia o Jânio por inteiro, o que pretendia, onde queria chegar, quer dizer, todas as estratégias jogadas, ele nunca abriu com ninguém (...) ele era especialista em contra-informação, ele conseguia espalhar as informações mais controvertidas, e eu acho que isso é proposital e intencional para nunca ninguém saber onde e o quê ele pretendia. A imprevisibilidade dele vinha muito disso,

119. Entrevista com Ricardo Veronezi, em 26/09/1989.

de um jogo que eu considero premeditado, daí que eu falo que ele é muito inteligente, ele é tão inteligente que consegue brincar com este tipo de coisa, montar um quebra-cabeça desse e não se perder no meio"¹²⁰.

No depoimento de João Mellão Neto há um misto de admiração, afeição e ressentimento. Mellão deixou claro que não concordava com todas as posições assumidas pelo governo Jânio Quadros, porém ressaltou que não discordava das posições do prefeito naquele período por uma questão de "ética política".

Com relação ao vice-prefeito, Arthur Alves Pinto, praticamente não houve relacionamento político. O vice somente ocupou o cargo de prefeito na primeira licença que Jânio Quadros tirou em abril de 1986. Em outras licenças o vice-prefeito não assumiu, pois havia sido eleito deputado estadual, pelo PFL, e caso assumisse o cargo perderia o seu mandato.

Na ocasião em que o vice assumiu, foi entrevistado e afirmou que não alteraria os planos do Prefeito. Porém, perguntado qual seria a sua prioridade, caso fosse prefeito, Arthur respondeu que tiraria o viveiro de plantas do Parque Ibirapuera: "Parece uma coisa simples, mas é muito importante, pois entregaria toda a área para a população. Por que um viveiro de plantas numa área tão valorizada, se podemos dividi-lo em quatro ou cinco e instalá-lo em quatro locais?"¹²¹.

Na realidade, a figura do vice-prefeito era meramente decorativa e formal. Arthur Alves Pinto também não se preocupou em ampliar o seu espaço político na administração municipal. Seu objetivo era não perder o mandato de deputado estadual e ser lembrado como o vice de Jânio Quadros, que, por sua vez, também não desejava um vice atuante que lhe fizesse sombra.

Com relação aos funcionários públicos municipais, manifestaram seu descontentamento com os salários e desencadearam uma greve no segundo ano da gestão de Jânio Quadros. A greve foi reprimida imediatamente, e a administração demitiu e puniu funcionários e abriu processos administrativos. As greves, então, cessaram, já que a administração se recusava a negociar com o funcionalismo paralisado.

A Secretaria da Administração elaborou um projeto de reestruturação de cargos e carreiras, que implicava uma série de alterações para o funcionalismo municipal, envolvendo aumentos diferenciados de

120. Entrevista com João Mellão Neto, em 12/10/1989.

121. Folha de S. Paulo, de 20/04/1986.

salários e até cursos de reatualização. Os funcionários, de modo geral, não ficaram contentes com o projeto e acusaram a Prefeitura de usar a reestruturação para não conceder o aumento real que todos os funcionários deveriam receber.

Foi aprovada pela Câmara Municipal a Lei nº 10.330, de autoria do Executivo, que estabelecia que a folha de pagamento da Prefeitura "deve corresponder ao mínimo de 45% da arrecadação e ao máximo de 54%. Em outras palavras: sempre que a arrecadação sobe, os funcionários têm aumentos automáticos"¹²².

Outra proposta encaminhada pelo Executivo, e não aprovada, foi a fixação dos salários com base na OTN (Obrigação do Tesouro Nacional). O objetivo era recompor a perda salarial e manter o poder de compra dos funcionários.

No final de sua gestão, a Associação dos Funcionários Públicos Municipais realizou um enterro simbólico da administração janista. A diretora da Associação, Margarida Mincherian, lembrou que os funcionários "sofreram muita repressão" no período em que Jânio Quadros ocupou a Prefeitura, que na greve de 1987 foram demitidos mil funcionários e que lideranças sindicais sofreram processos administrativos.

Durante sua gestão na Prefeitura de São Paulo, Jânio Quadros manteve boas relações tanto com o governador Orestes Quércia como com o presidente José Sarney.

No caso do governador, lembre-se que foi um dos únicos políticos do PMDB que não impediu a filiação de Jânio Quadros. Desde então seu relacionamento com Quércia foi muito bom, tanto que o prefeito, em muitas oportunidades, manifestou sua simpatia pela candidatura do governador nas eleições presidenciais de 1989. Na concepção de Jânio Quadros: "O senhor Orestes Quércia é um moço vigoroso, tem idéias novas e é muito ligado ao povo mais modesto, mais humilde. Ele sabe identificar suas necessidades (do povo). Enfim, ele tem o perfil ideal para ser presidente"¹²³.

Por ocasião da discussão em torno do regime político ideal para o país, durante os trabalhos do Congresso Nacional Constituinte, Jânio e Quércia manifestaram sua preferência pelo regime presidencialista. O prefeito declarou-se contrário ao parlamentarismo e afirmou que caso

122. Jornal da Tarde, de 10/05/1988.

123. Folha de S. Paulo, de 09/12/1987.

esse regime fosse aprovado ele renunciaria a seu cargo, e somente desistiria de seu intuito caso fosse realizado um plebiscito e que nessa consulta popular o povo se manifestasse favorável a esse regime.

Por ocasião da definição do mandato do presidente pelo Congresso Nacional, o prefeito Jânio Quadros defendeu o mandato de cinco anos para José Sarney. O apoio do prefeito valeu-lhe um empréstimo do governo federal de 12 bilhões de cruzados para a conclusão de obras de sua gestão.

Outro posicionamento polêmico de Jânio Quadros foi a defesa do adiamento das eleições municipais de 1988. O prefeito queria que essas eleições coincidissem com a eleição para a Presidência da República em 1989. Segundo Jânio Quadros, o adiamento das eleições e a consequente prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos se justificariam primeiro pelo fato de que o excesso de pleitos “enjoa” os eleitores e, segundo, pela difícil situação econômica por que passava o país. A proposta do prefeito foi criticada e o acusaram de provocar “golpismo eleitoral” e de desrespeitar os compromissos de transição.

Em um artigo publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado “Cresce a face janista do governo federal”, foram apontados vários nomes de ministros identificados com o prefeito Jânio Quadros. A reforma ministerial incluiu os nomes de Roberto Cardoso Alves, do PMDB, como ministro da Indústria e do Comércio; e de José Aparecido de Oliveira, do PMDB, para o cargo de ministro da Cultura. O próprio presidente José Sarney, segundo o jornal, “é ainda hoje agradecido a um presidente eleito que teve a ousadia de convidá-lo a assumir a Embaixada brasileira em Cuba, quando não passava de um jovem deputado da ‘Bossa Nova’ e presidente da UDN no pobre Maranhão”¹²⁴. O mesmo aconteceu com relação aos ministros militares, no caso o general Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, e Ivan de Souza Mendes, do SNI (Serviço Nacional de Informações), que também haviam participado do Gabinete Militar na época em que Jânio Quadros foi presidente.

A troca de favores e as práticas clientelísticas foram marcas constantes das relações entre os governos municipal, estadual e federal nesse período.

A gestão de Jânio Quadros foi marcada por realizações pontuais, feitas sem qualquer planejamento. A constante troca de secretários e administradores regionais também reforçou a descontinuidade de sua

124. *O Estado de S. Paulo*, de 14/08/1988.

administração. Apesar dessa característica, destacam-se algumas realizações de seu governo como o Plano de Desfavelamento, a Reurbanização do Vale do Anhangabaú, a reativação da Secretaria de Abastecimento e a criação da Secretaria da Defesa Social e da Guarda Civil Metropolitana.

O Plano de Desfavelamento adotado pela Prefeitura foi polêmico. Na concepção do secretário Alex Freua Neto, encarregado da implantação desse plano, essa proposta foi “uma obra de criatividade de Jânio Quadros”¹²⁵, que havia determinado a seu secretário que “nenhuma favela será conservada ou reurbanizada, o que é impossível em que pesem os demagogos que exploram a idéia, fomentam a resistência e caçam votos”¹²⁶.

O seu Plano de Desfavelamento abrangeu treze das 1.600 favelas existentes na cidade de São Paulo, sendo a maior parte delas localizada na zona sul da capital. As favelas removidas por sua gestão foram: Pirituba, Projeto Jandaia-Assembléia, Glicério, Formigueiro (Vila Maria), Tatuapé, Favela do Amor (Imigrantes), Tolstoi, Juscelino Kubitschek (Itaim-Bibi), Morro “S” (Campo Limpo), Águas Espraiadas (Brooklin), Elvira Gareli Wafae, Vila Prel (Campo Limpo), Cidade Jardim, totalizando 4.633 famílias¹²⁷.

Para Marta Godinho (ex-secretária na gestão Mário Covas), esse plano traria “anarquia a São Paulo, tratando o favelado como objeto e a favela como uma contravenção. E a grande beneficiária, mais uma vez, será a especulação imobiliária”¹²⁸.

Em um memorando encaminhado a Edmundo Callia, da SEHAB, Jânio Quadros exigiu a remoção da favela de Vila Prudente:

“1. Remover a favela de Vila Prudente. Essa remoção terá preferência absoluta, devendo ser iniciada em 15 (quinze) dias;

2. Ocorrida qualquer reação, serão convocadas a Polícia Militar e a Guarda Metropolitana;

3. A Prefeitura não desimpedirá a Rua Danópolis. Os moradores da favela deverão fazê-lo;

125. *Jornal da Tarde*, de 04/05/1988.

126. *O Estado de S. Paulo*, de 10/05/1988.

127. *Jornal da Tarde*, de 21/09/1988.

128. *Idem*, de 29/04/1988.

4. Acertar com o Presidente da COHAB para que esses moradores recebam casas populares ou passagens para que voltem ao Estado natal, se o desejarem;

5. A Regional manterá essa favela sob vigilância, que será acompanhada, também pela Polícia Militar e a Guarda Metropolitana.

J. Quadros
Prefeito¹²⁹.

Apesar de na concepção de Jânio Quadros as favelas serem problemas para a polícia resolver, cabendo à Prefeitura eliminá-las, a Sociedade Amigos da Favela de Vila Prudente organizou manifestações e negociou com o próprio prefeito a não-remoção. Diante das pressões, Jânio suspendeu a ação de despejo e nomeou uma comissão formada por engenheiros, urbanistas e representantes da favela para orientar os trabalhos de reurbanização.

Uma outra obra que despertou interesse foi o túnel norte-sul — inaugurando a primeira etapa do projeto de reurbanização do Vale do Anhangabaú, no Centro da cidade —, que desfigurou o túnel anterior, conhecido popularmente como o “buraco do Adhemar”. O filho do falecido político, Adhemar de Barros Filho, comentou que com esse ato Jânio enterrava definitivamente qualquer lembrança de seu pai: “O Prefeito Jânio Quadros teve a satisfação pessoal em demolir a obra de meu pai pois, devido às velhas lutas políticas, ele quis tirar da cidade a marca do velho Adhemar”¹³⁰.

Em sua gestão, a Secretaria de Abastecimento elaborou o “Código Sanitário de Alimentos do Município”, regulamentando a questão da higiene, limpeza e manutenção dos gêneros alimentícios. A Secretaria realizou vistorias para fiscalizar as condições de higiene na manipulação, conservação e transporte de alimentos. Muitos estabelecimentos comerciais foram fechados e multados.

O Departamento de Controle e Uso de Imóveis da Secretaria Municipal de Habitação (CONTRU) interditou estabelecimentos, entre eles o Playcenter e casas teatrais, alegando falta de segurança nas edificações. Os teatros Bibi Ferreira e Bexiga foram fechados pouco antes do início dos espetáculos. O ator Antonio Petrin, que se preparava para entrar em cena na peça *Mentira Nossa de Cada Dia*, comentou: “... nem em 68, época de tanta repressão, eu fui violentado desse jeito”¹³¹.

129. Diário Oficial do Município de São Paulo, suplemento, de 27/08/1988.

130. Folha de S. Paulo, de 12/12/1988.

131. Jornal da Tarde, de 09/04/1988.

A Prefeitura regulamentou a atividade dos guardadores de carros, cadastrando-os como “fiéis de veículos”, que passaram a portar coletes e crachás. Essa medida foi muito criticada pelos opositores ao seu governo, que a caracterizavam como legalização da venda de segurança, com isso desprestigiando o trabalho da polícia estadual e da própria Guarda Metropolitana.

A Prefeitura também procurou recuperar monumentos e teatros da municipalidade. O Teatro Municipal foi totalmente reformado e entregue ao público em julho de 1988. Também foi aprovado o projeto do Executivo que regulamentava a preservação de certos jazigos de valor artístico.

Os vendedores ambulantes foram duramente perseguidos pela administração janista. Além de terem suas barracas e o respectivo material apreendidos, tiveram que pagar multas para recebê-los de volta, bem como uma taxa diária de armazenagem da mercadoria.

Na área de transportes, as grandes novidades foram a pintura dos ônibus da CMTC de vermelho e a construção de ônibus de dois andares, semelhantes aos londrinos e apelidados em São Paulo de “dose dupla”.

O Parque Anhembi foi leiloado com a finalidade de transferir para a iniciativa privada o controle acionário desse órgão do município. Porém, após uma série de contratemplos, o leilão foi anulado e o controle continuou com a Prefeitura¹³².

Muitas idéias propostas pela administração Jânio Quadros não foram adotadas, talvez por seu grau de inutilidade e exotismo. Em sua gestão, o prefeito proibiu que os taxistas usassem barba, camisetas e sandálias; obrigou os feirantes a usar aventais brancos; proibiu a implantação de bancos “24 horas”; proibiu o público de pisar na grama dos parques públicos e de praticar esportes nas praças e parques. Essas proibições não foram respeitadas e somente provocaram transtornos para a vida dos paulistanos.

b) Relacionamento com a Câmara Municipal

O relacionamento entre Jânio Quadros e a Câmara Municipal foi tumultuado, apesar de ter conseguido manter a maioria parlamentar. Os vereadores, em 1982, tiveram seus mandatos prorrogados até 31 de janeiro de 1989. Ocorreu alterações nesses seis anos de Legislatura (1983-1989) devido a mudanças nas filiações partidárias dos vereadores.

132. Vide matérias do jornal: Folha de S. Paulo, de 13 e 14/09/1988.

Em 1983 a composição da Câmara era a seguinte: PMDB, 45,5% da representação; PTB, 7,0%; PDS, 6,0%; e PT, 5,0%. Em 1988 a composição modificou-se novamente: PTB detinha 24,2% das cadeiras; o PMDB, 21,2%; o PT, o PSDB e o PFL com 15,2%; e o PDS com 9,0% da representação¹³³.

Um dos fatores que proporcionou essa maioria foi o esvaziamento do PMDB. Os vereadores Almir Guimarães, Andrade Figueiroa e Jamil Achôa passaram a incorporar a bancada situacionista e, em função disso, foram expulsos do partido. Sua base de apoio na Câmara Municipal contou com 21 dos 33 vereadores: dez do PTB e PFL e onze do PDS, PMDB, PCB e PMC. Para conseguir essa maioria, Jânio adotou práticas clientelísticas, cooptando os vereadores mediante troca de favores, tais como a nomeação dos administradores regionais segundo interesses pessoais dos parlamentares.

O jornal *Folha de S. Paulo* realizou um levantamento dos vereadores contemplados com favores do prefeito e constatou a ocorrência de um verdadeiro loteamento das administrações regionais. Os vereadores negaram esse acordo. O vereador Jooji Hato, do PMDB, por exemplo, afirmou que não havia indicado o administrador Ermelino Matarazzo, apesar de ser amigo pessoal do mesmo: “Talvez o prefeito tenha feito isso para agradar. Mas tenho relacionamento maduro com a Prefeitura, e só votarei favorável aos projetos de interesse da população”¹³⁴.

Já o vereador Ricardo Trípoli, do PMDB, irritou-se quando perguntado se havia indicado o administrador da Lapa: “Sei que muitos vereadores falam isso, mas não há nada que comprove. Eles querem me encher o saco”¹³⁵.

Apesar das negativas, a lista de indicações dos vereadores para as administrações regionais não deixa dúvidas sobre esses acordos políticos¹³⁶.

Luiz Tenório de Lima (PCB-Perus); Antonio Carlos Fernandes (PMC-Freguesia do Ó); Altino Lima (PTB-Casa Verde); Éder Jofre (PDS-Casa Verde); Antonio Sampaio (PDS-Santana); Gabriel Ortega (PTB-Vila Maria); Jooji Hato (PMDB-Ermelino Matarazzo); Aureliano de Andrade (PDS-São Miguel); Ricardo Trípoli (PMDB-Lapa); Alfredo Martins (PFL-Mooça); Mário Noda (PTB-Valc do Aricanduva); João

133. Dados de 1983 – TRE-SP. Dados de 1988 – *Gazeta de Pinheiros*, de 23/10/1988.

134. *Folha de S. Paulo*, de 22/06/1986.

135. *Idem*.

136. *Idem*.

Aparecido de Paula (PDS-Penha e Itaquera); Albertino Nobre (PTB-Guaianazes); Nelson Guerra (PFL-Campo Limpo); Almir Guimarães (PMDB-Vila Mariana); Brasil Vita (PTB-Sé); Francisco Batista (PMDB-Ipiranga, indicado junto com Oswaldo Gianotti do PDS); Jamil Achôa (PMDB-São Mateus); Tércio Chagas Tosta (PTB-Jabaquara); e Eurípedes Sales (PFL-Vila Prudente).

Após várias alterações nas administrações regionais, novas listas elaboradas pela *Folha de S. Paulo*¹³⁷ arrolaram os padrinhos políticos dos novos administradores.

No final de 1987, o vereador Gabriel Ortega, do PTB, rompeu com Jânio Quadros e, para assegurar a maioria na Câmara, o prefeito cooptou o vereador peemedebista José Maria, ex-jogador de futebol que, em troca de seu apoio, poderia indicar os administradores de Vila Maria e Vila Guilherme. Também conseguiu que o prefeito promettesse “a devolução do terreno de Itaquera para o Corinthians construir seu estádio e a renovação de uma concessão de área para os Gaviões da Fiel – a mais tradicional torcida organizada do Corinthians”¹³⁸.

O vereador Lauro Ferraz, do PMDB, considerou “estranho” que Jânio Quadros tivesse criado dezessete novas regionais e aumentado de cinco para dez o número de delegacias regionais de ensino: “Do ponto de vista administrativo, não há justificativa para criação de tantos órgãos. O que o Prefeito está fazendo é inchar a máquina do município para garantir apoio na Câmara Municipal. E isto é uma forma de corromper os políticos”¹³⁹.

A adoção dessa prática clientelística foi essencial para que a Câmara Municipal aprovasse muitos dos projetos do Executivo. Odon Pereira, analisando o estilo de governar do prefeito Jânio Quadros, relatou como funcionava seu esquema de governo: “Eu tenho a impressão de que esse é um traço interessante do administrador Jânio, como ele tem a clareza de que boa parte de seus assessores são resultantes de composições políticas, ele corre o risco de se conciliar qualquer erro, desmazelo, preguiça, ele corre o risco de afundar junto com a composição política. Então, embora ele mantenha a composição

137. *Idem*, de 09/10/1988.

138. *Shopping News*, de 06/12/1987. Em meados de 1988, o prefeito Jânio Quadros encaminhou à Câmara Municipal um pedido de doação de um terreno para o Corinthians, de 300 mil metros quadrados, em Itaquera. A Câmara rejeitou a solicitação.

139. *Shopping News*, de 06/12/1987.

política, isto é, quase sempre quando ele demitia alguém quase sempre o que vinha era da mesma composição política, mas demitia buscando um mais eficiente (...) Jânio possuía forte consciência de que não pode se render à composição política, ele a mantém, mas mantém a eficiência administrativa alta”¹⁴⁰.

A Câmara Municipal praticamente não funcionou como poder fiscalizador e elaborador de projetos para a cidade. A função fiscalizadora ficou por conta de poucos vereadores, dentre os quais, opositores à gestão janista, Walter Feldmann, Marcos Mendonça e Arnaldo Madeira, do PMDB, e depois do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e as vereadoras Teresa Lajolo e Irede Cardoso, do PT.

Um exemplo da atuação ambígua dos parlamentares é a atitude dos membros da Comissão Especial de Inquérito (CEI), encarregada de realizar averiguações sobre a situação da CMTC. Os vereadores Albertino Nobre, do PTB, Antônio Carlos Fernandes, do PMC, e Éder Jofre e Oswaldo Gianotti, do PDS, membros dessa comissão, solicitaram, a pedido do prefeito, o encerramento dos trabalhos dessa CEI. O pedido foi imediatamente atendido pelo presidente da Câmara Municipal, Antonio Sampaio, do PDS. A presidente da Comissão, Teresa Lajolo, do PT, recorreu ao Judiciário para obter licença para dar continuidade aos trabalhos.

A maioria dos projetos encaminhados pelo Executivo foi aprovada pela Câmara Municipal, mediante o recurso do “decurso de prazo”, uma prerrogativa instituída durante o regime militar, que possibilita ao Executivo a aprovação de qualquer proposta de sua autoria no prazo máximo de quarenta dias e com mais de dez sessões consecutivas. O decurso de prazo implica a não-discussão dos projetos, inviabilizando qualquer possibilidade de alterações. Os parlamentares que apoiavam o prefeito se ausentavam do Plenário, possibilitando assim a aprovação dos projetos.

A aprovação do centésimo projeto do prefeito, por decurso de prazo, foi comemorada com “bolos” trazidos por vereadores do PMDB e enviados ao prefeito como forma de protesto pela prática adotada pelo Executivo. O vereador Antonio Carlos Fernandes, do PMC, quando soube da intenção dos parlamentares, resolveu também trazer um bolo

para comemorar, em plenário, “a grande vitória da administração municipal, que já enviou e aprovou cem projetos na Câmara só este ano”¹⁴¹. A “festa” acabou por transformar-se em um confronto entre os vereadores janistas e da oposição.

O prefeito Jânio Quadros rebateu essas críticas contra-argumentando que a aprovação, por decurso de prazo, de seus projetos decorria do fato de os vereadores serem “preguiçosos e vagabundos”: “Somente indolentes profissionais não encontram tempo para examinar ou recusar qualquer projeto... A menos que me engane, o mundo foi construído mais rapidamente”¹⁴².

Com essa atitude, Jânio Quadros mais uma vez demonstrou desprezo pelos políticos e pelo Legislativo. Na realidade, ao “lotear” as administrações regionais e outros cargos políticos, desmoralizou o Legislativo como poder autônomo e independente.

O vereador Walter Feldmann, do PMDB, conquistou o título de “inimigo nº 1 do prefeito” e transformou-se no seu maior opositor. Até maio de 1988, o vereador havia sido indiciado pelo prefeito em 28 processos criminais. Teve grande repercussão uma solicitação do vereador à Procuradoria Regional Eleitoral para que instaurasse um processo penal contra o prefeito. Segundo o vereador, Jânio Quadros, ainda como candidato, em 1985, omitiu na sua relação de bens que possuía uma conta em um banco suíço. O vereador apresentou bilhetes escritos por Eloá Quadros para sua filha Tutu Quadros em que fazia referências a essa conta. O caso ocupou manchetes de jornais, porém após vários meses de tramitação foi arquivado pela Justiça Eleitoral.

Nos seus três anos de mandato, Jânio Quadros solicitou cinco licenças à Câmara Municipal. A justificativa era que sua mulher sofria de câncer e submetia-se a tratamento médico no exterior. A primeira licença foi em abril de 1986, por 33 dias, assumindo o vice-prefeito Arthur Alves Pinto; a segunda licença, por 45 dias, foi pedida em março de 1987, ficando em seu lugar o presidente da Câmara Municipal, Antonio Sampaio, visto que o vice também havia solicitado licença para não perder seu mandato de deputado estadual; a terceira foi solicitada em maio de 1987 e durou quarenta dias, o vice novamente se licenciou e o presidente da Câmara não pôde assumir por se encontrar internado para tratamento de saúde, ficando em seu lugar o secretário dos Negócios Jurídicos,

140. Entrevista com Odon Pereira, em 24/10/1989.

141. Folha de S. Paulo, de 18/05/1988.

142. O Estado de S. Paulo, de 19/05/1988.

Cláudio Lembo; a quarta licença foi pedida em dezembro de 1987, por quarenta dias, ocupando o cargo Cláudio Lembo, pelos mesmos motivos relatados anteriormente; a quinta licença foi solicitada em julho de 1988, por quarenta dias, ficando em seu lugar o presidente da Câmara, Antonio Sampaio.

Nessa última licença, Jânio Quadros chegou a afirmar que Cláudio Lembo poderia perfeitamente substituí-lo: “O Lembo é um grande secretário, um homem vigilante, de bem, e, se a Prefeitura ficar em suas mãos, ninguém notará a diferença, não haverá prejuízo para a cidade”¹⁴³.

No dia 26 de dezembro de 1988, Jânio Quadros resolveu viajar sem pedir licença à Câmara Municipal, como também não avisou seus assessores mais próximos. Foi Cláudio Lembo quem passou o cargo ao presidente da Câmara, Antonio Sampaio.

Durante três anos de mandato, o prefeito Jânio Quadros licenciou-se do cargo por 204 dias, o que equivale a mais de seis meses de ausência do poder.

c) Relacionamento com a Sociedade Civil

Em sua última gestão, Jânio Quadros encontrou uma situação muito diferente daquelas de outros períodos em que exerceu cargos executivos. Era um momento privilegiado de reorganização da sociedade civil e de redemocratização do país, após 21 anos de regime autoritário. Movimentos ecológicos, associações de moradores e organizações populares reivindicavam participar mais ativamente da vida da cidade. A sociedade civil ampliava seus espaços políticos.

Nesse período houve invasões de casas populares e conjuntos habitacionais construídos pela COHAB. Em uma delas, em Guaianases, zona leste, os ocupantes foram expulsos das residências pela ação conjunta da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana. Uma outra invasão aconteceu em um terreno da Prefeitura localizado na zona sul: os invasores queriam sensibilizar o prefeito para que agilizasse o processo de assentamento de 1.100 famílias no local. A invasão também foi reprimida pela ação dessas duas polícias.

Um guarda metropolitano foi acusado de participar da “chacina do Jardim Eduardo”, no Embu. A Guarda Metropolitana foi ainda acusada de atirar contra invasores de terra na zona leste e de, na ocasião, matar um operário. Na realidade, a Guarda Civil Metropolitana, embora

143. Idem.

oficial e legalmente criada, funcionou durante a gestão de Jânio Quadros como uma espécie de organização “paramilitar”, prevalecendo sua função repressora e não preventiva, como foi proposto no programa de governo do então candidato Jânio Quadros.

A administração janista perseguiu grafiteiros e pichadores, e os guardas metropolitanos chegaram a prender artistas plásticos que pintavam um mural na praça Roosevelt, em homenagem ao aniversário da cidade de São Paulo. Foram soltos apenas sob fiança, não reavendo, no entanto, o material apreendido.

Os pichadores “Juneca” e “Bilão” receberam ordem de prisão a mando do prefeito por picharem muros e placas da Prefeitura. Segundo os pichadores, eles haviam trabalhado como cabos eleitorais de Jânio Quadros, durante a campanha de 1985.

Ao tomar conhecimento de que os pichadores haviam escrito no Monumento às Bandeiras e no de Pedro Álvares Cabral, este último recém-inaugurado, Jânio Quadros enviou um memorando ao secretário Municipal da Defesa Social: “... quando reaparecerem tomarão a lição que a mãe desatenta e deseducada não lhes proporcionou em pequenos.

3. Será inesquecível. Experimentem...”¹⁴⁴.

Na concepção de Jânio Quadros, esses grafiteiros e pichadores deviam ser severamente punidos. Para ele, o processo educativo confundiu-se com a punição, e já que a família não os educou convenientemente, caberia ao Estado exercer essa função, só que não ensinando-lhes que os monumentos deveriam ser respeitados, mas reprimindo violentamente os “baderneiros”. A Guarda Metropolitana, então, foi designada para proteger os monumentos da cidade.

Também as escolas de samba paulistas entraram em confronto com o prefeito, que não liberou verbas para o Carnaval. Segundo o presidente da Escola de Samba Vai-Vai, o prefeito não possuía sensibilidade para o samba: “Com Jânio Quadros, o carnaval não tem vez, o samba está sempre marginalizado — ele nunca tem verba pra nós. Nem a nossa bateria caprichada consegue convencer o prefeito de que samba é cultura”¹⁴⁵.

Outra frente de luta contra algumas propostas da administração janista foi desencadeada pelo movimento “Defenda São Paulo”, que conseguiu, entre outras vitórias, retirar um projeto da Câmara Municipal

144. Diário Oficial do Município de São Paulo, de 28/09/1988.

145. Jornal da Tarde, de 07/09/1988.

da autoria do Executivo, que propunha o “adensamento de áreas centrais da cidade e a criação de corredores especiais nos Jardins”. Em outro momento, representantes de movimentos populares lotaram as galerias da Câmara Municipal para protestar contra a aprovação, por decurso de prazo, da alteração do zoneamento das ruas da Assembléia e Jandaia, na região do Centro, que permitia a demolição de casas antigas¹⁴⁶.

Jânio Quadros também deu ordens para implodir o Edifício São Vito, localizado no centro da cidade, em frente ao Mercado Municipal. Segundo o prefeito, o prédio devia ser demolido porque “esse pardieiro vertical se transformou num valhacouto de marginais e criminosos”¹⁴⁷. Posteriormente, diante das pressões, o São Vito foi preservado.

A decisão de alterar o sistema de passe-livre nos ônibus para maiores de 65 anos (criado na gestão Mário Covas) repercutiu muito mal. Pela proposta do prefeito, somente os que possuíssem atestado de pobreza receberiam os passes. Os idosos se mobilizaram, pressionaram o prefeito e conseguiram com que sua decisão fosse revogada.

Questionado sobre as “idas e voltas” nos seus atos, Jânio Quadros respondeu: “A única coisa que eu não perdô em um administrador é não reconhecer o erro. O administrador deve procurar acertar sempre, mas, quando erra, deve corrigir o erro sempre, e publicamente. De maneira que as idas e vindas só me recomendam. Pelo menos me põem com a consciência em paz”¹⁴⁸.

A Cúria Metropolitana de São Paulo, por intermédio do cardeal arcebispo dom Paulo Evaristo Arns, também criticou o prefeito Jânio Quadros por ter antecipado o feriado do dia de Finados¹⁴⁹: “O Prefeito Jânio Quadros foi insensível. Não atendeu ao seu coração e muito menos aos anseios do povo de São Paulo quando decidiu adiantar o feriado de Finados”¹⁵⁰.

Os confrontos com a imprensa foram constantes. O prefeito processou vários jornais por injúria e difamação, dentre os quais o *Jornal de Brasília*, o *Jornal do Brasil*, a *Folha de S. Paulo* e a *Folha da Tarde*.

146. Após a demolição dos casarões, apareceram arcos construídos do começo de nosso século. Depois de restaurados, transformaram-se em um novo ponto de referência de São Paulo.

147. *Shopping News*, de 06/12/1987.

148. *Folha de S. Paulo*, de 24/08/1986.

149. Havia uma lei federal que regulamentou a mudança dos feriados que caíssem no meio da semana para a segunda-feira.

150. *Jornal da Tarde*, de 01/11/1988.

O jornalista Dario Macedo, do *Jornal de Brasília*, publicou em dezembro de 1986 uma nota onde afirmava que o prefeito Jânio Quadros havia consultado um psiquiatra em Londres para saber se ele o julgava louco, ao que o médico respondeu que loucos haviam sido seus eleitores. Já o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria em que denunciava que Jânio Quadros possuía uma conta bancária na Suíça, fornecendo o número da conta e o nome do banco. O jornalista da *Folha da Tarde*, Adilson Laranjeira, sob o pseudônimo de “Toninho Malvadeza”, criticou as atitudes do prefeito com relação à repressão na festa da “Malhação de Judas”. A *Folha de S. Paulo* foi processada pelo jornalista Otávio Frias Filho, por ter escrito um editorial onde criticava a publicação do Suplemento do *Diário Oficial* do Município, criado na gestão de Jânio, considerado veículo de propaganda para que o Executivo promovesse seus atos.

O apresentador de televisão Fausto Silva, o “Faustão”, foi processado depois que deu uma entrevista à *Folha da Tarde*, onde comparou Jânio Quadros com a Aids: “Olha, para mim, o Jânio é pior ainda do que a Aids. Porque a Aids eu ainda acho que vai ter cura, mas o Jânio não tem mais”¹⁵¹.

As críticas não eram bem recebidas, porém, nessa última gestão, Jânio Quadros teve que revogar muitas de suas decisões, não por escolha própria, como ele afirma, mas devido às pressões que recebeu de amplos setores da sociedade. Vivia-se um novo tempo, onde os movimentos, organizações e associações se faziam presentes e atentas aos atos do Executivo.

Em pesquisa realizada pela DataFolha em setembro de 1988, o Prefeito Jânio Quadros obteve, com relação ao desempenho de seu governo, um índice de 40% de avaliação entre ótimo e bom. Perguntado como explicava esse alto índice de aprovação, ele respondeu: “O povo reconhece que com as deficiências naturais de qualquer ser humano, eu tenho trabalhado ininterruptamente. Na verdade, eu ando casado com a Prefeitura. Não faço mais nada senão cuidar da cidade”¹⁵².

Ao final de sua gestão, Jânio avaliou que não realizara mais obras por falta exclusiva de recursos. Lembrou suas realizações na avenida Juscelino Kubitschek e no Vale do Anhangabaú, a recuperação do Teatro Municipal, dos monumentos da cidade e da limpeza pública nas ruas, praças e parques; a criação da Guarda Civil Metropolitana, a

151. *Folha da Tarde*, de 11/09/1988.

152. *Idem*.

atuação na área de transportes, o desenvolvimento de uma política de desfavelamento da cidade.

A gestão de Jânio Quadros serviu para “maquiar” a cidade de São Paulo, privilegiando o transporte individual e anunciando obras inviáveis, nunca realizadas, mas que causaram grande impacto na opinião pública. Sua gestão privilegiou explicitamente os empresários e as áreas mais desenvolvidas da cidade de São Paulo. As “vitrines” da administração janista foram o centro e a zona sul, considerados os cartões de visita da capital paulista.

Em sua campanha eleitoral, Jânio Quadros utilizou-se do *slogan* “Honestidade, Trabalho e Segurança”. Entretanto, as placas de obras municipais e cartazes de propaganda de seu governo traziam o *slogan* “Austeridade, Trabalho e Autoridade”. Ao assumir a prefeitura, Jânio Quadros deixou claro que iria exercer seu mandato com a autoridade pessoal, não aceitando pressões de partidos ou de grupos. Em uma entrevista, Jânio reafirmou sua posição, pelo menos em termos da imagem construída, apartidária: “Eu não tenho partido. A Prefeitura só estava sendo trabalhada por forças antidemocráticas. Eu sou o primeiro a reconhecer que pertencer ao PT, ao PC, ao PDT, é direito de cada um. Mas pregar essas ideologias dentro da Prefeitura, nunca o permiti”¹⁵³.

Com relação à “Austeridade”, Jânio Quadros defendeu a proposta de enxugar a máquina administrativa. Isso efetivamente não aconteceu, muito pelo contrário. Quando prefeito prometeu extinguir a EMURB, a PAULISTUR e a PRODAN, só ficaram as promessas. O que na realidade aconteceu foi o crescimento da máquina administrativa, pois Jânio Quadros aumentou o número de secretarias, de administrações regionais e de delegacias regionais de ensino, ampliando com isso o número de funcionários. Ao assumir a Prefeitura, havia 118.996 servidores, e ao término de seu mandato o número aumentou para 127.930 funcionários, significando um acréscimo de 10,32%.

Também com relação ao tema “Austeridade”, na sua gestão uma série de irregularidades administrativas foi denunciada. A adoção de práticas clientelísticas e de mecanismos de cooptação foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação.

Com relação ao tema “Trabalho”, a administração utilizou mecanismos como as equipes de auditores e os processos administrativos, porém o que mais a caracterizou foi a contratação de

153. *Idem*.

funcionários sem concurso público. A questão da moralização se limitou ao discurso de Jânio Quadros. Quando este avaliou seu governo e afirmou que esteve “casado com a Prefeitura”, quis transmitir a imagem de que se envolveu com todos os problemas ininterruptamente, quando, na realidade, com suas licenças, ausentou-se do poder durante seis meses.

No tócano à “Autoridade”, Jânio Quadros realmente a exerceu quase sem contestação com relação à sua equipe de trabalho e aos funcionários públicos. Na realidade, o que predominou foi o temor, o medo de sofrer punições ou de exoneração do cargo. Sua tão propalada autoridade, aliás, não impediu uma série de manifestações contrárias a seus atos e aos seus modos autoritários.

O estilo janista de exercer a autoridade incluiu também práticas de vingança. Criticado pelo presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, na questão do projeto de aumento do IPTU, como represália o prefeito mandou desapropriar sua residência, prometendo transformá-la em creche municipal. Devido às pressões recebidas, Jânio Quadros foi obrigado a voltar atrás. A assistente social Élcita Ravelli, funcionária pública municipal, foi transferida várias vezes de local de trabalho, sem qualquer explicação, por ser a esposa do vereador Walter Feldman, seu opositor na Câmara.

O vereador Marcos Mendonça, agora do PSDB, comentou esse traço característico do prefeito: “O Jânio não age como administrador da cidade. Ele trata todas as questões a nível pessoal e busca, incessantemente, intranquilizar a vida de alguém”¹⁵⁴.

Em 15 de novembro de 1988, seriam realizadas eleições municipais. Após um período de indefinição, Jânio Quadros resolveu manifestar seu apoio ao candidato do PMDB, João Oswaldo Leiva.

João Mellão Neto, seu ex-secretário da Administração, também se candidatou, pelo PL, à Prefeitura de São Paulo. Ao tomar conhecimento do apoio de Jânio ao candidato do PMDB, Mellão afirmou que o prefeito, na sua avaliação, se sentiu pressionado pelo governador Orestes Quércia: “Antes de encontrar o governador, (Jânio) fez elogios à minha pessoa. Depois saiu dizendo que eu deveria primeiro ser vereador. Como prefeito, deve ter suas razões, mas como cidadão

154. *Jornal Da Tarde*, de 14/12/1987.

continuo afirmando que ele votará em mim (...) Tenho o apoio de todos os janistas, pois a minha imagem está umbilicalmente ligada a Jânio. Não preciso de seu apoio explícito”¹⁵⁵.

Nessas eleições o confronto final ficou entre as candidaturas de Paulo Maluf, do PDS, e Luiza Erundina, do PT¹⁵⁶. Ao comentar a vitória da candidata Luiza Erundina, Jânio Quadros afirmou ironicamente: “Não admito a possibilidade de ser substituído por uma mulher. Para mim, mulher é para carregar criança no colo e fazer tutu de feijão”¹⁵⁷.

Jânio Quadros não transmitiu o cargo à prefeita, cabendo essa tarefa ao seu secretário dos Negócios Jurídicos, Cláudio Lembo. No Aeroporto de Cumbica, pouco antes de embarcar para os Estados Unidos, Jânio Quadros foi perguntado se voltaria ao Brasil para transmitir o cargo para a nova prefeita, e se devia uma explicação à opinião pública, ao que respondeu: “A opinião pública não sou eu. Não tenho nada a ver com a opinião pública. Não tenho nenhuma satisfação a dar aos senhores”¹⁵⁸.

A administração janista, além de deixar um déficit enorme para o futuro governo, não conseguiu cumprir os compromissos assumidos. Como consequência, as empreiteiras contratadas ameaçaram paralisar as obras caso não recebessem os atrasados e entraram com uma representação judicial contra a Prefeitura. Nas últimas semanas, a administração janista ficou desfalcada de material elétrico até para repor lâmpadas queimadas e a frota de veículos das administrações regionais ficou sem combustível para prestar serviços à comunidade.

A prefeita Luiza Erundina realizou um levantamento da gestão de Jânio Quadros e publicou o resultado em um documento intitulado “Dossiê sobre a Administração Jânio Quadros — São Paulo de 1986 a 1988”¹⁵⁹. Nesse dossiê foram levantadas inúmeras irregularidades da administração janista.

155. O Estado de S. Paulo, de 13/07/1988.

156. Vide texto de: MUSZYNSKI, Maria Judith. *As razões de um resultado surpreendente: a vitória de Luiza Erundina*. São Paulo, IDESP, 1989, texto nº 35.

157. *Jornal da Tarde*, de 16/12/1988.

158. *Idem*, de 27/12/1988.

159. Ver “Dossiê sobre a Administração Jânio Quadros — São Paulo de 1986 a 1988”. Os fatos denunciados dizem respeito aos 100 (cem) primeiros dias da administração de Jânio Quadros.

O vereador Aldo Rebelo, do PC do B, também encaminhou, nesta ocasião, um projeto para a Câmara Municipal, onde propunha revogar o título de “Cidadão Paulistano” que Jânio Quadros recebeu em 2 de janeiro de 1958. Para justificar seu “Projeto de Resolução”, apresentou um novo dossiê¹⁶⁰, apontando irregularidades de todas as administrações ocupadas por Jânio Quadros.

Antes de terminar sua gestão na Prefeitura de São Paulo, correligionários seus o lançaram como candidato à Presidência da República para as eleições que seriam realizadas em outubro de 1989. O MPJQ espalhou cartazes pela cidade de São Paulo, onde afirmava:

“O Brasil tem jeito...

O jeito é Jânio

Autoridade-Moralidade-Austeridade”.

Jânio viajou para o exterior poucos dias antes de terminar seu mandato, e por essa ocasião sofreu um derrame, retornando ao país em 10 de maio de 1989, ainda mais debilitado. Enquanto esteve ausente, seu espaço político foi ocupado por outras lideranças, que se anteciparam nos acordos e negociações. A última atitude de Jânio Quadros perante o novo quadro político brasileiro foi renunciar à candidatura da candidatura à Presidência da República. A bandeira da moralidade, da austeridade e da autoridade não era mais exclusiva desse político. Outro candidato assumia esses temas como prioritários em sua plataforma política. Encerrava-se a carreira política de Jânio Quadros.

160. “Projeto de Resolução” nº 6/89, apresentado pelo vereador Aldo Rebelo, em 18 de abril de 1989.

Conclusão

Tomando por base os capítulos anteriores, destacamos oito aspectos que podem delimitar de forma concisa os contornos do fenômeno janista.

O primeiro aspecto é a forte presença da autoridade governamental confundida e identificada com as características pessoais do político, isto é, com as idéias e ações de um único homem. Verifica-se nesse movimento um forte componente personalista ancorado no princípio da autoridade que confere o direito e poder de ordenar, decidir e fazer obedecer respeitando as leis de uma forma muito singular, já que imprime a marca inconfundível da vontade pessoal.

Um segundo aspecto do janismo é um moralismo que não distingue as esferas pública e privada. Ao mesmo tempo que exalta, como plataforma política, uma moral privada conservadora de defesa dos bons costumes, prega a moralização da administração pública, baseada em regras de funcionamento consideradas racionais, para fazer frente à tendência desorganizadora do sistema. No entanto, como já foi visto, esse moralismo se mostrou ambíguo na considerável distância entre o discurso e a prática de sua liderança.

Outro aspecto refere-se à desvalorização das instituições e da engenharia democráticas. Assim, os partidos políticos, no limite, seriam dispensáveis, ou quando muito meros veículos para a expressão de interesses pragmáticos individuais. Se os partidos são descartáveis, já que não são instituições programáticas, o sistema partidário e o Congresso são peças perturbadoras da ordem, e o pluralismo intolerável, já que legitimaria posturas como a da esquerda. Afinal, como admitir o debate,

o Parlamento, se há apenas uma verdade e essa se encontra na pessoa do líder iluminado? Diante de uma indiscutível prevalência do Executivo, perde sentido a divisão dos poderes.

Em todos os períodos de sua carreira política, embora sua autoridade fosse legalmente instituída por força do sufrágio, pautou-se por uma forma autoritária de governo. Sob Jânio, vivenciou-se a tensão entre a possibilidade do pleno exercício das regras racionais e a possibilidade do funcionamento das instituições conforme regras idiossincráticas do governante.

Sua posição em relação às alianças políticas sempre foi ambígua. De um lado, no nível do discurso, ele as considerava negativas e espúrias porque contrárias aos interesses coletivos por corroerem a autoridade do governante; de outro, no nível da prática política, estabeleceu alianças ou compromissos políticos não expressos publicamente, em função de conjunturas específicas que lhe dessem sustentação política no período eleitoral e nos momentos de implementação de propostas de governo.

O quarto aspecto diz respeito ao *staff* administrativo. O espaço político de governo circunscreve-se no máximo ao grupo de apoio, de assessoria a Jânio, e mesmo assim com o poder extremamente concentrado nas mãos do líder. Os componentes desse reduzido grupo são escolhidos entre seguidores, simpatizantes ou amigos, que por sua vez asseguram a continuidade da liderança política de Jânio, estabelecendo a intermediação entre ele e os partidos, a imprensa, outros centros de poder e a sociedade civil. Assumindo essas funções, o *staff* janista acaba por substituir a tarefa de um partido político. As legendas partidárias são utilizadas exclusivamente para percorrer a etapa da competição eleitoral.

O quinto aspecto refere-se a uma concepção de sociedade, derivada da tradição política brasileira do autoritarismo — que passa por Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna — e entende a sociedade brasileira como um organismo desordenado e incapaz de se estruturar a partir de movimentos da sociedade civil e da opinião pública¹, daí a necessidade de uma forte autoridade governamental.

Ligado ao item anterior, o sexto aspecto que fundamenta o janismo é a concepção de Estado e de política. A postura de Jânio Quadros

com relação ao Estado é ambígua, pois ao mesmo tempo que defende, no nível do discurso, o liberalismo, assume um procedimento intervencionista ao estender, por exemplo, a sua visão de moralização dos costumes no nível da ordem social. Considera o Estado como o agente político privilegiado para exercer a tarefa educadora e organizadora da sociedade civil, mediante a autoridade inquestionável de um governante. A política, compreendida como técnica administrativa, orientada por critérios pragmáticos de eficiência, é então concebida de forma antipolítica.

Um penúltimo aspecto é aquele que diz respeito à base social do movimento, que, durante a trajetória de Jânio Quadros, constituiu-se ora pelo segmento urbano da classe trabalhadora, ora pelas classes médias, ora por grupos empresariais. Durante certos períodos, como na campanha eleitoral para a Presidência da República, esses segmentos estiveram concomitantemente presentes, fornecendo o apoio político necessário para a eleição de Jânio Quadros. Contudo, pode-se afirmar que essa base possui menos uma dimensão sócio-econômica e mais um significado sociológico e político, já que se formou em torno de valores perenes — como o princípio da autoridade, a moralização administrativa e dos costumes, o ordenamento da sociedade, a crítica a instituições e grupos políticos. Enfim, podem se alterar os grupos que compõem a base social, mas sempre se mantêm os mesmos temas do janismo.

Os janistas compõem-se de cidadãos que simpatizam com o discurso político de Jânio Quadros, defendendo seus valores morais, e de grupos de participantes políticos que ou se identificam com a plataforma do líder ou dele se aproximam aspirando conquistas na carreira política.

Portanto, os janistas atuantes distribuem-se em um espectro bastante heterogêneo que aglutina desde indivíduos que se propõem a reconquistar a dignidade, eliminar a corrupção, recuperar a autoridade governamental, até aqueles que almejam benefícios pessoais ou buscam cargos administrativos. A falta de um programa político baseado em uma proposta consistente e de longo prazo impede entre os seguidores de Jânio a identificação e o comprometimento com uma visão política homogênea, base de uma prática ampla, contínua e duradoura. Na realidade, o janismo não possui princípios que orientem a ação de seus adeptos, mesmo porque funda-se nas proposições ou passionalidades do seu líder — muitas das iniciativas e decisões são tomadas como imposição da vontade individual, independente de critérios objetivos e compartilhados por uma associação.

1. TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914; AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília, Câmara dos Deputados/Editora Universidade de Brasília, 1981; VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo/Universidade Federal Fluminense, 1987.

Ilustra muito bem essa tênue, frágil e limitada situação o seguinte trecho do depoimento de J. B. Vianna de Moraes: "O Jânio tem sido ao longo de sua vida, usando uma expressão popular, cafetinado pelos políticos. Os homens o seguem por dois motivos: ou porque têm nele um homem capaz de resolver os problemas da comunidade, independente de qualquer relação afetiva para com ele, ou o seguem por interesse político, então comem sapo, ganham berro dele, se humilham, se abaixam, mas na certeza de que estão explorando o seu prestígio para terem o reflexo, a sobra do seu prestígio"².

Na avaliação de Vianna, Jânio era consciente dessa situação: "... ele sabe que pode berrar com um camarada, porque sabe que aquele sujeito não terá reação contra ele, não porque goste ou não dele, que no meu entender para ele é irrelevante. Mas ele sabe que aquele sujeito estará ao seu lado quando precisar"³.

Finalmente, o oitavo e último aspecto do janismo, que sistematiza e resulta dos itens anteriores, é o autoritarismo, ou seja, um sistema de governo que implica o uso abusivo da autoridade, a ênfase do Poder Executivo, a crítica das instituições democráticas e a forte presença do Estado.

Uma vez alinhados esses aspectos, pode-se retomar alguns pontos já tratados anteriormente, tendo em vista uma análise que contemple a dinâmica presente na trajetória de Jânio Quadros.

A interpretação do fenômeno Jânio Quadros coloca uma questão nuclear, que é a relação entre indivíduo e política, questão essa tratada nas Ciências Sociais desde Maquiavel, passando por Hobbes e até Max Weber, pela análise da relação entre o Príncipe e o Trono, entre o Soberano e o Poder e entre o Líder e a Dominação. Constitui-se em tema privilegiado da política, destacando a vontade e a ação do governante⁴.

2. Entrevista com J. B. Vianna de Moraes, em 07/12/1989.

3. Entrevista com J. B. Vianna de Moraes, em 07/12/1989.

4. MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969; HOBBS. "Leviatã". In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1979; WEBER, Max. "Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída (uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária)". In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1979.

Por mais racionais e objetivos que sejam os mecanismos da política, não impedem a emergência de personagens políticos que imprimem ao cenário político particularidades originadas das características individuais.

Jânio Quadros surge como liderança política em circunstâncias históricas propícias para o fenômeno que tem se denominado por populismo: ascensão das massas urbanas no Brasil, fragilidade dos partidos políticos existentes, incipiência das classes sociais⁵. No entanto, o significado de Jânio também deve ser atribuído às suas características pessoais e à sua capacidade de manipulação política, ao seu carisma.

O aspecto político em Jânio Quadros possui também como característica o destaque da relação autoridade-personalidade. Simultaneamente à existência de regras políticas objetivas, em detrimento de um projeto político abrangente, o fenômeno Jânio Quadros recoloca o personalismo na política brasileira; embora não fosse fenômeno novo, nem como categoria e nem como ocorrência na política brasileira⁶.

Não importa, no âmbito desse estudo, a abordagem psicanalítica (que pode até trazer contribuições significativas para a compreensão do tema), mas sim realçar a maneira como as características pessoais de um político atuam no jogo das articulações políticas. Trata-se, portanto, de avaliar o modo pelo qual o estilo de liderança de um homem afeta o exercício do poder, alterando ou não as regras do jogo político mediante a criação de novos mecanismos de controle e do estabelecimento de normas próprias de gestão.

Pode-se identificar uma estreita relação entre as particularidades do indivíduo e as particularidades do governante Jânio Quadros. As particularidades individuais dizem respeito às características do homem político, que são enfáticas e destacadas, engendrando as bases das decisões políticas. As particularidades do governante, por sua vez, dizem respeito aos atos políticos que definem o estilo de exercício do poder.

Ao se examinar o significado do *staff* administrativo no janismo, também percebe-se a relação autoridade-personalidade. O *staff* administrativo teve papel relevante ao assegurar a continuidade da força

5. Uma análise aprofundada do populismo no Brasil enquanto uma estratégia política de desenvolvimento econômico é feita por: IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

6. Ver a respeito os fenômenos do getulismo, bonapartismo, peronismo, adhemarismo, bismarkismo, brizolismo, que pontuam e ilustram o personalismo na política internacional e no Brasil.

política de Jânio Quadros. Embora a composição do *staff* tenha se alterado durante os períodos, sua homogeneidade se deu pela crença na liderança pessoal de Jânio Quadros. É compartilhada por todos os seus auxiliares a visão de que Jânio destaca-se pela sua autoridade e pelos valores políticos de sua plataforma. Conforme J. B. Vianna de Moraes, membro do *staff* janista, todo “conglomerado humano” necessita de disciplina, e esta é intimamente vinculada à autoridade. Vianna considera que Jânio sempre soube impor sua autoridade graças a certos atributos pessoais: “O Jânio, por causa de seu temperamento, de maneira sui generis de proceder, mais inspirou receios, autoridade, respeito, do que amizade. Ele jamais poderia ser o que é se não fosse granítico, se a área de afetividade dele não fosse reduzida como é. Ele não é um homem afetivamente emocional, ele não tem os impulsos de emocionalidade, de sorte a inspirar respeito e autoridade juntamente com amizade, amor e solidariedade... O Jânio não é homem de amores, ele é frio demais para isso. Ele não é homem de amizades, ele não exterioriza os seus afetos, ou ele não seria Jânio”⁷.

Para Odon Pereira, as particularidades pessoais estão imbricadas no seu estilo de governar: “Com relação ao presidente, eu acho que o traço principal é que ele deixa claro para as pessoas o que deve ser feito, e não tem o menor cuidado ou carinho para dizer a elas que não estão servindo — ele não tem rodeios. Enquanto as pessoas estiverem trabalhando segundo o que foi combinado, ele prestigia muito, mas é um homem de pouco aviso, quando as pessoas começam a errar ele demite, não insinua, não cria situações de rodeio; talvez seja o governo que apresentou o maior número de demissões”⁸.

João Mellão Neto ressalta que Jânio o impressionou pelo sentido de autoridade que conseguia imprimir nas suas atividades políticas, citando como exemplo o fato de que jamais viu um secretário sentar-se à sua frente sem que antes recebesse autorização: “... o Jânio é o homem mais frio que eu conheço na face da Terra. Eu não conheço nenhum homem tão inteligente como ele, mas também não conheço nenhum político tão impiedoso como ele. Ele é frio como um carrasco de guilhotina. Para Jânio não existem sentimentos como gratidão, amizade, piedade, reconhecimento. Quer dizer, o cidadão pode ser amigo dele há trinta anos e se ele tiver que massacrar esse cidadão em função dos objetivos

7. Entrevista com J. B. Vianna de Moraes, em 07/12/1989.

8. Entrevista com Odon Pereira, em 24/10/1989.

dele, ele massacra, ele não tem a menor dor de fazer isso. Como eu vi ele derrubar secretários, ele não se preocupa simplesmente em derrubá-los — a idéia da sucricia —, primeiro tinha que triturar o cidadão de cima para baixo, desmoralizar por inteiro para depois cuspir a carcaça fora”⁹.

Castilho Cabral associa Jânio Quadros a uma série de paradoxos: “Nos botecos humildes da gente simples de Vila Maria era um deus; nos salões elegantes do Jardim América, o esperado, tanto para os patrões como para os criados. Para os pobres, era a esperança; para os ricos, a segurança. Nos comícios, demagogo, desganhado; no governo, sincero, composto. Não fazia amigos, conquistava adeptos. Ídolo do povo, gênio no palanque, nadava na multidão, tinha horror a reuniões. Orador de fôlego, abominava ouvir discursos. Trato difícil, ríspido com os companheiros mais íntimos, retinha a todos com uma palavra carinhosa na hora da reação. Reconhecido um erro, reconhecia-o de público, com impressionante franqueza. Frio, calculista, parecia intempestivo, temperamental. Intérprete da vontade popular, tinha profundo desprezo pela opinião alheia. Fera fundo a suscetibilidade de um amigo, surpreendia-se com o ressentimento dele. Improvisador, parecia só decidir após longo estudo. Apreensão fulminante, resposta demorada. Averso à organização partidária, somava lendas. Destruía partidos nas eleições, agasalhava-os no governo. Amava a solidão, e jamais estava só. Imprevisto, imprevisível, estranho, introvertido, ávido de êxito, faminto do poder, cujas pompas desprezava...”¹⁰.

Se por um lado é consenso entre os membros do *staff* administrativo a opinião do valor da autoridade janista e valorização da disciplina, por outro o conflito admiração-ressentimento leva cada membro desse *staff* a considerar que detém a chave da compreensão do fenômeno Jânio Quadros, uma vez que cada qual considera-se amigo exclusivo e conhecedor íntimo de Jânio. Porém, o que se verifica é a habilidade de Jânio Quadros em manipular seus assessores, criando um jogo de “preferidos do rei”, isto é, alimenta, segundo seu interesse, impressões de proximidade e preferência.

Coloca-se, dessa forma, uma questão crucial à continuidade do janismo: poderia esse movimento continuar existindo sem a presença e participação do seu líder?

9. Entrevista com João Mellão Neto, em 24/10/1989.

10. CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962, pp. 142-143.

Em decorrência da íntima associação entre o político e o movimento, o janismo tende a desaparecer na medida em que seu líder se afasta do cenário político. Não bastasse a ausência de um conteúdo programático no interior do movimento, diferentemente do getulismo e do peronismo, Jânio nunca se preocupou com a sucessão de sua liderança. Também não promoveu a institucionalização de seu quadro administrativo, nos moldes de uma organização partidária. O que unia seu grupo administrativo era a empatia com o líder.

Efetivamente, Jânio Quadros nunca se empenhou em apoiar totalmente candidato algum em pleitos eleitorais, mantendo posições indefinidas ou ambíguas, como exemplifica a advertência que fez a Wilson Pereira, coordenador do Movimento Popular Jânio Quadros, por ocasião das eleições municipais na cidade de São Paulo, em 1988: "Por favor, apóie quem o senhor quiser ou preferir, mas não use meu nome ou o do Movimento, isto é um aviso"¹¹.

Nem sequer a própria filha – Dirce Tutu Quadros – conseguiu ser ungida pelo líder político, geralmente relutante em apoiar as suas pretensões políticas. Tutu Quadros elegeu-se deputada federal pelo Estado de São Paulo em 1986, tentando iniciar uma carreira política na esteira de Jânio, que somente ao final da campanha eleitoral resolveu apoiá-la. As relações entre Tutu e Jânio sempre foram tempestuosas, chegando várias vezes ao rompimento. No dia 25 de agosto de 1988, por ocasião do aniversário da renúncia de Jânio à Presidência da República, Tutu fez um pronunciamento: "Hoje é um dia de reflexão, tristeza e dor para os milhões de brasileiros que um dia acreditaram em Jânio Quadros (...) o homem encarregado de acabar com os golpes e de sepultar os mitos, mitificou-se e demonstrou uma estranha e desconhecida tendência para o totalitarismo e a ditadura personalista"¹².

O *staff* administrativo janista nem sempre acompanhou Jânio Quadros em suas orientações políticas. Nas eleições para a Prefeitura de São Paulo em 1988, embora Jânio indicasse como seu candidato preferencial João Leiva, do PMDB, os janistas se dividiram: alguns setores seguiram sua orientação, porém a maioria manifestou apoio à candidatura de Paulo Maluf, do PDS.

A diversidade de opiniões entre os janistas tendia a se acentuar à medida que Jânio perdia espaço político em função do avanço de outras

11. *Jornal da Tarde*, de 22/08/1988.

12. *Idem*, de 25/08/1988. Nas últimas eleições, realizadas em 1990, a deputada não conseguiu se reeleger.

forças emergentes, como o malufismo e o quercismo, levando, então, seus seguidores a se afastarem do movimento em direção às novas lideranças. O que unia os janistas era a presença do líder, mas do líder atuante e com poder. Quando Jânio se retirou por motivos de saúde e viu reduzido seu espaço de manobra, o movimento janista acelerou a sua desestruturação. Podem até sobreviver as siglas do movimento, mas já não possuem vinculação com Jânio Quadros e estão distantes das propostas originais desse personagem político.

A trajetória de Jânio Quadros encerra-se pelo esgotamento de seu líder. Sem este o movimento não expande nem se dedobra. Imobiliza-se nas próprias limitações internas. Embora o fenômeno janista desapareça, este estilo específico de liderança política deverá subsistir sob circunstâncias em que reinem a valorização do princípio da autoridade pessoal do governante, a desvalorização das regras políticas democráticas, a desconsideração pelas organizações políticas e o distanciamento das forças atuantes da sociedade civil.

Bibliografia

- ALZIRA, Abreu e BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário Histórico Biográfico 1930-1983*. Rio de Janeiro, Forense Universitária: FGV/CPDOC/FINEP, 1984.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília, Câmara dos Deputados/ Editora Universidade de Brasília, 1981.
- ARAÚJO, Braz José. "Politique extérieure et contradictions du capitalisme dépendant: le gouvernement Jânio Quadros au Brésil". Centre Universitaire de Vincennes. Thèse de Doctorat de 3^o cycle en Sociologie Politique, 1970.
- BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.
- BENEVIDES, Maria Victória. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. *A UDN e o udenismo – Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- _____. *O PTB e o trabalhismo – Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1989.
- CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. "A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)". In: *O Brasil republicano 3 – Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo, Difel/Difusão Editorial S.A., 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política". In: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, CEBRAP/Paz e Terra, 1975.

- CARDOSO, Miriam L. "Ideologia do desenvolvimento — Brasil: J.K. e J.Q." São Paulo, USP. Tese de Doutorado, 1972.
- CARRARO, Adelaide. *Eu e o Governador*. São Paulo, Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 1977.
- CHAIA, Miguel W. "Conhecimento e organização sindical — A trajetória do DIEESE". São Paulo, USP, 1988. Tese de Doutorado
- CHATEAUBRIAND, Osvaldo. *Terra arrasada*. Rio de Janeiro, Cruzeiro, 1951.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- FERREIRA, Oliveiros. "Comportamento eleitoral em São Paulo". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UMG, nº 8, 1960.
- _____. "A crise de poder do sistema e as eleições paulistas de 1962". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UMG, nº 16, 1964.
- FRANCO, Cid. *Anotações de um cassado*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1965.
- GOMIERI, Onofre V. *Jânio Quadros — O insaciável de poder*. Rio de Janeiro, Editora Distribuidora São Paulo, 1960.
- HIPPOLITO, Lúcia. *PSD de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- HOBBS, T. "Leviatã". In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- KINZO, Maria d'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB — 1966-1979*. São Paulo, IDESP/Vértice, 1988.
- LABAKI, Amir. *1961 — A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.

- _____. *O poder das idéias*. Rio de Janeiro, Record, 1964.
- LAMOUNIER, Bolívar. "Comportamento eleitoral em São Paulo: passado, presente". In: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, CEBRAP/Paz e Terra, 1975.
- _____. (org.). *1985: o voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP, 1986.
- _____. *Partidos e utopias — O Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo, Edições Loyola, 1989.
- _____. e MUSZYNSKI, Maria Judith. *São Paulo, 1982: a vitória do (P)MDB*. São Paulo, IDESP, 1983.
- LEITE, Márcia de Paula. "Trabalhadores, sindicatos e partidos — A greve de 1957 em São Paulo". São Paulo, CEDEC, 1985 (mimeo).
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- MOISÉS, José Álvaro. "Experiência de mobilização popular em São Paulo: notas sobre as sociedades de amigos de bairro". *Revista Contraponto*. Rio de Janeiro, nº 3, 1978.
- _____. "Classes populares e protesto urbano". São Paulo, USP, 1978. Tese de Doutorado.
- _____. *Greve de massa e crise política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo, 1953-54)*. São Paulo, Polis, 1978.
- MUSZYNSKI, Judith. *As razões de um resultado surpreendente: a vitória de Luiza Erundina*. São Paulo, IDESP, 1989, texto nº 35.
- NASSER, David. *Jânio: a face cruel*. Rio de Janeiro, Cruzeiro, 1962.
- NETO, João Mellão. *Jânio Quadros — 3 histórias para 1 história*. São Paulo, Renovação, 1982.
- PELLEGRINI, Virgínia Maria Cristina. "O PTB em São Paulo 1945-1964". São Paulo, PUC/SP, 1989. Tese de Mestrado.
- PEREIRA, J. *Bilhetinhos de Jânio*. São Paulo, Editora e Distribuidora Musa Ltda., Elyahu Behar Editora, 1959.
- PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira. "Janistas e malufistas em São Paulo (1985-1986): a direita mora no outro lado da cidade". Águas de São Pedro, XII Encontro Anual da ANPOCS, outubro 1988 (mimeo.).

- _____. *A nova direita, Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, dezembro de 1987.
- REIS, Fábio Wanderley e O'DONNELL, G. (orgs.). *A democracia no Brasil – Dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice, 1988.
- SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, 1982.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Campos, 1988.
- SINGER, Paulo. *A política das classes dominantes. Política e renovação social no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1965.
- SOARES, Gláucio A. D. "Classes sociais, strata sociais e as eleições presidenciais de 1960". *Sociologia*, v. XXIII, nº 3, s.l., 1961.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- TORLONI, H. e SOUZA, E. S. *A verdade nua e crua sobre a administração Jânio Quadros (1955-1958)*. São Paulo, 1960.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo/Universidade Federal Fluminense, 1987.
- VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1987.
- WEBER, Max. "Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída (uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária)". In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- _____. *Dominación carismática, sus características y comunización, em economía y sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1969.
- WEFFORT, Francisco C. "Raízes sociais do populismo em São Paulo". *Revista da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 2, 1965.

_____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. "Estado e massas no Brasil". *Revista da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 7, maio de 1966.

Outras fontes bibliográficas impressas

● Jornais:

A Gazeta, São Paulo.
A Hora, São Paulo.
A Noite, São Paulo.
A Tribuna, São Paulo.
A Voz, São Paulo.
Correio Brasiliense, Brasília.
Correio Carioca, Rio de Janeiro.
Correio da Manhã, São Paulo.
Correio Paulistano, São Paulo.
Diário Carioca, Rio de Janeiro.
Diário da Noite, São Paulo.
Diário de São Paulo, São Paulo.
Diário Oficial (do município), São Paulo.
Diário Popular, São Paulo.
Fanfulla, São Paulo.
Folha da Manhã, São Paulo.
Folha da Noite, São Paulo.
Folha da Tarde, São Paulo.
Folha de S. Paulo, São Paulo.
Jornal da Tarde, São Paulo.
Jornal de Notícias, São Paulo.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro.
Jornal do Comércio, São Paulo.
Mundo Ilustrado, São Paulo.
O Dia, São Paulo.
O Estado de S. Paulo, São Paulo.
O Globo, Rio de Janeiro.
O Tempo, São Paulo.
Shopping News, São Paulo.
Tribuna Da Imprensa, São Paulo.
Última Hora, São Paulo.

● **Revistas:**

Isto É, São Paulo.

Manchete, Rio de Janeiro.

O Cruzeiro, Rio de Janeiro.

P.N. (revista disponível no arquivo do jornal *O Estado de São Paulo*)

Revista do Globo, Rio de Janeiro.

Veja, São Paulo.

Visão, São Paulo.



Vera Lúcia Michalany Chaia é cientista social, professora do Departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou o mestrado na área de Sociologia e o doutorado na área de Ciência Política na Universidade de São Paulo.